

15

agosto • 2014

História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade Nova de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Juliana Prieto Bruckner

Revisão de Língua Portuguesa

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Revisão de Língua Espanhola

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Revisão de Língua Inglesa

Dermeval de Sena Aires Júnior

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Apoio

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Contato

Rua Fernandes Vieira, 597/602 • Porto Alegre - RS • 90035-091 • Brasil
www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e é hoje um periódico de referência para os especialistas das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa e espanhola. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2014, número 15, agosto, 2014, 235 p.

Quadrimestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

7

ARTIGOS
ARTICLES

On historical consciousness and popular pasts
Kalle Pihlainen

10

Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*
Scholars on the hot seat, or 'how does each one write History?': the clash between academic and non-academic historians in Brazil in the light of the debates on Public History
Jurandir Malerba

27

Futuro e história: análise da temporalidade atual
The future and history: analysis of contemporary temporality
Gisele Jecker de Almeida

51

O fardo e o fio: na contramão da procissão historiográfica
The bale and the thread: against the tide of the historiographical procession
Francisco Murari Pires

70

Parroquias y diezmos en la historiografía medieval española
Parishes and tithes in Spanish medieval historiography
Carla Cimino

89

Nikolai G. Tchernichévski: contribuição à filosofia da história na Rússia do século XIX
Nikolay G. Chernyshevsky: contribution to the philosophy of history in 19th-century Russia
Camilo José Teixeira Lima Domingues

107

O problema do pensamento outro em Alexandre Koyré e Lucien Febvre
The problem of forms of thinking "other" than ours in Alexandre Koyré and Lucien Febvre
Marlon Salomon

124

A Europa e a Ásia: histórias e historiografias comparadas
Europe and Asia: compared histories and historiographies
Diogo Ramada Curto
Nuno Domingos
Miguel Bandeira Jerónimo

148

El *revival* de la historia social en la primera década del siglo XXI: ¿retorno o reconfiguración?
The revival of Social History in the first decade of the 21st century: return or reconfiguration?
Beatriz I. Moreyra

168

RESENHAS *REVIEW ESSAYS*

La historia de la historia: o una aproximación general a los modos de historiar
The history of history: or a general approach to the ways of making history
AURELL, Jaume; BALMACEDA, Catalina; BURKE, Peter; SOZA, Felipe. *Comprender el pasado: una historia de la escritura y el pensamiento histórico*. Madrid: Akal, 2013, 496 p.
Martha Rodríguez 188

Os Annales e nós
The Annales and us
ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, 296 p.
Lidiane S. Rodrigues 192

As ciências da história no século XIX
The sciences of history in the 19th century
MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010, 492 p.
Eduardo Wright Cardoso 199

Reflexões sobre a história em um tempo de crise
Reflections on history in a time of crisis
MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2013, 539 p.
Géssica Góes Guimarães Gaio 208

História social de intelectuais de vanguarda
Social history of avant-garde intellectuals
MICELI, Sergio. *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, 240 p.
Bruno de Macedo Zorek 214

A degeneração interna da democracia
The internal degeneration of democracy
TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 216 p.
Isabela Soraia Backx Sanabria 220

PARECERISTAS DESTE NÚMERO
REVIEWERS OF THIS ISSUE 228

NORMAS DE PUBLICAÇÃO
EDITORIAL GUIDELINES 230

DIRETRIZES PARA AUTORES
GUIDELINES FOR AUTHORS 235

Editorial

editorial

“Por que, para que e para quem praticamos a pesquisa histórica?”, perguntava-se Reinhart Koselleck em 1971. Fazendo eco a Marc Bloch ou a Edward Carr, ou ainda, mais recentemente, a Anthony Grafton – o que é, o que foi a história afinal? – quem dentre nós, profissionais da disciplina, já não se colocou tal questão? Ou, pior, foi colocado diante dela por um filho intrigado, por um aluno curioso, por um amigo desconfiado, ou por uma pessoa francamente desagradável?

A questão pode adquirir contornos existenciais. Por exemplo, em abril de 1977, na revista *Magazine Littéraire* é publicado um dossiê que reproduz uma mesa-redonda com importantes historiadores franceses e no qual lemos o seguinte diálogo. Jacques Le Goff: “Para responder à pergunta feita por Paul Veyne a respeito das motivações do amador e do consumidor de História, tenho a impressão de que este amador ou este consumidor pede à História respostas para o famoso quadro de Gauguin, ‘De onde viemos? O que somos? Para onde vamos?’ [de 1897]”. Paul Veyne: “No meu tempo, perguntava-se isso a *L’être et le néant*”.

Ironias à parte (deixemos Sartre se entender com Lévi-Strauss), trata-se de um debate inconcluso, cuja irresolução tem, por um lado, dificultado a compreensão de nossa prática epistemológica e, por outro, tem-na estimulado. Mais do que um sintoma da crise do historicismo das primeiras décadas do século XX, ou do relativismo que emerge após a Segunda Grande Guerra, ou das incertezas do regime de historicidade contemporâneo, o questionamento atinge o âmago do nosso campo de saber, pois envolve não apenas a escrita da história, mas também o leitor de história, ou, em termos mais amplos, ainda segundo Koselleck, o “exíguo *feedback* entre a investigação [histórica] e o interesse público da sociedade”.

Mais do que enfrentando uma crise, estaríamos diante de uma mudança paradigmática, no sentido do velho Thomas Kuhn? Que história estamos fazendo? O que escrevemos sob esse rótulo? O que e como lemos o que hoje chamamos de história? Segundo qual ordem do tempo os gestos da escrita e da leitura estão articulados? Existe tal articulação? Nesse sentido, estariam vigentes as dimensões temporais da existência humana (passado, presente, futuro), entrelaçadas de modo que a pesquisa histórica funcione como uma *mediadora* de uma autoconsciência individual e social? Se a finitude da experiência humana remete, como assinalava Heidegger, a sua temporalidade, e essa, às valências históricas de cada situação, então como pensar nossa contemporaneidade, na qual o passado, na mesma medida em que é investigado, é esquecido como experiência, o presente é imobilizado em si mesmo como se resguardasse ou afastasse a história da ideia de presença, e o futuro se encontra destituído de imagens e de cores?

Assim, se o problema, antes, era o de dominar o passado para compreender o presente, o de hoje parece ser o de tentar entender o presente sem a ilusão de dominá-lo, pois não passa pela cabeça de praticamente ninguém, ou, pelo menos, de nenhum historiador sensato, reivindicar o domínio sobre um estrato de tempo no qual a pluralidade de atores conectados em rede mundial se manifesta livremente (con)fundindo as fronteiras da história.

Ora, essas considerações não precisam nos conduzir pelos caminhos de um neopirronismo histórico inconsequente (sim, pois há um consequente, sobretudo quando associado a uma dose controlada de ceticismo), mas, talvez, possam nos levar à reflexão necessária e incontornável sobre os limites e potencialidades do nosso campo de investigação. Nossa *História da Historiografia* (HH) tem procurado debater com rigor acadêmico essas e outras questões. Escrita e lida desde 2008, HH constitui-se em um espaço democrático de discussão teórica e metodológica sobre a história, onde o que importa não é a idade ou a titulação dos autores, mas a qualidade do artigo, da resenha, do documento comentado.

Neste número, como anunciado no anterior, não temos um dossiê, mas um conjunto de artigos e resenhas nos quais o leitor não terá dificuldade em perceber referências diretas, indiretas, enviesadas, às questões levantadas acima.

São nove artigos cujas temáticas abrangem desde problemas relacionados à consciência histórica ("On historical consciousness and popular pasts", de Kalle Pihlainen), passam por temas como o *revival* ou a reconfiguração da história social no início do século XXI (Beatriz I. Moreyra), pela contribuição de Nikolai G. Tchernichévski à filosofia da história russa no século XIX (Camilo José Teixeira Lima Domingues), pela historiografia medieval espanhola (Carla Cimino), por um exercício de historiografia comparada da Europa e da Ásia partindo da obra de Kenneth Pomeranz (Diogo Ramada Curto *et alii*), por um ensaio acerca do diálogo, aparentemente inesgotável, entre Antigos e Modernos e a tradição historiográfica (Francisco Murari Pires), por uma análise do futuro e da história em épocas presentistas (Gisele Iecker de Almeida), por uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos brasileiros a partir da *public history* (Jurandir Malerba), até, finalmente, concluir com uma providencial retomada do pensamento de Alexandre Koyré e Lucien Febvre (Marlon Salomon).

Quanto às resenhas, apresentamos uma redigida com competência inequívoca pela historiadora argentina Martha Rodríguez e cinco escritas por jovens e promissores pesquisadores brasileiros: Bruno de Macedo Zorek, Eduardo Wright Cardoso, Géssica Góes Guimarães Gaio, Isabela Soraia Backx Sanabria e Lidiane S. Rodrigues. Eles são críticos, mas gentis; polêmicos, mas acadêmicos; ousados todos, ainda bem!

Boa leitura a todos/as!

Pelo Conselho Editorial
Temístocles Cezar (UFRGS)

Artigos

articles

On historical consciousness and popular pasts

Kalle Pihlainen

kalle.pihlainen@abo.fi
Åbo Akademi University
Academy of Finland Research Fellow
Domkyrkotorget, 3
20500 - Turku
Finland

Abstract

This article investigates the nature of historical consciousness – conceptualizations and constructions of the past outside academic history – and the way in which this has changed in parallel with developments in historical theory in recent decades. With the increased constructivist questioning of historical narratives as somehow objectively true, academic history is seen to have lost some of its authority regarding the past. It is argued that, in becoming more aware of its nature as interpretation as well as more sensitive to its motives and consequences, history now has the potential to become more pragmatic and presentist. At the same time, some theoretical discussions have turned to the less strictly historical questions of memory and presence, thus evading the call to responsibility. By examining historical consciousness in relation to these debates, the article suggests that, in line with the liberation of the past from the constraints of academic history, historical consciousness no longer needs to be as focused on the interpretations and knowledge provided by the institution of history but can be increasingly determined by popular understandings and the needs of consumers.

10

Keywords

Theory of history; Constructivism; Experience.

Received on: 8/26/2013

Approved on: 12/13/2013

In what follows, I approach the question of the relationship between historical research and the use of the past by examining the idea of *historical consciousness*. Although historical consciousness offers a natural point of entry into this broader debate concerning the ways in which we relate to the past, it is a problematic concept at the outset because it ties our temporal structurings and orientation in the world to *history* – that is, to institutional interpretations of the past. Views about the nature of history have changed significantly in recent decades, yet these changes have so far been largely ignored in the discussion of historical consciousness.

The problem of historical consciousness

A more detailed analysis of the meaning of historical consciousness is needed because the concept is so often used to point to broader thinking about the past that runs alongside academic historical research and writing – it is comparable to concepts like “the practical past” (OAKESHOTT 1985) as well as “cultural” and “collective memory” (see, for example, HUYSEN 2003; ASSMANN 2006). In addition to the fact that *historical consciousness* is misleading as a concept (if not indeed a complete misnomer), understandings regarding the significance of this kind of consciousness need to be rethought to better accommodate contemporary views of what history is.

The most obvious challenge comes from the general loss of authority of historical knowledge, or – thought of in another way – from the increased use and popularity of history and historical knowledge independently of practicing historians. It can be argued that, as an institution, history and historical interpretations no longer appear as incontestable to the wider audience as in the past, or, at least, that the representations historians present are not seen as scientific to the same extent as before. Because the truthfulness and authority of historical representations has been brought into question in this way, the broader public now has more opportunities for using the past in ways that are meaningful to them. In this sense, the past no longer belongs exclusively to historians even in terms of knowledge about it. Hence historical consciousness can no longer be controlled by historical research (if it ever could).

Questioning the scientific nature of historical research and the truth status of the stories historians produce does not mean that factual information about the past could not be gathered through historical research methods. Extreme simplifications and polemic arguments of this sort appear to be based on an inability to distinguish between historical *research* and historical *writing*. Although a clear demarcation of these “phases” in historians’ practice is impossible, distinguishing between them – between research and writing – is imperative in theoretical discussions if we desire to gain a better grip on the phenomenon of history.

The heuristic separation of the writing or representing phase – the construction of historical stories – from the study of the facts of the past and the particular skills and methodologies involved in that study even on the level of common conceptions of history well reflects the popularization of historical consciousness. Even though the image of the past which history produces, as

well as the facts that it brings to our knowledge, still (to some extent) direct our views of the past and its impact on our present, our personal, significance-laden past is increasingly openly constructed on the basis of present-day needs and demands. In addition, because this is primarily a question of selection of perspective, this personal past in no way clashes or competes with institutional history writing – or no more, at least, than different historical points of view and research emphases within the institution do with each other. It has, in other words, become quite accepted that the same phenomenon (and hence largely the same set of facts) can be examined from completely differing perspectives and in diverse contexts.

This same change in attitudes – the acceptance of irony, to employ Hayden White’s terminology – is also borne witness to by the expansion of the range of institutionally recognized historical approaches. Where history in the 1950s mostly still consisted of a methodologically closely regulated and source-critical study of events and great men, this kind of history constitutes only a narrow slice of contemporary approaches. Alongside this “traditional” history, and at times even supplanting it, we now have a variety of approaches offering “alternative” points of view. Of these, particularly central have become microhistory and “everyday history” (*Alltagsgeschichte*), social history, women’s history and cultural history, as well as a number of even more politically focused approaches (for instance feminist, postcolonial and queer histories), each of which has its own theoretical canon. Despite the reforms that these approaches have facilitated, they too are committed to the habitual understanding of historical knowing and the ideals of truth implied by historical *research*. Even they do not focus on historical consciousness in a broader sense – on perceptions of the past and the meanings they can have for us – but primarily on *history*, on institutionally approved stories about the past as well as the factual information relating to them.

History and historical writing cannot, then, usefully be taken as synonymous with historical consciousness. And the same applies to historical knowledge.

Historical consciousness as practical and popular knowing

Although historical consciousness is thus in many ways based on history and historical writing, albeit through many stages and processes, it is also influenced by more current social discourses, popular culture, oral traditions, and so forth. Thus historical consciousness is strongly shaped both by the needs and priorities of the present – which direct attention to specific aspects of the past – and by the traces of the past, both physical and ideological.¹

Any categorizing and categorical definition of historical consciousness would probably prove impossible and is, in any event, pointless from the perspective of the present article.² It is perhaps enough to note, then, that the question of

¹ Any such presence of the past can best (and without needless mystifications) be explained in terms of a “practical past”, independent of historical studies (see OAKESHOTT 1985). This concept has recently been revived by Hayden White (see e.g. WHITE 2012).

² In his *Metahistory* (1973), Hayden White has famously used the concept of historical consciousness in charting views about history held by various nineteenth-century historians. However, *Metahistory* has been criticized for some time now, even in White’s own assessments of it, for its restrictive and formalistic theoretical

the nature of historical consciousness is complex, and the answer – the reading – depends almost entirely on the selected perspective. On the other hand, even though historical consciousness (or at least consciousness of history) can vary greatly between individuals, ranging from complete ignorance and disinterest to obsessive contextualization and historicizing of all activities, it is certainly a substantial heuristic tool on the group or societal level (see e.g. DAVIES 2006). Hence, an important issue relating to historical consciousness is its relation to the use of the past and, by way of this, also to the social role of historical studies.

As a result of its shared and partly institutional nature, historical consciousness is also to some extent normative. In this sense too, no understanding of the past is – indeed cannot be – purely epistemological but, instead, each one always also reproduces and reconstitutes earlier values and ways of thinking. The same dynamics of repetition is unavoidable, of course, in all linguistic activity since we always employ agreed-upon or “given” meanings. From this necessary structural inertia also follows that perceptions of the past and any general historical consciousness do not change in any obvious relation to the new factual knowledge and “discoveries” that historical research produces. The fact that historical consciousness is in this way independent of and detached from the study of the past in terms of knowledge also underscores the parallel independence of its function from that of research and from the institution of history. Historical consciousness – if such an entity can be located – is thus not in any way obliged to follow interests that research could somehow dictate. That is to say: the relationship between these phenomena is quite permissive.

The relative independence of historical consciousness (and, in fact, also of historiography) as well as the associated emphasis on functionality and prevailing needs is rarely present in discussions of historical research. Perhaps to an extent precisely because of the lack of attention given to these, historians have in recent decades felt justified in blaming the relativism associated with postmodernism for the fragmentation and pluralization of historical consciousness and historicities. Such accusations completely ignore the broad range and nature of conceptions relating to the past, however, and instead assume that historical research holds a privileged position in society.

However, this kind of freeing of the past is not only a theoretical phenomenon, but also part of a change that has a wider social reach (see e.g. HUYSEN 2003; COHEN 2005; cf. also AGNEW 2004; 2007; MUNSLOW 2010). Indeed, the fact that the past has more non-controlled and popular applications than those belonging to the institution of history is striking; especially so when we stop to consider the everydayness and relentless presence of talk about the past, a phenomenon not

framework. In recent decades, the most influential contribution to discussions of historical consciousness is to be found in the work of Jörn Rüsen. For him, historical consciousness is first and foremost a process of signification, which facilitates an orientation toward the future. Like so many others, he too notes the connection between historical consciousness and the narrative structuring of experiences (RÜSEN 2005, 24–26). Rüsen’s intentions appear to be largely taxonomic, however; he defines a range of categories of historical consciousness, depending on particular uses. In parallel discussions, John Lukacs (1994, 12–14) has linked historical consciousness to self-understanding and Jorma Kalela (2000) has attempted to reconcile the ideals of more conventional historical studies with the inevitability of social uses of history.

unrelated to the (almost always) unavoidable need for thinking “historically”. The consumption of the past in so many diverse ways is not – even in this “history” context – dependent on any scientific commitments to truth.

Changing theory of history: the linguistic turn and ideals of objectivity

Even though postmodern theorizing cannot be blamed for the instrumentalization and commodification of the past, the views it brings to the table are an integral part of this broader social change. In this sense, the debate within the theory of history and any consequent changes in attitudes help explain shifts in the status of historical research and in the contents of more general beliefs about history.

In the context of historical studies, postmodernism commonly refers to the linguistic turn and to the constructivist theorizing associated with it. The key figures in this contemporary form of constructivism include Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins and Alun Munslow.³ The focus of these thinkers on the narrative nature of historical writing, as well as on the construction of meaning that takes place in narration, has led many historians to the extreme and erroneous conclusion that this narrative constructivism implies the equal fictionality or inventedness of history and literature. In other words, narrative constructivist theory is too often understood to argue that history is imaginary in the same way as fiction. Yet, approached more moderately – and more to the point – it should be clear that what is at stake is that the story constructed around historical facts is *fictive* because it does not and cannot *as such* (that is, as a story) have a counterpart in reality. What is important to understand, then, is that narrative constructivism is not premised on any anti-realism or even anti-referentialism – positions that would imply that reality did not exist or that history and historical writing could not somehow refer to it – and that it thus does not constitute a denial of historical study. Historical research retains its role of investigating the facts of the past, then, even after it becomes detached from the narrative construction of meaning (see esp. JENKINS 1999; MUNSLOW 2010).

Despite the self-evidence of the constructed nature of narratives, this kind of thinking has met with a great deal of resistance. Most objections appear to be based on insufficient reading or careless interpretations, however. When this so-called postmodern relativism is understood in its precise sense – as saying that meanings are not “out there” in the world but are constructed by readings – it does not seem to challenge commonsense intuitions or to significantly contradict our everyday negotiations of the world. Regardless, historians often experience it as contrary to the scientific aspirations of historical studies, at least with respect to the more traditional emphasis on methodology and objectivity. Yet we might optimistically think that some degree of relativism is a given for more recent trends in historical research; and, further, that the opposition to constructivism by proponents of these trends is based on the

³ Their constructivism can be distinguished from earlier forms (constructivism *à la* Giambattista Vico, R. G. Collingwood or Michael Oakeshott, for example) by greater attention to narrativity – hence the designation “narrative constructivism”.

common misconception that constructivism also necessitates a disavowal of singular facts and the referentiality of historical representations.⁴

It may be that for a wider audience accepting these changes in theoretical thinking as well as in the various ways of approaching the past even within the institution of history is something much more straightforward. Claims concerning the scientific nature of history writing, for them, may indeed sound strange to begin with. For this public, stories are simply stories, and it has become quite comfortable – both through entertainment media and through serious news coverage, not least in the sphere of political opinion and political debates, I would say – with the idea that content can be, and often has to be, distinguished from opinions and interpretation. Contemporary reading sensibilities are often already ironic and have no room for the kind of objectivity that is still idealized in conservative views of history.⁵

History as an engine of change?

There exists an interesting paradox relating to the popular use of history and challenges to the authority of historical research: while conceptions about the past have been liberated from myths of straightforward interpretations and objectivity, expectations regarding the past and its significance have increased, or at least diversified. As consumers are now able to freely choose their own preferences, subjective positions and group affiliations, there is a different demand for evidence about the past and its impact. And while the subjectivity and ironic quality of such evidence and valuations is to some extent recognized, historical arguments still have a high status in many contexts.⁶ Hence, although the interpretation of the past is understood as being rhetorical on one level, this rhetoric continues to play a central role in the ways in which we position ourselves in the present.

Rhetoric based on views of the past is abundant, then,⁷ and it is often expedient to forget its heuristic nature when involved in the exercise of power. Of course, for this very reason, the ideological commitments of history and its important role in the strengthening of existing structures and institutions have been one focus of postmodern and poststructuralist theories. Consciously attaching this ironic awareness to broader interpretations and uses of history and the past – to historical consciousness – is of utmost importance.

⁴ Many practitioners may experience talk of “traditional” or “objective” history as merely exaggerated or outdated rhetoric. When the constructivist aspect of history writing is emphasized, though, such rather extreme positions easily surface in reactions to it. Even in the theoretical debates about history there still exist views that seek to question the significance of the narrative dimension. The most blatant examples of these (and the ones that narrative constructivists have addressed in detail) can be found in e.g. IGGERS 2000 and ZAGORIN 1999. See also Ankersmit’s detailed response to similar allegations on an earlier occasion, in ANKERSMIT 1990.

⁵ On irony in White’s thinking, see e.g. PAUL 2006. On irony and audience sensibilities, see PIHLAINEN 2008.

⁶ As Christoph Classen and Wulf Kansteiner remind in their introduction to a very inspiring Theme Issue of *History and Theory*: “Most history products, be they novels, photographic exhibits, or docudramas, strive for a certain degree of factual accuracy; in this respect they take their cues from professional historiography. But the same products derive historical legitimacy, as well as entertainment value, primarily from a careful adaptation to and manipulation of contemporary media aesthetics. The real block-busters à la Vonnegut, Spielberg, and Friedländer appear to take considerable risks by committing well-gauged, yet radical, transgressions of the conventional limits of historical taste” (CLASSEN; KANSTEINER 2009, p. 3).

⁷ Martin Davies (2006) describes the pervasiveness of historical thinking with the apt term “historics”.

One possible way of emphasizing the practical and subjective nature of interpretations – while simultaneously leaving room for ideas about the past and its significance (and thus better engaging with the aforementioned paradox) – is to further underscore the formation of those ideas here and now as well as their specific and often intentional targeting of the present. As attention shifts to the purpose of particular interpretations, the question of the responsibilities involved in writing or representation also becomes better defined: historical research can be seen as having previously disregarded the question of its responsibilities by virtue of distorted views of objectivity – because what was said was simply “true”. Thus the question of the consequences of representing was not relevant. Now, however, the issue of responsibility is increasingly determined on the basis of conceivable consequences: if the representation promises to serve the goals intended by the author, he or she has already actively assumed responsibility for the writing. While this may at first seem to provide cause for concern (which is why it has so often met with objections), there is no radical difference to earlier practice. In relation to historical consciousness, the idea of consequentialist or pragmatist interpretations is more natural: where particular facts do not entail specific stories or interpretations in historical writing, neither do the chosen stories or interpretations later entail specific attitudes and action when transferred to the level of historical consciousness. In other words, the ends to which interpretations are used, what is *done* after they have been presented, remains open and negotiable.

16

It can be argued that the practical and contractual nature of historical writing as negotiation is already evident in contemporary historical consciousness and the aware (if not necessarily ironic) uses we make of the past. If historical study has indeed lost its former authority over truth in the popular consciousness, then the evaluation of interpretations will have shifted increasingly toward pragmatic and aesthetic considerations there too. Since historical studies can no longer define and circumscribe acceptable interpretations or legislate the consequences of these, opportunities for social action and impact are now increasingly to be found in practical meanings and the form that representations take.

The consequences of readings and interpretations of the past, on the other hand, are determined on clearly pragmatic, extra-historical grounds. Because these consequences also come to be actualized – at least to a great extent – in the ways in which they shape the general historical consciousness and prevailing opinion, they cannot be assumed to be easily manageable from an institutional vantage point in the current intellectual climate. This is of course to be embraced, at least as long as we remember that contractual valuations and action – ethics and politics – are distinct from or independent of the knowledge produced by history. Again: there is no entailment from facts to values.

Presentational form and vested interests

Conventional history writing is sometimes claimed to uphold prevailing modes of thought and the hegemony of history simply by its employment of realistic representational forms. This is so, the argument goes, already simply

because the illusion of unproblematic truth or congruent perspectives produced by realistic narration feeds into the idea of the existence of an objective history (or, once again, of an entailment from facts to values). As a result of the opportunities that realistic writing affords “objective” historying in covering up these representational problems, many of the representatives of constructivism – with Hayden White at the fore – have called for the adoption of alternative forms. Such forms would break specifically with that of the nineteenth-century realist novel, still most often taken to constitute the archetype for conventional history writing in these discussions.

White in particular has actively sought these alternatives from modernist literature and experimental art (WHITE 1978; 1999). This is more than understandable, since modernism in this literary sense focuses expressly on challenging the existence of unequivocal truth and on emphasizing the importance of subjective perspective. The possibilities of alternative presentational forms have, however, still received scarce attention within historical writing (for more on these, see e.g. PIHLAINEN 2002; 2009).

Partly from this same desire to subvert the realistic form of writing, a number of historians and theorists – White included – have turned to film as a potential source of inspiration for historical representations (WHITE 1999; see also e.g. MUNSLOW; ROSENSTONE 2004; HUGHES-WARRINGTON 2007). This option seems at times to involve, however, a conception of film as somehow a superior medium (and on occasions even an unproblematic one) in and of itself, and consequently the need for alternative *narrative* form is forgotten. When film is defended as a means of representation on the basis of its immediacy, its visuality, or its effectiveness in producing heightened experientiality, for example, the question of its *form* and the assumptions and values related to that form are often ignored.

In many discussions, comparisons between means of representation seem to me too easily to return to questions of content and facts, and the determining ideal of realistic form goes unchallenged. Even when attention is given to impact, focus is often on the experiential effect produced or on the power and credibility of the performance. In neither case is the problem of the possibilities of historical knowledge fully addressed on the level of the form or that of narration. Even though the discussion of the effectiveness of a representation already introduces a move away from the fact-fiction debate in the epistemic sense, at stake are still – at least in the case of popular, entertainment-oriented presentations – accustomed forms of narration; the limits and possibilities of representation are seldom investigated. In addition to film, this difficulty can be witnessed in the relatively conservative forms adopted even by many so-called alternative histories.

With respect to any general historical consciousness, the case is essentially identical. Historical writing, as well as the use of history and portrayals of the past in classrooms, films, historical novels, history villages, reconstructions, reenactments, and so on, still appear to be conceived of quite unproblematically – at least consumers are not actively reminded of the perspectival nature of representing the past (see e.g. AGNEW 2004). It might well be asked: why

would it be a problem in the kind of already ironic and multiskeptical reception climate that I have described if there were no explicit connection (for consumers and for the institution of history alike) between representations and uses of the past and the idea of ambiguities, alternative readings and parallel perspectives? In practice this may well not constitute a problem. Consumers are increasingly skeptical and pragmatic and are not burdened by the same commitment to truthfulness as the historian. From the point of view of a theoretical discussion, as well as in considerations of mechanisms of power and control it might, however, be viewed as problematic that – despite the opportunities they offer – these more experimental forms of historical thinking also fail to foster skepticism.

Historical consciousness and the freeing of the past

The association of historical consciousness with conventional interpretive strategies and the availability of truth can, potentially, foster prejudice and narrow-mindedness. Transferred to practice, firm beliefs concerning the “true” state of things serve to complicate communication and exacerbate difficulties stemming from differences of opinion. Conversely, recognition of the unavailability of a meaning to the past may facilitate a more tolerant and open attitude both toward other people and toward their interpretations of the past and its impact on, for example, problems in their present. So, here too, historical research and facts have very little power: conflicts result from differences of opinion concerning meaning(s).

18

Historical consciousness is a misleading term precisely because it ties views about the past to history, to the institutional study and interpretation of the past. Although this conceptual difference is not obvious in everyday usage, and the role of historical research and writing as a component of historical consciousness is thus not explicitly determined, the terminology of the historical attaches us to a tradition of thinking in which historians have a somehow privileged take on and “access” to the past. Because history as an institution has the additional advantage of its hegemonic position and strong bonds with existing formations of power – history is still most often the interpretation of the past by those in power and it strengthens and reproduces conservative values –, harnessing it as an engine of historical consciousness produces conventional views that participate in obscuring and questioning marginal perspectives (again, it should be noted that this is not a statement about factual information, but about interpretations concerning the *meaning* of the past).

One might, of course, assume that such alternative approaches in historical studies, for instance microhistory or women’s history, would provide the opportunity to counter the problems of a hegemonic history. Indeed, these once-radical positions have permitted some challenging of power structures within the institution of history. Today, however, they are largely part of that existing institutional structure. More importantly, because they have mainly been focused on new materials and subject points of view, they have not really deviated from the theoretical commitments of more conventional historical writing but have instead actively marginalized themselves with respect to

the dominant interests in historical studies. To say it differently: since such approaches are usually interested in showing how existing research has neglected some aspect of reality, they too fail to inspire deeper investigation into the nature of historical writing and representation. Within the institution even these alternative approaches focus, then, on the search for a commensurable truth. Representational responsibility is thus not to the present but there is, instead, still a belief that it might somehow be possible (not to mention requisite) to “do justice” to the past. And as long as historical consciousness is thought of in this same fashion, it is hard to relate it to contemporary needs.

Distinguishing between memory, history and general views about the past is thus of paramount importance. When we realize that there is no direct or non-problematic connection between history (institutional or institutionally sanctioned knowledge about the past) and discourses of memory or popular conceptions about the past (which undergo continuous change as a result of the varying contents, situations and demands of the present), historical consciousness is released from the requirements of veridicality ascribed to *historical* interpretation and narration. We can continue to hold pragmatically “correct” views about the ways and quality of life of people in the past, for example. But, on the level of such general historical consciousness, we will also understand that our views about the meaning of these conditions for those people do not constitute history or even contribute to the kind of knowledge that we can justifiably call historical.

The pragmatic nature of views concerning the past

Applied to historical writing, the dominant trend of constructivist theoretical thinking inexorably leads to presentism in the justification of interpretations. In other words, social and political conditions in the present come to play a significant role. Although dominant ideals of “objective” history upheld for so long the view that bringing present-day demands and the situation of the author into talk about the past should be eradicated, such a requirement is of course impossible (as earlier forms of constructivism have similarly already reminded, of course). Historical studies necessarily involve representation and representation cannot be context-independent in this (or indeed in any) way. What is more, hiding behind illusions of objectivity and the empirical, as well as concealing one’s subjectivity, is irresponsible on the part of the historian: for those historians who suggest that they are only reporting “things as they were” or permitting the past to “speak”, this attitude merely provides a convenient excuse for not considering the consequences of their actions. And this, in itself, is sufficient to strengthen already existing prejudices. As White nicely expresses it: “Nothing is better suited to lead to a repetition of the past than a study of it that is either reverential or convincingly objective in the way that conventional historical studies tend to be” (WHITE 1987, p. 82).

If our views of the past were taken as being similarly entailed by facts, and in that sense free of interpretation, those views (or more emphatically: our historical consciousness) would be purely conformist.

The pragmatic or *presentist* nature of historical consciousness, as well as of views about the past is, however, fairly self-evident and ineradicable. For this reason, the narrative constructivist challenge that has loomed over conventional history writing for so many decades does not constitute nearly as great a problem with respect to practical views about the past. Or is it possible to think about our views of the past as somehow detached from their significance – that is, from their function in identity formation and in the explanation and negotiation of existing states of affairs? As Jörn Rüsen (2005, p. 24) has noted: “Historical consciousness serves as a key orientational element [...]. Historical consciousness evokes the past as a mirror of experience within which life in the present is reflected”.

According to a presentist way of thinking, the past has presence in our daily lives (albeit this should be qualified in many ways) and we may learn something from it, or at least construct something useful with reference to it. Yet, this does not amount to making the old claim that *history* can teach us lessons. Furthermore, it should be noted that in this kind of use of the past, historical studies are turned to largely in order to obtain bits of factual information as well as, perhaps, to find models and ways of thinking (stories, beliefs, values, ideologies, and so on) that are suited to our own very specific presentist needs.

During recent years, the idea of the *presence* of history and/or the past has resurfaced in history theoretical debates with great vigor. In contrast to the earlier discussion about memory, *experiencing* the past in some way directly and on a subjective level has now been one important object of enthusiasm.⁸ This latest interest may in part be a consequence of the fact that historical research no longer promises the same epistemological certainty and hence the resulting insecurities need to be addressed in new ways. A rather surprising champion of the idea of experience in the current debate has been Frank Ankersmit, especially with his *Sublime Historical Experience* (2005). The surprise here stems largely from the contradiction this advocacy of experience seems to establish with Ankersmit’s previous narrative constructivist approach.⁹ Focus on the narrative or constructed dimension of history writing has now been displaced by the idea of a past that can be available and “present” without representation (see in particular ICKE 2011).¹⁰

As far as I can see, this line of thinking is motivated by a strong desire to demonstrate that the past has significance in the present, in other words, to show that the past and knowledge about it have a practical function.

⁸ For a summary of the memory debate in the 1980s and 1990s, see e.g. KLEIN 2000.

⁹ For a concise presentation of his earlier position, see e.g. ANKERSMIT 1990.

¹⁰ As Ankersmit notes (2005, 5), the reception of his arguments depends on what we make of the idea of “collective memory”. As long as we discuss experience and the presence of the past on the level of *memory* and the individual, his claims are quite unproblematic. Things change, however, when this same terminology is taken up as a collective “remembering” and turned into the assertion that the historian can *experience* his or her community’s past – a past beyond and outside of personal experiences – somehow “directly” (cf. ANKERSMIT 2005, 317 ff., esp. 337). Ankersmit makes comprehension of his position even more difficult by not making a clearer distinction between experience and the kinds of affects and heightened experientiality presented in his examples (most often, importantly, as a result of encounters with artworks).

Particularly interesting about this discussion of presence is the way in which the concepts of memory (both individual memory and “collective memory” or remembrance on a social level) and history seem to have become confused (more on this in ICKE 2011). In this respect, the current debate goes much further than the previous one, which mostly centered on ideas of commemorating and respecting the past. In the debate of the 1980s and 1990s, one interesting question was that of knowing and truth on the level of historical consciousness; monuments, for instance, were hoped to remind of the uniqueness of things and events in the past by striving for representation and metaphors that would prevent simplistic appropriations and closures regarding their objects (see e.g. YOUNG 2000). It was, in effect then, the same goal as that set by White when he argues for renewed forms of presentation in history writing. Ideally, written and cinematic representations, for example, could be held to lead to enhanced emotional effects and *experientiality*. In my reading, the goal (albeit still most often unarticulated, it seems to me) of the recent debate on presence has also been to bring experientiality to center stage. Yet, despite what I take to be at least a partially common goal, it is hard to understand suggestions that representation might somehow be bypassed and the past could produce experience “in itself” or be encountered “directly”.

Even though the mystical emphasis of presence is also, in a sense, an argument about historical consciousness, it seems irrelevant to discussions about history and representing the past. This kind of presence – ultimately subjectively constructed and imagined – cannot help reintroduce epistemological or material foundations to contemporary debates.¹¹

The experientiality of the past

The experientiality of historical writing has come to constitute an intriguing and often central issue in historical studies over the recent decades. It is also important for debates involving public history, the use and popularization of history, as well as historical consciousness. As already described, the question of experientiality has become more pressing following the loss of authority suffered by historical studies by a broader recognition of the epistemological problematics involved. Because history can no longer achieve sufficient credibility by appealing to the truth, it needs to be able to convince readers of the interpretations it provides by means of a strong experientiality or even simulated experiences. And, because history still predominantly exists in historical *writing* (or in representation by some other largely mimetic and most often narrative means), such experientiality is constructed primarily by means of form and associated aesthetic impact.

Broader historical consciousness is undoubtedly informed by these kinds of representational experiences as created by aesthetic means (heightened experientiality), but a major component is also the already discussed, *faux*

¹¹ For more on the tug of war between these perspectives, see e.g. RUNIA 2010; JENKINS 2010; and ICKE 2011.

“experience” of the past: in encounters made possible by festivals, exhibits, museums, heritage sites and even memorials, for instance, viewers or participants may be significantly affected by the presence of preserved artifacts or by reconstructed conditions (they can be equally affected, of course, in more commonplace, everyday situations). At various kinds of heritage centers or history villages, events and reenactments, participants may also achieve much stronger experiences by an active engagement than they would as merely passive spectators (see e.g. AGNEW 2004; 2007).

Yet, it would be wrong to claim that such “experience” – seemingly encountering the past in these imaginary and completely mediated and constructed ways – could constitute some real or actual access to the past. On the other hand, these experienced encounters cannot be neatly returned to questions about history in the institutional sense or to knowledge about the past either. Importantly, then, while at stake is a parallel phenomenon to history, the concepts we use for tackling it should be distinguished from those we employ when dealing with historical studies. Having said that, there is some crucial common ground too. Historical studies and popular representations do share the same “imaginary” logic: beyond the factual or material dimension, they are both simply about interpretation, the employment of the imagination, illusion and fantasy.

But experientiality is a far more acceptable goal for popular representations that produce and reproduce views about the past than it is for historical studies. This follows primarily from the simple fact that the history institution and its efforts to maintain a position of authority cause the difficulties in the first place. Because truth is so central to history’s existence – at least in the current institutional manifestation –, it needs to defend its territory. But history has no comparable authority over popular interpretations – even if, it must be noted, historians do sometimes view the presentation of incorrect details and interpretations in films as something that requires their attention. This attitude might be justified if the function of these representations were still thought to follow from their contents. If, however, it is assumed that their function is not determined quite so straightforwardly (as would seem to be the case in light of present-day understandings), a greater role needs to be ascribed to the intentions behind and possible consequences of the representation. And if intentions and consequences *are* emphasized, both the truthful representation of individual facts and fidelity toward broader interpretations offered by historical studies become less important. A film may well incorporate invented materials (individual details are often not decisive for the meaning or “message” of a representation) or factual “mistakes” (after all, gaps in the existing data need to be supplemented just as they are in historical writing), and the interpretation it offers can be incompatible with those offered by historical studies (otherwise we could never have anything but conformist readings).

The genre commitments of film (as indeed the commitments of other forms of performance and art) require, rather, that it offer viewers something new and experiential, something that resonates with their reality (for more on this, see

e.g. WHITE 1999; PIHLAINEN 2008; 2009; MUNSLOW; ROSENSTONE 2004; MUNSLOW 2010, esp. 182 ff.). This popular knowledge or general understanding of the past is not comparable to the knowledge produced by historical studies. Discussions focusing on the commensurability of these forms of knowledge are not meaningful, then, because the intentions of the practices in question are so far removed from each other.

Although the specific issues of the experientiality of historical writing and its reach and impact need to be further investigated, it is clear that popular forms of “history” are involved in the shaping of a broader historical consciousness and, even more visibly, in the entertainment of history consumers. Presentism and experientiality offer an opportunity to reach the audience more effectively, and factual considerations are set aside to achieve this.

Conclusion: Historical consciousness as a practical tool

In speaking of historical consciousness, it is important to understand the limited role of institutional historiography. This understanding requires some investigation into the nature of historical studies, as well as an acceptance of the constructed aspects of history. What should be realized, to put it succinctly, is that even though historical research can attain factual information about the past – and these facts can be effectively used in questioning narratives –, no necessity or entailment can be shown between that information or those facts and the story or meaning imposed on them.

The idea that facts do not entail a particular interpretation or narrative does not, however, imply the kind of extreme relativism that historians so often appear to expect and fear from constructivist theorizing. Facts will unavoidably play a role in the construction of historical narratives as long as the generic commitments of history require the use of the available information about the past. The significance of constructivism is in the idea that narratives do not exist in the past – and nor can they be found or discovered in factual information or with recourse to it. Put bluntly: if something does not exist, it cannot be found but must instead be invented (WHITE 1978, p. 82).

Similarly, and as long as we are talking about a specifically *historical* consciousness, it seems unreasonable to overlook the role of the institution completely. Historical studies have a part to play in shaping historical consciousness – especially as long as the attitudes and values it produces are systematically promoted in schools and by the media. Because institutional commitments largely continue to define contemporary forms of historical writing and representation on the basis knowledge – and there is no direct or unmediated way in which knowledge can be carried over into representations –, the institutional desire of history to act as guardian of the past is unreasonable. If the institution of history were to better recognize the role of interpretation and presentist intentions, its relation to historical consciousness would perhaps become less complicated too.

Likewise, arguments concerning the presence of the past are often overstated. The past cannot (already by definition) be present except by some

means of representation: in this respect, constructivism appears extremely difficult to deny. Consequently all naïve, romantic or nostalgic thoughts about a “directly” or “innocently” available past and the lessons it can teach us in the present are equally problematic.

With respect to historical consciousness, the important issue is the function and purpose of the meanings that we attach to the past when speaking about it.

While such presentism has proven problematic in debates about historical studies, it does not seem to be nearly as controversial with regard to general thinking about the past or with respect to historical consciousness. Not surprisingly, contemporary consumers of the past are far more pragmatic in their daily lives than many professional historians are in their work. Indeed, it seems that the freedom afforded by popular historical consciousness for coping with uncertainty and making pragmatic interpretations in daily lives is only compromised by official history education and the popularization of the results of historical studies – at least as long as these latter forces choose to uphold the illusion of an epistemically sound and non-problematic relation between historical sources and interpretation.

Bibliographical references

AGNEW, Vanessa. Introduction: What is reenactment?. **Criticism**, v. 46, n. 3 p. 327-339, 2004.

24

_____. History’s affective turn: historical reenactment and its work in the present. **Rethinking History**, v. 11, n. 3, p. 299-312, 2007.

ANKERSMIT, F. R. [Historiography and postmodernism: reconsiderations]: Reply to professor Zagorin. **History and Theory**, v. 29, n. 3, p. 275-296, 1990.

_____. **Sublime historical experience**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

ASSMANN, Jan. **Religion and cultural memory: ten studies**. Transl. Rodney Livingstone. Stanford: Stanford University Press, 2006.

CLASSEN, Christoph; KANSTEINER, Wulf. Truth and authenticity in contemporary historical culture: an introduction to *Historical representation and historical truth*. **History and Theory**, v. 48, n. 2, p. 1-4, 2009.

COHEN, Sande. Disparity, information, and consumption: hello to an agonistics of the future. In: COHEN, Sande; RUTSKY, R. L. (eds.). **Consumption in an age of information**. Oxford; New York: Berg Publishers, 2005, p. 155-180.

DAVIES, Martin. **Historics: why history dominates contemporary society**. London; New York: Routledge, 2006.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. **History goes to the movies: studying history on film**. London; New York: Routledge, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. **Present pasts: urban palimpsests and the politics of**

- memory. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- ICKE, Peter P. **Frank Ankersmit's lost "historical" cause**: a journey from language to experience. London; New York: Routledge, 2011.
- IGGERS, Georg G. Historiography between scholarship and poetry: reflections on Hayden White's approach to historiography. **Rethinking History**, v. 4, n. 3, p. 373-390, 2000.
- JENKINS, Keith. **Why history?** Ethics and postmodernity. London; New York: Routledge, 1999.
- _____. Inventing the new from the old: from White's "tropics" to Vico's "topics" (Referee's report). **Rethinking History**, v. 14, n. 2, p. 243-248, 2010.
- KALELA, Jorma. **Historiantutkimus ja historia** [Historical research and history]. Helsinki: Gaudeamus, 2000.
- KLEIN, Kerwin Lee. On the emergence of memory in historical discourse. **Representations**, v. 69, n. 1, p. 127-150, 2000.
- LUKACS, John. **Historical consciousness**: the remembered past. New Brunswick: Transaction Publishers, 1994.
- MUNSLOW, Alun. **The future of history**. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- _____; ROSENSTONE, Robert A. (eds.). **Experiments in rethinking history**. London; New York: Routledge, 2004.
- OAKESHOTT, Michael. **Experience and its modes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985 [1933].
- PAUL, Herman. An ironic battle against irony: epistemological and ideological irony in Hayden White's philosophy of history, 1955-1973. In: KORHONEN, Kuisma (ed.). **Tropes for the past**: Hayden White and the history/literature debate. Amsterdam: Rodopi, 2006, p. 35-44.
- PIHLAINEN, Kalle. Of closure and convention: surpassing representation through performance and the referential. **Rethinking History**, v. 6, n. 2, p. 179-200, 2002.
- _____. History in the world: Hayden White and the consumer of history. **Rethinking History**, v. 12, n. 1, p. 23-39, 2008.
- _____. On history as communication and constraint. **Ideas in History**, v. 4, n. 2, p. 63-90, 2009.
- RUNIA, Eelco. Inventing the new from the old: from White's "tropics" to Vico's "topics". **Rethinking History**, v. 14, n. 2, p. 229-241, 2010.
- RÜSEN, Jörn. **History**: narration, interpretation, orientation. New York: Berghahn Books, 2005.
- WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

- _____. **Tropics of discourse:** essays in cultural criticism. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.
- _____. **The content of the form:** narrative discourse and historical representation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.
- _____. **Figural realism:** studies in the mimesis effect. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.
- _____. Politics, history, and the practical past. **Storia della Storiografia**, v. 61, p. 127-134, 2012.
- YOUNG, James E. **At memory's edge:** after-images of the Holocaust in contemporary art and architecture. New Haven: Yale University Press, 2000.
- ZAGORIN, Perez. History, the referent, and narrative: reflections on postmodernism now. **History and Theory**, v. 38, n. 1, p. 1-24, 1999.

Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History**

Scholars on the hot seat, or ‘how does each one write History?’: the clash between academic and non-academic historians in Brazil in the light of the debates on Public History

Jurandir Malerba

jurandir.malerba@pucrs.br
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Professor permanente
Av. Ipiranga, 6681, Prédio 3, Sala 303
90619-900 - Porto Alegre - RS
Brasil

Resumo

Indicadores diversos sugerem uma crescente demanda por história pelo público leigo nos últimos anos, demanda que vem sendo suprida por profissionais não treinados na academia. Os objetivos deste texto são os de pensar o próprio conceito de história pública e sua aplicabilidade no Brasil, assim como analisar três autores leigos que se tornaram *best-sellers* como escritores de história no Brasil. Nosso argumento é o de que a difusão massiva dessas obras tem implicações de ordem técnica e ética diante das quais cabe aos historiadores treinados no sistema de pós-graduação se manifestar.

27

Palavras-chave

Historiografia brasileira; História pública; Teoria da história.

Abstract

Different indicators suggest an increasing demand for history by the lay audience in the recent years, a demand that has been supplied by authors without formal academic training. The objectives of this paper are to think the concept of public history and its applicability in Brazil, and to analyze the contributions of three lay authors who have become best sellers as writers of history in Brazil. Our argument is that the mass dissemination of these works has implications both from a technical and ethical standpoint, and that it is a task of university-trained historians to have a position in regard to them.

Keywords

Brazilian Historiography; Public history; Theory of history.

Recebido em: 12/9/2013

Aprovado em: 18/11/2013

* Texto modificado da comunicação originalmente apresentada no congresso The Future of The Theory and Philosophy of History, ocorrido na cidade de Gante, Bélgica, entre os dias 10 e 12 de julho de 2013. Pela generosidade das leituras em primeira mão, minha gratidão aos colegas Carlos Fico, Pedro Caldas e Sérgio Ricardo da Mata. Agradeço ainda a Bruno Leal, Daniel Becker e Eduardo Kafer pelo apoio na coleta de dados, assim como a contribuição profissional dos consultores *ad hoc* que avaliaram este texto para a presente publicação em *História da Historiografia*. Esta pesquisa foi desenvolvida com bolsa Produtividade do CNPq.

É bastante sintomático que a discussão acadêmica sobre *Public History* não tenha jamais sido desenvolvida no Brasil, como foi em outros países, não obstante muitos profissionais brasileiros confrontarem-se diariamente com as questões próprias desse fluido subcampo – tenham ou não consciência disso seus praticantes. Nestes dias de turbulentos debates e nos que tramita em regime de urgência no Congresso Nacional o PL 4.699/2012, do senador Paulo Paim (PT), que trata da profissionalização do historiador, com nervosas vozes em contra e a favor, a discussão teoricamente orientada sobre o que fazem e quem são os historiadores que ocupam a esfera pública faz-se, mais que apropriada, urgente (Cf. MOTTA 2013; MARSHALL 2013; GRINBERG 2013).¹

Embora a prática seja muito anterior, muitos autores já mostraram como o conceito de “história pública” surgiu com a grande crise de empregos da década de 1970 nos Estados Unidos, quando o historiador Robert Kelley, entre outros, procurou conceituar esse fenômeno do surgimento (ou da criação!) de carreiras ou de um potencial mercado de trabalho alternativos à carreira acadêmica para historiadores que não conseguiam ingressar nos postos das universidades. Assim, “Public History,” definiu Kelley, “refere-se ao emprego de historiadores e do método histórico fora da academia” (KELLEY 1978 *apud* DAVISON 1991; HOLL 2008, p. 30 e ss.).² Ao longo de quatro décadas, a expressão *Public History* veio se constituindo num campo marcadamente abrangente, difuso e mutante, inclusive com acepções diferentes conforme sua prática nacional, como veremos a seguir. Como observaram Jill Liddington e Simon Ditchfield:

28

O uso consciente do termo “história pública” cresceu de maneiras distintas – em lugares, momentos e de maneiras diferentes. Ela varia entre os países relativamente “novos” que se reinventam como repúblicas (e. g. Estados Unidos) ou que se definem como distintos do seu passado colonial (por exemplo, Austrália); “velhas” nações (por exemplo, a Grã-Bretanha), que podem eventualmente se sentir mais confortáveis com a palavra “herança”; e entre, digamos, as nações de língua francesa ou italiana, que usam uma terminologia diferente (por exemplo, *patrimoine* na França e *patrimonio* na Itália, sendo que ambos termos têm conotações nacionais muito particulares) (LIDDINGTON; DITCHFIELD 2005, p. 40, tradução nossa).

Em outro trabalho anterior, Liddington já se perguntava sobre o que seria, afinal, a tal *Public History* e sobre o que fazem os *Public Historians* (LIDDINGTON 2002, p. 83-93).³ O fenômeno é sensível em todo lugar. Na Europa e nos Estados Unidos (assim como na Austrália), por exemplo, ganharam picos de audiência programas de televisão como as séries *A history of Britain*, de Simon Schamma (exibida na BBC), ou o documentário dramatizado *A Band of Brothers*, de Steven

¹ Só muito recentemente historiadores brasileiros voltaram-se ao conceito, como se ilustra com a inserção de um simpósio temático sobre Conhecimento Histórico e Diálogo Social no Simpósio Nacional de História da ANPUH em Natal, em julho de 2013. A bibliografia em língua portuguesa é exígua. Cf. ALMEIDA; ROVAI 2011.

² Os historiadores estão até hoje discutindo sobre o significado da expressão *Public History*. Ver: H-PUBLIC; “Public History, Public Historians, and the American Historical Association Report of the Task Force on Public History Submitted to the Council of the Association”, December 2003. Disponível em: www.historians.org/governance/tfph/TFPHreport.htm.

³ É tão notável o estranhamento desses conceitos no Brasil que chega a se refletir nas traduções, que muito deixam a desejar: “história pública” ou “historiadores públicos”.

Spielberg, que foi veiculado na TV aberta no Brasil; ou, ainda, as discussões em programas de todo tipo de mídia (internet, TV, rádio) sobre memória, lembrança, trauma, luto e esquecimento (em países com experiências devastadoras da Segunda Guerra, como a Alemanha, o Japão, a Inglaterra e os Estados Unidos, ou que passaram por regimes políticos de exceção, como a Argentina, o Chile e o Brasil).⁴ O entusiasmo pela história viva⁵ contagia as nações. No Brasil, onde os folhetins televisivos têm grande audiência, incontáveis minisséries de sucesso tiveram como enredo questões de fundo histórico. Seguindo a moda estrangeira, inúmeras revistas de história com fim de divulgação científica circulam hoje no país.⁶ Em suas mais diversas formas de apresentação popular, também aqui o passado nos cerca. Editores, publicitários e homens de mídia em geral descobriram que o passado pode representar bons negócios. Uma ampla demanda social por história é patente, e historiadores rompem a “torre de marfim” para tornarem-se *personas* públicas. Mas, afinal, como hoje se define essa tal de *Public History*? Sem qualquer pretensão de “esgotar” a discussão, mas com o intuito deliberado de mapear o debate, muito pouco ou quase nada explorado em nossa língua, podemos generalizar reconhecendo a existência de diferentes acepções do termo, que geram práticas diversas conforme distintas tradições historiográficas nacionais.

Robert Kelley apontava que “historiadores públicos entram em ação sempre que, em suas especialidades, tomam parte no processo público” (KELLEY 1978). Desde então, e rapidamente, a *Public History* tornou-se um campo de aberta polêmica nos Estados Unidos da América. A geração de radicais do Vietnã contestou as pretensões da velha elite branca de uso e posse exclusivos do passado; e criticou as nostálgicas “vilas museus” fundadas pelo capital privado⁷ por distorcerem o passado, mistificarem o modo como o presente se constituiu e, desse modo, contribuírem para inibir a ação política na construção do futuro (WALLACE 1986, p. 146).

Desde o final dos anos 1990, nos Estados Unidos, a *Public History* encontra-se institucionalizada dentro das universidades. Em 1996, o National Council on Public History (NCPH) já arrolava mais de cinquenta programas de pós-graduação (*graduate studies*, nosso *Stricto Sensu*) voltados, em geral, para cursos principais em História e Administração Pública com habilitações em áreas como História Oral, Administração de Arquivos, Planejamento Urbano e História Ambiental. As universidades católicas estão na ponta do processo. A Howard University, em Washington D.C., sustenta a Association for the Study of Afro-

⁴ Cf. o estimulante livro de Bevernage (2012), que se serve dos casos da Argentina, África do Sul e Serra Leoa para refletir sobre o passado que não passa, a desconstrução do tempo e a história e o trabalho de luto.

⁵ A Ediouro mantém uma importante revista com esse título: *História viva: a história que está acontecendo agora*. Disponível em: http://www.ediouro.com.br/site/magazines/content_magazine/5. Acesso em: 20 maio 2014.

⁶ Em 2003, o jornal *Estado de São Paulo* anunciava o início das atividades da revista *Nossa História*, então a mais importante do país, com tiragem inicial de 50 mil exemplares. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/artelazer/2003/not20031022p509.htm>. Acesso em: 20 maio 2014. Do fim da parceria da Fundação Biblioteca Nacional (FBNRJ) e Editora Vera Cruz surgiu a *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Cf. RIBEIRO; AMOROSO 2010.

⁷ Como o Rockefeller's colonial Williamsburg (um imenso parque temático na Virginia que possui até um *spa*, bancado pela Fundação John D. Rockefeller Jr) ou a Henry Ford's Greenfield Village, financiada pela fundação homônima, em Dearborn, Michigan. Não temos nada parecido no Brasil com essa envergadura comercial.

-American Life and History; já a Middle Tennessee State University, próxima a Nashville, mantém tanto a Country Music Foundation como a famosa Graceland, em Memphis. Entre os postos de trabalho conquistados por estudantes formados destacam-se o gigante National Park Service (NPS) e a Smithsonian Institution, a US Senate Historical Office, assim como o Wells Fargo Bank, o Gene Autry Museum e o Lower East Side Tenement Museum, em New York (NCPH 1996; RITCHIE 2001).⁸ Num país como o nosso, em que o Ministro da Educação pergunta “o que museu tem a ver com Educação?”, torna-se até difícil conduzir essa discussão (KAZ 2013).

Na Austrália, informa-nos ainda Jill Liddington, a história abriu-se ao mercado como em nenhum outro lugar. O jornal acadêmico *Australian Historical Studies* anuncia com entusiasmo que os historiadores *freelance* atuam como verdadeiros microempresários; e os negócios crescem vertiginosamente (LIDDINGTON 2002, p. 86). Já na Inglaterra, a *Public History* foi pautada pela discussão sobre “herança” e memória. A disputa da memória pública aconteceu em dois polos: um com forte apelo à tradição (conservador, por assim dizer) e outro popular, *grass roots*, proposto pelo historiador socialista Raphael Samuel (LIDDINGTON 2002, p. 87; WRIGHT 1985, p. 53-55; HEWISON 1987, p. 31, 55, 111-118).⁹

Ainda na Inglaterra, Ludmilla Jordanova propôs uma perspectiva diferente de prática da *Public History*, a “história como entretenimento”, por meio da qual uma elite profissional – não apenas “treinada” na universidade, mas composta por acadêmicos altamente competentes que debatessem entre si regularmente por meio de suas publicações e conferências – em colaboração com uma ampla rede de companhias midiáticas, editores e museus, deveria ser capaz de alcançar um vasto público leigo (JORDANOVA 2000, p. 6). Em todo caso, ficam patentes: 1. a questão do *treinamento profissional* para quem quer que pretenda explorar a história e levá-la ao grande público; 2. o imperativo da consideração da questão da *audiência* na definição do que seja e de como se deve praticar a história pública. Historiadores “públicos” devem estar sempre precavidos de sua audiência e, certamente, sempre desejarão, desde o início de uma ideia ou projeto, alcançar um público cada vez maior de espectadores ou leitores de modo a facultar acesso ao passado ao grande público. O problema, a meu ver, é quando a audiência cada vez maior a qualquer custo se torna um fim em si mesmo (WINTER 1996, p. 169). Procuraremos tratar esses dois temas a seguir.

Um ponto fundamental a se considerar na busca de uma definição categórica de *Public History* é a questão da formação de seus praticantes. Autores como Jack M. Holl sustentam que as atividades profissionais de “historiadores práticos”¹⁰ e “acadêmicos” são eminentemente distintas, não obstante o *common ground* que compartilham. Para Holl, o que distingue os historiadores práticos não é

⁸ O site <http://www.publichistory.org> inclui resenhas, dicas de empregos, além de oferecer outros serviços.

⁹ Liddington resgata a importância da experiência de Samuel no Ruskin College, uma faculdade para adultos que, a partir de 1996, com Samuel à frente, ofereceu um MA em tempo parcial em *Public History*. Seu programa incluiu o estudo de memória popular e história visual junto com um grupo de discussão em *Public History* dedicado a fazer a ponte entre a academia e o “mundo real”. Cf. <http://www.ruskin.ac.uk/prospectus>. Acesso em 27 jul. 2014. Ver também KEAN; MARTIN; MORGAN 2000; SAMMUEL 1994, p. 242, 207, 210, 297.

¹⁰ A terminologia para designar os historiadores não treinados na universidade é ampla: *historymakers*, *popular historians*, *lay historians* (escritores de história, historiadores populares, historiadores leigos).

sua bagagem intelectual, adquirida por meio do treinamento (mormente nas universidades) que eles compartilham com os historiadores acadêmicos, mas sim sua cultura de trabalho, que é moldada por identidades, perspectivas, missão e valores distintos. Alguns historiadores têm enfatizado esse terreno comum compartilhado por historiadores “práticos” e acadêmicos. Celebrar esse entendimento de um suposto “terreno comum” entre ambos, no entanto, pode mascarar as diferenças culturais fundamentais entre os historiadores que praticam história no sentido de sua vulgarização e historiadores com formação técnica que, ademais, ensinam (HOLL 2008, p. 30). De qualquer modo, em todos os países mencionados acima, onde se pratica e se discute a “história pública”, “*popular historymakers*” e “*professional historians*” (bem entendido, historiadores acadêmicos!) passam ambos por uma formação de *expertise*, um treinamento (universitário) especializado.

Aquela definição de Kelley segundo a qual a diferença primordial entre historiadores práticos e acadêmicos residiria apenas em seu lugar de atuação profissional (um atuaria no circuito fechado da academia, e o outro, nos horizontes abertos pelas diversas mídias) perdurou por muitos anos. Escrevendo ainda em 2001, Donald Ritchie afirmava que tanto historiadores acadêmicos (mesmo atuando como intelectuais na esfera pública) quanto historiadores públicos nos EUA procuravam atingir grandes audiências, mais amplas que o círculo de seus pares. Enquanto acadêmicos, como intelectuais e cidadãos, podem comentar livremente sobre questões políticas atuais, os “historiadores públicos” tendem a utilizar suas habilidades de forma mais sutil para moldar a consciência pública por meio da apresentação da história em linguagem popular, em museus, sítios históricos, documentários e *websites*. Ritchie enfatizava, então, dois aspectos importantes: primeiro, mais uma vez, a importância da questão da “audiência” como fator fundamental da *Public History*. E, por outro lado, a inserção dos historiadores nos grandes debates públicos (RITCHIE 2001, p. 92).

Nesse último quesito, com pouquíssimas exceções, devemos reconhecer que a historiografia acadêmica brasileira ainda tem jogado um papel muito tímido, ao abrir mão da ocupação dos espaços públicos de debate para manter-se confinada nos circuitos fechados da academia. Ainda segundo Ritchie (2001, p. 93), “[...] historiadores públicos [leigos] geralmente se abstêm de expressar publicamente opiniões pessoais sobre questões políticas. Em vez disso, eles preferem utilizar suas habilidades de forma mais sutil no trabalho de moldar a consciência pública por meio da apresentação do passado em lugares públicos”.

O crescimento desse campo sem fronteiras muito definidas que se chamou de *Public History* articula-se de modo orgânico com a recente explosão ruidosa de formas populares de apresentação do passado. Esses mesmos fenômenos acontecem em maior ou menor medida no Brasil: constata-se uma sensível demanda social por história nos mais diversos espaços de formação de opinião fora das universidades, novos lugares de exercício da profissão, uma demanda crescente de consumo popular de história, verificável no aparecimento de

revistas especializadas de divulgação com grandes tiragens¹¹ e, por outro lado, uma agressiva produção “historiográfica” que insiste em se autopromover como uma “nova história” – não acadêmica, diferente e superior àquela. Tal ampliação gigantesca do interesse pelo campo, levada a cabo por profissionais tanto internos como externos à área acadêmica da história, tem duas implicações incontornáveis. A primeira é que o interesse pelo passado, ou, ao menos, suas formas populares de apresentação, atualmente nos cercam por todos os lados. Hoje o passado significa “negócios” e, não menos importante, “poder”! Um segundo ponto que distingue o Brasil dos outros casos que vimos apresentando é que, lá em outros países onde se pratica e se discute o estatuto da *Public History*, historiadores acadêmicos, com formação universitária, compartilham o mesmo *common ground* dos produtores de versões populares da história.¹² Os historiadores “públicos” no exterior, que conquistaram ou criaram novas áreas de atuação profissional, seja em organismos estatais ou privados, na mídia, em museus e arquivos, em sindicatos e associações de classe, seja nos novos canais virtuais, todos eles têm formação, treinamento universitário profissional no tratamento dos princípios ou fundamentos da história como ciência. Ora, isso não é o que se passa no Brasil, onde a perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício.

32

Neste ensaio, meu objetivo é o de pensar a prática da história não acadêmica no Brasil à luz de algumas dessas questões suscitadas pelos debates da *Public/Popular History*. Qual o perfil e que tipo de história esses historiadores práticos produzem? Quais as implicações de uma historiografia orientada pelos negócios ou pelo mercado?

Conforme já observaram alguns autores importantes como Roy Rosenzweig, o lado bom da coisa é que existe uma demanda social enorme por história, ou seja, a história está “bombando” (ROSENZWEIG 2000, p. 35-38). Mas há também um lado sombrio desse fenômeno, que é justamente o da qualidade dessa história feita por pessoas sem treinamento profissional. Um dos maiores especialistas na área, Roy Rosenzweig, é muito crítico. Essa história produzida por leigos costuma ser uma história muito ruim. A história social, processual, interpretativa, estrutural, analítica, crítica, não chega ao grande público, e sim a história paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas. Para Rosenzweig, a história é importante para o público. O problema é que essa história popular é de qualidade questionável.

¹¹ Como *História viva*, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, *Aventuras na História*, *Leituras da história*, *Desvendando a História*, *BBC História*, *História em curso*, e outras revistas exclusivamente virtuais: história e-história, disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br>. Acesso em 14 maio 2014; *Histórica – revista online do Arquivo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/> sobre. Acesso em 27 jul. 2014. As redes sociais têm um papel importante para a divulgação do interesse pela história. O Café História (<http://cafehistoria.ning.com>) conta com cerca de 50 mil membros, 24 mil amigos no Facebook e 145 mil seguidores no Twitter.

¹² “Populares” sem nenhuma conotação pejorativa, mas apenas no sentido de uma história que se projeta a alcançar uma audiência de massa e, portanto, a se popularizar.

São dois tipos de histórias de qualidade duvidosa as produzidas com vistas ao grande público. Parte delas se resume a histórias triviais de família, coleções de objetos pessoais (selos, cartas, diários), biografias ornadas com as lembranças e preconceitos dos mais velhos. E, por outro lado, temos a velha história oitocentista de grandes fatos e personagens, a história *événementielle* que tanto combateu Lucien Febvre. Rosenzweig mostra-se preocupado com isso no sentido de que “historiadores não profissionais têm suas próprias preferências, desejos e caprichos, e essas histórias orais pessoais, de grupo ou bairro podem ser demasiado estreitas e paroquiais”. A história factual, dos grandes personagens e episódios, foi massivamente criticada desde a virada do século XIX para o XX, para retomarmos o assunto aqui.¹³ Contadores de estórias populares, não treinados na reflexão histórica para a formulação de problemas, na pesquisa documental e na análise teórica e metodologicamente embasada, tanto os que enfatizam a experiência pessoal e o depoimento de primeira mão quanto os que constroem narrativas enredadas como sagas, na maioria das vezes subestimam estruturas envolventes maiores ou conjuntos complexos de fatores constituintes de qualquer acontecimento ou processo histórico (GRAHAM, JR. 2000).

Certamente há muitas décadas historiadores leigos vêm tendo uma importante participação pública no Brasil. Os especialistas concordam em que a historiografia brasileira teve início no século XIX, nas arcadas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, produzida eminentemente por bacharéis em Direito e diplomatas, enfim, leigos. Ao longo do século XX, os maiores historiadores brasileiros, que se tornaram canônicos, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr e Raimundo Faoro, eram autodidatas. Mas o nosso foco não é essa história não profissional. Também data do final dos anos 1970 e, sobretudo, dos anos 1980 o movimento de grande difusão editorial que tornou famosos como escritores de história muitos jornalistas como Ruy Castro, Fernando Morais, Zuenir Ventura, Jorge Caldeira e, depois, Elio Gaspari. Eles escreveram uma espécie de “jornalismo de época” de qualidade, na melhor acepção do termo “história popular”. Dedicaram-se à escrita de biografias de personagens famosos, apoiando-se em pesquisa bibliográfica e documental rigorosa e numa linguagem saborosa, com enredos de romance. Com o sucesso desse nicho de mercado, passaram a escrever sobre períodos históricos, como os da época da bossa-nova, o Rio de Janeiro da época de D. João VI ou os anos da ditadura militar. Além de boa informação e de uma prosa de alta qualidade, esses livros tinham em comum tiragens enormes, contando-se em dezenas de milhares de exemplares vendidos em poucas semanas depois do lançamento. Como homens de mídia (eles próprios a “cara” da mídia), com nomes reconhecidos e de credibilidade, não lhes foi difícil usar a seu favor os meios de comunicação onde já atuavam havia

¹³ Para uma introdução no assunto, ver MALERBA 2013.

décadas.¹⁴ Seu trabalho pioneiro foi decisivo para a expansão do público leitor de história no Brasil.

A demanda crescente por história do público não especializado é um fato que só os gestores da educação no Brasil não enxergam com propriedade, haja vista o expurgo das disciplinas de história dos *currícula* do ensino fundamental e médio em favor das matemáticas e da língua portuguesa. Como índice dessa explosão de demanda pública por história poderíamos indicar o surgimento de inúmeras revistas de divulgação científica, um número crescente de programas de televisão, entre novelas e minisséries, redes sociais e *websites*, que têm a história como tema. As revistas de divulgação, em particular, cumprem o papel que as discussões sobre *Public History* reclamam. Nas palavras de Luciano Figueiredo, historiador acadêmico e antigo editor da mais importante revista de divulgação do Brasil, a *Revista de História da Biblioteca Nacional*:

História e ciências humanas têm um expressivo papel mobilizador junto aos indivíduos e grupos, uma vez que lidam com identidade, memória, participação e organização públicas, interação e confrontos, assim como condições de existência. São processos que têm uma linha direta com o debate nas universidades e centros de pesquisa e, por isso, difundir o que pensamos ali é alcançar interlocutores até então alheios, reformular conceitos cristalizados por aí, formar novos referenciais de consciência. Logo, cuidar da formação de um público. Desde aqui deve ficar claro o que chamamos de “divulgação científica” para não embaralharmos a discussão proposta por esta entrevista. Trata-se da apresentação de conhecimento acadêmico, acompanhada por especialistas da área, sob novas formas e suportes, para um público ampliado (RIBEIRO; AMOROSO 2010).¹⁵

34

Mas o foco de análise aqui também não são os veículos de divulgação científica, produzidos por profissionais treinados e que cumprem um importante papel de colocar a história crítica, documentada e teoricamente fundamentada ao alcance do grande público, em particular como subsidiária da atividade docente no ensino básico (fundamental e médio). Trata-se de outro fenômeno, que surgiu no vácuo das ruidosas comemorações do quinto centenário da “descoberta” do Brasil. No final dos anos 1990, um jornalista esportivo

¹⁴ De Ruy Casto, entre outros sucessos, são *Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa-Nova* (1990); *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues* (1992); *Estrela solitária. um brasileiro chamado Garrincha* (1995); *Carmen: uma biografia* (2005); *Era no tempo do rei: um romance da chegada da corte* (2007). De Fernando Morais, *Olga* (1985); *Chatô, o rei do Brasil* (1994); *Os últimos soldados da Guerra Fria* (2011). De Zuenir Ventura, *1968: o ano que não terminou* (1995); *Chico Mendes: crime e castigo* (2003); *1968: o que fizemos de nós* (2009). Totalmente fixados no território da história, são de Jorge Caldeira: *Noel Rosa, de costas para o mar* (1992); *Mauá, empresário do Império* (1995); *Viagem pela História do Brasil* (1997); *A nação mercantilista: ensaios sobre o Brasil* (1999); *A construção do samba* (2007); *Brasil – a história contada por quem viu* (2008). Elio Gaspari publicou a polêmica tetralogia sobre os anos da ditadura civil-militar no Brasil: *A ditadura envergonhada* (2002); *A ditadura escancarada* (2002); *A ditadura derrotada*, 2003; e *A ditadura encurralada* (2004).

¹⁵ No momento em que reviso este texto para publicação, chega-me às mãos um volume, *História do Brasil para ocupados*, organizado por Luciano Figueiredo, em que o editor reuniu cerca de oitenta pequenos textos, muitos veiculados pelas revistas de divulgação como a *Revista de História da Biblioteca Nacional*, de que foi editor por anos. Em seis grandes capítulos (Pátria, Fé, Poder, Povo, Guerra e Construtores), o editor apresenta uma proposta inovadora de escritura histórica para o grande público, numa história do Brasil “arranjada como um caleidoscópio”. O diferencial dessa obra é o de que, nessa estrutura narrativa que foge ao ordenamento cronológico e à utilização do pesado arcabouço teórico em que se amparam os historiadores, oferece-se uma leitura prazerosa e ao mesmo tempo arejada que traz a público (e ao grande público) as mais recentes aquisições científicas produzidas na academia. Já não é mais possível repetir o mantra de que os historiadores acadêmicos são chatos ou não sabem escrever. Cf. FIGUEIREDO 2013.

gaúcho, com boa experiência editorial, percebeu que havia um potencial nicho de mercado para a história no país. Para aproveitar a onda mercadológica das efemérides, Eduardo Bueno apresentou a uma grande editora o projeto de uma coleção, *Terra Brasilis*, composta inicialmente por três obras: *A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral* (1998); *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil* (1998); e *Capitães do Brasil: a verdadeira história da expedição de Cabral* (1999). Em 2006, por coincidência ou não do auge dos escândalos políticos do governo federal no Brasil ("Mensalão"), apareceu o quarto volume, *A coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia, 1548-1558*. Esses livros superaram o patamar de milhão de cópias vendidas. Seu autor virou uma espécie de celebridade e passou a dar consultoria e apresentar programas na maior rede privada de televisão do país, a Rede Globo.

Essas obras já foram amiúde resenhadas pela crítica acadêmica, que nelas destacou a fórmula de seu sucesso. O autor apresenta a história do país numa prazerosa narrativa na forma de saga, na qual o destaque recai em personagens excêntricos envolvidos em grandes aventuras, quase no estilo "capa e espada". Porém, no caso desses livros dedicados ao descobrimento e à colonização do Brasil, por exemplo, descarta-se a abordagem de processos mais amplos, da perspectiva global, da formação do capitalismo comercial, do contexto europeu, da sociedade estamental portuguesa, do caráter do Estado português e da posição do Portugal da Contrarreforma entre as potências europeias no início da Era Moderna. Assim, nessas obras, do ponto de vista teórico, a base de explicação do devir histórico é carlyleana: é a ação de pessoas iluminadas, verdadeiros heróis, que move a história (MALERBA 2010, p. 191-211); ou a ação de vilões, homens sem caráter, mulheres sem moral. Juízos de valor e supostas características psicológicas como fidelidade, impetuosidade, coragem, imaturidade, futilidade, imoralidade estão na base das ações desses personagens. Politicamente, a obra de Bueno é muito conservadora, pois sua narrativa linear não comporta crítica nem análise; por outro lado, sua perspectiva compartilha com a historiografia do século XIX o fato de ser marcadamente eurocêntrica, como quando discute a exploração dos índios ou a mão de obra escrava. Já se apontou também a grande dívida que o autor tem para com a historiografia acadêmica, nem sempre devidamente creditada.¹⁶ Talvez até por estratégia de marketing, Bueno adora dizer que escreve diferente e melhor que os historiadores acadêmicos e já protagonizou diversos embates diretos contra eles.¹⁷ Bueno faz questão de referir-se desdenhosamente aos

¹⁶ O uso que o autor faz, por exemplo, da obra de Carlos Malheiros Dias, *História da colonização portuguesa do Brasil* (Porto, 1921), é, para usar de um eufemismo, muito problemática para os parâmetros da ética acadêmica. Cf. AVELINO 2000, p. 333-337. Veja-se também Maia 2010.

¹⁷ Na reportagem apresentada por Catarina Wrede é retratada parte da polêmica entre historiadores e Eduardo Bueno a partir de seu quadro "É Muita História", que foi apresentado no programa dominical *Fantástico*, da Rede Globo, durante alguns meses de 2008. Apresentado pelo jornalista e escritor Eduardo Bueno e pelo jornalista Pedro Bial, o quadro teria "o intuito de aproximar a história do Brasil do povo e torná-la interessante aos seus olhos". Mas o resultado foi bastante polêmico entre professores e historiadores. A Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh) manifestou-se à época. Manoel Salgado Guimarães, então presidente da Associação, focou sua crítica no tom do programa. "A forma como a história é transmitida no programa é que nos irrita na Anpuh. O tom é sempre de galhofa. Parece, pelo quadro, que fazer história é uma pilhéria. Por que só conseguimos lidar com o nosso passado dessa maneira? Por que não uma abordagem séria dos fatos, com múltiplas visões que ampliem os horizontes do público? O programa se prende a um

historiadores acadêmicos, a quem chama de historiadores oficiais ou de “facções mumificadas da classe acadêmica”. E se pergunta: “Será que os historiadores brasileiros não se envergonham perante o que o Eduardo Bueno e o Jorge Caldeira fizeram? Porque toda minha obra é fruto da vergonha que eu sentia por conhecer tão pouco da história do meu país” (NUNES 2010; BONALDO 2010, p. 13-134). Essa avaliação negativa da historiografia acadêmica, contudo, não se pode explicar senão por algum ardil ou estratégia de marketing, já que o próprio Bueno não faz pesquisa documental e escreve história ancorado, basicamente, na historiografia corrente e em cronistas de época. Por outro lado, a avaliação da qualidade da historiografia acadêmica brasileira por profissionais de outros países é bem diferente da dele. Em recente avaliação, o premiado historiador Marshall Eakin, ex-diretor da Brazilian Studies Association, faz uma avaliação e um prognóstico bem distintos da historiografia brasileira:

Desde os anos 1980, a historiografia brasileira tem atingido uma fase de maturidade, dinamismo e qualidade que é impressionante [...]. Conforme as universidades e a comunidade de historiadores continuarem a crescer nas próximas décadas, o Brasil, sem dúvida, continuará não só a produzir historiografia de alta qualidade sobre a história nacional, mas também irá expandir o alcance e a qualidade do trabalho sobre outras áreas do mundo (EAKIN 2011, *passim*, tradução nossa).

36

Essa fúria contra a historiografia acadêmica e gana mercadológica pela história não são prerrogativas da história popular tupiniquim. Em recente resenha de um conjunto de obras, o etno-historiador e professor da University of Missouri-St. Louis, Frederick Fausz, faz um diagnóstico certo do fenômeno da entrada da indústria do entretenimento nos canteiros de Clio:

Nesta “era Harry Potter”, a rentabilidade dos livros que entretêm supera em muito a qualidade dos livros que educam, com base na profecia autorrealizável de uma indústria editorial guiada pela oferta, indústria essa determinada a demonstrar que há pouca demanda do público por estudos sérios. Essa mentalidade de mercado de massa atinge o seu pico durante grandes aniversários, quando o impacto intelectual de livros produzidos por especialistas acadêmicos é superado pelo apelo comercial de livros escritos por jornalistas. Sobrecapas encantadoras alardeando um livro de importância exagerada muitas vezes disfarçam a decepção de títulos errados, simplesmente se acrescentando “A verdadeira estória” (FAUSZ 2007, p. 576-581).

“A formação de leitores começa por Harry Potter”, afirma Laurentino Gomes (PERES 2010), outro conhecido jornalista que, com suporte midiático e visão estratégica e aproveitando-se da efeméride dos 200 anos da transferência da corte para o Brasil (1808-2008), emplacou uma obra que se tornou *best-seller* em poucos meses e que, durante anos, tem ficado entre os mais vendidos livros de não ficção. *1808* é o título do livro, cujo subtítulo é “Como uma

tipo de divulgação que a historiografia já rompeu há muito tempo”, dizia então Manoel Salgado Guimarães. Cf. WREDE 2008. Cf. as críticas do historiador Julio Bentivoglio ao programa comandado por Bueno na Rede Globo (BENTIVOGLIO 2012).

rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil” (GOMES 2007). Em comum com Bueno, a abordagem episódica, a linguagem coloquial, romanesca, e o sucesso de vendas.¹⁸ A fórmula é a mesma: história no formato de saga; nas veladas explicações históricas, ênfase na psicologia dos personagens, que são condenados ou absolvidos como heróis ou parvos de mau-caráter. O sucesso de sua primeira obra foi tão instantâneo e estrondoso que o autor logo emplacou outro *best-seller*, 1822, que se refere ao ano da Independência do Brasil. Publicado em 2010, o livro já atingiu as centenas de milhares de exemplares vendidos. Seu título completo é *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado* (GOMES 2010). Embora alguns autores provenientes da academia, movidos, talvez, pelo interesse de entrarem ou manterem-se nesse nicho, tenham recebido bem a obra de Gomes (FRANÇA 2007; DEL PRIORE 2007, p. 126-128),¹⁹ sob a perspectiva da história crítica, suas fragilidades são gritantes.

Dedicado a “professores de História no seu trabalho anônimo de explicar as raízes de um país sem memória”, (GOMES 2010) o livro 1822, por sua vez, esmera-se para divulgar a mais simplista e conservadora interpretação sobre o complexo processo que levou à emancipação política do Brasil frente a Portugal. Mais uma vez, desconsidera-se o imperativo e a dinâmica das forças históricas em ação, desde a estrutura de poder do Antigo Regime português, que se dissolvia ante o indomável movimento liberal que assolava a Europa da época napoleônica, ou a tensão entre as potências europeias pelo domínio do Atlântico, até a posição do Brasil no sistema global de trocas comerciais, o papel das famílias e fortunas geradas do/no tráfico negreiro, a estrutura social clivada pela escravidão no Brasil, a participação de camadas populares (libertos e homens pobres em geral), as ideologias e projetos de futuro em contenda, a batalha pela opinião pública por meio da imprensa, o papel das sociedades secretas, ou o peso das guerras de independência nos emergentes vizinhos do antigo sistema colonial espanhol que também se dissolvia.²⁰ Restam só os grandes homens, os grandes atores, senhores onipotentes dos desígnios da história. E, mais, abandonando completamente qualquer tentativa de enfeixar quaisquer conjuntos de elementos para a explicação do “1822”, o autor assume a ideia mais simplória de que independência não deve ser explicada, mas sim servir de fator explicativo. A independência teria sido apenas um produto da sorte, do acaso - um improviso, por assim dizer. É da ação voluntariosa de homens oniscientes - uma princesa austríaca, um militar mercenário inglês, um príncipe epilético, os deputados das Cortes em Lisboa e um “homem sábio”, José Bonifácio - que partem as ações cruciais que levariam à independência. E,

¹⁸ Estima-se que 1808 já tenha vendido mais de dois milhões de exemplares, em várias edições e reimpressões. Em 2008, 1808 recebeu o prêmio de melhor Livro de Ensaio da Academia Brasileira de Letras e o Prêmio Jabuti de Literatura na categoria de livro reportagem e de livro do ano de não ficção.

¹⁹ Sobre o fenômeno editorial, ver COLOMBO 2008.

²⁰ Para duas obras coletivas que reúnem a bibliografia básica sobre esses temas, ver JANCSÓ 2005 e MALERBA 2006.

dado importante, essas decisões só poderiam ser tomadas por estrangeiros e portugueses, jamais por brasileiros.

Não isento de erros factuais básicos – o que não deixa de ser uma ironia –, o livro, como propõe o autor, pretende ser um “mosaico” de personagens e episódios. A narrativa, que talvez tenha na biografia de Dom Pedro seu fio condutor, embaralha-se na sequência voluptuosa de acontecimentos distintos, dos grandes episódios consolidados pela historiografia monarquista tradicional do século XIX e até de segredos de alcova que não se engatam a qualquer lógica explicativa consequente. Do ponto de vista da formação crítica do potencial leitor, o livro chega a ser pernicioso, ao sugerir que são os grandes embusteiros os que fazem a história, que, desde seus primórdios como entidade política autônoma até os dias de hoje, o Brasil é incapaz de se autogovernar e que a construção da nação brasileira é um projeto malogrado (OLIVEIRA 2010, p. 92). A tirar pela sedução das grandes tiragens de 1808 e 1822, não surpreenderá assistirmos na sequência outras a “continuações”: 1889,²¹ 1930, 1932 (especial para paulistas), 1964, 1992, 2003...

Radicalizando e potencializando as características da escrita histórica feita por historiadores leigos no Brasil, em 2009 apareceu um livro que logo entrou para a lista de *best-sellers*, alcançando a marca de mais de 100 mil exemplares vendidos em poucas semanas. Trata-se do *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch (2009). Do ponto de vista da produção da escrita histórica, o texto se apoia na historiografia disponível, ora para corroborar seus argumentos, ora para detratá-la quando dela discorda. Sob a bandeira do “politicamente correto”, mal se disfarça uma visão altamente conservadora, quando não reacionária, retrógrada, eurocêntrica e preconceituosa da/sobre a história do Brasil. Por exemplo, em relação a negros e índios, Narloch reproduz uma interpretação típica das classes senhoriais brasileiras do século XIX segundo a qual a construção do Brasil foi obra de europeus (portugueses) e o Brasil fez-se quase que apesar da existência de negros e índios.²² Segundo essa interpretação, baseada numa filosofia iluminista e hegeliana da história, de acordo com a qual a civilização europeia estaria na ponta de um processo civilizatório único, teleológico e universal rumo à perfectibilidade humana – e, portanto, aos europeus caberia levar as luzes de sua civilização aos povos mais atrasados –, a melhor coisa que aconteceu com os índios brasileiros e com os negros trazidos de África foi seu encontro com os portugueses, seus verdadeiros libertadores. Não vou rebater essas inverdades, replicando com historiografia, pois não é disso que se trata, mas aguça a curiosidade intelectual pensar na razão do aparecimento de “leituras” tão francamente conservadoras numa época como a que vivemos, quando se discute socialmente e se aplicam no Estado diferentes políticas de inclusão racial e social.

²¹ No momento em que reviso este texto tenho notícia de que acaba de sair o novo livro de Laurentino Gomes (GOMES 2013).

²² Essa visão foi difundida por Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o fundador da historiografia brasileira. Cf. ABREU 1976. Autores importantes dedicaram-se ao estudo da obra e da vida do Visconde de Porto Seguro. Cf. WEHLING 1999, p. 195-220; RODRIGUES 1982, p. 191-225; REIS 1999, p. 23-50; IGLESIAS 2000; ODALIA 1997.

Narloch também faz generalizações superficiais e preconceituosas sobre o que identifica como “alma” dos países. Nesse sentido, o Brasil seria um país “bipolar” em crise com sua identidade:

Haveria aquele país que mal notaria a existência dos outros, como a França, talvez os Estados Unidos. A Alemanha se seguraria calada, sofrendo de culpa, desconfortável consigo e com os colegas ao redor. Uma quarentona insone, em crise por não ser tão rica e atraente quanto no passado, representaria muito bem a Argentina. Claro que haveria também países menos problemáticos, como o Chile ou a Suíça, contentes com a sua pouca relevância. Não seria o caso do Brasil, paciente que sofreria de diversos males psicológicos. Bipolar, oscilaria entre considerações muito negativas e muito positivas sobre si próprio. [E conclui:] a identidade nacional foi sempre um problema psicanalítico no Brasil (NARLOCH 2009, p. 94).

Só alguém muito ignorante da história do Chile poderia fazer tal afirmação. Desde os anos 1830, Santiago tornou-se o centro do pensamento na América do Sul. Devido ao exílio, uma geração de brilhantes intelectuais argentinos, junto com os próprios chilenos, foi requisitada pela elite governante chilena, num período de grande crescimento econômico e estabilidade política, para uma série de empreendimentos nos campos político e intelectual (como a própria fundação da Universidade do Chile, em 1842). Nessas condições ótimas, aquela geração dedicou-se a produzir, a partir do Chile, obras essenciais nos campos do direito, da literatura, da política e da história. Ao longo dos anos 1830 e 1840, desenvolveu-se uma forte colaboração entre intelectuais chilenos e argentinos, que perdurou por todo século, mesmo após o retorno dos argentinos a seu país natal. O cosmopolitismo da intelectualidade latino-americana já foi registrado por uma legião de notáveis estudiosos (Cf. COLMENARES 1987; MAIGUASHCA 2011; THURNER 2013).

Voltando a Narloch, mais à frente em seu guia, seu preconceito se apresenta ingênua e cruamente: “Existem muitos lugares irrelevantes pelo mundo – como Porto Rico, a Bélgica, o Paraná – o que não chega a ser um problema” (2009, p. 157). Um dos momentos mais delicados da obra é a referência à ditadura civil-militar que manchou o Brasil entre 1964 e 1985. É cada vez mais comum que novos estudos promovam uma releitura menos ideologizada do período e que cada vez se fale menos em “mocinhos” e “bandidos”, como sugere Narloch. Mas o autor toma abertamente um só partido da dicotomia, um partido pró-militar (COLOMBO 2011).

Surfando no sucesso de vendas do guia incorreto da história do Brasil, o autor imediatamente emplacou, em coautoria com outro jornalista (Duda Teixeira), um *Guia politicamente incorreto da História da América Latina* (NARLOCH; TEIXEIRA 2011), que imediatamente alcançou a *top list* dos mais vendidos. Nessa continuação, que teve tiragem inicial de 100 mil exemplares, a dupla se propõe a “contar a história que não está nos livros” (NARLOCH; TEIXEIRA 2011). Para tanto, não obstante, os autores pesquisaram mais de cem títulos. A fórmula é a mesma: proposta “didática”, capítulos com nomes de personagens icônicos, anedotas e linguagem coloquial, destacando os tópicos

mais “cabeludos” de cada personagem. Porém, o próprio Narloch não esconde suas intenções com a obra. “O livro foi desenhado para ser um *best-seller*. Se fosse para não ganhar dinheiro com ele, eu ficaria em casa jogando videogame” (COLOMBO 2011a).

Enfim, o guia incorreto da América Latina reproduz de forma amplificada os preconceitos gerados pela ignorância que separa os brasileiros da América hispânica, considerada como um mundo habitado por caudilhos selvagens onde reinava a anarquia popular. Não vale a pena retomar tanto preconceito. Para quem se propuser a pensar esse tipo de escritura histórica, creio que será mais oportuno focar na *forma* – de resto, comercialmente muito bem-sucedida – empregada pelo autor, que montou seus guias não como uma narrativa histórica, mas como um mosaico de episódios contados em tom de chiste, de forma pilhérica, picaresca, enfim, de forma anedótica, conceituada como uma narrativa concisa, baseada em uma estrutura dramática de três atos relativos à situação ou exposição, o encontro ou crise e a resolução (que guarda a lição de moral). É para essa forma que quero atentar.

Esse tipo de narrativa daquilo que os franceses chamam *faits divers* e os ingleses, *feature* (a propósito, uma expressão corrente no jargão jornalístico para designar os assuntos não categorizáveis nas editoras tradicionais) remete, conceitualmente, a fatos desconectados de historicidade, cujo interesse reside em seu caráter inusitado, pitoresco. Lionel Gossman oferece uma reflexão erudita e profunda da relação entre a história (historiografia) e esse tipo de modalidade narrativa ancorada na anedota. Segundo Gossman, o termo “anedota” (ou “episódio”) era e é utilizado para descrever uma ampla gama de narrativas cuja característica definidora essencial é menos sua brevidade (embora a maioria em geral seja bastante curta) do que a sua falta de complexidade. Segundo o *Oxford English Dictionary*, uma anedota é a “narrativa de um incidente individual, ou de um único evento, narrado como sendo interessante e surpreendente por si só” (GOSSMAN 2003, p. 150 e ss.). Tal definição é muito próxima da conceituação feita por Roland Barthes dos *faits divers* como uma peça informativa que se esgota em si mesma:

40

[...] ele contém todo o seu conhecimento dentro de si mesmo: a recepção de um *fait divers* não requer nenhum conhecimento do mundo, já que ele se refere formalmente a nada além de si mesmo: desastres, assassinatos, sequestros, roubos e excentricidades, tudo se refere a seres humanos, a sua história, a sua condição de alienação, suas fantasias (BARTHES 1966, p. 189, tradução nossa).²³

Ele contém as suas circunstâncias, suas causas, seu próprio passado, seus desdobramentos. Enfim, ele não requer nenhuma duração temporal nem contextualização. A anedota, o *fait divers*, não tem um fim cognitivo, mas moral; não busca conhecer, mas quer pregar.

²³ No original: “[...] il contient en soi tout son savoir: point besoin de connaître rien du monde pour consommer un fait divers; il ne renvoie formellement a rien d’autre qu’a lui-meme; bien sur, son contenu n’est pas étranger au monde: desastres, meurtres, enlevements, agressions, accidents, vols, bizarreries, tout cela renvoie il’homme a son histoire, a son alienation, a ses fantasmes”. Ver também ALENCAR s/d.

Além disso, o termo “anedota” foi amplamente utilizado no final do século XVIII e início do século XIX para designar uma espécie de escrita histórica que deliberadamente evitava a “narrativização em larga escala”, de acordo com a proposta conceitual de Hayden White. Essas histórias-anedotas parecem se definir por sua recusa ostensiva à sistematização, à totalização e à interpretação e por suas narrações apenas de episódios particulares, isolados, muitas vezes numa ordem cronológica simples, como nos anais e crônicas da Idade Média. Ainda segundo Gossman, o uso mais comum de anedotas por historiadores não parece ter sido especialmente subversivo. As anedotas geralmente funcionaram na escrita histórica não como casos individuais intrigantes ou incomuns a questionarem as noções de ordem histórica, mas como casos particulares exemplificando e confirmando uma regra geral ou tendência ou a servir de epítome a uma situação geral maior (GOSSMAN 2003, p. 155).

Como *magistra vitae*, a história moderna em seus primórdios era muitas vezes uma coleção de episódios que exemplificavam regras gerais e lições de conduta (CATROGA 2006). Assim, as “histórias” relacionadas na *Historische Chronica* de J. L. Gottfried, publicada pelo célebre gravador Matthaeus Merian na década de 1620, tinham a intenção de demonstrar que o vício é sempre punido e a virtude, recompensada, da mesma forma que os exemplos nos livros de gramática oferecem ilustrações particulares das regras gerais que regem declinações nominais e conjugações verbais. Como resultado, na *Chronica*, as narrativas particulares estão relacionadas umas com as outras muito mais em termos das virtudes ou vícios que exemplificam do que em termos de uma conexão histórica interna ou relação entre elas. Apenas a sucessão de datas nas margens estabelece uma frouxa conexão temporal, algo parecido com a conexão que Hayden White considera característica dos anais, distinta das histórias “narrativizadas”, e que servem também, ao mesmo tempo, como um sinal de que os eventos narrados não devem ser considerados como fábulas, mas como tendo realmente acontecido (WHITE 1992).

Além disso, se elas deviam funcionar como exemplares, as estórias tinham de ser relativamente curtas, simples e facilmente inteligíveis, em termos de valores tradicionais, em favor de uma compreensão compartilhada dos seres humanos e do mundo. A relação da parte – a narrativa curta individual ou anedota – com o todo (a história) nesse tipo de estória pode ser descrita como alegórica. Cada episódio é um exemplo singular de uma regra geral que exemplifica e ensina valores e virtudes (GOSSMAN 2003, p. 156 e ss.). O que importa nelas não é contar ou explicar a história, mas impor um conjunto de preceitos morais a partir do que se considera (moralmente) certo e errado, ou (politicamente) correto ou incorreto. Narloch, provavelmente sem consciência disso, retoma uma modalidade de escrita histórica antiga, anterior à construção da história como ciência no século XIX, baseada na escrita rápida, alegórica e normativa, garimpando na historiografia episódios picarescos que corroborem suas posições e ataques conservadores, porém ironicamente travestidos de “politicamente incorretos”.

Conclusões

O historiador norte-americano Claude Bowers consagrou-se como um dos mais notáveis oradores de sua época. Ainda um estudante secundarista nos anos de 1890, quando a rinha retórica era mais importante que o basquete ou o futebol, ele foi considerado um dos melhores oradores, tendo vencido o Indiana State High School Oratorical Contest com seu discurso "Hamilton, o Construtor". Ao longo da vida, Bowers nutriu uma enorme paixão pela história e pelo grande adversário de Hamilton, Thomas Jefferson, tendo publicado sobre ambos um estudo que se tornou um *best-seller*. Por volta dos anos 1930, Bowers angariava a reputação de um dos historiadores mais lidos da América (embora jamais tivesse se graduado na área!), no período entre guerras, com o clássico *The Tragic Era*, que teve a espantosa primeira edição de 100 mil exemplares e doze reedições consecutivas (KNIGHT 1956; SEHLINGER 2000; GARRATY; STERNSTEIN 1996; BANTA 1949; BOWERS 1929).

A história contada por Bowers moldou as mentes e corações dos leitores norte-americanos da época e alicerçou sua ativa militância política, que lhe garantiu, entre outras coisas, ser o conferencista principal da convenção nacional do Partido Democrático em 1928 (SEHLINGER 2000). Mas há um lado sombrio desse tipo de história popular, dessa história que atinge um grande público. Essa obra clássica de Bowers, até hoje reeditada, foi crucial para tornar massivamente pública uma versão racista da era da Reconstrução americana, que concebia a Guerra de Secessão como uma atrocidade perpetrada contra o Sul inocente pelos "emissários do ódio" nortistas, junto com os incompetentes, egoístas e luxuriosos afro-americanos do Sul. Bowers tinha um propósito partidário claro em seu livro, ao buscar desacreditar o Partido Republicano no Sul do país e consolidar o apoio sulista ao Partido Democrata.

Falando em *historia magistra vitae*, a parábola por trás da menção a Bowers traz uma "moral da estória" muito séria relativa à complexa questão do historiador com o público, a qual envolve quem está falando, o que se está a dizer, os locais pelos quais a mensagem circula e a relação entre o emissor da mensagem (o escritor, o orador) e o público. Quando se pensa a dimensão pública da história, é preciso considerar não apenas a mensagem ou o locutor, mas como diversas audiências recebem tal mensagem (ROSENZWEIG 2006, p. 859-864; LIDDINGTON 2002, p. 90; JORDANOVA 2000).

Não há dúvidas de que estamos à beira de um campo minado, mas não há como nem por que evitar entrar nele. Diante da impossibilidade de abordar "todos" os tópicos relativos à discussão sobre história pública, meu intuito neste texto foi o de focar um aspecto muito importante, qual seja o da difusão massiva da história popular, construindo minha crítica por meio da análise formal de uma obra dessa historiografia. Nesse sentido, mais que efetivamente propositivo, este ensaio é um convite à discussão, em cuja pauta me parece urgente incluírem-se, entre outros, os seguintes pontos:

1. A escrita da história não é e nem pode ser prerrogativa, propriedade de quem quer que seja, mas há de se manter a crítica permanente do que se

veicula como historiografia, pois se trata da formação da consciência histórica de homens e mulheres;

2. por conseguinte, é preciso considerar a história popular/pública (que atinge grandes audiências), veiculada por meio de variadas mídias (livros, televisão, internet, cinema, museus), um campo fundamental e permanente de reflexão a exigir a atenção permanente dos historiadores acadêmicos;

3. há, sim, diferenças estruturais entre as formas de apresentação (RÜSEN 2007a) leigas (quer exclusivamente narrativas, quer anedóticas) e as formas de apresentação acadêmicas [complexas, que buscam fazer sentido do passado como história por meio da inteligência e de um conjunto de protocolos intersubjetivamente regulados pela crítica (RÜSEN 2001; 2007b)];

4. para além das questões teóricas e metodológicas, é preciso considerar um componente ético que deve estar presente na constituição das duas práticas historiográficas;

5. é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos entrarem nesse debate, inclusive por cuidado para com o ensino e as práticas didáticas;

6. é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público;

7. não há definição de qualidade *a priori* em qualquer forma de apresentação, pois há trabalhos de ótima e péssima qualidade, historiadores bons e historiadores ruins, independentemente de produzirem história acadêmica ou popular;

8. não se deve lidar com a questão em termos corporativos. Não se trata de uma contenda de "historiadores" *versus* jornalistas, mas da formação de consciência histórica por meio da disseminação do saber histórico e das instâncias de legitimação desse saber (que, a meu ver, não podem ser ditadas exclusivamente pelas leis do mercado);²⁴

9. a crítica competente da historiografia popular produzida por historiadores práticos deve considerar promover o estudo das diferentes linguagens de suas variadas modalidades, por meio das quais se poderão perceber suas diversas estratégias e funções;²⁵

10. a compreensão do fenômeno contemporâneo de demanda social por historiografia se beneficiará das abordagens que considerem a inserção da historiografia dentro do campo mais amplo da cultura contemporânea como indústria cultural.

²⁴ Como exemplo da complexidade do quadro, considere-se que há excelentes historiadores sem treinamento universitário que são referências para os historiadores acadêmicos, como Evaldo Cabral de Mello ou Alberto da Costa e Silva, e historiadores com formação acadêmica escrevendo história popular, como Mary del Priori e Marco Antônio Villa, cujo mérito não cabe analisar neste ensaio. Da mesma forma, não se pode avaliar com os mesmos pesos e medidas obras historiográficas de natureza e qualidade tão diversa como as produzidas por jornalistas como Ruy Castro, Fernando Morais, Zuenir Ventura, Jorge Caldeira, Elio Gaspari, Juremir Machado da Silva ou Paulo Markun, por um lado, ou por um Laurentino Gomes, um Eduardo Bueno ou um Narloch, por outro – esses três últimos, aliás, tão diversos entre si. Os dois primeiros são apenas produtores de histórias anódinas, de pouco fôlego analítico, de baixa complexidade; o último, autor de uma história ruim e perniciosamente reacionária.

²⁵ Tendo em mente uma "tópica" das formas da historiografia, conforme propõe RÜSEN 2007b.

Em suma, qualquer um pode escrever história, o que não significa que toda história tenha o mesmo valor e qualidade. Há bons historiadores e historiadores ruins dentro e fora da academia, mas, aqui dentro, faz parte do ofício o processo permanente da metodização racional dos procedimentos e exposição dos argumentos e a crítica (das fontes, dos procedimentos de coleta e sistematização dessas fontes, de problematização temática e perspectivação teórica, de produção textual). Esses mesmos protocolos, esse mesmo padrão de exigência deve ser aplicado a toda historiografia, acadêmica ou não. Se apenas o sucesso de vendas for critério para se avaliar uma obra historiográfica, os parâmetros éticos se esvanecerão e teremos de assistir à disseminação de narrativas históricas de alcance interpretativo pobre, prenhes de anacronismos, erros e preconceitos, como vimos acima.

Alguns autores mais céticos chegaram a levantar que a questão, colocada no debate da pós-modernidade, de se, e em que medida, a história acadêmica ainda é necessária. Assim, para Wulf Kansteiner (1996, p. 215-219), “a preocupação com o futuro da disciplina reflete um problema mais sério”. Em sua opinião, ao tratar das representações midiáticas do passado, as polêmicas sobre a historiografia pós-moderna são, em parte, alimentadas por uma consciência crescente da insignificância social e política da produção histórica acadêmica nas sociedades ocidentais contemporâneas. Enfim, segundo o autor, a imensa demanda social por história no mundo atual teria como objeto não a história-conhecimento, construída por historiadores acadêmicos, mas as narrativas sobre o passado de caráter popular. Essa é mais uma discussão importante, que, no entanto, escapa às possibilidades deste texto, mas que os teóricos e filósofos da história deveriam enfrentar. Passados alguns anos da projeção pessimista de Kansteiner, desejo crer que ela possa ser relativizada. As sociedades contemporâneas precisam da história, tanto da acadêmica quanto da popular. Resta saber se os historiadores acadêmicos terão competência, por um lado, para mostrar à sociedade que fazer sentido do passado como história é importante e necessário; e, por outro, para atender à demanda da grande audiência com a produção de história popular de qualidade.

44

Referências bibliográficas

- ABREU, Capistrano. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e estudos**, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ALENCAR, Ana Maria de. O que é o *fait divers*? Considerações a partir de Roland Barthes. S/D. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/docente/trabalhos/ana_alencar_fait_divers.html. Acesso em: 15 ago. 2013.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- AVELINO, Yvone Dias. A grande saga: a viagem cabralina, as primeiras expedições e os primeiros colonizadores. **Projeto História**, n. 20, p. 333-337, 2000.
- BANTA, R. E. (ed.). **Indiana Authors and Their Books, 1816-1916**.

Crawfordsville: Wabash College, 1949.

BARTHES, R. **Structure du fait divers**: essais critiques. Paris: Seuil, 1966.

BENTIVOGLIO, Julio. A independência na TV (postado em 06/12/2012). Disponível em: <http://juliobentivoglio.blogspot.com.br/2012/12/a-independencia-na-tv.html>. Acesso em: 9 abr. 2013.

BEVERNAGE, Berber. **History, Memory, and State-sponsored Violence**: time and justice. London: Routledge, 2012.

BONALDO, Rodrigo Bagio. **Presentismo e Presentificação do Passado**: a Narrativa Jornalística da História na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BOWERS, Claude. **The Tragic Era**: the Revolution after Lincoln. Cambridge (MA): The Riverside Press, 1929.

CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida? **Estudos Ibero-Americanos**, Edição Especial, n. 2, p. 7-34, 2006.

COLMENARES, Germán. **Las convenciones contra la cultura**: ensayos sobre la historiografía hispanoamericana del siglo XIX. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1987.

COLOMBO, Lucas. Quatro perguntas para Leandro Narloch, 24 nov. 2011a. Entrevista concedida a Lucas Colombo. Disponível em <http://minimomultiplo.blogspot.com.br/search/label/Jornalismo>. Acesso em: 5 jun. 2013.

COLOMBO, Sylvia. História com "h" minúsculo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 fev. 2011 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/sylviacolombo/875554-historia-com-h-minusculo.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2013.

_____. Livro reflete ignorância brasileira sobre América Latina. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 jul. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/967286-livro-reflete-ignorancia-brasileira-sobre-a-america-latina.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2013. Folha Ilustrada.

_____. Livro sobre 200 anos da chegada da família real torna-se fenômeno editorial. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 mar. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u378093.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2013.

DEL PRIORE, Mary. O ano que definiu o Brasil. *1808*, do jornalista Laurentino Gomes, lança luz sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio – fato que mudou o destino nacional. **Veja**, n. 2025, setembro de 2007. Disponível em: http://veja.abril.com.br/120907/p_126.shtml. Acesso em: 23 mar. 2013.

EAKIN, Marshall. Brazilian Historical Writing. In: WOOLF, Daniel (ed). **The**

- Oxford History of Historical Writing.** Oxford: Oxford University Press, 2011. (V. 5: Historical Writing since 1945).
- FAUSZ, Frederick. Jamestown at 400: Caught between a Rock and a Slippery Slope. **History News Network Web essay**, 5 jul. 2007. Disponível em: <http://hnn.us/articles/38375.html>.
- FIGUEIREDO, Luciano (org.). **História do Brasil para ocupados.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. 1808 reconta era joanina com leveza. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 06 out. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm>. Acesso em: 7 abr. 2013. Folha Ilustrada.
- GARRATY, John Arthur; STERNSTEIN, Jerome L. (eds). **Encyclopedia of American Biography.** 2ª edição. New York: HarperCollins, 1996.
- GOMES, Laurentino. **1808:** como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- _____. **1822:** como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- _____. **1889:** como um Imperador Cansado, um Marechal Vaidoso e um Professor Injustiçado Contribuíram para o Fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.
- GOSSMAN, Lionel. Anecdote and History. **History and Theory**, v. 42, n. 2, p. 143-168, 2003.
- GRAHAM, Jr., Otis L. Dealing Ourselves Back. In: Professional Historians and the Public. **The Public Historian**, v. 22, n. 1, p. 27-29, 2000.
- GRINBERG. Por Um Olhar do Historiador. **Ciência Hoje.** Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/por-um-olhar-do-historiador>. Acesso em: 12 ago. 2013
- H-PUBLIC. Disponível em <https://networks.h-net.org/h-public>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- HOLL, Jack M. Cultures in Conflict: An Argument Against "Common Ground" Between Practicing Professional Historians and Academics. **The Public Historian**, v. 30, n. 2, p. 29-50, 2008.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil:** capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- JANCSÓ, István (org.) **Independência:** História e Historiografia. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- JORDANOVA, Ludmilla. **History in Practice.** London: Arnold, 2000.

- KANSTEINER, Wulf. Searching for an Audience: The Historical Profession in the Media Age - a Comment on Arthur Marwick and Hayden White. **Journal of Contemporary History**, v. 31, n. 1, p. 215-219, 1996.
- KAZ, Leonel. O que museu tem a ver com educação? **O Globo**. Rio de Janeiro, 14 jun. 2013. Disponível em: oglobo.globo.com/pais/noblat. Acesso em: 14 jul. 2013
- KEAN, Hilda; MARTIN, Paul; MORGAN, Sally (eds). **Seeing History: Public History in Britain now**. London: Boutle, 2000.
- KELLEY, Robert. Public History: its origins, nature and prospects. **The Public Historian**, v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.
- KNIGHT, Oliver. Claude Bowers, Historian. **Indiana Magazine of History**, v. 52, n. 3, p. 247-268, 1956.
- LIDDINGTON, Jill. What Is Public History? Publics and Their Pasts, Meanings and Practices. **Oral History**, v. 30, n. 1, Women's Narratives of Resistance, p. 83-93, 2002.
- _____; DITCHFIELD, Simon. Public History: A Critical Bibliography. **Oral History**, v. 33, n. 1, p. 40-45, 2005.
- MAIA, Carolina. Eduardo Bueno: como a história se repete no Brasil. Entrevista com Eduardo Bueno. Meus Livros. **Veja**. 04 set. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/entrevista/eduardo-bueno-lula-repete-paternalismo-de-vargas>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- MAIGUASHCA, Juan. Historians in Spanish South America: Cross-references between Centre and Periphery. In: MACINTYRE, Stuart; MAIGUASHCA, Juan; PÓK, Atilla (eds.). **The Oxford History of Historical Writing**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- _____. **Lições de história**. O Caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EdIPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- _____. **Lições de história**. Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: EdIPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- MARSHALL, Francisco. Historiador critica projeto de lei que garante exclusividade para o exercício da profissão. **Zero Hora**. Porto Alegre, 03 ago. 2013. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/segundo-caderno/noticia/2013/08/historiador-critica-projeto-de-lei-que-garante-exclusividade-para-o-exercicio-da-profissao-4222548.html>. Acesso em: 03 ago. 2013. Segundo Caderno.
- MESSIAS, Carlos; ALMEIDA, Marcos Rodrigo. Novo livro descontrói mitos sobre América Latina. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 ago. 2011.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/967289-novo-livro-desconstro-mitos-da-america-latina.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2013. Folha Ilustrada.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Pelo reconhecimento de que a formação acadêmica importa. **História Ciências, Saúde. Manguinhos**, 2013. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/rodrigo-patto-sa-motta-pelo-reconhecimento-de-que-a-formacao-academica-importa>. Acesso em: 27 maio 2014.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

_____; TEIXEIRA, Duda. **Guia politicamente incorreto da História da América Latina**. São Paulo: Leya, 2011.

NATIONAL COUNCIL ON PUBLIC HISTORY. **A Guide to Graduate Programs in Public History**. Indianapolis: IUPUI, 1996.

NUNES, Augusto. Eduardo Bueno, jornalista, tradutor e historiador. Entrevista com Eduardo Bueno. **Veja**, 20 fev. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/videos-veja-entrevista/eduardo-bueno-jornalista-tradutor-e-historiador>. Acesso em: 28 mar. 2013.

ODÁLIA, Nilo. Varnhagen e a historiografia brasileira. In: _____. **As formas do mesmo**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

48

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Resenha de *1822* de Laurentino Gomes. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 6, n. 2, p. 92, nov. de 2010.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia Politicamente incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

_____. Viva o Brasil Capitalista! **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 jan. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0401201017.htm>. Acesso em: 10 abr. 2013.

Public History, Public Historians, and the American Historical Association. Report of the Task Force on Public History Submitted to the Council of the Association. Dez. 2003. Disponível em: <http://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/archives/public-history-public-historians-and-the-american-historical-association>. Acesso em: 27 jul. 2014.

RAY, Angela G. **The Lyceum and Public Culture in the Nineteenth-Century United States**. East Lansing, MI: Michigan State University Press, 2005.

REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen; o elogio da colonização portuguesa. In: _____. **As identidades do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

RIBEIRO, Andrea; AMOROSO, Mauro. Entrevista com Luciano Raposo de

Figueiredo Almeida. Revista Mosaico, 06 jul. 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=entrevista/entrevista-com-luciano-raposo-de-almeida-figueiredo>. Acesso em: 10 abr. 2013.

RITCHIE, Donald A. When History Goes Public: Recent Experiences in the United States. **Oral History**, v. 29, n. 1, p. 92-97, 2001.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira. In:_____. **História combatente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROSENZWEIG, Roy. Historians and Audiences: Comment on Tristram Hunt and Geoffrey Timmins. **Journal of Social History**, v. 39, n. 3, Special Issue on the Future of Social History, p. 859-864, 2006.

_____. "Not a Simple Task": Professional Historians Meet Popular Historymakers. **The Public Historian**, v. 22, n. 1, p. 35-38, 2000.

_____; DAVID, Helen T. **The Presence of the Past: Popular Uses of History in American Life**. New York: Columbia University Press, 1998.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

_____. **História viva**: teorias da história: formas e funções do conhecimento histórico. Traduzido por Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2007a.

_____. **Reconstrução do passado**. Teoria da História: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007b.

SAMMUEL, Raphael. **Theatres of Memory**: vol. I: past and present in contemporary culture. London: Verso, 1994.

SEHLINGER, Peter J.; HAMILTON, Holman. **Spokesman for Democracy**: Claude G. Bowers, 1878-1958. Indianapolis: Indiana Historical Society, 2000.

THURNER, Mark. **The New History and Theory of Latin American History**: From Backwater to Cutting Edge. Trabalho apresentado na Inaugural Conference of the International Network for Theory of History. The Future of the Theory and Philosophy of History. Ghent, Bélgica, 10 abr. 2013.

WALLACE, Michael. History Museums in the United States. In: BENSON, Susan; BRIER, Stephen; ROSENZWEIG, Roy (eds.). **Presenting the Past**: Essays on History and the Public. Philadelphia: Temple University Press, 1986.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEIBLE, Robert. The Blind Man and His Dog: The Public and Its Historians. **The Public Historian**, v. 28, n. 4, p. 8-17, 2006.

WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Traduzido

por José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

WINTER, Jay. Public History and Scholarship. **History Workshop Journal**, v. 42, p. 169, 1996.

WREDE, Catarina. É Muita História? **Revista de História**. 17 abr. 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/e-muita-historia>. Acesso em: 10 mar. 2013.

WRIGHT, Patrick. **On Living in an Old Country**: the national past in contemporary Britain. London: Verso, 1985

ZBORAY, Ronald J; ZBORAY, Mary Saracino. **Literary Dollars and Social Sense**: A People's History of the Mass Market Book. New York: Routledge, 2005.

Futuro e história: análise da temporalidade atual*

The future and history: analysis of contemporary temporality

Gisele Iecker de Almeida

gisele.ieckerdealmeida@ugent.be

Doutoranda

Universiteit Gent

Sint-Pietersnieuwstraat 35, UFO

9000 - Gent

Belgium

Resumo

Ao final do século XX, a segurança da humanidade na unidade e direção do conhecimento foi abalada. Nesse contexto, desde 1970, a escrita da história se encontra em um momento crítico, e é evidente que, desde então, a historiografia vem perdendo terreno na sociedade. O "presentismo", efeito do colapso da ideia de futuro e da concepção linear e progressiva do tempo, exige uma nova abordagem do passado histórico e requer uma produção de conhecimento relevante para a contemporaneidade. Informados pela filosofia e pela teoria da história contemporâneas, procuramos investigar qual poderia ser o papel desempenhado pela historiografia nesta estrutura emergente da temporalidade. Nesta proposta, o historiador passa a entender-se como um mediador da nossa relação com os eventos passados, formando uma ponte entre passado, presente e futuro.

Palavras-chave

Temporalidades; Futuro; Historiografia.

51

Abstract

At the late twentieth century, humanity's assurance of the unity and direction of knowledge was shaken. In this context, since the 1970s the writing of history has been in a crucial moment and it is noticeable that historiography has been losing ground in society. "Presentism", an effect of the collapse of the idea of a future and of the concept of linear and progressive time, involves a new approach to the historical past and requires a production of knowledge that is more relevant to the present-day. Informed by the contemporary philosophy and theory of history, we set out to investigate what role could be played by historiography in this emerging structure of temporality. In this proposal, historians see themselves as mediators of our relation to past events, thus bridging the past, the present and the future.

Keywords

Temporalities; Future; Historiography.

Recebido em: 13/2/2014

Aprovado em: 14/4/2014

* Esta pesquisa conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Vivemos um momento histórico no qual as crises são múltiplas. Esta análise estuda três de suas vertentes que aparentam ser de particular importância para o conhecimento do passado. Primeiro, a virada linguística, que afirma que a verdade – tão cara aos historiadores – não pode ser a referência definitiva, uma vez que se encontra sempre na estrutura da linguagem. Em segundo lugar, após 1989, fomos testemunhas do processo de formação de um novo regime de historicidade: de acordo com autores como François Hartog e Andreas Huyssen, passamos de uma compreensão moderna do mundo (baseada na ideia de progresso) a uma historicidade que pode ser concebida como um “presente eterno”, onde passado e futuro são continuamente recriados pelo presente. E, finalmente, a terceira crise, que ocorre na própria ideia do futuro: as crises políticas, econômicas, ecológicas e outras que ocorrem simultaneamente impedem a concepção de alternativas, ao mesmo tempo em que a ideologia neoliberal afirma que “não existe alternativa”.

Se realmente estamos em meio a uma crise de compreensão do passado, este seria um bom momento para refletir sobre a interpretação historiográfica, em um diálogo aberto com a filosofia política, a ética e a filosofia da história. Em uma tentativa de lançar luz sobre os problemas historiográficos deste momento, especialmente os relacionados com a perda de interesse sobre o passado na sociedade contemporânea, procuramos realizar esse diálogo no contexto da filosofia da história e da teoria historiográfica atuais.

52

Superar a crise atual exige uma nova reflexão teórica, bem como uma nova concepção do ser histórico. Para isso, a própria disciplina histórica deve necessariamente passar por uma transformação, algo que não é de todo negativo. É nesse contexto que o presente artigo procura responder à pergunta: “que tipo de disciplina histórica nos interessa?”.

Este ensaio procura indicar possíveis reflexões na resposta a essa ampla questão e abrir caminhos para o longo percurso que nos resta por diante. Acreditamos ser importante começar com o entendimento do conceito de tempo na história, ou melhor, dos “tempos” da história, usando o termo cunhado por Agnes Heller. Uma ênfase especial foi conferida ao presente, por ser o momento da criação da historiografia – que, por sua vez, como veremos, pode ser entendida como a criação de uma imagem do passado.

Essa compreensão do trabalho do historiador expõe a curiosa capacidade para não só construir, mas também alterar imagens do passado, na medida em que evoca uma preocupação sobre o uso da história – uma preocupação pouco comum em departamentos acadêmicos, mas central para a busca de uma historiografia relevante para a sociedade contemporânea.

Se nossa intenção é analisar e adaptar a historiografia às necessidades atuais, fazendo um balanço não de todo diferente daquele proposto por Friedrich Nietzsche na *II Consideração Intempestiva*, é importante ponderar sobre o entendimento contemporâneo de tempo: sem dúvida, a agilidade da reprodução de informações e a velocidade do progresso técnico mudaram o entendimento

de presente, passado e futuro, e não podemos afirmar com certeza que esse processo haja concluído e que já possuamos uma imagem clara da estrutura emergente da temporalidade.

Uma possível conclusão das notas a seguir seria a de que o historiador, como especialista em mudanças ao longo do tempo, tem a capacidade – e talvez a responsabilidade histórica – de atuar como mediador do ontem, hoje e amanhã, buscando auxiliar na abertura de alternativas futuras.

Os tempos da história

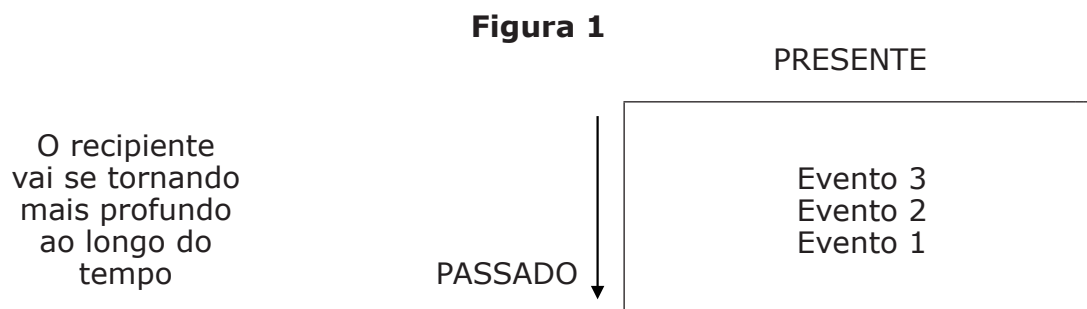
O tempo não para. O presente está constantemente se tornando passado, em um fluxo constante de “agoras” em direção a “futuros” em aberto. Isso implica que cada evento ocupa certa duração, sempre presente: nada acontece fora de um presente que passa. Assim se revela que habitamos o tempo mais curto, ponto de encontro entre passado e futuro infinitos. O presente, que ocorre constantemente, este instante que substitui outros instantes e que é feito de acontecimentos, é tido como o momento da ação.

Isso não poderia ser diferente, pois o presente detém certa superioridade ontológica: é o único momento que possui uma existência objetiva, é o único lugar que realmente existe – estamos sempre nele. Tanto é assim que ele abrange outras formas de tempo. Em outras palavras, passado e futuro possuem uma assimetria radical em relação ao presente, uma vez que só podem surgir de uma leitura de um presente que imagina e traça planos para o futuro, relembra e investiga o passado, etc. O intervalo entre passado e futuro, fratura no meio do tempo, é o ponto em que se unem a experiência do passado e a expectativa do futuro que se antecipa.

Arthur Danto fornece-nos uma imagem da incongruência entre passado e presente: “imagine o passado como um grande recipiente, um cubo, onde são organizados na mesma ordem em que aconteceram, todos os eventos já ocorridos” (DANTO 1965, p. 146).¹ Tal recipiente se estiraria a cada instante, abrindo espaço para que continuem entrando todos os fatos à medida que forem ocorrendo. O presente pode, assim, ser considerado a “borda crescente ao longo do passado” e que dele se distancia exatamente ao ritmo do fluir do tempo (ver Figura 1). Ambos se movem em conjunto, um alimenta o outro. As ocorrências presentes vão rapidamente encontrando seu caminho no grande depósito da história.

A imagem de Danto (“história-recipiente”) é interessante por sublinhar a sempre presente adesão de diferentes estratos do tempo, enfatizando o caráter presencial do passado no momento presente. No esquema, fica claro que o passado não tem a capacidade de se automodificar: o presente é o único momento em que mudanças podem ocorrer. Uma vez adentrado o recipiente, tudo o que pode acontecer a um evento passado é a (constante) expansão de sua distância em relação ao presente e a adição de correlações e eventos contemporâneos, as “descobertas historiográficas”.

¹ No original: “Let the past be considered a great sort of container, a bin in which are located, in order of their occurrence, all of the events which have ever happened.” Todas as traduções são de minha autoria.



Portanto, os que se debruçam sobre o passado para responder algumas perguntas atuam como aquele que anda pelos corredores de um enorme guarda-volumes. Ali se podem encontrar alguns artefatos interessantes e outros curiosos. É possível tocar e ver a utilidade de cada um, para, finalmente, retirar o que serve e que se veio buscar. Todos aqueles que andam pelas galerias da história escrutinam o passado: suas relíquias, devidamente organizadas e catalogadas, estão disponíveis a todos (OAKESHOTT 1983, p. 13). São “emprestadas” quando forem úteis ao presente, para uma variedade de atores. Os membros da classe política podem dali retirar citações esquecidas; escritores, informações e inspiração; e a maioria de nós passa por ali em busca de um exemplo, modelo ou lição.

Nessa abordagem, os historiadores seriam responsáveis pela organização e manutenção das galerias. São os que classificam, nomeiam e enumeram os itens listados e, quando um novo item é adicionado à coleção, decidem em qual corredor deve ser armazenado. Além disso, o especialista dedicado a investigar o passado, o produtor do discurso histórico em geral e, certamente, também o professor universitário especializado em determinado momento do passado trabalham a partir do momento presente.

Mas não nos enganemos: a metáfora do passado como um recipiente ou galeria pode dar a impressão de que o passado “está” em algum lugar e de que é de um recipiente universal neutro que se trata. Nada poderia ser mais diferente. O passado, por definição, não está presente: é uma construção – de historiadores, sociedades – criada a partir de objetos residuais que sobreviveram e que estão agora disponíveis para ser ouvidos e consultados (OAKESHOTT 1983, p. 16) e transmitida através de livros de história. Encontra-se no momento presente, que dificilmente poderia ser considerado um recipiente neutro.

A consciência histórica

Olhando mais de perto a situação temporal da consciência histórica, seria possível pensar em uma pluralidade do tempo? Diferentes presentes, historicidades e formas de compreender sua passagem? Agnes Heller afirma que sim, pois seria possível falar de uma confluência de nove instâncias temporais diferentes (ver Figura 2):

Figura 2

História presente (fluxo constante de eventos)	Presente histórico (construção do presente)	Época presente (símbolos e valores que são significativos: onde estamos)
História futura	Futuro histórico (futuro de um presente passado)	Época presente futura
História passada (não representa uma alternativa: simplesmente a explicamos)	Passado histórico (o "antigo", ao qual somos alheios)	Época presente passada (passado histórico compreendido pelo presente)

Vivemos, de fato, em três presentes (e distinguimos três passados e três futuros). Isso não quer dizer que todos os seres vivem ao mesmo tempo em três presentes, mas sim que do presente em que vivemos se desprendem todos os três. Assim construímos o futuro (HELLER 1984, p. 47).

Para a pensadora húngara, um passado que não tenha uma "presença presente" (traços, memórias, referências) é um passado que não pertence ao tempo presente, ou seja, é uma história passada. Ou bem não o conhecemos, ou não nos importa, ou não o tocamos mesmo que o tenhamos à disposição. Esses são os eventos passados cujas consequências não representam uma alternativa para o atual, não nos ameaçam ou dão esperança; são os que puramente explicamos.

Essa relação com o passado pode ser alterada. Tudo depende da seleção historiográfica (TRAVERSO 2006, p. 71), que dá reconhecimento ao passado. A partir do momento em que usamos um evento passado, incluímo-lo em um discurso histórico que o atualiza, chegando a nossa realidade e nossa contemporaneidade; assim, esse fato se faz presente e real. Em termos hellerianos, ele é relevante para o presente, passou a participar do "presente histórico" que compõe o "tempo presente", caracterizado como "estrutura cultural dentro da qual nos encontramos [...] era cujos símbolos e valores se fizeram significativos a nós" (HELLER 1984, p. 47).² Faz parte da função do historiador escolher, dentre todo o passado da humanidade, quais são os fatos relevantes para compreender e agir no presente, aqueles que vemos como a fonte de nossas crenças, conhecimentos e formas de ser no mundo.

A época atual seria, portanto, caracterizada pela "soma total de objetivações significativas, sistemas e valores essenciais para o nosso modo de vida, que 'dirigem' e 'conduzem' nossas atitudes para com o mundo" (HELLER 1984, p. 48),³ todas presentes na atualidade, quer como ausências ou continuidades (o

² No original: "[...] estructura cultural en cuyo interior nos encontramos [...] época cuyos símbolos y valores se han hecho significativos para nosotros".

³ No original: "[...] suma total de las objetivaciones significativas, los sistemas de creencias y los valores esenciales a nuestro sistema de vida, que "dirigen" y "conducen" nuestras actitudes frente al mundo".

que era e já não é/o que resta), ou melhor, como ameaças ou esperanças sobre o futuro (KOSELLECK 2001, p. 118).

É imaginando e recriando eras presentes passadas que a história se mostra feita de coincidências e esforços coletivos. Essa metodologia proporciona uma relação dialógica entre presente, passado e futuro, favorecendo a incorporação de diferentes historicidades na projeção de um futuro melhor. Nesse sentido, Heller diz sem rodeios: "A 'responsabilidade global' nos compromete na reconstrução do passado como épocas presente-passadas" (HELLER 1984, p. 50).⁴

O que sugere Heller é que observemos o passado como momentos presentes passados prenes de esperança para um futuro que pôde ter sido executado pela metade, cheio de circunstâncias imprevisíveis que possuem um impacto no desenvolvimento do presente, como acontece em nossa contemporaneidade: "Saber que os homens do passado possuíam expectativas, desejos, medos e projetos traz consigo a quebra do determinismo histórico, ao reintroduzir retrospectivamente a contingência na história" (RICOEUR 1999, p. 50).⁵

De uma vez, entendemos a relação de continuidade/descontinuidade, mudança/duração que afeta todo o passado. O que persiste é aquilo que se manteve desde o passado até o momento presente. As mudanças são a transição do futuro passado (de civilizações anteriores, por exemplo) até nosso passado presente.

56

Esse entendimento nos liberta para pensarmos mais claramente a relação entre os tempos e sua confluência, que faz e desdobra o "agora"; permite-nos lançar um olhar para o futuro que o projeta, como decadência ou utopia, ou talvez até mesmo como um possível desaparecimento de todo presente histórico. Essa abordagem garante a existência de muitos amanhã possíveis. Nesse contexto, a historiografia encontra razões para luzir no presente.

O presente necessita ser totalmente implantado e fazer-se passado, revelando suas consequências, para que o possamos entender. Por sua vez, para ser compreendido, o passado tem a necessidade de convergir para o presente e, portanto, com a leitura presente do passado (historiografia), marcada pelos traumas de sua época presente. Um relato histórico exilado de seu tempo é um peso morto, uma "história obituária" que não acrescenta nada de útil ao homem (NIETZSCHE 1980).

Ao inclinar-se sobre o passado, o investigador tem preocupações de seu tempo (econômicas, políticas, sociais, familiares), e isso se reflete em seu pensamento e escolha ao (re)escrever uma história. Seus desejos, medos, expectativas e experiências, suas esperanças utópicas e ceticismo têm o seu lugar na seleção do tema a ser trabalhado (RICOEUR 1999, p. 60; JENKINS 1991). Aponta Ricoeur (1999, p. 93): "Essa relação com o presente e o futuro,

⁴ No original: "La 'responsabilidad planetaria' nos compromete en la reconstrucción del pasado en cuanto épocas presente-pasadas".

⁵ No original: "Saber que los hombres del pasado tenían expectativas – previsiones, deseos, miedos y proyectos – trae consigo la quiebra del determinismo histórico, al reintroducir retrospectivamente la contingencia en la historia".

inevitavelmente, influencia a escolha de seu objeto de estudo, os problemas que coloca e o peso dos argumentos em suas explicações e interpretações”.⁶

No entanto, os historiadores acreditaram-se capazes de olhar para o passado objetivamente, à procura de nada mais do que “o passado por si mesmo”. Segundo essa concepção, a pesquisa histórica seria como um bilhete de ida e volta, uma viagem a um país distante (LOWENTHAL 1985). O historiador, um ser estranho que está em algum lugar entre os dois mundos, levaria do presente em que vive, em sua bagagem, as categorias de análise a ser utilizadas. É como se mergulhasse no passado: observa e toma notas, sem tocar em nada, e, ao “retornar” ao presente, escreve suas descobertas. O principal objetivo seria produzir uma réplica exata do passado, de acordo com os preceitos em voga desde o final do século XIX.

Hoje, os filósofos da história já não negam o carácter intencional da disciplina. Uma possível caracterização para compreender a história atual diria que o passado seria como uma zona de obras (JENKINS 1991): o historiador é quem escolhe a história a ser narrada (recorte temporal, perspectiva, personalidades, etc.) e quais categorias descritivas serão usadas na construção dessa história.

Nessa compreensão da disciplina, voltamo-nos ao passado para entender algo do presente: queremos saber se estamos à altura do passado, podemos medir nossas capacidades com o anteriormente alcançado. “Olhamos para o passado, porque queremos vê-lo em relação ao reflexo de quem somos” (OAKESHOTT 1983, p. 15).⁷

O presente determina que passado buscamos e que perguntas lhe fazemos. Uma história que construa referencialidade, usando o pensamento figurativo, argumentação, teoria, conceitos e ética, seria uma história capaz de facilitar a reabertura do futuro. Essa disciplina nos daria a possibilidade de pensar uma pesquisa histórica que questione a própria historicidade humana, abrindo a imaginação presente a possíveis futuros a partir do estudo do passado e suas experiências e expectativas em relação ao seu presente e futuro (dado ou não).

A história hoje se reconhece cada vez mais como um conhecimento contingente, constantemente reescrito e reestruturado à luz do presente. Essa característica inegável é o que torna possível para outro momento histórico que eventos passados (teorias, costumes...) possam tornar-se inaceitáveis, ou seja, que um evento anteriormente considerado normal passe a ser considerado uma vergonha, como o uso da violência na educação, em voga até meados do século passado. Nossa visão do passado é formada a partir do momento presente – e, certamente, temos de trabalhar na (in)segurança de que a contingência do presente estará conosco no futuro.

A constante reescrita e releitura do passado destaca a plasticidade do que aconteceu e que, ao permitir modificar-se e recontar-se de várias maneiras,

⁶ No original: “Esa relación con el presente y con el futuro influye inevitablemente en la elección de su objeto de estudio, en los problemas que plantea, en sus hipótesis y en el peso de los argumentos que recorren sus explicaciones y sus interpretaciones [...]”

⁷ No original: “[...] we are concerned with what happened on respect of its reflection in what we are”.

em uma eterna construção retrospectiva do discurso histórico, se multiplica. “A história,” no singular, terminou. Temos histórias, tantas quanto o número de autores dispostos a contá-las (WHITE 1993, p. 331). Essas histórias são oferecidas para os mais diversos usos: governos totalitários mantiveram escritórios dedicados a essa empresa, editando fotos, textos e arte para que se encaixassem com a narrativa que buscavam manter. A “americanização do Holocausto”, uma releitura fortemente mediada e popularizada, está em uso até os dias atuais (TRAVERSO 2006). Grande parte da historiografia realizada até os dias de hoje poderia ser classificada como um esforço de “manutenção do que existe”. Por sua maleabilidade, a história exige cuidados constantes.

O peso do presente

A partir das últimas décadas do século XX, os historiadores voltam a questionar a aspiração de fazer da história um conhecimento objetivo e a discutir a fronteira epistemológica entre história, arte e ciência. Desde então é comum encontrar no campo da teoria da história textos que discutem o “mal-estar da história”, “revoluções na historiografia”, “crise historiográfica”, “novos paradigmas”, “fim da história”, enfim, a chegada da virada linguística para o campo que alguns afirmam ser o mais conservador de todos.

O *annalista* Roger Chartier resume a questão afirmando que a virada linguística reforçou a constatação de que (1) a língua é um sistema de signos que geram significados múltiplos e instáveis, fora de qualquer intenção ou controle subjetivo, e (2) a realidade não é uma referência objetiva, externa ao discurso, mas é sempre construída em e através da linguagem (CHARTIER 2007). A realidade primária que poderia servir de referência é inacessível: só temos acesso ao mundo por meio de estruturas criadas e manipuladas pelo homem, sempre formatadas de acordo com os preceitos do momento de sua criação.

Do mesmo modo como não podemos acessar a realidade, também não podemos acessar o passado para verificar o nível de precisão das histórias que escrevemos. Essa “nova estrutura” que a “virada” nos oferece convida-nos a ver a história como uma representação engendrada pelos próprios historiadores, evidenciando a natureza intencional e invariavelmente textual da historiografia (ANKERSMIT 2001). O passado não está em nenhuma parte, apenas em nosso discurso sobre ele.

A crescente fragmentação da disciplina – que é visível na multiplicidade de técnicas narrativas aplicadas, objetos, problemas, perspectivas... – está ligada ao debate mais amplo sobre a subjetividade do historiador e a relatividade da verdade na escrita historiográfica, gerando o questionamento de sua funcionalidade e a proposição de profundas mudanças no campo da história.

Entre historiadores mais dogmáticos, esses fatores tendem a gerar muita preocupação com o futuro da disciplina. O desprezo da maioria dos historiadores pela teoria é notável, e, se acrescentarmos a isso a rejeição de muitas das propostas feitas pela “virada”, obteremos o seguinte resultado: analisando publicações contemporâneas no campo da historiografia, observaremos mais facilmente o volume de trabalhos realizados no formato “pré-1990”.

Mesmo assim, muitos afirmam que a investigação do passado já não pode ser entendida como era há algumas décadas. O historiador tem de enfrentar alguns desafios que lhe foram impostos pela filosofia após a virada narrativa da teoria. Essa mudança de perspectiva mostra que as condições textuais governam todo o trabalho historiográfico e, conseqüentemente, a produção de todo o conhecimento histórico.

O passado não está disponível para que possamos contrastar as versões e determinar quem conta a história mais “verdadeira”: tudo o que temos são outras histórias, outros historiadores, de outras épocas. Ankersmit afirma que essa é a prova de que o passado não tem nada a dizer quando se trata de história. A ideia em jogo aqui é a de que a história (*Rerum Gestarum*) é muito mais ampla do que o passado (*Res Gestae*), já que as diferentes perspectivas, releituras e análises da disciplina histórica não necessariamente pertencem ao pretérito. “[...] o texto histórico é um árbitro com muitos mais recursos sobre o passado e nós mesmos do que jamais havíamos considerado possível” (ANKERSMIT 2012b). No fim das contas, quantos habitantes da antiga Atenas reconheceriam sua polis nas descrições historiográficas em que hoje nos baseamos para conhecê-la?

Gostaria de destacar algumas características comuns aos pensadores que aceitaram os desafios linguísticos no campo da história. A visão compartilhada por esses leitores de Nietzsche é que a disciplina é um discurso sobre o passado, que, por sua vez, só é acessível hoje por meio de textos. Assim, a história perde suas máscaras de legitimação – objetividade, verdade, cientificidade... – e passa a ser entendida como uma rede discursiva, uma construção social, altamente dependente dos preceitos e opiniões dos historiadores, seus intérpretes.

Há uma aceitação generalizada de que a palavra não esgota a questão: podemos falar muito mais do que é ou foi (ou seja, do que houve). Essa visão se faz palpável no comentário de Ankersmit sobre a capacidade dos historiadores de dizer mais do que a relíquia histórica ou o próprio passado comportam. Há sempre algo a acrescentar, e, no final, há sempre a possibilidade de adicionar uma vírgula e continuar a análise histórica, mudando a perspectiva, fazendo um paralelo com outras épocas, construindo pontes com o presente e gerando novos significados a partir do já ocorrido.

A história é aqui entendida como uma forma de invenção de categorias e significados. O historiador-intérprete é o agente que transforma o passado em história, em um discurso narrativo que em muitos casos se assemelha à literatura. Nas palavras de White: “[...] a maioria da historiografia é a tentativa de impor uma forma significativa a um passado sem sentido” (WHITE *apud* JENKINS 1995, p. 148).⁸ A história passa a ser vista como um conhecimento responsável por ordenar o caos do passado, com a capacidade de oferecer uma visão libertadora para o futuro.

⁸ No original: “[...] most historiography is the attempted imposition of meaningful form onto a meaningless past.”

A utilização da história

Havendo analisado o estado atual da produção e da teoria do conhecimento historiográfico, cabe-nos dar um passo adiante na compreensão desse campo examinando o que realmente faz um historiador ao transformar o passado em história. Seguiremos os três passos indicados por Tzvetan Todorov como essencialmente historiográficos, necessários para fazer reviver o passado no presente. O primeiro passo necessário para a composição do discurso histórico, o estabelecimento dos fatos, consiste em uma seleção do passado a ser investigado, a identificação de um problema para o qual se buscará contribuir para as discussões historiográficas do presente. “[...] De todos os vestígios deixados pelo passado, decidimos reter e preservar apenas alguns, considerando-os, por um motivo ou outro, dignos de ser perpetuados” (TODOROV 2002, p. 147).⁹

A escolha do tema a ser pesquisado implica necessariamente um recorte (geralmente temático, temporal e geográfico) e um reconhecimento dos eventos a serem narrados, bem como a identificação dos personagens que terão uma voz na narrativa resultante. Essa primeira etapa é, literalmente, uma hierarquização dos eventos passados em ordem de relevância. E – como comenta Ankersmit – baseia-se essencialmente em textos de pesquisadores que examinaram a questão anteriormente.

A segunda fase do trabalho de apropriação do passado é a interpretação dos eventos, que inclui a forma como a história será contada: a narrativa dos acontecimentos, incluindo a seleção de uma perspectiva narrativa, a descrição das estruturas que “conectam” os fatos, o desenvolvimento de uma determinada classificação e terminologia e a criação de significado – as substâncias narrativas, para continuar com a linguagem ankersmitiana. “A construção de sentido tem como objetivo compreender o passado” (TODOROV 2002, p. 149).¹⁰ Os fios condutores desenvolvidos nesta fase funcionam como pontes que levam a outras cronologias históricas, áreas do conhecimento, etc. A construção de sentido está sempre intrinsecamente ligada ao recorte anteriormente realizado.

A etapa final – a instrumentalização da história – é posterior ao trabalho do historiador. Uma vez decidido o recorte e dada uma coerência à explicação dos eventos em uma narrativa, a história-escrita se faz disponível ao uso social e político. Apesar de estar claramente fora do seu controle, o uso da história também é uma espécie de orientação geral do trabalho historiográfico, pois está diretamente relacionado àquilo que quer explicar ou apresentar ao mundo o historiador e a suas razões para fazê-lo.

Sabemos que a história é intencional e que o historiador se volta para o passado com um plano, algo que quer fazer: seja para reformular e desafiar a versão atual do ocorrido, aprender lições e traçar paralelos com problemas semelhantes em outros períodos, ou legitimar instituições de sua época presente, a história sempre se coloca a serviço de alguma causa (Cf. WHITE 1993; JENKINS 1991).

⁹ No original: “[...] de todos los rastros dejados por el pasado, decidiremos retener y consignar sólo algunos, considerándolos, por una razón u otra, dignos de ser perpetuados.”

¹⁰ No original: “La construcción del sentido tiene como objetivo comprender el pasado”.

Os historiadores geralmente não se veem como agentes sociais (TODOROV 2002, p. 154; ZINN 1990, p. 1), o que equivale a dizer que não estão acostumados a ponderar sobre o uso posterior, para além da academia, de suas obras. No entanto, quando a história é ou se faz relevante para o presente, utilizam em seus trabalhos argumentos racionais para explicar ações, metas, tentativas e atitudes que proporcionam munção para um ou outro grupo na sociedade.

Na verdade, os historiadores são sempre guiados por seus valores pessoais, parte do quadro temporal que é parte integrante da nossa existência. “Quanto mais importante a história – mais significativa –, mais ela envolve o nosso ‘agora’ e nossa comunhão e mais seletivamente a contamos” (HELLER 1984, p. 56).¹¹

Durante o século XX, a história tem sido acusada de “contaminar” alunos por explicar e racionalizar fatos brutais. Podemos explicar o incompreensível? Nomear e classificar já são uma forma de entendimento. Encontrar causas e efeitos de eventos passados e determinar a motivação dos atores não é só explicar, mas também justificá-los. Dado o potencial para o abuso do passado sob o “controle da memória” ou para a instrumentalização abusiva da história por certos grupos ou governos, a história-conhecimento desempenha o importante papel de mediação e verificação de informações. É importante que se tenha consciência desse papel e que ele seja desempenhado de forma responsável.

O peso e o impacto dos acontecimentos históricos não são fixos e imutáveis. “Pelo contrário, evoluem, se consolidam ou enfraquecem e permanentemente contribuem para redefinir o estatuto da memória” (TRAVERSO 2006, p. 71).¹² Se trabalharmos com a ideia de que o passado é sempre uma interpretação ou representação em constante reconstrução, teremos de admitir que o peso simbólico de eventos e ações em tempos passados pode mudar.

Futuro e história

Confinar o ocorrido estritamente ao passado é de alguma forma inutilizá-lo: o passado se põe a serviço do presente ao ser resgatado e colocado em uso. A história, ao selecionar e recortar aquilo que nos pertence, isto é, aqueles símbolos e valores que compõem o presente, tem tanto o poder de nos liberar como o de nos atar. Isso quer dizer que a história não é necessariamente boa (TODOROV 2002). É gerando significado histórico que o historiador insere novos conteúdos às discussões presentes: historiográficas, políticas, legais, científicas e sociais. Seu recorte é o que separa o “real”, o histórico, do a-histórico e irreal, o utópico (WHITE 2007). E são os motivos e valores que mobiliza para escrever a história, juntamente com a posterior utilização dessa história, que conferem seu peso ao momento presente.

Ankersmit ilustra a importante característica da historiografia de gerar significado histórico com a seguinte análise (de Danto) sobre uma estátua de Napoleão:

¹¹ No original: “Cuanto más importante la historia – más significativa – más involucra a nuestro ‘ahora’ y a nuestra comunión y más selectivamente la contamos”.

¹² No original: “Al contrari, evolucionen, es consoliden o s’aflebeixen, i contribueixen permanentment a redefinir l’estatut de la memòria”.

Quando Napoleão é representado como um imperador romano, o escultor [Canova] não está apenas representando Napoleão, em uma pose antiquada e em roupas que acredita terem sido usadas pelos imperadores romanos. Pelo contrário, o escultor anseia que o espectador tome, com relação ao seu sujeito – Napoleão – as atitudes adequadas aos maiores imperadores romanos – César ou Augusto (DANTO *apud* ANKERSMIT 2012a).

Danto reflete sobre a relação arte/criação de sentido, mas essa ideia pode ser equiparada à historiografia – e isso interessa ao pensador holandês, que assim esclarece sua teoria da história, traçando um paralelo entre metáfora e representação. Ankersmit sugere que a história tem o poder de caracterizar uma representação como algo, da mesma forma que o escultor representa Napoleão como um imperador romano.

As criações de historiadores (o conceito de Renascimento, por exemplo) nos convidam a ver um período histórico com tudo o que associamos a ele. Essa singularização é o que Paul Ricoeur chamou de uma identificação forte, uma representação do passado “[...] que muitas vezes é laudatória e reivindica sua lembrança e ritualização” (RICOEUR 1999, p. 47).¹³ Em outras palavras, a história representa o passado, criando significados que necessariamente exigirão que o leitor tome certa atitude em relação a certos fatos, sujeitos ou conceitos. “A memória não é apenas responsável por nossas crenças, mas também por nossos sentimentos” (TODOROV 2000, p. 26).¹⁴ Nessa curiosa capacidade de moldar e mudar a imagem do passado reside a importância da historiografia para o presente.

62

Compreender a história como formadora de conceitos sobre o passado, um conhecimento que, por sua vez, funda o presente e possibilita novas abordagens em relação ao futuro, revela a relação intrínseca entre história e ideologia. Não seria demasiado explicitá-lo mais uma vez: todo discurso histórico é contingente, subjetivo e parcial. Busca promover uma visão, sempre para um grupo social (sempre está a serviço de uma causa). Também a historiografia contemporânea, que retrata sua contemporaneidade como uma consequência imediata do passado, encontra-se a serviço de algo – a ideologia dominante no presente –, criando a impressão de que o presente é inevitável (“sempre foi assim”, “é o que é”) e que “não pode ser modificado”, naturalizando, dessa forma, a história e a realidade do tempo presente.

O historiador que aceitar entrar nesse jogo de criação de sentido ao interpretar o passado, deverá fazê-lo ciente de suas regras, sua responsabilidade e possíveis resultados, além de ter claro o uso que pode ser dado à representação do passado que propõe. Deve olhar para o passado, com o qual cria sua análise, com o olhar fixo no presente em que se encontra e no futuro, quando sua história estará disponível para a sociedade. O que indicamos é talvez uma possível mudança de rumo para a historiografia: que deixe de colocar a ênfase no passado para colocá-la no futuro.

¹³ No original: “[...] que frecuentemente es laudatoria y reclama su conmemoración y ritualización”.

¹⁴ No original: “La memoria no es sólo responsable de nuestras convicciones sino también de nuestros sentimientos”.

Restaurar a esperança

Uma crítica comum aos historiadores está relacionada à falta de reflexão teórica sobre a disciplina (DADDOW 2005). Heidegger foi um dos que expressaram tal desaprovação, alegando que os historiadores se recusam a perguntar-se rigorosamente por que fazem o que fazem,

conspirando coletivamente [...], fingindo ser justificável para os historiadores “profissionais” receber para desfrutar de um antiquarianismo autoindulgente ou das intrigas mesquinhas da competitividade universitária, sua irresponsabilidade social e política disfarçada de neutralidade acadêmica e autonomia (HEIDEGGER *apud* BURNS; RAYMENT-PICKARD 2000, p. 11-12).¹⁵

É possível pensar em uma oposição entre a história como uma iniciativa pessoal e a história como um conhecimento socialmente relevante, útil para resolver os problemas atuais (ZINN 1990, p. XI). Discutiremos as responsabilidades e oportunidades do historiador dedicado a essa última tarefa: veremos como essa mudança pode gerar uma história mais consciente de sua pertinência ao presente e partícipe do processo de abertura do futuro.

A história não é um curso estabelecido que avança em direção a um futuro previsível. A consciência de que o homem sempre se encontrou preso no momento presente, como estamos hoje, desperta-nos para o fato de que o seu futuro depende em grande parte de fatores que não são controláveis. Devemos abandonar a crença de que a causalidade é linear, de que o passado pode ser conhecido objetivamente e de que o futuro pode ser previsto. O futuro para o qual caminhamos nasce do presente em que estamos e possui raízes no passado vivido, mas uma boa dose desse futuro (um dos muitos possíveis) pertencerá ao improvável, ao desconhecido e ao surpreendente. Edgar Morin inclui essa historicidade em sua formulação sistemática de um “pensamento complexo”, destacando sua capacidade de modificar o passado: “há sempre um jogo retroativo entre presente e passado no qual não apenas o passado contribui para o conhecimento do presente, o que é evidente, mas também as experiências desse presente contribuem para o conhecimento do passado e, por isso, o transformam” (MORIN 1981, p. 304).¹⁶

Modificamos o passado pela interpretação seletiva. Uma reação semelhante ocorre entre presente e futuro: um modifica o outro, multiplicando as variáveis nesse jogo de dados do presente.

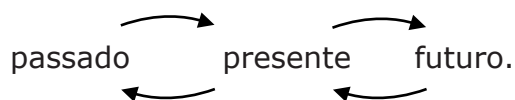
O pensador francês é categórico ao afirmar que temos de abandonar o esquema clássico:

passado → presente → futuro

¹⁵ No original: “[...] collectively conspiring [...], to pretend that it is self-evidently justifiable for ‘professional’ historians to be paid to indulge in self-indulgent antiquarianism or the petty intrigues of competitive careerism, their social and political irresponsibility masquerading as academic neutrality of autonomy”.

¹⁶ No original: “[...] hay siempre un juego retroactivo entre presente y pasado en el que no solamente el pasado contribuye al conocimiento del presente, lo que es evidente, sino también en que las experiencias del presente contribuyen al conocimiento del pasado, y por eso mismo lo transforman”.

Pelo que ele chama de “concepção complexa” da historicidade:



Essa compreensão da historicidade humana apresenta a estrutura do tempo em uma constante relação intrínseca, de modo que, para compreender um momento, temos necessariamente de passar pela análise de seus homólogos. Passado, presente e futuro são interdependentes, estão subordinados uns aos outros. Seria possível adicionar ao diagrama de Morin que futuro e passado estão também interconectados, pois sabemos que esse último certamente será modificado no futuro. Aí reside a contingência do conhecimento histórico.

A consciência de que sempre estivemos nessa situação contingente, movendo-nos no mesmo sentido, desperta a necessidade de um conhecimento do passado que exceda os limites da história atual. Na historicidade complexa de Morin, o passado é chamado a incidir diretamente no despertar da consciência do presente, o que nos remete à teoria helleriana: o passado é sempre constituído por presentes-passados. Isso nos prepara para compreender as descontinuidades, possibilitando ao presente uma reabertura da ideia de futuro. Com uma história que promova o diálogo intercultural e um futuro diverso – aberto à possibilidade de fazer do passado e da memória algo diferente (SOUTHGATE 1996) –, mantemos viva a perspectiva de uma renovação da esperança orientada ao porvir.

64

Uma noção não teleológica da nossa viagem pelo tempo posiciona o ser humano, bem como os problemas do tempo presente, no centro da história. Um olhar para o que aconteceu é capaz de reverter a relação temporal, mostrando como o passado pode ser usado para realizar uma transformação ética e responsável do presente ao futuro, auxiliando na reabertura do debate sobre o futuro. De fato, uma história “aberta” enfraquece o poder vigente, questiona seus pressupostos de continuidade e retira suas máscaras legitimadoras.

O movimento que tratamos de nomear consiste numa tomada de consciência dos historiadores daquilo que realmente estão fazendo ao transformar o passado em história. Eles têm a opção de reforçar as bases do existente ou a de abrir as pluralidades do que poderia ser – todo historiador usa o passado para moldar o mundo à sua volta, a diferença reside em fazê-lo de forma deliberada ou inconscientemente. O equilíbrio vem da visão centrada nos objetivos que a história vem a servir, e nisso teria pouco a acrescentar à formulação do historiador americano Howard Zinn, que afirma que a historiografia deve estar a serviço da “paz, igualdade racial, segurança econômica, liberdade de expressão, eliminação da guerra, pobreza, ódio racial e nacional, restrições do governo à liberdade individual e [deve] fomentar um espírito de cooperação e preocupação na geração que está crescendo” (ZINN 1990, p. 10; Cf. TODOROV 2002, p. 164).¹⁷

¹⁷ No original: “The university and its scholars [...] should unashamedly declare that their interest is in

Uma história que nos estimula e desmistifica o presente, que abre a perspectiva mostrando que as coisas já foram e podem ser diferentes, tirando-nos da letargia e expondo a ideologia que se estende por nossa cultura, é preferível à manutenção do mundo atual, uma história que apenas incrementa nossa satisfação com o dado, naturalizando-o: “[o historiador] deve saber como pode participar dessa atividade libertadora e se sua participação implica necessariamente a destruição da própria história” (WHITE 1994, p. 52).

Ciente de seu trabalho político, o historiador será, então, livre para criar significados para a ação presente, dando uso a sua capacidade de pensar o tempo para criar conexões entre passado, presente e futuro.

Crise da historicidade

Nietzsche é crítico em relação ao regime de historicidade de seus contemporâneos do final do século XIX, acusando-os de carregar muito conhecimento do passado de modo a impedi-los criar o futuro e viver seu presente. Questionando o estatuto do pensamento científico, globalizante, descritivo e objetivo, afirma que o histórico e o a-histórico, memória e esquecimento, devem coexistir em uma vida saudável (NIETZSCHE 1980). Essa é a fórmula que permitiria que o passado fosse revisitado para alimentar o presente, deixando de ser um fardo para a vida. A história deixaria de ser uma lembrança constante da grandeza esmagadora do passado, para nos encorajar a fazer as coisas no presente: seria uma história *memento vivere* [lembre-se de viver] em vez de *memento mori* [lembre-se de que morrerá].

Com a queda do Muro de Berlim, o “fim das ideologias” e a dissolução da esperança, o ano de 1989 marca o movimento do pêndulo, o início de um novo regime de historicidade particular à nossa contemporaneidade: sinalizando o fim da experiência histórica que começou no *Sattelzeit*, passa a ter preeminência a categoria do presente, visto como único horizonte possível. Se havíamos então passado de um modelo baseado no passado a uma historicidade estabelecida no futuro, agora estamos em um regime de historicidade em que o centro de gravidade se desloca do futuro para o presente. “Vivemos em um presente fechado em si mesmo,” afirma Hartog (HARTOG 2009; Cf. HUYSSSEN 2002).¹⁸ Ao perguntar-nos se o modelo de historicidade de nossos contemporâneos – no século XXI – se equipara ao observado pelo pensador alemão em seu tempo, vemos que algo mudou. A doença da qual padecemos hoje tem um teor diferente, o peso do passado deu origem a um excesso de presente.

Nesta época do aqui e agora, marcada pela novidade perpétua, o futuro tornou-se imprevisível, diminuindo nossa capacidade de prever o repetível. Nestas circunstâncias, o horizonte de expectativas se aproxima do presente, ameaçando-o, enquanto o espaço da experiência ocupa maior preponderância no mesmo presente – na forma de revivalismos ou ampla discussão política sobre a memória histórica, por exemplo. O fenômeno que vivemos é o de um “passado

eliminating war, poverty, race and national hatred, governmental restrictions on individual freedom, and in fostering a spirit of cooperation and concern in the generation growing up”.

¹⁸ No original: “Vivimos en un presente que se encierra en sí mismo”.

que não quer passar': um passado que habita o presente, ou melhor, que o assedia, sem tomar distância, como um fantasma" (RICOEUR 1999, p. 41).¹⁹

Essa adesão do ocorrido ao presente é uma marca da nossa modernidade atual, de um capitalismo globalizado que assimila o conteúdo do nosso passado, transformando toda a realidade de tempos pretéritos em produtos, numa manifestação do que Benjamin chamou de "tempo vazio homogêneo do capitalismo" (HUYSEN 1995, p. 6).²⁰ Hoje, o "passado vende melhor que o futuro" (HUYSEN 2002, p. 12) a ponto de se tornar uma obsessão contemporânea, na forma de uma completa museificação do mundo.²¹

Todas essas características observáveis no mundo de hoje sugerem uma crise de historicidade, uma transformação da estrutura moderna da temporalidade que se encontra ainda em curso. Ao considerar o papel desempenhado pelo historiador na sociedade, é importante observar o surgimento dessa nova temporalidade híbrida.

Conclusões

Vivemos um momento adequado para questionar as possibilidades que as novas abordagens sobre historicidade humana podem trazer para o campo da historiografia. O presente se encontra alterado: já não vivemos em uma sociedade marcada pela abertura para o novo, o *progressus*, mas somos uma civilização que parece satisfazer-se continuamente em um presente eterno.

66

"Queremos viver como nossos pais!" gritam com resignação os cidadãos dos países mais desenvolvidos do mundo em protesto contra o fim do estado de bem-estar social. Esse é um sintoma de que o horizonte de expectativas tem diminuído, até quase desaparecer. O passado tem se transformado no espaço político protagonista – discutido, legislado –, enquanto, a cada dia e indesejavelmente, o futuro nos parece chegar mais cedo.

É possível discordar das advertências de Roger Chartier quanto a que a disciplina histórica se encontra à beira de um precipício (CHARTIER 1998), mas o *régime d'historicité* em mutação e a emergência de uma nova estrutura da temporalidade visivelmente desafiam o lugar da historiografia acadêmica e colocam a relevância social dessa disciplina sob escrutínio. Durante a maior parte de seu passado de 200 anos, a história acadêmica em grande parte aceitou o papel de uma disciplina legitimadora, fazendo pouco para nos ajudar a ver o que poderia ser feito para mudar a ordem atual, quais as possíveis alternativas.

O que tentamos delinear é um possível movimento: de uma leitura do passado que promove resignação, rancor, guerra e tabus – uma história orientada para a manutenção do que há – em direção a uma historicidade equilibrada que promova uma leitura do passado cujo objetivo seja fortalecer o presente, libertando-nos para agir a favor de uma época presente futura menos injusta nas relações entre povos e nações. Para isso, buscamos delinear uma historiografia

¹⁹ No original: "pasado que no quiere pasar': un pasado que habita el presente o, mejor dicho, que lo asedia sin tomar distancia, como un fantasma".

²⁰ No original: "what Benjamin called the homogenous empty time of the capitalist present".

²¹ No original: "[...] el pasado vende mejor que el futuro".

que não crie um mal-entendido no presente, uma história crítica, consciente de sua marca e uso, atenta aos privilégios reivindicados em seu nome por alguns grupos, por exemplo.

A escrita da história não pode ser concebida independentemente de sua posição no entrelaçamento temporal da vida, não pode ser concebida fora do espaço de experiência e do horizonte de expectativas de um agente humano. A historiografia é um conhecimento possível exclusivamente no presente após a sobrevivência de objetos (que evocam o passado do qual provêm). O presente, lugar de confluência de experiências e expectativas, está em constante movimento, um movimento que o distancia do ocorrido. Pode até mesmo separá-lo dele (história passada vs. presente histórico), criando uma lacuna entre o passado e a atualidade.

Tal presente marca profundamente a consciência histórica, resultado da sensação de orientar-se ao longo do tempo. Aceitar sua contingência é aceitar a incerteza do futuro e a insegurança sobre o passado. É importante que o historiador se aproxime do passado como de um presente passado, demonstrando a relevância desse último para o presente, que, por sua vez, influencia o mesmo passado e cria as bases para o futuro.

O historiador passa a entender-se como um mediador dessa relação com os eventos passados. Ao interpretar e elucidar o passado, é ele quem decide o propósito do trabalho histórico e a forma que deve adotar, reintroduzindo uma perspectiva do tempo e formando uma ponte entre passado, presente e futuro.

A história apresentada a partir da perspectiva de uma época presente futura possui o objetivo de facilitar a liberação do imenso fardo que o passado pode representar, permitindo uma abertura em direção a um futuro melhor. Agora que conhecemos a função da máscara da objetividade, podemos ser claros sobre nossas motivações: queremos um futuro mais sustentável, justo e equitativo para toda a população mundial. Queremos restabelecer o equilíbrio entre o homem e seu *habitat*, queremos um mundo sem violência ou pobreza. Queremos que o conhecimento seja acessível a todos e todas.

Tal renovação da historiografia nos apresentaria uma disciplina plenamente consciente de sua força e localização temporal – em um presente aberto ao futuro e seus problemas, que indaga o passado, fazendo-lhe perguntas úteis. Essa é uma maneira pela qual podemos tornar a repensar o futuro, fazendo uma história diferente, que não busque criar guerras ou reanimar rancores e que favoreça a paz e a justiça buscando a reconciliação entre pontos de vista aparentemente desconexos por meio de um raciocínio e de explicações baseados numa pluralidade de pontos de vista.

A responsabilidade para com o futuro urge uma história libertadora com um olhar sobre o passado, presente e futuro. Essa seria uma historiografia que poderia nos ajudar a superar os traumas causados por eventos extremos e orientar-nos para o que está por vir. As possibilidades são imensas.

Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, Frank. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- _____. **A escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: EDUEL, 2012a.
- _____. **Meaning, truth and reference in historical representation**. Leuven: Leuven University Press, 2012b.
- BURNS, Robert; RAYMENT-PICKARD, Hugh. **Philosophies of History: From Enlightenment to Postmodernity**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- CHARTIER, Roger. **La Historia o la lectura del tiempo**. Traduzido por Margarita Polo. Barcelona: Gedisa, 2007.
- CRUZ, Manuel. **Acerca de la dificultad de vivir juntos**. Barcelona: Gedisa, 2007.
- DADDOW, Oliver J. No Philosophy Please, We're Historians. **Rethinking History**, v. 9, n. 1, p. 105-109, 2005.
- DANTO, Arthur C. **Analytical Philosophy of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- HARTOG, François. **Régimes d'Historicité: Présentisme et expériences du temps**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- 68 _____ . Un Presente Perpetuo. **La Nación**, Buenos Aires, 10 out. 2009. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1183005-un-presente-perpetuo>. Acesso em: 05 abr. 2013.
- HELLER, Agnes. **Teoría de la Historia**. Traduzido por Javier Honorato. Cidade do México: Fontamara, 1984.
- HUYSEN, Andreas. **Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia**. Londres: Routledge, 1995.
- _____. **En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización**. Traduzido por Silvia Fehrmann. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica/Goethe Institut, 2002.
- JENKINS, Keith. **Rethinking History**. Londres: Routledge, 1991.
- _____. **On "what is history?"**: from Carr and Elton to Rorty and White. Londres: Routledge, 1995.
- _____. (ed.) **The Postmodern History Reader**. Londres: Routledge, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Traduzido por Daniel Innerarity. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.
- _____. **Futures Past: on the semantics of historical time**. Traduzido por Keith Tribe. Nova York: Columbia University Press, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. **Los tiempos hipermodernos**. Traduzido por Antonio

- Prometeo Moya. Barcelona: Anagrama, 2006.
- LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MORIN, Edgar. **Para Salir del Siglo XX**. Traduzido por Jordi Fibla. Barcelona: Kairós, 1981.
- NIETZSCHE, Friedrich. **On the Advantage and Disadvantage of History for Life**. Traduzido por Peter Preuss. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1980.
- OAKESHOTT, Michael. **On history and other essays**. Oxford: Basil Blackwell, 1983.
- RICOEUR, Paul. **La Lectura del Tiempo Pasado: Historia y Olvido**. Traduzido por Gabriel Aranzueque. Madrid: Arrecife, 1999.
- _____. **Memory, History, Forgetting**. Traduzido por Kathleen Blamey e David Pellauer. Londres: University of Chicago Press, 2005.
- SOUTHGATE, Beverly. **History: what and why?: ancient, modern, and postmodern perspective**. 2ª edição. Londres: Routledge, 1996.
- TODOROV, Tzvetan. **Las morales de la historia**. Traduzido por Marta Beltrán Alcázar. Barcelona: Paidós, 1993.
- _____. **Los Abusos de la Memoria**. Traduzido por Miguel Salazar. Barcelona: Paidós, 2000.
- _____. **Memoria del Mal, Tentación del Bien: indagación sobre el siglo XX**. Traduzido por Manuel Serrat Crespo. Barcelona: Ediciones Península, 2002.
- TRAVERSO, Enzo. **Els usos del passat: història, memòria, política**. Traduzido por Gustau Muñoz Veiga. Valencia: Universitat de València, 2006.
- WHITE, Hayden. **Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe**. 8ª edição. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993.
- _____. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Traduzido por Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. The Future of Utopia in History. **Historein: a Review of the Past and Other Stories**, v. 7, p. 5-19, 2007.
- ZINN, Howard. **The Politics of History**. Chicago: Illini Books, 1990.

O fardo e o fio: na contramão da procissão historiográfica*

The bale and the thread: against the tide of the historiographical procession

Francisco Murari Pires

murari@usp.br

Professor titular

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Lineu Prestes - Cidade Universitária

05508-900 - São Paulo - SP

Brasil

Resumo

Este ensaio traz uma reflexão sobre os pressupostos do diálogo "Antigos e Modernos" no horizonte da tradição do pensamento historiográfico. A intriga por que é equacionado esse diálogo que presentifica os aportes dos Antigos na atualidade dos Modernos é evocada pela contraposição entre o "fardo" e o "fio", ambos situados em contraposição à ideia de *historia magistra vitae*. O "fio", (re)considerado como metáfora de apreensão historiográfica do "fardo", é posto em questão de modo a interpelar que relação os Modernos estabelecem com os Antigos. Sugere-se uma reconfiguração pela ideia de *desfiar o fardo* para que a trajetória reflexiva siga na contramão da procissão historiográfica. Ao longo do ensaio a argumentação toma inspiração no modo de construção narrativa hesiódica: conta-se uma série de intrigas "míticas" (ou histórias) que se sucedem para apresentar, a cada vez, um outro enfoque sobre a temática, de modo que o "mito" seguinte repercute seu sentido sobre o antecedente, retomando-o e enriquecendo-o, modificando-o por esse renovado sentido e fazendo com que os nexos dos encadeamentos assim tramados façam avançar a compreensão da questão na medida em que se interpela o tema.

70

Palavras-chave

Antiguidade; *Historia magistra vitae*; Historicidade.

Abstract

The present essay reflects on the assumptions of the dialogue between "Ancients and Moderns" in the skyline of historiographic thought. The intriguing issue in such dialogue, by which the contributions of the Ancients are made present among the Moderns, is evoked in the opposition between the "bale" and the "thread" in contrast to the idea of *historia magistra vitae*. The "thread", (re)though as a metaphor for the historiographic grasping of the "bale", is brought into question to ask what relation the Moderns have established with the Ancients. A reconfiguration is suggested by the idea of *unrolling the bale* so that the reflexive trajectory may move against the tide of the historiographic procession. The essay's reasoning takes inspiration from a construction similar to Hesiod's narrative: a series of "mythical" intrigues (or histories) are presented in succession to bring a new approach to the theme, in such way that the meaning of each subsequent "myth" has a repercussion on the previous one, thus retaking and enriching it, and modifying it with this renewed meaning. In so doing, the links of the concatenated intrigues have the effect of advancing the comprehension of the theme inasmuch as it is questioned.

Keywords

Antiquity; *Historia magistra vitae*; Historicity.

Recebido em: 29/5/2014

Aprovado em: 25/6/2014

* Este ensaio reporta apenas a reflexão inaugural respeitante a um experimento instigado pela diretriz temática de *Antigos e Modernos, diálogos sobre a Escrita da História*. O conjunto de ensaios que contém essa reflexão inaugural pode ser localizado pelo item "O Fardo e o Fio" constante do endereço web: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/>. Um agradecimento especial ao parecerista que avaliou nosso ensaio por suas sugestões para melhorar a apresentação da proposição argumentativa do artigo.

O Rei de Copas e o Coelho Branco

Já para o final de *Alice no País das Maravilhas* encena-se intrigante sessão de julgamento no tribunal da corte do Rei de Copas. Pelas insinuações com que Lewis Carroll a representa, o autor compõe uma ácida crítica aos procedimentos jurídicos vigentes no império de Sua Majestade. Um ato criminoso fora praticado: alguém roubara o prato de tortas preparado pela Rainha. O suspeito do furto é o Valete de Copas, já todo acorrentado e vigiado por dois guardas lá no tribunal. Após assistir às (in)sensatas performances pelas que evoluem as práticas de jurisprudência daquela corte, com o (desma)zelo justiceiro do Rei apenas preocupado em pôr logo fim àquele processo sumariamente executando o suspeito, Alice protesta, veemente, e afirma que não se deveria encerrar o valete antes de ser conhecido o conteúdo da misteriosa carta, não endereçada a ninguém, mas que poderia constituir prova fundamental para que se descobrisse o vil ladrão das tortas da Rainha. O Rei, figura de autoridade bastante vacilante e inconsistente, atende àquele reclamo, mais que impaciente por terminar tudo muito rapidamente e passar logo à sentença, sem perder mais tempo com mazelas de ordem mais justiceira. Assim, ordena ao Coelho Branco que leia a carta.

O Coelho Branco, figura de modos cautelosos porque evita desagradar seus senhores, cuidadoso da boa disciplina e disposto a obedecer da maneira mais obsequiosa e gentil para não enfurecer os terríveis humores das figuras régias, especialmente da rainha de Copas, sempre pronta a berrar ordens de *cortem-lhe a cabeça*, solicita ainda do Rei uma orientação: pede que Sua Majestade lhe diga por onde ele deve começar a leitura da carta que tem em mãos, com isso querendo amavelmente dizer por onde seria do agrado do Rei que ele começasse a ler.

Já o Rei, de seu lado, figura duvidosa (mesmo pífia) que exerce um poder autoritário, caricatura de déspota (que a Rainha de Copas de fato corporifica), paradigma de falta de inteligência notória, a beirar mesmo a estupidez, responde-lhe por modos de composta gravidade, que contrasta, junto com o servilismo do Coelho, com a banalidade idiota de sua solicitação. Ora, por onde começar? Que pergunta mais tola! Era tudo muito simples: "Comece pelo começo, continue até chegar ao fim e chegando ao fim, pare".¹

No entanto, dadas as peculiaridades da (i)lógica ou (contra)senso do universo de *Alice no País das Maravilhas*, onde, como disse o Gato Caçoeiro, todo o mundo é *louco*, essas aparentes simplicidades do que sejam o *começo* e o *fim* de uma *história*, assim como o *meio* por que ela transita de um ao outro, bem podem ser traiçoeiramente enganosas.

Ecos de uma similar concepção de unidade narrativa de uma história podem ser explorados na *Poética* de Aristóteles. O filósofo, então teorizando sobre os aspectos formais de estruturação do *mito* trágico, estabelece como um dos princípios de excelência de sua composição que a *ação* mimetizada pelo mito seja *completa*, configurando um *todo*. A completude e totalidade da ação a que o

1 "Begin at the beginning", the King said, very gravely, "and go on till you come to the end: then stop" (CARROLL 1996, p. 114).

mito deve atender preceitua que sua trama compositiva comporte rigorosamente *princípio*, *meio* e *fim*. Por *princípio* entende Aristóteles aquele acontecimento singular “que não tem uma conexão necessária com um acontecimento precedente, mas que pode ele mesmo dar surgimento naturalmente a algum fato ou ocorrência ulterior”. Por *fim* entende ele aquele outro acontecimento singular “que naturalmente ocorre após um acontecimento precedente, seja por necessidade ou como regra geral, mas que não necessita ser seguido por nada mais”. Já *meio*, conclui o filósofo, é todo acontecimento que “envolve conexões causais com tanto o que precede como o que se segue” (*Poética*, 1450b, 26-31). Sinteticamente dito, *princípio* define o acontecimento que supõe posterioridade factual, mas não admite anterioridade; *fim*, exatamente o contrário, pois remete a anterioridade factual, mas exclui posterioridade; e *meio* caracteriza positividade factual ambivalente, implicando tanto anterioridade quanto posterioridade.

Inicie pelo princípio e vá até o fim, ordena o Rei... ecoando vozes antigas, não só de Aristóteles, mas, ainda, e bem antes dele, já de Homero, porque também os historiadores assim estruturavam suas narrativas (PIRES 1997, p. 273-276).

Mas, para a *história antiga*, “quem” é o *princípio* e “quem” é o *fim*? De que *história* se fala, qual *mito* se conta? E quem é o Rei? Quem é o Coelho Branco? Que *sujeitos* régios (e outros, vassallos, súditos...) expõem, dispõem e impõem os delineamentos desse *objeto* por *histórias* e/ou *mitos* narrados? De onde nos vêm e por quem é dito tal discurso? Quais são seus *princípios*?

72

Talvez se possa pensar o início pelo fim e, assim, identificá-lo em nós mesmos. Há um princípio para *história antiga* que nos supõe e envolve, em nosso lugar e em nosso tempo de um curso de *História Antiga* junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Qual lugar e qual tempo são esses?

O *lugar* (e o *tempo*), para nós, é um dos *espaços* objeto das *histórias*, já seculares, das colonizações modernas e de todos seus avatares subsequentes, vindo dos primórdios, nos idos dos séculos XV e XVI, até nossos dias, na virada de milênio, quer impondo heranças mais precípuas de padrões de estruturação socioeconômica, quer também padrões mais propriamente culturais e eruditos.

E esse nosso lugar, para nós especialmente, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, (com)porta ainda mais herança europeia: o espírito dessa outra missão francesa, esta da década de 1930, aqui vinda a fundar nossa Academia de Humanidades, reiterando antigos destinos coloniais de outras missões também civilizatórias que já beiram os dois séculos de antiguidade, desde 1808 e anos seguintes.

Assim “ganhamos” nosso fardo da história. Sobre nossos ombros foi deposto todo o conhecimento histórico do “destino” europeu, com sua precípuo perspectiva de história “universal”. E assim ficamos tendo, nós também, uma história antiga, tanto quanto uma história medieval, uma história moderna e uma história contemporânea. Então, eis que aparecem também como nossos antepassados, mesmo que longínquos e remotos no tempo e no espaço, a partir dos homens do Renascimento, os reis, papas, barões e demais personagens

feudais, depois (ou melhor, antes, para trás) primitivos normandos, saxões, celtas, gauleses, e, então, romanos, etruscos, gregos, egípcios, mesopotâmicos... até, extrapolando mais radicalmente, algum fim regressivo último que seja imaginado como princípio ou Big Bang da história humana, se é que ela o tem, essa mesma história que Thomas Mann, logo na abertura de *José e seus Irmãos*, define como um poço sem fim.

Em face das opressões de tais heranças, poder-se-ia eventualmente propor uma talvez tão aparente quanto imediata solução de "sacudir o fardo", ou seja, livrar-se dessa história universal, deixando para outros sujeitos históricos, de outros lugares, as suas antiguidades e medievalidades, pelo menos.

Dada a nossa definição espacial, então, e para preencher o vazio de passado histórico assim liberado, quem sabe eleger outros parceiros por antepassados, de nós mais vizinhos pelo lugar e afins por alguns laços de uma determinação histórica de territorialidade contígua? A América é nosso lugar, em contraposição à Europa. E, exacerbando ainda mais essa identidade histórico-espacial, nosso lugar é mais a América Latina e a América do Sul. Daí resgatamos nossos irmãos históricos e também nossos ancestrais, agora já ávidos por encontrar raízes primevas, indígenas, ainda imunes à opressão colonizadora. E, pela lógica dessa mesma libertação, outros parceiros revivem, também eles vítimas da dominação colonizadora, entes tribais africanos, por "destino" histórico de escravizados.

A razão histórica alcançaria assim uma eficiência "libertadora", antes de ordem substitutiva, ensejada por esse livrar-se do fardo opressor do passado histórico, que tira certos heróis – os da história dos dominadores – para eleger e cultuar em seu lugar outros – os da história dos dominados. Trata-se, então, de trocar venerações, Caxias por Zumbi, como se fosse alguma espécie de jogo de caxangá erudito? Mesmo porque assim também se faz em e com a história antiga: basta rejeitar Péricles e exaltar Espártaco, olvidar Disraeli e comemorar Rosa Luxemburgo, jogando com a inversão de sinais, do positivo pelo negativo, e vice-versa. Há, pois, cultos e venerações de ambos os gostos, assim e como tais igualmente confortadoramente (in)válidos ideologicamente. Tudo depende do olhar e de seu sujeito. A bem da verdade, mais recentemente, tudo meio que se (con)funde nesses últimos anos, nesses nossos tempos travestidos da pretensa moralidade do "politicamente correto", moralidade, todavia, também especialmente proclamada por quem sempre foi politicamente incorreto! Mas, estamos sempre condenados a reclamar para nós a pretensão de alinharmos-nos com o sentido messiânico da história?

E com aquela outra história, uma vez denunciadas as dominações, primeiro europeia e, depois, *ianque*, o que fazemos? Fazemos tábua rasa do passado, como se interroga a esse propósito Jean Chesneaux (CHESNEAUX 1976)?

Mas essa eliminação do fardo opressor da história, de seus monumentos, de seus memoriais, de suas histórias, de seus heróis e demais modos de memorização histórica, especialmente consagrada para nós particularmente por seus avatares instituídos em compêndios historiográficos, é mesmo eficiente e cumpre o fim libertário que ela justamente almeja? Então, por esse ato, na medida em que agora repudiamos as manipulações (ou mais grosseiras, ou

mais astuciosas) do fardo que nos oprime, assim recusando, se não mesmo rejeitando, seus heróis, seus valores, seus preceitos, teríamos superado essa história de ideologia eurocentrista, ou, pelo contrário, ainda cairíamos na armadilha das mazelas desse próprio ato? Pois, não seria ele, então, justamente um ato de *ignorância*?

Mas também há algo de bizarro nessa nossa (brasileira) *história antiga*. Recende a certas virtudes (ou vícios) de espírito piedoso, porque há bom tempo já se cultivam (porque cultua) tradições de estudos históricos de herança cultural europeia. É uma história antiga com certos vezos de *estudos clássicos* mais *antiquarianismo*, *Altertumwissenschaft* e *liberal arts*, assim configurados por John Henry Newman desde meados do século XIX. Esse estigma a marca de e por origem (ou berço), independentemente dos travestimentos epistemológicos, mais refinados ou mais rudimentares, com que se a tenha almejado apresentar ao longo dos dois últimos séculos (XIX e XX), de Niebuhr em diante, desde a consolidação da pretensão de proclamar para ela o estatuto de cientificidade. Desde então, esse estatuto percorreu vários avatares de nomenclaturas conceituais (de tempos modernos e pós-). Falamos de vicissitudes (ou mazelas) de “campo piedoso” porque, apropriando-nos dos dizeres de Lee T. Percy (PEARCY 2005), a história antiga (como os estudos clássicos) se pratica também como uma espécie de “Cargo Cult”, mantendo-se a ilusão esperançosa de que o Jeová dos aviões (ianques) provedores de riquezas faça chover dos céus o seu “maná”, para que, então, se fertilize de recursos e seja revigorado o prestígio de sua seara institucional, a recompensá-la pela longa travessia do deserto dos últimos cinquenta anos nos que vem sendo menosprezada. Há algo de uma santimônia ou beatice autocomplacente porque se reivindique nossa imprescindível contribuição e aporte epistemológico no domínio de nossos estudos históricos, sejam lá quais forem as mazelas e os (de)méritos de laços de redes corporativas (mais ou menos conluídas) por que se a vem praticando entre nós.

74

Antigos e Modernos, os olhares da história

Ao firmar no *Proêmio* de sua obra como forma de validar a *história* que ele narrava, Tucídides adverte contra os apelos que a pudessem desviar pelas veredas sedutoras dos relatos mitificantes (*tò mythōdes*). Por tais modos narrativos, consagrados por *poetas* e *logógrafos*, a narração de *histórias* sujeitava (e perdia) sua finalidade como memorização de feitos humanos ao assim sacrificar a expressão da *verdade dos acontecimentos* em prol da fruição do que fosse do agrado do público ouvinte (ou leitor). Essa ordenação da narrativa das ações dos homens pelos efeitos do *mito* frustra a valia de suas *histórias* e faz desvanecer, pelo deleite fugaz do presente, o alcance perene que a memória humana almeja por imortalidade. Tucídides, pelo contrário, ordena sua narração pelo primado cognitivo da *verdade dos fatos*, apreendida graças à *acribia* de excelência ajuizante de um historiador que se fundamenta na *autópsia* fenomênica por que se *presenciam* e observam os acontecimentos. A memorização das ações humanas ganha, então, *clarividência* pela narração de uma *história*, a da *Guerra dos Peloponésios e Atenenses*, cristalizada como

saber. Dado que os homens, pelos modos próprios de sua *natureza*, assemelham suas ações no curso do tempo histórico, praticando-as *tais quais ou análogas* às do passado, a *história*, constituída como ciência clarividente, dispõe *ktema es aei* (*aquisição para sempre*). O olhar da história tucidideana volta a plenificação de sua valia para o futuro, quer imediato quer longínquo, porque os homens a reconheçam no presente de suas ações.

A história, por esse entendimento tucidideano, figura essencialmente a instância privilegiada do saber humano, isto é, dos homens e para os homens, presentes e vindouros, de todos os tempos. Mas que valia útil de ensinamentos seria essa vislumbração para a história da humanidade por Tucídides? O saber clarividente que ele proclama para sua história a partir da observação da guerra do Peloponeso poderia projetar sua validade sobre toda a história humana, pondo à disposição dos homens futuros as diretrizes que lhes permitiriam corrigir, na atualidade presente de sua própria história, os erros do passado por ele lá acusados naquela guerra dele contemporânea? Ou, antes, Tucídides estaria assim oracularmente antecipando a reiteração persistente dos mesmos erros ao longo da história, feita por homens de natureza incorrigível, como, aliás, o sugere Chateaubriand numa passagem do *Gênio do Cristianismo*: “Tucídides retratou com severidade os males causados pelas dissensões políticas, deixando à posteridade exemplos jamais aproveitados” (1978, p. 836, tradução nossa)?² Um pensamento algo similar é firmado também por Marx, que revelava, em carta a seu discípulo Ferdinand Lassalle, a razão por que então, maio de 1861, estava lendo Tucídides: “Estes antigos, pelo menos, permanecem sempre novos” (*apud* MUSTO 2007, p. 491).³ A convicção (e o orgulho) do saber histórico tucidideano refletiria um otimismo esperançoso quanto à melhora, se não aperfeiçoamento, da natureza humana ou, pelo contrário, acusaria um pessimismo amargurado, desiludido e descrente em relação a ela?

Diz Políbio que é dever dos historiadores, ao empreender a composição de sua obra, tecer o louvor da *história*, firmar e reiterar as virtudes e os benefícios que consagram e, então, recomendar a todos os homens de todas as épocas a valia do conhecimento histórico. Ele assim o proclamava em Roma antiga, por meados do II século antes da era cristã, justo quando a cidade consolidava seu (suposto ou alegado) destino histórico de *senhora do mundo* perante a recém-derrotada e aniquilada Cartago que com ela rivalizava nas pretensões ambiciosas de um tal projeto. Políbio, então, comemora (mas também adverte), mediante sua narrativa histórica, a glória do poder imperial, por todas as vicissitudes de benesses (como malefícios) que os vencedores usufruem (mas também sofrem).

² Nicolau Machiavel assim também o disse em termos equivalentes: “E’ si conosce facilmente, per chi considera le cose presenti e le antiche, come in tutte le città ed in tutti i popoli sono quegli medesimi desiderii e quelli medesimi omori, e come vi furono sempre. In modo che gli è facil cosa, a chi esamina con diligenza le cose passate, prevedere in ogni republica le future, e farvi quegli rimedi che dagli antichi sono stati usati; o, non ne trovando degli usati, pensarne de’ nuovi, per la similitudine degli accidenti. Ma perché queste considerazioni sono neglette, o non intese da chi legge, o, se le sono intese, non sono conosciute da chi governa; ne seguita che sempre sono i medesimi scandoli in ogni tempo” (Machiavel, *Discorsi* I, 39).

³ No original: “in order to mitigate the profound bad mood caused by the situation, uncertain in every sense, I am reading Thucydides. At least these ancients always remain new”.

Retirado em Sant'Andrea di Percussina, Maquiavel volta o olhar da história para o passado. Pelo circuito dos livros de seu escritório transita então a *Corte dos Antigos*, e com eles dialoga o historiador sobre as questões do Estado. Refletindo sobre esse diálogo com os Antigos e privilegiando a eleição da *Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel pondera o alcance do olhar que a história presente volta para o passado a fim de que se mobilize recíproca interpelação de conhecimentos modernos e antigos sobre os modos por que nela agem os homens. Nesse sentido, introduz em seus *Discorsi* dois proêmios que abrem o primeiro e o segundo livro.

Que os homens exaltem e prefiram o passado em detrimento do presente compõe aceite de senso comum, como tal apreciado quer referido ao tempo histórico, geral e objetivo, quer ao tempo biográfico, pessoal e subjetivo:

Os homens elogiam o passado e se queixam do presente, quase sempre sem razão. Partidários cegos de tudo o que se fazia outrora, louvam épocas que só conhecem pelos relatos dos historiadores; e aplaudem o tempo da própria juventude, conforme a lembrança que lhes fica na velhice (MAQUIAVEL 1979, p. 195).

Assim o fazem, adverte Maquiavel, equivocadamente, iludindo-se pelos desatinos que afetam o senso ajuizante dos homens. No âmbito da própria experiência e conseqüente consciência pessoal, a razão se perde porque subjugada pelas distintas paixões que tomam os homens no decorrer de suas vidas.⁴ Já no âmbito do conhecimento alheio, guardado por correspondentes relatos históricos, a razão humana se perde porque obstada pela ignorância. Os homens, que bem valorizam as histórias do passado, o fazem, todavia, inscientes de suas imperfeições, desatentos aos modos por que se opera a memorização dos acontecimentos da Antiguidade, já que as histórias que os contam supõem comprometimentos de desígnios parciais, assim viciados pela axiologia de glorificação engrandecedora do passado e tanto mais discriminantes pelas definições de seus consoantes destinos de vencedores.⁵

O passado antigo que os homens memorizam mediante suas histórias fulgura imagens de perfeição, ícones de veneração que entesouram, exteriormente a nós

⁴ “[...] os anciãos, pelo menos, deveriam ter opinião equilibrada sobre o que puderam observar pessoalmente. Isto seria assim se todos os homens conservassem as mesmas paixões durante a sua vida. Mas, como estas mudam sem cessar, ainda que não mudem os tempos, a diferença das afeições e dos gostos dá-lhes pontos de vista diversos, na velhice e na juventude. Se a primeira aumenta a sabedoria e a experiência, rouba aos homens o seu vigor: assim, que o que se ama na mocidade parece mau e cansativo na idade avançada; mas em vez de acusarmos pela mudança o nosso julgamento alterado, preferimos acusar os tempos. Por outro lado, nada pode saciar os apetites humanos, pois a natureza nos deu a faculdade de tudo desejar, mas a sorte não nos deixa senão provar poucas coisas, disto resultando um descontentamento permanente, e um desgosto pelo que possuímos, o que nos faz culpar o presente, louvar o passado e desejar o futuro, ainda que sem razão” (Maquiavel 1979, p. 197).

⁵ “Quando se equivocam, como acontece quase sempre, isso se deve a várias razões. A primeira é a de que não se pode conhecer toda a verdade sobre os acontecimentos da antigüidade; muitas vezes se oculta o que poderia trazer desonra aos tempos passados, enquanto se celebra, e amplia, tudo o que acrescenta à sua glória. Ocorre também que os escritores, em sua maioria, seguem a sorte dos vencedores, aumentando o que fizeram de glorioso, para melhor ilustrar suas vitórias, e acrescentando à força dos inimigos que venceram; de modo que os descendentes de uns e de outros não podem deixar de admirá-los e de exaltar o seu tempo, fazendo-os objeto de homenagem e admiração. Há mais ainda. Por medo ou por inveja, os homens se entregam ao ódio, cujas duas razões mais fortes não vigem em relação ao passado: pois não há motivo para temer o que já ocorreu, e não tem sentido invejar os acontecimentos pretéritos” (Maquiavel 1979, p. 195).

mesmos, nossos valores e ideais petrificados, estáticos, como essas estátuas, ou apenas seus fragmentos, que adornam as casas modernas a figurarem modelos de beleza. Os Modernos tornam os Antigos presentes em suas vidas como (se fossem) deuses, por obras e feitos de grandeza e perfeição tanto mais veneráveis quanto excepcionais, de (ir)realização encerrada no passado, inalcançáveis, impossíveis para os homens do presente. Os Antigos figuram na história valendo por heróis, essa ambígua categoria porque nela se (con)fundem homens e deuses. Assim, adverte Maquiavel, os homens extraviam “o sentido real da história, perdem seu espírito genuíno, substância de que se nutre o nosso”, pois a história, quer de Antigos quer de Modernos, os homens a fazem. E os homens de outrora são ainda os de hoje, como também o são “o sol e o céu e os demais elementos, mais sua ordem, rumos e poder”. A mimese do antigo pelo moderno conforma, portanto, o *télos* da história, seu princípio e fim, sua essência, o bem valioso disponibilizado como o(s) conhecimento(s) virtuoso(s) que ela memoriza.

Eis, diz Maquiavel, sua “descoberta”, a senda ainda não trilhada por que se vislumbre o novo continente até então inexplorado, o método inovador de reflexão sobre a história, qual seja, uma dialética em que passado antigo e presente moderno mutuamente interpelassem suas razões:

Resolvido a salvar os homens deste erro, achei necessário redigir, a propósito de cada um dos livros de Tito Lívio que resistiram à injúria do tempo, uma comparação entre fatos antigos e contemporâneos, de modo a facilitar-lhes a compreensão. Deste modo, meus leitores poderão tirar daqueles livros toda a utilidade que se deve buscar no estudo histórico (MAQUIAVEL 1979, p. 18).

77

História, conseqüentemente, de axiologia e teleologia essencialmente política, atinente às questões do Estado: como “ordenar uma república, manter um Estado, governar um reino, comandar exércitos e administrar a guerra, ou distribuir justiça aos cidadãos”. História por descortino político e política de profundidade histórica, o saber inovador é assim disponibilizado aos que agenciam os destinos humanos no tempo histórico (“príncipes, repúblicas, capitães, cidadãos”), oferecendo-lhes os “exemplos da Antiguidade” em que devem “apoiar” seus atos, bem discernindo “virtudes contra vícios, a fugir destes e imitar aquelas”. Tal é o dever do homem honesto, diz Maquiavel: “apontar o caminho do bem”.

Algumas décadas depois, meados do século XVI, Jean Bodin inaugura as reflexões sobre o tratado *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, tecendo o elogio da história então concebida como *magistra vitae*, desdobrando a antiga fórmula originariamente ciceroniana. Por uma figuração metafórica, a história é estimada como esplêndido jardim, lugar de natureza cultivada pródiga de virtudes (re)vivificantes. Assim é afirmada a excelência valiosa, benéfica, do saber histórico: figura mestra de vida, fonte de virtudes e ensinamentos a guiar as condutas e os atos dos homens por uma vida bela, regrada consoante o cânone disposto por suas leis sagradas. A história vale por uma conjunção de

moral e arte, porque a virtude seja bela e a beleza virtuosa. A história compõe então um campo de saber por afinidade e contiguidade com a filosofia, ela também definida por similar fórmula tradicional: *vitae dux*, diretriz de vida. Mas a filosofia assim o é ao ensejo do que a história provê: ao registrar os ditos, os fatos e os ensinamentos do passado, a história dispõe a memória exemplar dos atos humanos descortinados em seu horizonte de máxima amplitude moral, quer pelos extremos virtuosos de bens a serem buscados, quer pelos viciosos de males a serem evitados.

A história constrói, pois, a ponte por que os homens transitam a temporalidade de suas ações, tirando da memória dos fatos passados (verdadeiro tesouro de ensinamentos) a ciência e razão explicativas do presente, a assim vislumbrar a via por que se adentra o futuro ciente de suas encruzilhadas decisivas, em que se bifurca o caminho do bem, inflamando os homens para por ele trilharem, louvando suas virtuosidades exemplares, contra o do mal, advertindo-os a dele se afastarem, amaldiçoando suas viciosidades degradantes. A história configura, então, para o homem moderno o que o mito do patrocínio da sabedoria de Minerva imaginara para o antigo, assim consagrado pelo destino heroico de Hércules, porque ele optasse entre a virtude e o vício. Tanto mais que a fama imortal que os homens almejam como justa recompensa que os glorifique impele-os a tomarem a via da excelência virtuosa. Por essa apreciação, a axiologia histórica que Bodin sustenta para a ética do homem moderno, de consonante consciência cristã, diverge daquela que lhe é, antes, antagônica por seus vezos de paganismo antiquizante, como figurada na história anedótica do *Sonho de Maquiavel*. Mesmo aos malfeitores, assevera Bodin, oprimem as aflições que torturam suas almas pela antevisão da reputação infamante que deixarão na história a denegrir suas almas.

78

Por meados do século XIX, entrando já em sua segunda metade, *História Antiga* firma-se, ao longo da primeira, como disciplina acadêmica, um dos itens do currículo fundante dos cursos de História. Os novos produtos historiográficos, assim conformados no espírito dessa historicidade de "regime moderno" (HARTOG 2003), germinam também no campo ideológico consagrado ao diálogo com as memórias do mundo antigo, há séculos fertilizado pelos *Modernos*, já desde o *Quattrocento* italiano. Um, dentre os dois historiadores alemães tradicionalmente celebrados como fundadores da história científica, Barthold Georg Niebuhr, ministra cursos de *História Antiga* (*Vorträge über alte Geschichte*) na Universidade de Bonn, por primeira vez no verão de 1826 e, por segunda vez, no inverno de 1829-1830. De 1846 data a *History of Greece* de George Grote (seus inícios), e, de 1851, a *Histoire Grecque* de Victor Duruy. Por todos eles, historiadores e suas obras, perpassa a presença atuante de uma instância catalisadora da reflexão: os espectros da *Revolução Francesa, 1793-1794* especialmente. O caso de Niebuhr é emblemático, comportando, algo "romanticamente", desfechos de *páthos* um tanto "trágico": foi na esteira das aflições com a nova Revolução em França, em julho de 1830, sempre ávido por buscar nos jornais as notícias de seus avanços, que Niebuhr apanhou, de retorno da Biblioteca para casa na noite de Natal fria e úmida daquele ano, "o

resfriado” que o levou, desde aquela noite, ao leito que só deixaria já morto, a 1º de janeiro do ano seguinte. Já para Ranke, o ano forte das Revoluções Burguesas (1848) marca justo o momento em que o historiador decide retomar seus estudos sobre a Antiguidade (SCHULIN 1999, p. 255).

No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx começa sua reflexão denunciando o travestimento da obra histórica da Revolução Burguesa então tramado nos anos de 1848-1851 e que fazia da segunda edição do *18 Brumário*, pelo sobrinho, a caricatura do feito original, do tio. Marx, então, sentencia

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, mas a segunda como farsa.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes de empréstimo os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada (MARX 1974, p. 7-8).

Assim, conclui, quanto ao melhor preceito para pôr o princípio da última revolução, que ele mesmo propugnava:

79

A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão das recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos (MARX 1974, p. 10)

Mas, na proposição desse princípio revolucionário, assim declaradamente inaugural de verdade histórica, ambicioso por desprender-se das perversas amarras da história, e mesmo reclamando o fim desta, ter-se-ia vislumbrando o *éden* humano no futuro, previsto para esse Fim da História?

Cerca de um século depois, em meados do século XX, na década de 1950-1960, tempos de “renovada” historicidade, então iniciada por anos de *Guerra Fria* e por outras sequelas da crise da civilização ocidental diante da falência do *Estado liberal* selada pela emergência dos *totalitarismos*, Hannah Arendt dialoga com Marx.

Em 1958, Hannah Arendt acrescenta um novo capítulo final a *The Origins of Totalitarianism*, inicialmente publicado em 1951.⁶ A reflexão que termina a obra,

⁶ Ela própria assim o esclarece no Prefácio do terceiro volume (Totalitarismo, o paroxismo do poder) quando da edição de 1973: “O último capítulo desta edição, “Ideologia e Terror”, substituiu as “Conclusões” da 1ª edição, que foram incorporadas a outros capítulos. A segunda edição trazia ainda um “Epílogo” onde se

motivada pela preocupação com a realidade política vivida por Arendt, diz da virtualidade dual que ela vislumbrava para os destinos da existência humana. Por um lado, estaria sempre presente, a conviver *infelizmente* conosco, o risco do *totalitarismo*, essa “forma inteiramente nova de governo” à que “a crise do nosso tempo dera origem” (ARENDR 1973). O totalitarismo se impunha a nós como fato consumado, nele encerrado um fim da história. Mas, por outro lado, porque “todo fim na história constitui necessariamente um novo começo”, abria-se também um horizonte *feliz* para a existência humana, justo porque no “novo começo” se dispõe

a promessa, a única mensagem que o fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem: politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo”, disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós (ARENDR 1973).

A reflexão que assim encerra as análises suscitadas em *The Origins of Totalitarianism* pelo vislumbre de um novo começo histórico, é conexas com a que abre, bem no Prólogo, *The Human Condition*, obra publicada nesse mesmo ano, 1958. Hannah Arendt percebe seu tempo, década inicial da segunda metade do século XX, como horizonte de *inovação*, virtualidade de (novo) *princípio*. O olhar de Hannah Arendt, tanto em *The Human Condition* quanto em *Between Past and Future*, editado em 1961, se volta para o *passado*, direcionando a mira histórica para a *Antiguidade clássica, polis e república*, e suas memórias de pensamento político.

80

Em *Between Past and Future*, com data de publicação em 1961, a filósofa tece uma intrigante leitura da *filosofia política de Marx*, nela desvendando as tramas de uma espécie de *peripécia* que teria vingado contra o princípio revolucionário disposto por ele em sua obra, que, ao que ela diz, “não virou Hegel de cabeça para baixo tanto assim”.

“Peripécia”, diz Aristóteles na *Poética* (1452a), é aquela ação trágica que se caracteriza por produzir justamente o efeito e resultado contrário daquele objetivo e propósito que essa ação em princípio pretendia alcançar e que justamente almejava. Assim, quando no *Édipo Rei* de Sófocles, Jocasta intenta tranquilizar o marido, Édipo, então atormentado com as terríveis profecias que o oráculo délfico de Apolo lhe anunciara de um destino o mais horrendo – assassino do próprio pai e amante da própria mãe –, empenhando-se em convencê-lo acerca do valor inócuo dos oráculos, de sua inutilidade, da falsidade mentirosa de suas pretensas previsões, ela então lhe revela como esse mesmo oráculo apolíneo predissera outrora a morte de Laio, o antigo rei de Tebas e também primeiro marido de Jocasta, às mãos de seu próprio filho. Tratava-se de um oráculo totalmente inverídico, afirma ela confiante, pois a única criança que ele, Laio, tivera por filho, dela gerado, morrera ainda recém-nascida, abandonada indefesa às feras selvagens na montanha do Cíteron. Não, Laio morrera, sim,

discutia a introdução do sistema russo-soviético nos países satélites e a Revolução Húngara (de 1956). Superado em muitos detalhes, este “Epílogo” foi eliminado” (ARENDR 1979a, p. 10).

mas não pelas mãos desse seu único filho, e sim de salteadores que o atacaram no caminho de Tebas para Delfos, justo na encruzilhada. E o relato da morte de Laio, assim revelado por Jocasta a Édipo, avivou nesse último lembranças antes angustiantes do que tranquilizantes, pois tudo o que ela relatara ocorrera justo com ele: também ele, naquela mesma encruzilhada dos caminhos para Tebas e Delfos, matara um viajante, então para ele desconhecido, mas que agora lhe parecia identificar-se com esse antigo rei tebano, de quem ele seria, conseqüentemente, o assassino. Voltava, ainda mais terrível, por tudo o que Jocasta contara, a suspeita da verdade do oráculo!

Então, pergunta-se Hannah Arendt: qual é o ideal de sociedade de Marx, que, produto da obra revolucionária, “cria o que jamais existiu na História”, assim postulando para a obra da Revolução Social do séc. XIX dupla significação, de por um lado demarcar o Fim da História como história burguesa e, de outro, mas comportar um correlato estatuto demiúrgico?

Afirma ela:

Na filosofia de Marx, que não virou Hegel de cabeça para baixo tanto assim, mas inverteu a tradicional hierarquia entre pensamento e ação, contemplação e trabalho, e Filosofia e Política, o início feito por Platão e Aristóteles demonstra sua vitalidade, ao conduzir Marx a afirmações flagrantemente contraditórias, principalmente na parte de seus ensinamentos usualmente chamada utópica. As mais importantes são suas predições de que, sob as condições de uma humanidade socializada, o Estado desaparecerá, e de que a produtividade do trabalho tornar-se-á tão grande que o trabalho, de alguma forma, abolirá a si mesmo... Essas afirmações, além de serem predições, evidentemente contêm o ideal de Marx da melhor forma de sociedade. Como tal, não são utópicas, reproduzindo antes as condições políticas e sociais da mesma cidade-estado ateniense que foi o modelo da experiência para Platão e Aristóteles e, portanto, o fundamento sobre o qual se alicerça a nossa tradição. A pólis ateniense funcionou sem uma divisão entre governantes e governados e não foi, assim, um Estado... Os cidadãos atenienses, além disso, eram cidadãos apenas na medida em que possuíssem tempo de lazer, em que tivessem aquela liberdade face ao trabalho que Marx prediz para o futuro (ARENDR 1979, p. 45).

81

Pela especial reflexão de Hannah Arendt, a *pólis* grega é aquela forma histórica de estruturação sociopolítica em que, antes de mais nada, o fundamento é a dissociação entre público e privado. O domínio privado – a esfera da casa, da comunidade familiar – é definido como o campo da necessidade. O domínio privado destina-se, então, ao atendimento das coações que o mero viver, que a simples reprodução da vida, impõe: a manutenção e subsistência da vida individual e a garantia da sobrevivência da espécie (assegurando a produção alimentar e conformando a reprodução sexuada). O domínio público, pelo contrário, é distinguido superiormente justo pela ausência da necessidade. O domínio público é o campo da liberdade. Trata-se do espaço de interação de cidadãos, singularizados como homens livres precisamente por sua condição de disponibilidade para a política, para o viver da *pólis*. O domínio público é que propriamente identifica, institui e corporifica a *pólis*.

Mais do que excluir o privado, marginalizando-o, a *pólis* o supõe. A liberdade, como fenômeno essencialmente político, só se efetua e realiza no domínio público e por meio da participação nele. Daí que a liberdade implique a liberação do trabalho. Mas, assim, a liberdade impõe, como sua condição, o controle e o domínio da necessidade imperiosa reclamada pelo viver: é preciso, para ser livre politicamente, libertar-se das coações que a necessidade instaura. Na forma histórica que a *pólis* cria, essa libertação se realiza pela contrapartida da sujeição, ou seja, mediante a imposição do trabalho a outrem. Dessa forma, a categoria dos livres constitui-se pelo seu reverso e concomitantemente a ele: os não livres. Assim, a liberdade assenta-se na dominação.

A relação opositiva mando/obediência que o fato histórico da dominação define, instituindo a oposição senhor/escravo, é então relegada à constituição do âmbito privado, segregada no *oikos*, na comunidade doméstico-familiar. Na *pólis*, a dominação situa-se anteriormente e exteriormente ao domínio público, à esfera da política. No âmbito público, no campo da política, reina a liberdade e, com a liberdade, a igualdade, a isonomia, assim entendida como princípio pelo qual, na *pólis*, os cidadãos convivem à margem do poder, sem conhecer a divisão valorativa e institucionalmente definida de governantes e governados como categorias distintas.

Eis, ao que argumenta a trama reflexiva de Hannah Arendt, o ideal de sociedade de Marx, por seus dois tópicos sublimados: a eliminação do Estado e a ausência do trabalho, o que fora, segundo a autora, bem historicamente realizado pela *pólis* grega.⁷ Desvanece-se (ou pretende-se desvanecer), por essa reflexão, o fascínio inaugural que a tradição revolucionária, outrora projetada por Marx, avocava para si, para a Revolução Social do século XIX, como obra verdadeiramente demiúrgica a, por fim, alcançar a criação do absolutamente novo na história, daquele algo que nela jamais existira. Trata-se de um equívoco, dá a entender Arendt, um equívoco de ignorância, no sentido de que ignora a *pólis*.

O que essa tradição revolucionária colocara como o fim da história nada mais é, então, pela reflexão de Hannah Arendt, paradoxal e ironicamente, o princípio, a *pólis* grega. É que, argumenta a teórica do pensamento político-filosófico, pesou contra Marx o que pesara também contra todos aqueles que, no século XIX (Kierkegaard, Nietzsche), ousaram desafiar e investir contra a tradição. Para inverter a hierarquia conceitual da tradição, para pôr Hegel de cabeça para baixo, o preço pago como tributo foi o fato sub-reptício de ter de supor os próprios conceitos da tradição que se pretendia inverter. O desafio ambicioso que almeja destruir a tradição, ao operar sua crítica, o faz, todavia, nos quadros das categorias e conceitos justamente teorizados por essa tradição, sendo dela prisioneiro.⁸ Desse modo, a despeito da crítica movida pelos agentes

⁷ Vejam-se os comentários no ensaio "A Condição Humana entre o Sputnik e Prometeu", editado em *Mithistoria* (PIRES 1999, p. 35-50).

⁸ "O fim de uma tradição não significa necessariamente que os conceitos tradicionais tenham perdido seu poder sobre a mente dos homens. Pelo contrário, às vezes parece que esse poder das noções e categorias cediças e puídas torna-se mais tirânico à medida que a tradição perde sua força viva e se distancia a memória de seu início; ela pode mesmo revelar toda sua força coerciva somente depois de vindo seu fim, quando os homens nem mesmo se rebelam mais contra ela. Essa, pelo menos, parece ser a lição da tardia colheita de pensamento formalista e compulsório, no século XX, que veio depois que Kierkegaard, Marx e Nietzsche

destruidores da tradição no século XIX, eles, embora tenham o fim da tradição, não rompem com ela, nem quebram sua existência, mas, antes, a prolongam e a desdobram, fazendo-a perdurar e persistir na crítica e pela própria crítica. Daí seu irônico paradoxo, verdadeira peripécia que se tem por um desfecho exatamente oposto, inverso, ao almejado e intentado.

Os mortos, pelo que é assim argumentado, não enterram seus mortos e, pior, os mortos ainda vivem e se reproduzem nos corpos mesmos de seus assassinos.

Os fantasmas aterrorizantes do *totalitarismo* pesam no espírito de Arendt catalisando sua reflexão. Por esses traumas ela direciona seu diálogo com a *tradição revolucionária*. O que Marx ou os demais *críticos da tradição* no século XIX – diz ela – não foram potentes em viabilizar historicamente, a história mesma que seguiu a eles, no século XX, consumou. Eles, embora “retirassem do passado sua autoridade ousando pensar o futuro sem qualquer de suas orientações”, situaram ainda a obra no campo das palavras, dos conceitos e, como Hegel, ainda se guiaram pelo “fio da tradição”, pensando a “totalidade da história universal como um desenvolvimento contínuo”.⁹ Foi o século XX o que *rompeu o fio, quebrou a tradição*, justo porque pôs em ação, realizou como fato, um fenômeno tanto impensável nos quadros conceituais da *tradição de pensamento político* quanto inajuizável pelos quadros da *tradição de pensamento ético e jurídico*:

A ruptura brotou de um caos de perplexidades de massa no palco político e de opiniões de massa na esfera espiritual que os movimentos totalitários, através do terror e da ideologia, cristalizaram em uma nova forma de governo e dominação. A dominação totalitária como um fato estabelecido, que, em seu ineditismo, não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos “crimes” não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro do quadro de referência legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da História Ocidental. A ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado. Nem o silêncio da tradição, nem a reação assestada contra ela no século XIX por pensadores podem jamais explicar o que efetivamente ocorreu. O caráter não-deliberado da quebra dá a ela uma irrevogabilidade que somente os acontecimentos, nunca os pensamentos, podem ter.

83

Pela consciência do olhar por que Hannah Arendt vê, e (res)sente, seu próprio tempo, assim perturbado por aquela experiência de *paroxismo do poder*, como ela qualifica o *totalitarismo*, o *mal* comporta um *bem*, algo assim como Homero dizia do jarro à soleira do palácio de Zeus no Olimpo, que contém tanto

desafiaram os pressupostos básicos da religião tradicional, do pensamento político tradicional e da Metafísica tradicional invertendo conscientemente a hierarquia tradicional dos conceitos” (ARENDR 1979, p. 45).

⁹ “Kierkegaard, Marx e Nietzsche situam-se no fim da tradição, exatamente antes de sobrevir a ruptura. O predecessor imediato deles foi Hegel. Foi ele que, pela primeira vez, viu a totalidade da história universal como um desenvolvimento contínuo, e essa tremenda façanha implicava situar-se ele mesmo no exterior de todos os sistemas e crenças do passado com reclamos de autoridade; implicava ser ele tolhido unicamente pelo fio de continuidade da própria história. O fio da continuidade histórica foi o primeiro substituto para a tradição [...] não para repudiar a tradição como tal, mas a autoridade de todas as tradições. Kierkegaard, Marx e Nietzsche permaneceram hegelianos na medida em que viram a História da Filosofia passada como um todo dialeticamente desenvolvido; seu grande mérito está em que radicalizaram essa nova abordagem ao passado da única maneira em que ela podia ser ainda desenvolvida, isto é, questionando a tradicional hierarquia conceitual que dominara a Filosofia Ocidental desde Platão e que Hegel dera ainda por assegurada” (ARENDR 1979).

os *bens* quanto os *males* que ele reserva aos infortúnios da *condição humana*,¹⁰ pois, argumenta a filósofa, aquele era um tempo também privilegiado, situando a abertura de novo *princípio*:

Em alguns aspectos, estamos em melhor posição. Não mais precisamos nos preocupar com seu repúdio pelos “filisteus educados”, os quais, durante todo o século XIX, procuraram compensar a perda de autoridade autêntica com uma glorificação espúria da cultura. Hoje em dia, para a maioria das pessoas, essa cultura assemelha-se a um campo de ruínas que, longe de ser capaz de pretender qualquer autoridade, mal pode infundir-lhe interesse. Este fato pode ser deplorável, mas, implícita nele, está a grande oportunidade de olhar o passado com olhos desobstruídos de toda tradição, com uma visada direta que desapareceu do ler e do ouvir ocidentais desde que a civilização romana submeteu-se à *autoridade do pensamento grego*.

Trata-se de um momento histórico de um olhar, diz ela, privilegiado por uma *visada direta*, capaz de transparecer o tempo histórico porque livrada sua percepção do *filtro de autoridade* com que o *fió da tradição* a estreitara, desde seu preenchimento pelos antigos romanos, nos últimos séculos antes da Era Cristã, até seu esvaziamento, nos alvares totalitários do XX. Por essa fórmula retórica de uma percepção de visada direta sobre o passado antigo Hannah Arendt condensa o anelo de um refrigério que alivie, se não cure, o *pathos* de seu tempo. Tanto numa obra (*A condição humana*) como noutra (*Entre o passado e o futuro*), ela (re)inova o *fió do passado originário: Grécia e Roma, democracia e república* (re)vitalizam-se, atualizam-se de novo nos *diálogos dos modernos com os antigos*.

84

O fardo e o fió, percurso na contramão da procissão historiográfica

Entre o *fardo e o fió, tradição e autoridade*, em que *presente* estamos nós neste nosso lugar-tempo de que falamos? Qual é nosso *passado*? Dispomos mesmo, neste nosso presente, de “olhos desobstruídos de toda tradição, de visada direta sobre o passado antigo”, como augurava Hannah Arendt há meio século? Ou, justo por sua reflexão, a de Arendt, mas também de outros autores mais recentes (Leo Strauss, Cornelius Castoriadis, Jean-Pierre Vernant) que, na segunda metade do último século, (re)inovam as percepções da *pólis*, onde fomos parar?

Que razões, ou, pelo menos, que motivações, ou, ainda, que apelos, teríamos, então, nós, já na virada do segundo para o terceiro milênio, para também louvar(mos) a história? De que lugar social e por qual tempo histórico discorriam os historiadores, antigo(s) e moderno(s), acerca dessa modalidade de conhecimento e conscientização de mundo em que vivem e se movem os homens? Por qual lugar social e de qual tempo histórico ecoa(ría)mos nós, hoje, tais preceitos ressoados por vozes assim tão *antigas* quanto *modernas*?

¹⁰ Confira-se também o dito de Maquiavel nos *Discorsi* (I, 6) que recria mimeticamente a formulação do topos antigo: “Se refletirmos com atenção sobre o que acontece neste mundo, ficaremos persuadidos de que não é possível remediar um inconveniente sem provocar algum outro [...] porque jamais se encontrará nada que seja perfeitamente puro, isento de quaisquer vícios ou perigos”.

Quão *antigos* ainda somos nós, os (pós?)*modernos*? Na travessia milenar da história humana, que afinidades nos aproximam, *antigos e modernos*, ou que descompassos nos distanciam?

Afinal, nos avatares de todos esses *diálogos de Antigos e Modernos sobre a (escrita da) história*, quem é o Rei, quem é o Coelho Branco; quem é o sujeito, quem é o objeto dos discursos histó(riográfi)cos? Quais são seus *princípios*? Que legados de *autoridade* herdamos? Para nós, o *fio* não é ainda o *fardo*? Mas também, sem o *fardo*, qual é o *fio*? Somos nós, neste *nosso lugar e tempo*, os *sujeitos* que avolumam esse fardo dando corpo à *história*? Somos nós que tecemos os *fios* que atam os nós e amarram o *fardo*, compondo a *tradição* e firmando sua *autoridade*? Que obra nos resta e que competência podemos assumir?

Então, *sacudir o fardo* ou *(re)innovar o fio*?¹¹ Talvez, antes, *desfiar o fardo*, desatar os nós que o prendem e também a nós! Nem *Rei de Copas*, nem *Coelho Branco*, quem sabe... *Alice*!

Mais precisamente, o olhar de Alice. Mas, sem ilusões! Não propriamente infantil, aureolado de inocência e pureza, pois em *Alice no País das Maravilhas*, por dizeres e interrogações sobrecarregadas de ironia divertida, (dis)simula-se crítica de perspectiva adulta, de modalidade socrática, por jogo dialético, porque se contradiz autoridade de saber interpelada por meio de capciosa singeleza de ignorância questionadora. Essa perspectiva de *Alice no País das Maravilhas* que supõe um nome, Lewis Carroll, personificação de um sujeito; o que aponta, pois, para o sujeito que diz a história, foco ao que se volta a finalidade do percurso em ato de reflexão.

"*Met-hodos*", etimologicamente, diz da via, caminho, percurso por que transita a razão discursiva, ou *lógos* por nomenclatura antiga, ou *ciência* por moderna, que enquadra uma questão posta de início porque se finalize sua resolução a apreender a inteligibilidade do sentido intrigado pela problemática em questão. "Método" diz, pois, do *meio* que articula o nexos cognitivo entre o *princípio* disposto como *questão* de conhecimento por um *sujeito* e o *fim* exposto como *solução* em *objeto*.

"*Route tournante*"¹² nos dispõe imagem metafórica de *metodos* por caminho, estrada que desvia em curva. Enfoque de percurso que segue a partir de um ponto porque alcance qual outro seja finalizado por destino, todavia apenas de vislumbre alusivo além do horizonte visualizado, pois (dis)simulado, encerrado pela curva por que o trajeto avança. Pela indução imediata da visão frontal que a imagem em quadro figura, percurso orientado no sentido que avança para o fim do caminho, destino além que o quadro encerra. Por esse olhar frontal implicado pelo quadro, constituição de objeto pictórico de (ir) realidade mimética representada em paisagem, identificável por (alg)um lugar na Provença, cercanias de Aix em torno de *Les Lauves*, de uma estrada em curva (BERMAN 2004, p. 35). Mas há também o sentido inverso, algo dissimulado

¹¹ O neologismo é inspirado nas análises que André Duarte teceu sobre o pensamento político de Hannah Arendt (cf. MORAES; BIGNOTTO 2001, p. 65-89).

¹² *The Bend in the Road*, 1900/1906, National Gallery of Art, Washington DC, Collection of Mr. and Mrs. Paul Mellon.

pela intriga frontal do quadro, em que o trajeto figurado pela estrada vem agora do fim (oculto pela curva) de volta para o olhar original de quem o percorre, situado aquém do quadro, identificando a percepção do lugar por um sujeito que concebeu essa intriga pictórica como objeto de um quadro: Paul Cézanne, que por lá pintava suas (últimas) obras entre 1902 e 1906.

Tem-se, pois, pela metáfora da estrada como *métodos*, duplo percurso cognitivo conforme se avance num sentido, ou, pelo contrário, se volte justo no sentido inverso, a, então, reverter *fim (télos)* em *princípio (arché)*, resposta (ou solução) em questão (ou problema), objeto conhecido em sujeito inquiridor.

Ao que argumenta Jean-Pierre Vernant, tal dualidade de percurso cognitivo configura originariamente entre os antigos gregos a via do *lógos* em contraposição à do *mythos*, com a constituição do *lógos* sendo apresentada como negação do mito: Tucídides o fez pela história, Platão, pela filosofia. Pois, pelo via do *lógos* (ou *ciência*), coloca-se explícita uma questão de partida a ser no fim resolvida por meio do exercício discursivo do método que argumenta por razão crítica. Pelo contrário, a via do mito parte da resposta dada a uma questão que não foi expressamente formulada, de modo a induzir seu desvelamento apenas ao término da intriga narrativa que o compõe. Então, pela via da história, promove-se ideia de nexos reflexivo que principia por enfoque de sujeito historiador questionando (algum) objeto historiográfico a orientar composição de uma história que finalize a apreensão de sua (ir) realidade factual.

86

“Era dia de Corpus Christi...”: assim principia(ra) a *Experiência número 2*, de (re)vivência narrada por Flávio de Carvalho, por volta de julho de 1931, na “São Paulo provinciana” (MATTAR 2001, p. 9-12) de então arraigadas afeições piedosas, percurso irreverente na contramão da procissão portando boné verde à cabeça em provocação desrespeitosa porque, avocando espírito de experimentação observadora sociopsicológica, interpelasse seus ritos de valores, ideais, doutrinas, paramentos, andores e santos.

Pela procissão historiográfica que trilha a estrada vislumbrada, vindo dos Antigos por Heródoto e Tucídides, passando por Políbio e Tito Lívio, prosseguindo por Luciano, transitando entre os Modernos por Maquiavel e Bodin, avançando por Niebuhr e Ranke, Marx e Hannah Arendt, progride a (escrita da) história. Invertendo-se agora a trajetória do percurso de modo a caminhar na contramão da procissão ao que o sugeriu Flávio de Carvalho, voltando do fim para o princípio, dos Modernos aos Antigos, tem-se o ensejo de perscrutar a procissão interrogando suas respostas, inquirindo quais os valores, ideais, modelos que as fundamentam. É o desígnio de um olhar crítico agora algo desconfiado e incrédulo, como figurado na gravura de Brueghel,¹³ porque as questões das concepções antigas também interpelem o que comentam as soluções das modernas que com elas dialogaram.

Pois, afinal, o que fazemos desses valores? O que eles (nos) valem?

¹³ *The Painter and the Connoisseur*, c. 1565, Graphische Sammlung Albertina, Vienna.

Referências bibliográficas

- ARENDETT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 2ª edição. Traduzido por M.W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **A condição humana**. Traduzido por R. Raposo. São Paulo: Forense, 1981.
- _____. **Totalitarismo, o paroxismo do poder**: uma análise dialética. Introdução de Marcos Margulies. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documento, 1979.
- _____. **As origens do totalitarismo**: totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.
- ARISTÓTELES. Poética. In: _____. **Aristóteles III**. Traduzido por Eudoro de Souza. São Paul: Abril Cultural, 1979.
- BERMAN, Ron. Recurrence in Hemingway and Cézanne. **The Hemingway Review**, v. 23, n. 2, p. 21-36, 2004.
- BODIN, Jean. **Method for the Easy Comprehension of History**. Translated by Beatrice Reynolds. New York: W.W. Norton & Company, 1969.
- CARROLL, Lewis. **The Complete Illustrated Lewis Carroll**. Introduction by Alexander Woolcott. Illustrations by John Tenniel. Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1996.
- CARVALHO, Flávio de. **Experiência no. 2**: uma possível teoria e uma experiência. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.
- CHATEAUBRIAND, François-Auguste-René de. **Essai sur les révolutions**: Génie du Christianisme. Paris: Gallimard, 1978.
- CHESNEAUX, Jean. **Du passé, faisons table rase ?** À propos de l'histoire et des historiens. Paris: Maspero, 1976.
- DUARTE, André. Hannah Arendt entre Heidegger e Benjamin. A crítica da tradição e a recuperação da origem da política. In: MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton (orgs.). **Hannah Arendt**: diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 63-89.
- LORAU, Nicole Loraux; VIDAL-NAQUET, Pierre. La Formation de l'Athènes Bourgeoise: Essai d'Historiographie 1750-1850. In: BOLGAR, R. R. (ed.). **Classical Influences on Western Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 169-222.
- HARTOG, François. **Régimes d'Historicité**: Présentisme et Expériences du Temps. Paris: Seuil, 2003.
- MACHIAVEL, Nicolas. **Discours sur la première décade de Tite-Live**. Traduction d'Alessandro Fontana et Xavier Tabet. Préface d'Alessandro Fontana. Notes d'Alessandro Fontana (avec la collaboration de Xavier Tabet). Paris: Éditions Gallimard, 2004.

- MAQUIAVEL. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Traduzido por Sérgio Fernando Guarischi Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Traduzido por Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MATTAR, Denise. Apresentação. In: CARVALHO, Flávio de. **Experiência no. 2: uma possível teoria e uma experiência**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001, p. 9-12.
- MUSTO, Marcello. The Rediscovery of Karl Marx. **IRSH**, n. 52, p. 477-498, 2007.
- PEARCY, Lee T. **The Grammar of Our Civilization: Classical Education in America**. Waco: Baylor University Press, 2005.
- PIRES, Francisco Murari. **Mithistória**. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 1999.
- SCHULIN, Ernst. **L'idea di Oriente in Hegel e Ranke**, a cura di Maurizio Martiniano. Napoli: Liguori Editore, 1999, p. 215-226.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mythe et Société en Grèce ancienne**. Paris: Maspero, 1974.

Parroquias y diezmos en la historiografía medieval española*

Parishes and tithes in Spanish medieval historiography

Carla Cimino

carlacimino@hotmail.com

Becaria doctoral

Universidad Nacional de La Plata

Calle 51 e/ 124 y 125. Oficina C325 - Ensenada

1925 - Buenos Aires

Argentina

Resumen

El presente trabajo analiza los principales debates de la historiografía medieval ibérica sobre el problema de los diezmos y las iglesias rurales. Se trata de un tema que ha recibido mucha atención durante el siglo XX y que es fundamental para comprender la estructura del señorío catedralicio y la reproducción material del clero secular. Así, se hace necesario repasar la producción historiográfica más importante buscando demostrar que los estudios ibéricos estuvieron muy influenciados por la historiografía francesa. Dicha influencia fue orientando el interés de los historiadores hacia ciertos aspectos del tema, lo que supuso el abandono de otros. Dividimos el trabajo en tres grandes secciones: los estudios jurídico-institucionales, la historia social clásica y los trabajos sobre la organización social del espacio. Buscamos explorar los logros y los límites de cada una de las visiones, identificar los problemas que aún quedan por abordar y destacar los aportes de cada una de esas escuelas para un estudio renovado del problema.

89

Palabras clave

Historiografía del siglo XX; Historia Medieval; Península Ibérica.

Abstract

This paper analyzes the main debates of Iberian medieval historiography on the issue of tithes and rural churches. The subject has received much attention during the twentieth century and remains essential for analyzing the structure of cathedral lordship, while it is also the starting point for understanding the material reproduction of secular clergy. It is thus necessary to review the most important studies seeking to demonstrate that Iberian scholars were largely influenced by French historiography. Such influence directed the interest of historians towards studying certain aspects of the subject, while abandoning others. We divided the work into three sections that correspond to the development of the historical discipline: legal-institutional studies, classic social history and the work on social organization of space. We seek to explore the achievements and limits of each of the views, to identify problems that remain to be addressed and to highlight the contributions of each of these schools to a renewed study on the subject.

Keywords

20th century historiography; Medieval history; Iberian Peninsula.

Recibido el: 2/11/2013

Aprobado el: 6/2/2014

* Investigación financiada por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

Hace ya mucho tiempo que, en una obra de gran influencia, Duby destacaba la importancia del diezmo entre los ingresos de los señores en la plena Edad Media. El diezmo, indicaba, era uno de los recursos más preciados para los señores laicos y eclesiásticos, pues les permitía apropiarse de manera indirecta de los beneficios del crecimiento económico (DUBY 1999a, p. 279). Su afirmación añadía una razón más a la gran atención que, desde una u otra perspectiva, siempre había recibido el tema. Ya sea en el marco del estudio de la historia de la Iglesia, tradicionalmente abordada desde una perspectiva institucional-jurídica asociada a la reforma gregoriana, o en el del más reciente "enceldamiento", la organización de la red parroquial y la recaudación y distribución de diezmos han sido objeto de gran cantidad de trabajos. Sobre todo dos cuestiones han llamado la atención de los historiadores: en primer término, la apropiación privada de iglesias y su posterior transferencia a la tutela eclesiástica; en segundo lugar, el rol de las parroquias en la organización interna de la comunidad, en la definición de su identidad y en la fijación de marcos territoriales más rígidos que los de la aldea o el señorío.

Las parroquias poseen gran importancia para la comprensión de la estructura del señorío episcopal. Durante mucho tiempo se ha estudiado esa forma señorial apelando a los modelos construidos sobre los señoríos monásticos. Aunque, sin dudas, existen aspectos en los que ambos se asemejan mucho (especialmente las formas de explotación de la tierra), hay elementos particulares del señorío episcopal que lo diferencian: desde los siglos centrales de la Edad Media, la renta decimal adquiere una relevancia creciente para el sostén de las catedrales.¹ Se trata de una renta atada a los rendimientos de la cosecha y cuya percepción se realiza aún antes de detraer la simiente. Sus modalidades de obtención y gestión condicionan la administración catedralicia y el accionar de los miembros del clero secular, que perciben y administran sus rentas de forma diferente a los monjes. El intento de comprender la reproducción material de la nobleza eclesiástica, especialmente del clero secular, a partir del conocimiento de la estructura del señorío catedralicio requiere, entonces, partir de la célula básica de recaudación tributaria de los episcopados.

Antes de abordar el análisis empírico, el presente trabajo repasa la producción historiográfica más relevante para el ámbito ibérico desde principios del siglo pasado, poniendo de relieve la importante influencia que ejerció la historiografía francesa sobre los autores españoles. Para eso, se comentan los aportes principales agrupándolos en tres grandes grupos de trabajos: los de la historiografía tradicional, de orientación institucional y fuertemente influida por la erudición católica; los de la historia social y económica clásica, en los cuales son determinantes las influencias del marxismo y de la escuela de *Annales*; y los de la moderna historiografía sobre las transformaciones del hábitat, marcada por la renovada fortaleza de la historia religiosa. Esta última, actualmente dominante, integra la preocupación por la problemática del poder

¹ Es un tema que ha llamado la atención de los historiadores, como lo demuestran dos recientes coloquios de relevancia internacional: las XXX Jornadas de la Abadía de Flarán y el Congreso sobre Iglesia y Fiscalidad, organizado por la Casa de Velázquez, ambos en 2008.

definida en términos foucaultianos, con una revalorización del lugar de la Iglesia en la sociedad medieval. Las tres orientaciones han aportado gran cantidad de información, incorporando las iglesias rurales al marco problemático que dominaba el debate historiográfico en el que participaron.

Más cerca del objeto de nuestra propia investigación, evaluamos el tratamiento del tema por parte de los historiadores ibéricos que analizaron la documentación de las catedrales de la Extremadura castellano-leonesa. Buscamos argumentar que, aunque la documentación es abundante y las iglesias rurales poseen un rol destacado en la constitución y reproducción del señorío de las catedrales del área, los autores no prestaron especial atención al tema. Volvemos, entonces, a la afirmación de Duby, pues entendemos que sus implicancias no han sido cabalmente sopesadas al abordar el estudio del señorío de las catedrales castellano-leonesas. Si las parroquias se constituyeron en tan importante centro de recaudación de rentas, deberíamos reconsiderar con cautela su lugar en el patrimonio catedralicio teniendo en cuenta el agresivo proceso de acumulación de derechos que encararon los obispos durante los siglos centrales de la Edad Media.

Los estudios jurídico-institucionales y la historia de la Iglesia

Una de las primeras contribuciones de la historiografía profesional al estudio de las iglesias rurales en la Edad Media puede encontrarse en los historiadores del derecho y las instituciones, sobre todo en los interesados en la historia de la Iglesia. Ellos abordaron el tema de la apropiación de diezmos partiendo del problema previo de la privatización de iglesias. La perspectiva cristiana de esos autores los condujo, por lo general, a entender el fenómeno como una anomalía, una desviación propia de una época en la que la Iglesia se hallaba dominada por poderes e intereses ajenos a ella.

Los trabajos más tempranos sobre las iglesias rurales se entroncan con la polémica entre romanistas y germanistas. El historiador alemán Ulrich Stutz había señalado que las iglesias de particulares, comunes en la alta Edad Media, tenían su razón de ser en las más arraigadas tradiciones germanas. Los germanos —sostenía— solían construir templos en sus dominios para honrar a los dioses paganos, los cuales formaban parte de su patrimonio al igual que otros bienes y edificios. Habrían obtenido la contribución de los vecinos que no podían erigir los suyos y que colaboraban con el mantenimiento del templo al que acudían (STUTZ 1895a; 1895b). El derecho del propietario sobre parte de los templos derivaba, entonces, de antiguas costumbres que reposaban en última instancia sobre la propiedad fundiaria de quien edificara la iglesia.

Frente a esa postura aparecía la de Pierre Imbart de la Tour, quien publicó un importante estudio en el cual defendía la estrecha relación existente entre el orden señorial y las iglesias propias. Dicho autor indicó que la decadencia de las iglesias “libres” y su caída en manos de los poderosos tenían su razón de ser en el contexto de crisis de los poderes públicos e inestabilidad política que siguió a la caída del orden romano (IMBART DE LA TOUR 1900, p. 190 y ss.). Insistió sobre todo en dos aspectos: el encargo de propiedades a los poderosos

y las usurpaciones y violencias de los siglos IX y X (IMBART DE LA TOUR 1900, p. 207). La búsqueda de protección para las iglesias y sus bienes habría hecho recaer en los reyes primero y luego en los señores la potestad de defenderlas. La protección pronto derivó en propiedad, cuando la misma violencia dio lugar a la profundización de los vínculos con sus protectores (IMBART DE LA TOUR 1900, p. 212). Así, el disfrute de los diezmos por parte de los particulares posee su origen en dichos actos de violencia y en la alteración de la naturaleza de una entrega que, en su origen, había sido destinada al sustento del culto (IMBART DE LA TOUR 1900, p. 153).

A esa obra respondió la de Paul Thomas, aparecida poco tiempo después e interesada en analizar de forma detallada la transformación de la propiedad laica sobre las iglesias en patronato a partir de las reformas promovidas por Gregorio VII. El autor se pronunció, no obstante, acerca del origen de dicha propiedad laica sobre las iglesias. Desde su punto de vista, fue la propiedad sobre el suelo la que confirmó el derecho a su apropiación (THOMAS 1906, p. 34). Esa fue también la razón de que se otorgara a los fundadores de iglesias el derecho de presentación del clérigo. El autor cuestionó así la importancia que Imbart otorgaba a la violencia nobiliaria del siglo X, destacando, en cambio, el lugar de la propiedad de la tierra (aunque, a diferencia de Stutz, no creía que eso fuese privativo de los germanos). Este punto es importante en su argumentación, pues sustenta su explicación del surgimiento del *ius patronatus*.

92

El derecho de patronato, novedad del siglo XI, sustituyó al de propiedad en la definición de la relación entre los laicos y las iglesias. Según Thomas, la distancia entre ambos criterios era abismal: mientras el primero se entendía como gracia especial que otorgaba la Iglesia al fundador de un templo, el segundo implicaba gran cantidad de derechos y una importante capacidad de intervención de los laicos sobre la iglesia, sus rentas y su patrimonio. La consolidación del derecho de patronato como un derecho personal, derivado del acto de fundación, permitió a la Iglesia intervenir con el afán de limitar, o al menos supervisar, las enajenaciones, las cesiones y la infeudación de iglesias. Hacia los siglos XII y XIII dicha concepción se había impuesto definitivamente tanto en la teoría como en la práctica (THOMAS 1906, p. 116-118) y eso explicaba el fortalecimiento de la Iglesia plenomedieval.

Poco tiempo después, Paul Viard retomaba el problema de los diezmos conjugando las visiones de Imbart de la Tour y de Thomas. Según Viard, la apropiación de los diezmos por parte de los señores derivaba tanto de actos de violencia y codicia como del sistema de construcción de iglesias privadas (VIARD 1909, p. 136-137; 207-208). Asumía, así, una posición intermedia.

La tesis de Stutz había encontrado eco entre los especialistas españoles: interesó a Hinojosa y, por su intermedio, a Torres López, que encontró en ella argumentos para explicar un fenómeno usual en la península ibérica: las "iglesias propias".² A diferencia de lo que creía la mayor parte de los historiadores españoles

² Stutz había sido también responsable del término "Eigenkirche", traducido al español por Torres López como "iglesia propia".

contemporáneos, la iglesia propia era una institución común en toda la Europa medieval (TORRES LÓPEZ 1925). Contribuyó así Torres López a una de las tareas que propusiera Hinojosa: relacionar las instituciones españolas con las de las demás regiones europeas y abandonar la explicación histórica sustentada en las particularidades nacionales (MORÁN MARTÍN 2005; RODRÍGUEZ GIL 1999, p. 248). Sin embargo, los trabajos posteriores también influyeron en la visión de Torres López, quien, poco tiempo después de aparecido su primer texto, se alejó definitivamente de la tesis de Stutz tras tener en cuenta la documentación que había sustentado los trabajos de Imbart de la Tour y Thomas (MORÁN MARTÍN 2005, p. 11 y ss.; LORING GARCÍA 1987, p. 90). Consultando la legislación romana y bizantina, los decretos conciliares y las obras de los canonistas, Torres concluyó que las iglesias propias poseían un doble origen: fundadas en el derecho del propietario que erigiera el edificio de culto, se adaptaron al marco general de la alta Edad Media al lograr independencia de sus obispos, al igual que los monasterios (TORRES LÓPEZ 1928, p. 183 y ss.; RODRÍGUEZ GIL 1999, p. 257). En definitiva, fueron las prácticas señoriales las que condujeron al sistema de iglesias propias.

Los debates que involucraban a los historiadores de principios del siglo pasado versaban, como es evidente, sobre los orígenes de las iglesias de particulares, la precisión jurídica de los conceptos de propiedad y patronato, sobre la génesis de ambos y acerca del régimen de tenencia, percepción y distribución decimal. Los autores buscaban explicar la estrecha relación entre los señores y las iglesias patrimoniales. Sin distinguir entre laicos o eclesiásticos, condenaban el mero hecho de la propiedad privada sobre las iglesias como lo habían hecho los canonistas medievales. Al advertir sobre las consecuencias de la secularización iniciada en el siglo VII, los historiadores se pronunciaban sobre su propia época. En Francia, esos estudios quedaron sintetizados en los volúmenes de la *Histoire de l'Église* dirigida por Agustin Fliche y Victor Martin. La obra condensaba los aportes de la historiografía más importante y sus autores no omitían los juicios de valor: "No se hacía diferencia entre el *dominium* de un establecimiento eclesiástico y el de un laico. Era la misma perversión de lo sagrado por lo profano que acarrió los mismos abusos" (DUMAS 1948, p. 280, traducción nuestra).³

Del mismo modo que se condenaban las costumbres medievales se exaltaban los propósitos de la reforma gregoriana. Así como la propiedad y patrimonialización de las iglesias había supuesto una anomalía, su retroceso a partir de las transformaciones del siglo XI fue exaltado, entendido en términos de "liberación", "restauración". Para Gabriel Le Bras, la mayor responsable de dicha restauración había sido la reorganización eclesiástica basada en parroquias y diócesis (LE BRAS 1937, p. 496).

Es contemporánea la última obra específica sobre el tema aparecida en España: la tesis de Ramón Bidagor (1933). La obra se limitaba al estudio de

³ "On ne faisait pas de différence entre le *dominium* d'un établissement ecclésiastique et celui d'un laïque. C'était la même perversion du sacré par le profane qui entraîna les mêmes abus."

las iglesias de particulares en el marco del derecho canónico, destacando la incongruencia entre aquellas y este. Sin buscar el origen de las iglesias de particulares ni considerar sus transformaciones, el autor estaba interesado en argumentar *a posteriori* la concepción de la reforma gregoriana y de la jurisprudencia eclesiástica moderna, incluso a costa de ignorar fuentes que lo contradecían (RODRÍGUEZ GIL 1999, p. 259-260). Por la estrechez de sus objetivos y la simpleza de su método, constituye el ejemplo más evidente de que esta óptica había derivado en un discurso cristiano apologético que se adecuaba a la coyuntura política que vivía esa nación.

Desde dichos discursos apologéticos hasta la más "neutra" historia de las instituciones, el trabajo de historiadores y eruditos españoles, frecuentemente clérigos, poseyó un marcado carácter endógeno durante los años más duros del franquismo. La composición de los cabildos y su estructura interna, la elaboración de estatutos, la dotación y obligaciones de los canónigos, en definitiva, el funcionamiento de la institución, dominó durante muchos años el panorama de la investigación (LOP OTIN 2003, p. 278).

La historiografía económica y social clásica

Mientras España ingresaba en la dictadura franquista, en Francia, Marc Bloch proyectaba *La sociedad feudal*. La historia de la Iglesia era allí campo exclusivo de historiadores cristianos, muchas veces clérigos, que se interesaban por el desarrollo de la institución y que no consideraban necesario comprender la sociedad medieval en su conjunto. El divorcio era especialmente evidente en cuanto a la historiografía de temática sociopolítica: su separación respecto a la historia de la Iglesia era tan grande que aquel historiador consideró necesario encargar al renombrado especialista en historia eclesiástica, Gabriel Le Bras, la elaboración de un volumen dedicado a complementar su visión de conjunto de la época medieval (LAUWERS 2010, p. 269).⁴ En efecto, se ha llegado a caracterizar la situación de la disciplina histórica francesa de la época como una verdadera división del trabajo historiográfico (LAUWERS 2010, p. 269-270).

La obra de Marc Bloch presentaba así un panorama de la sociedad medieval en el cual la Iglesia y las dinámicas eclesiásticas tenían escasa significación con relación a la reproducción material de la clase noble.⁵ Ese hecho probablemente fue determinante para que la posterior obra de Duby, casi completamente sustentada en documentación monástica y catedralicia, no considerase necesario establecer grandes distinciones entre la forma de reproducción material de la nobleza laica y eclesiástica. Duby reconocía explícitamente una gran deuda respecto de la geografía y la historia del derecho. Esa falta provenía tanto de su formación previa como de la influencia de Bloch (TOUBERT 1997, p. 68 y ss.), pero no sucedía lo mismo con la historia de la Iglesia. Dicha institución no tenía lugar en su tesis sobre el señorío banal ni en sus consideraciones sobre

⁴ Se trata de *L'Église et le village*.

⁵ Esto no significa que el autor ignorase la relevancia de los fenómenos religiosos para la reproducción del poder de dicha clase o de algunos de sus sectores. Lo puso especialmente de relieve con relación a la monarquía en *Los reyes taumaturgos*.

las dinámicas sociales fundamentales de la Edad Media (MAZEL 2008, p. 4). Ese vacío fue señalado por Lemarignier en una reseña de la tesis de Duby aparecida en 1956 (BOUGARD 2008, p. 12).

Esta última afirmación quizás resulte excesiva si tenemos en cuenta que Duby dedicó luego algunas páginas del que fue su primer trabajo a escala europea a analizar la relación entre los señoríos laicos y los eclesiásticos (DUBY 1999a, p. 230-246). En *Economía rural y vida campesina...* consideró las relaciones entre ambos sectores de la nobleza con respecto a los transvases de propiedad. Pese a la significación que poseen esas cuestiones, el interés de Duby apuntaba sobre todo al análisis del lugar del dominio y el señorío en el despegue económico europeo. Con ese objetivo en mente, poco importaba la división al interior de la clase nobiliaria: la naturaleza de la relación social básica no se veía alterada por ese factor. En cambio, consideró que la diferencia entre grandes y pequeños señores (monarcas, magnates u obispos, frente a caballeros, castellanos o canónigos), que poseían diferente vínculo con la producción agraria y el campesinado, era un elemento de primer orden (DUBY 1999a, p. 242-246; 293-301). La composición de la renta señorial variaba considerablemente con relación a ese factor, así como la actitud de los señores frente a la explotación de la tierra. Otro aspecto importante para la comprensión de la reproducción material de la clase señorial derivaba de la naturaleza territorial o banal de los elementos que componían la renta. Así, si bien dedicó numerosas páginas a la explotación del dominio, también indicó en reiteradas ocasiones que las banalidades y los diezmos proporcionaban a la nobleza las mejores rentas y eran, por eso, motivo de frecuentes conflictos con los campesinos o entre los mismos señores (DUBY 1999a, p. 279; 1999b, p. 282). Así, cada señorío podía poseer una estructura de ingresos y gastos diferente con relación a su dimensión, a su origen y a la procedencia de sus rentas. Tales indicaciones provenían de estudios de casos concretos, como el de la economía cluniacense (DUBY 1952) o el de los dominios de la Orden del Hospital en el sudeste de Francia (DUBY 1977). En este trabajo, por ejemplo, el autor observó en detalle la estructura de ingresos y gastos de los diferentes señoríos rurales a fin de realizar un balance de dicha estructura y comprender sus relaciones con las economías campesinas. Factores como la presencia —o ausencia— de reservas cultivables, la incidencia de los arrendamientos o los contratos de aparcería, la importancia de los censos y el volumen de los ingresos provenientes de las banalidades (hornos, molinos, diezmos, etc.) fueron contrastados con las necesidades derivadas del sostén señorial, del gasto en salarios o el mantenimiento de aperos y edificios. Duby indicó incluso que, dentro de un mismo dominio señorial, la estructura del ingreso y el gasto podía variar de señorío en señorío, por lo cual las conclusiones debían partir del reconocimiento de dichas variaciones (DUBY 1977, p. 116).

La de Duby fue, en definitiva, una obra de alcance europeo con una propuesta metodológica muy completa que obtuvo inmediata acogida en el ámbito ibérico. Se ha afirmado que, en un contexto de renovación historiográfica, la escuela de los *Annales* se presentaba como “radical en el estilo, pero académica en la forma y conservadora desde un punto de vista político” (FONTANA 2001, p.

207). En una España que comenzaba a percibir el debilitamiento del franquismo, la incorporación de las relaciones entre clases a la historia económica no podía sino presentar dicha forma. En ese sentido, no es casual que *Guerreros y campesinos...*, obra en la que Duby incorporó cierto número de elementos de la teoría marxista,⁶ no haya recibido igual atención que su libro anterior, que contiene tesis mucho más tradicionales.

García de Cortázar fue el primer historiador español en indagar los problemas planteados por Duby en la documentación ibérica. Tras analizar el marco espacial del monasterio de San Millán, la formación del dominio y los avatares de la historia político-militar del área, sus consideraciones sobre la estructura y explotación del dominio refieren permanentemente a los postulados de Duby. Aunque, años después, el autor parece haberlo olvidado (GARCÍA DE CORTÁZAR; MARTÍNEZ SOPENA 2008, p. 98-99), las referencias explícitas e implícitas son abundantes (GARCÍA DE CORTÁZAR 1969, p. 195-243). Los trabajos sobre dominios monásticos constituyeron, a partir de entonces, un género en sí mismo (REGLERO DE LA FUENTE 2010, p. 36-44). Guiados por los interrogantes que planteara Duby y contando con sistematizaciones conceptuales y propuestas metodológicas como la de Salustiano Moreta (1974), que incorporaba más abiertamente conceptos y problemas del marxismo, los historiadores ibéricos encararon la tarea de comprender la historia económica del período medieval en base a los fondos monásticos.⁷

96

Algunos contemporáneos reconocieron que el gran desarrollo de los trabajos sobre monasterios contrastaba con la escasa atención que había recibido en esos años la documentación catedralicia (MARTIN 1975, p. 53). Los trabajos basados en la documentación de las catedrales leonesas seguían enmarcados en una historia mucho más tradicional, interesada por la evolución institucional. La poca atención que recibieron los fondos catedralicios impidió a los historiadores de principios de los años 70 percibir el rol económico que desempeñaron los diezmos desde su generalización. Como lo indicaba José Luis Martín, los fondos monásticos no poseían demasiados datos sobre el diezmo. Así, esa importante fuente de renta debió esperar hasta la década siguiente para recibir la atención que merecía. La renovación historiográfica recién accedió a la documentación catedralicia en la década siguiente, cuando los historiadores comenzaban ya a apartarse del modelo de Duby y se acercaban a nuevas aproximaciones.

La década del 80 presenció dos importantes cambios en la orientación de las investigaciones sobre historia rural: por un lado, se abandonó poco a poco el modelo clásico del gran dominio para considerar el lugar central de la pequeña propiedad familiar en la economía medieval; por otro lado, la atención se centró cada vez más en la región, que reemplazó al dominio como objeto de análisis (GARCÍA DE CORTÁZAR; MARTÍNEZ SOPENA 2008, p. 104-105). Esas transformaciones se relacionaban con la decisiva influencia de los trabajos de

⁶ Sobre las relaciones de la escuela de *Annales* con el marxismo, ver: ASTARITA 2009.

⁷ Para no abusar de la paciencia del lector, remitimos a los dos trabajos de síntesis citados para obtener referencias completas de la producción historiográfica sobre dominios monásticos (REGLERO DE LA FUENTE 2010; GARCÍA DE CORTÁZAR; MARTÍNEZ SOPENA 2008).

Guy Bois y Pierre Toubert. Antes de considerar sus influencias, debemos repasar el tratamiento que las monografías de los años 80 dieron a la reproducción material de la clase señorial, concretamente a la nobleza eclesiástica, y el lugar que cupo a las rentas decimales en sus planteos.

Durante la década de 1980 aparecieron dos importantes tesis que abordaron el problema de la feudalización de Castilla y León partiendo de un análisis regional: en 1985, apareció la tesis de Pascual Martínez Sopena sobre Tierra de Campos (MARTÍNEZ SOPENA 1985) y, un año después, Luis Miguel Villar García publicó su trabajo sobre la Extremadura (VILLAR GARCÍA 1986). Ambas obras eran complementarias, a su vez, del trabajo de Ángel Barrios García sobre el Concejo de Ávila, aparecido poco tiempo antes (BARRIOS GARCÍA 1983/84). Los autores compartían un objetivo: demostrar que los territorios castellano-leoneses habían atravesado procesos de feudalización semejantes en su contenido, aunque no necesariamente idénticos en su forma, a los de otras áreas europeas. El análisis regional les llevó a indagar la evolución de formas señoriales diversas: monasterios, catedrales, las grandes familias de la aristocracia laica y el realengo (directo o concejil) aparecen como protagonistas centrales del proceso feudalizador, aunque con diferente relevancia según se trate de áreas al norte o sur del río Duero.

En cuanto a las catedrales del área, los trabajos demuestran un acusado interés por la constitución del señorío territorial. Aunque admiten que la pequeña producción tenía un lugar central en el área, ya sea por la dinámica de la expansión hacia el sur (BARRIOS GARCÍA 1983/84, p. 147; VILLAR GARCÍA 1986, p. 238 y ss.), o por la evolución de la gran propiedad (MARTÍNEZ SOPENA 1985, p. 229-247), el estudio de los procesos de acumulación y el análisis de la explotación de la gran propiedad adquieren un lugar central en todos los casos. Los autores coinciden en indicar que los procesos de acumulación patrimonial dependen fuertemente de las intervenciones de la monarquía, ya sea para dotar a las sedes del sur, de reciente fundación (BARRIOS GARCÍA 1983/84, p. 225 y ss.; VILLAR GARCÍA 1986, p. 228-233), o para favorecer la reorganización de la de León (MARTÍNEZ SOPENA 1985, p. 438-443).

Tras considerar la formación del dominio, los autores suelen contemplar el problema de su explotación. El modelo de Duby indicaba que la variable más importante para explicar la dinámica económica medieval venía dada por la relación entre la reserva señorial y las tenencias campesinas. En los casos ibéricos, la existencia de prestaciones de trabajo gratuitas era más difícil de identificar cuanto más se avanzaba hacia el sur. Así, lo que se hallaba constatado en Tierra de Campos (MARTÍNEZ SOPENA 1985, p. 241-244), se supuso para Ávila y Salamanca (BARRIOS GARCÍA 1983/84, p. 287-288; VILLAR GARCÍA 1986, p. 494), muchas veces extrapolando la información disponible para zonas cercanas.⁸

Al momento de considerar los diezmos y otras rentas propiamente eclesiásticas, los autores siguieron el esquema propuesto por José Luis Martín

⁸ Ambos autores remiten a los trabajos de José Luis Martín (1993b; 1993c) sobre la documentación zamorana.

(1993a) e indagaron aspectos como el origen de dicho tributo, los productos sujetos a su cobro y su distribución entre los beneficiarios. Consideraron temas que eran de sobra conocidos por los medievalistas, tales como la justificación del diezmo (VILLAR GARCÍA 1986, p. 515-517), la repartición del mismo al interior del cabildo (BARRIOS GARCÍA 1983/84, p. 271), su importancia en la estructura diocesana renovada tras la intervención papal (VILLAR GARCÍA 1986, p. 564 y ss.), etc; en definitiva, aspectos que hacían al funcionamiento institucional de la diócesis. Por otro lado, los autores consideraron los testimonios de resistencia o evasión (BARRIOS GARCÍA 1983/84, p. 268; VILLAR GARCÍA 1986, p. 519-522), casi siempre como signo de la progresiva generalización de dicha renta. Sólo Martínez Sopena consideró el problema del trasvase de las iglesias propias a control episcopal (MARTÍNEZ SOPENA 1985, p. 273-304), lo cual es lógico, dado que al sur del Duero la nobleza no pudo recrear el dominio tal y como se encontraba en los territorios del norte.

Esas tesis constituyeron hitos importantes para el conocimiento de la feudalización de la Extremadura histórica. Aun así, queda pendiente conocer mejor la estructura del señorío episcopal, la cual continúa demasiado asimilada a la de los abadengos monásticos, especialmente en cuanto a las dinámicas de su constitución (donaciones pías) y al peso que se confiere a la propiedad de la tierra para su reproducción⁹. Para comprender el proceso de constitución de la Iglesia moderna es necesario centrar la observación nuevamente en la conformación del señorío catedralicio. Dicha institución generó una estructura renovada a partir de la constitución de los obispos, que le permitió recomponer sus bases económicas. El análisis de una forma señorial específica debe tener en cuenta las variables que Duby mencionaba: dimensión del señorío, formas de gestión, naturaleza y origen de las rentas, formas de percepción... Poseemos gran cantidad de estudios sobre la estructura política del sistema concejil, muchos de ellos datan de los años 90 (probablemente el hecho de que la propiedad dominical no juegue allí un rol relevante condujo a los historiadores a indagar en detalle esa forma de señorío "enteramente político"). Mucho menos se ha dicho sobre las catedrales, segunda forma señorial en importancia en el área. Aunque conocemos bastante bien su dimensión territorial, aún sabemos poco sobre la evolución de la jurisdicción eclesiástica. Se puede suponer que era el paso siguiente en la investigación, pero los años 1990 heredaron de la década anterior otras preocupaciones que dirigieron la investigación hacia problemas diferentes.

Las tesis sobre la dimensión territorial de la sociedad medieval

La aparición de la obra de Toubert abrió el camino a una serie de estudios en los cuales las transformaciones del hábitat son entendidas como fenómenos de historia total (CURSENTE 2008, p. 72). Poco a poco, tras la aparición de su tesis sobre el Lacio en 1975, el tema de la expresión territorial de los poderes feudales

⁹ En uno de sus últimos trabajos, Ángel Barrios García sintetizó su opinión acerca de la feudalización de Ávila. Sus opiniones no difieren en sustancia de lo que hallábamos en su tesis. Ver: BARRIOS GARCÍA 2000.

fue adquiriendo cada vez más relevancia conceptual. Hoy en día se entiende que "el modelo de poblamiento refleja la sociedad y por ello en sí mismo sirve como testimonio de su historia social" (CURSENTE 2008, p. 72). La tesis de Toubert fue el punto de partida para una serie de trabajos que, en estrecho contacto con los cada vez más abundantes resultados de la arqueología medieval, analizaron diferentes fenómenos de organización del espacio. Primero los castillos, luego las villas castrales y las formas de hábitat disperso y, finalmente, las parroquias y sus cementerios, fueron concebidos como ordenadores del espacio y la vida de los hombres.

Casi al mismo tiempo, la aparición de la obra de Guerreau contribuía a dirigir la atención de los historiadores hacia el rol de la Iglesia en la sociedad medieval. Dicho autor argumentaba que, frente a un Occidente medieval caracterizado por la disgregación del poder político, la única institución que unificaba a la sociedad era la Iglesia. Aún más, dicha institución dominaba todos los ámbitos de la sociedad, ningún aspecto importante escapaba a su control (GUERREAU 1984, p. 229 y ss.). Guerreau asumía los cambios en los intereses historiográficos de la escuela de *Annales*¹⁰ y contribuía decisivamente al viraje hacia ámbitos de investigación cada vez más lejanos a las relaciones sociales, en una tendencia que domina hasta ahora (CURSENTE 2008, p. 69). Aunque en Toubert las estructuras eclesásticas no poseían mayor relevancia, pues se entendían en el marco de procesos más generales, en los historiadores posteriores la dinámica de autoafirmación de la Iglesia adquiere un lugar prioritario (LAUWERS 2009, p. 288-290).

Ambas influencias potenciaron una renovada atención hacia las parroquias rurales. La propuesta de Robert Fossier, sobre todo, subrayó su importancia al destacar su rol en la articulación del marco local, propiciando el anclaje definitivo de la comunidad de los vivos por medio del control del lugar de reposo de los muertos (FOSSIER 1984, p. 242 y ss.). La propuesta del "enceldamiento", que puede aplicarse a diferentes unidades de hábitat, tuvo y tiene amplia acogida entre los medievalistas dado que otorga herramientas para explicar el proceso de sujeción del campesinado sin aludir a problemas como la revolución feudal, eludiendo, de esa forma conceptos clásicos de la historia social que se aproximaban demasiado a las problemáticas del marxismo. Así, la historia social se distanció del problema de las relaciones sociales, acercándose al estudio de "los poderes" en su dimensión territorial. Los "poderes" se entienden en sentido amplio e indeterminado: poderes reales y/o simbólicos, pequeños y grandes, más o menos institucionalizados y cuyo anclaje territorial y peso sobre comunidades e individuos resulta prioritario esclarecer. Se trata de un ámbito mucho menos definido, que aporta conocimientos sobre diversos aspectos, pero que desenfoca el problema de la explotación.

Hoy en día se afirma sin pudor que "la religión fue el verdadero núcleo de toda la sociedad medieval" (CURSENTE 2008, p. 69) y, por lo tanto, se releen

¹⁰ Sobre la trayectoria de *Annales* a partir de 1968 y la influencia de Foucault en el viraje, ver: FONTANA 2001, p. 285-327. A partir de dicho viraje se produjo un acercamiento a cierta corriente "progresista" de la historia de la Iglesia, impulsada por el Concilio Vaticano II, ver: LAUWERS 2008, p. 276-279.

los problemas básicos de dicha sociedad en clave religiosa. Así, por ejemplo, la reforma gregoriana adquiere una relevancia que no hubieran osado soñar los historiadores de principios de siglo: algunos autores han llegado a afirmar que esa reforma transforma la relación entre aristocracia laica y eclesiástica, dando origen al señorío banal (LAUWERS 2009, p. 288; MAZEL 2008, p. 8). Sin ir tan lejos, el conocimiento sobre la influencia eclesiástica en la organización del hábitat es un tema de gran actualidad. La parroquia se encuentra en el centro de los estudios sobre organización social del espacio (BOISSELLIER 2006; GRELOIS 2010; IOGNA-PRAT; ZADORA-RIO 2005; LAUWERS 2008, p. 289; 2010). En el ámbito ibérico, que contaba con los aportes que oportunamente realizara García de Cortázar sobre la organización del espacio;¹¹ esta problemática obtuvo una gran recepción en trabajos que apuntan a esclarecer los procesos de configuración espacial de los poderes eclesiásticos. Para eso, se indagan las vías de la territorialización de la parroquia y la diócesis en Santiago de Compostela (LÓPEZ ALSINA 2002. SÁNCHEZ PARDO 2010), Oviedo (CALLEJA PUERTA 2000) o León (CALLEJA PUERTA 2010).

A medida que transcurren los años, la influencia de la historiografía francesa es cada vez más acusada: resulta patente que, mientras los trabajos de principios del siglo actual conservaban cierta distancia de los postulados más cercanos a la "renovación" historiográfica francesa,¹² diez años después el acercamiento es evidente: el propio García de Cortázar reconoció recientemente su deuda hacia los historiadores franceses para el tratamiento de la dinámica espacial influenciada por la Iglesia.¹³ Esas visiones se encuentran, como es evidente, en las antípodas del pensamiento historiográfico clásico. Cada vez más influidos por las propuestas francesas, los análisis sobre las parroquias medievales ya no se enmarcan en la problemática básica de la sociedad feudal (el señorío como medio de explotación del campesinado), sino que se estudian con ánimos de conocer la implantación del poder de la Iglesia, el cual se caracteriza, en última instancia, como eminentemente espiritual.

100

Balance final, o una propuesta (no tan nueva) para abordar el problema

Frente a esta evolución de la historiografía dominante, el abordaje de las estructuras básicas del señorío episcopal requiere una vuelta a las propuestas de la historiografía social clásica, pero que parta de un reconocimiento crítico de los aportes mencionados. Como se ha puesto en evidencia a lo largo de estas páginas, creemos que las consideraciones de Duby poseen aún mucho interés para el análisis empírico. En especial deben retomarse sus ideas en cuanto a la composición de la renta, factor que se ha pretendido destacar en este trabajo,

¹¹ El interés por el rol de los monasterios como organizadores del espacio ya se encuentra en la tesis del autor, quien siguió indagando esos problemas durante los años 80 y 90 (GARCÍA DE CORTÁZAR; MARTÍNEZ SOPENA 2008, p. 106-107).

¹² Por ejemplo, Calleja Puerta afirmaba en 2000 que su objetivo era "considerar la concreción territorial de las formaciones parroquiales [...] como reflejo de la articulación de la sociedad y de los distintos ritmos y modalidades del poblamiento, el control social y la atribución de la renta" (CALLEJA PUERTA 2000, p. 25).

¹³ Le interesa "analizar el proceso y el resultado del mismo visible en el espacio del esfuerzo desarrollado por la Iglesia católica por implantarse, dirigir y controlar la sociedad de la Europa occidental" (GARCIA DE CORTÁZAR 2010, p. 293).

que busca llamar la atención sobre el lugar del diezmo en la renta catedralicia. Eso no significa desconocer, por ejemplo, los procesos de territorialidad de la parroquia que hoy en día ocupan a muchos medievalistas. Aun así, el análisis debe estar guiado por una crítica a los presupuestos de las tesis que entienden que conocer los fenómenos de territorialidad equivale a acceder a la historia total.

El eje rector del análisis debe retornar al señorío como forma de dominación. En el caso de la nobleza eclesiástica, específicamente del clero secular (dominante en la Extremadura histórica) debe comprenderse, en primer término, el proceso que permitió la participación episcopal en los recursos de las parroquias. En este punto, además de considerar las relaciones al interior de la clase noble [las donaciones de iglesias no implicaron, por lo general, pérdida del control señorial sobre los templos (DIAGO HERNANDO 1997, p. 627-634)], es necesario considerar las relaciones entre las clases. Las comunidades campesinas también fueron propietarias de iglesias y la intervención de la jerarquía eclesiástica en ellas adquirió formas particulares. Como ejemplo, poseemos el trabajo de Loring García sobre las iglesias de particulares en la Liébana de los siglos IX al XI (LORING GARCÍA 1987), del cual surge claramente la necesidad de tener en cuenta la complejidad de los regímenes de propiedad y la estructura social en la que pretendían intervenir las autoridades eclesiásticas (LORING GARCÍA 1987, p. 101-102). Asimismo, la conflictividad en torno a esos procesos de absorción de derechos o a la generalización del diezmo debe entenderse como elemento constante, fuente de dinamismo y causa de aparición de diversas estrategias por parte de los actores sociales involucrados. Las posibilidades de un trabajo orientado por esas perspectivas se han comprobado recientemente, a partir de un estudio de Isabel Alfonso (ALFONSO 2010). La autora postuló la necesidad de pensar las parroquias no sólo como ámbitos de penetración señorial en el espacio rural, sino también como espacios políticos en disputa que podían ser apropiados por las comunidades campesinas y empleados para articular la resistencia. Criticó así la comprensión "desde arriba" de fenómenos tan complejos como la reforma gregoriana.

Una vez dilucidado el proceso que habilitó a los obispos a participar en las rentas parroquiales, se impone el estudio de la estructura del señorío catedralicio, atendiendo en especial a la composición de la renta. Gracias a los estudios de los años 70 y 80 conocemos bastante bien la dimensión territorial de las fortunas eclesiásticas, pero precisamos avanzar más en la comprensión del peso relativo de otros tipos de rentas, especialmente los diezmos. En un balance reciente, se puso en evidencia que numerosos historiadores los han estudiado en el marco de los más diversos problemas y ya no sólo como medio para conocer las coyunturas agrarias (DÍAZ DE DURANA; GUINOT 2010). Es momento, entonces, de reconsiderar su lugar en el sostenimiento de las Iglesias castellano-leonesas. Sabemos que hasta el siglo XI el señorío de las catedrales no se diferenciaba del de los monasterios (GARCÍA DE CORTÁZAR 1989, p. 267-271). Además ha quedado establecido que durante los siglos siguientes la red parroquial se desarrolló considerablemente merced, en parte, a la iniciativa de los obispos, que disputaron tenazmente su participación en la renta decimal.

Gracias a los estudios de los historiadores modernistas, sabemos que dicha renta no era para nada despreciable (Cf. IBÁÑEZ RODRÍGUEZ 1999, p. 24). Debemos considerar en qué medida el peso de los diezmos supuso una estructura de la renta catedralicia menos basada en la propiedad de la tierra y crecientemente sustentada en la fiscalidad parroquial.

Si la estructura de la renta de monasterios y catedrales hacia fines de la Edad Media era distinta, cabe esperar distintas reacciones señoriales a las coyunturas agrarias, las transformaciones de la estructura política o las presiones de los campesinos. Desde esta base, creemos, será posible comprender la evolución que atravesó el poder eclesiástico en sus formas de dominación, de una Iglesia local, basada en monasterios y sujeta a los poderes territoriales, a una Iglesia crecientemente burocrática (WOOD 2006, p. 904 y ss.), basada en una compleja estructura fiscal. Eso no supone, claro está, minimizar el lugar que la propiedad de la tierra poseyó en la fortuna eclesiástica, pero sí intentar destacar que la detracción indirecta de los recursos del campesinado tuvo un lugar incuestionable y que la eficacia del aparato eclesiástico parece innegable. En ese sentido, es sintomático que todas las demás fracciones de la clase dominante participaran, de una u otra manera, en la renta decimal, que se constituyó en uno de los rubros más importantes de los recursos de los reyes y otros grandes nobles. Es así que nuestro interés en la renta decimal y la "modernización" del aparato de exacción sobre el cual se sustentó el clero secular parece ser un aspecto de primer orden para comprender la reproducción material de las clases dominantes de la sociedad tradicional.

102

Referencias bibliográficas

- ALFONSO, Isabel. Iglesias rurales en el norte de Castilla: una dimensión religiosa de las luchas campesinas durante la Edad Media. In: GARRABOU, Ramón; ROBLEDO, Ricardo (eds.) **Sombras del progreso**: las huellas de la historia agraria. Barcelona: Crítica, p. 27-65, 2010.
- ASTARITA, Carlos. La historia de la transición del feudalismo al capitalismo en Europa occidental. **Anales de Historia antigua, medieval y moderna**, v. 41, 2009. p. 101-141.
- BARRIOS GARCÍA, Ángel. **Estructuras agrarias y de poder en Castilla**: el ejemplo de Ávila (1085-1320). Salamanca: Universidad de Salamanca, 1983/84. 2v.
- _____. Colonización y feudalización. In: BARRIOS GARCÍA, Ángel *et al.* **Historia de Ávila**. Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 2000, p. 339-408. v. II.
- BIDAGOR, Ramón. **La iglesia propia en España. Estudio histórico-canónico**. Roma: Pontificia Universitas Gregoriana, 1933.
- BOISSELLIER, Stéphane (ed.) **De l'espace aux territoires**: la territorialité des processus sociaux et culturels au Moyen Âge. Actes de la table ronde des 8-9 juin 2006, CESC. Poitiers: Brepols, 2006.

BOUGARD, François. Genèse et réception du *Mâconnais* de Georges Duby. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA** [En ligne]. Hors-série n. 1, 2008. Disponible en: <http://cem.revues.org/4183>. Consultado el 16 mar. 2013.

CALLEJA PUERTA, Miguel. **La formación de la red parroquial de la diócesis de Oviedo en la Edad Media**. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 2000.

_____. Eclesiología episcopal y organización del espacio en las ciudades y villas del noroeste peninsular (1100-1250). In: DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio (coord.). **Monasterios, espacio y sociedad en la España cristiana medieval**. XX Semana de Estudios Medievales. Nájera, del 3 al 7 de Agosto de 2009. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2010, p. 429-490,

CURSENTE, Benoît. Tendencias recientes de la historia rural de la Francia Medieval. In: ALFONSO, Isabel (ed.). **La historia rural de las sociedades medievales europeas: tendencias y perspectivas**. Valencia: Universitat de València, 2008, p. 65-95,

DÍAZ DE DURANA, José Ramón; GUINOT, Enric. La dîme dans l'Espagne médiévale. In: VIADER, Roland (ed.). **La dîme dans l'Europe médiévale et moderne**. Actes de XXX^{es} Journées Internationales d'Histoire de l'Abbaye de Flaran, 3 et 4 octobre 2008. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2010, p. 63-88.

DIAGO HERNANDO, Máximo. Las iglesias propias de monasterios en la Castilla bajomedieval. Algunos ejemplos riojanos. **Hispania Sacra**, v. 49, n. 100, p. 625-651, 1997.

DUBY, Georges. Économie domaniale et économie monétaire : le budget de l'abbaye de Cluny entre 1080 et 1155. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 7, n. 2, p. 155-171, 1952.

_____. El señorío y la economía campesina: Alpes del sur, 1338. In: _____. **Hombres y estructuras de la Edad Media**. Madrid: Siglo XXI, 1977 [1961], p. 79-119.

_____. **Economía rural y vida campesina en el Occidente medieval**. Madrid: Altaya, 1999a.

_____. **Guerreros y campesinos: desarrollo inicial de la economía europea (500-1200)**. Madrid: Siglo XXI, 1999b.

DUMAS, Auguste. Les églises paroissiales. In: AMANN, Emile; DUMAS, Auguste. **L'Église au pouvoir des laïques (888-1057)**. París: Bloud & Gay, 1948.

FONTANA, Josep. **La historia de los hombres**. Barcelona: Crítica, 2001.

FOSSIER, Robert. **La infancia de Europa: siglos X-XII**. Aspectos económicos y sociales. Barcelona: Labor, 1984.

- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. **El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X a XIII)**: introducción a la historia rural de la Castilla altomedieval. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1969.
- _____. Feudalismo, monasterios y catedrales en los reinos de León y Castilla. In: EN TORNO AL FEUDALISMO HISPÁNICO: I CONGRESO DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 1989, León. **Anales...** León: Fundación Sánchez Albornoz, 1989, p. 259-292.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. Los estudios sobre historia rural de la sociedad medieval hispanocristiana. In: ALFONSO, Isabel (ed.). **La historia rural de las sociedades medievales europeas**: tendencias y perspectivas. Valencia: Universitat de València, 2008, p. 97-143.
- GUERREAU, Alain. **El feudalismo: un horizonte teórico**. Barcelona: Crítica, 1984.
- IBÁÑEZ RODRÍGUEZ, Santiago. **El pan de Dios y el pan de los hombres**: diezmos, primicias y rentas en la diócesis de Calahorra (ss. XVI-XVIII). La Rioja: Universidad de La Rioja, 1999.
- IMBART DE LA TOUR, Pierre. **Les origines religieuses de la France**: les paroisses rurales du IV^e au XI^e siècle. Paris: Alphonse Picard et fils, 1900.
- IOGNA-PRAT, Dominique; ZADORA-RIO, Elisabeth. Formation et transformations des territoires paroissiaux. **Médiévale: Langue, textes, histoire**. Paris, n. 49, 2005. Dossier. Disponible en: <http://medievales.revues.org/1200>. Consultado el: 21 abr. 2013.
- LAUWERS, Michel. L'Église dans l'Occident médiéval: histoire religieuse ou histoire de la société? Quelques jalons pour un panorama de la recherche en France et en Italie au XX^e siècle. **Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Age**, n. 121, p. 267-290, 2009.
- _____. Circuit, cimetière, paroisse. Réflexions sur l'ancrage ecclésial des sites d'habitat (VII^e-XIII^e siècle). In: YANTE, Jean-Marie; BULTOT-VERLEYSSEN, Anne-Marie (eds.). **Autour du «village»**. Établissements humains, finages et communautés rurales entre Seine et Rhin (IV^e-XIII^e siècles). Louvain-la-Neuve: Université catholique de Louvain, 2010, p. 301-324.
- LE BRAS, Gabriel. Pour l'étude de la paroisse rurale. **Revue d'histoire de l'Église de France**, n. 101, p. 486-502, 1937.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando. El encuadramiento eclesiástico como espacio de poder: de la parroquia al obispado. In: DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio (coord.); MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (dir.). **Los espacios de poder en la España medieval**. XII Semana de Estudios Medievales. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2002. p. 425-457.
- LORING GARCÍA, María Isabel. Nobleza e iglesias propias en la Cantabria altomedieval. **Studia Historica. Historia Medieval**, n. 5, p. 89-121,

1987.

MAZEL, Florian. Pouvoir aristocratique et Église aux X^e-XI^e siècles. Retour sur la «révolution féodale» dans l'œuvre de Georges Duby. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre** | BUCEMA [En ligne]. Hors-série n. 1, 2008. Disponible en: <http://cem.revues.org/4183>. Consultado el: 16 mar. 2013.

MARTÍN, José Luis. Diezmos eclesiásticos. In: _____. **Amor, cuestión de señorío y otros estudios zamoranos**. Zamora: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1993a [1975], p. 53-62.

_____. Campesinos vasallos de la iglesia de Zamora en los siglos XII y XIII. In: _____. **Amor, cuestión de señorío y otros estudios zamoranos**. Zamora: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1993b [1977], p. 63-76.

_____. Campesinos vasallos del obispo Suero de Zamora. In: _____. **Amor, cuestión de señorío y otros estudios zamoranos**. Zamora: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1993c [1981], p. 77-95.

MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. **La Tierra de Campos occidental**: poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XIII. Valladolid: Institución Cultural Simancas, 1985.

MORÁN MARTÍN, Remedios. Eduardo de Hinojosa y los estudios de historia del derecho en España después de su muerte: Manuel Torres López. Edición y reconstrucción. **E-legal history review**, n. 0, 2005. Disponible en: http://www.iustel.com/v2/revistas/detalle_revista.asp?id_noticia=403851&d=1. Consultado el: 3 feb. 2013.

REGLERO DE LA FUENTE, Carlos. Un género historiográfico: el estudio de dominios monásticos en la Corona de Castilla. In: DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio (coord.). **Monasterios, espacio y sociedad en la España cristiana medieval**. XX Semana de estudios medievales. Nájera, del 3 al 7 de Agosto de 2009. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2010, p. 33-75.

RODRÍGUEZ GIL, Magdalena. Consideraciones sobre una antigua polémica: las Iglesias propias. **Cuadernos de Historia del Derecho**, n. 6, p. 247-272, 1999.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. Las iglesias rurales y su papel en la articulación territorial de la Galicia medieval (ss. VI-XIII). In: **Mélanges de la Casa de Velázquez** [En línea], 40-1 | 2010. Disponible en: <http://mcv.revues.org/3374>. Consultado el: 12 oct. 2012.

STUTZ, Ulrrich. **Geschichte des kirchlichen Benefizialwesens von seinen Anfängen bis auf die Zeit Alexanders III**. Berlín: H.W. Müller, 1895a.

_____. **Die Eigenkirche als Element des mittelalterlich**: germanischen Kirchenrechts. Berlín: H.W. Müller, 1895b.

- THOMAS, Paul. **Le droit de propriété des laïques sur les églises et le patronage laïque au moyen âge**. Paris: Ernest Leroux, 1906.
- TORRES LÓPEZ, Manuel. La doctrina de las «iglesias propias» en los autores españoles. **Anuario de Historia del Derecho Español**, n. 2, p. 402-461, 1925.
- _____. El origen del sistema de «iglesias propias». **Anuario de Historia del Derecho Español**, n. 5, p. 83-217, 1928.
- TOUBERT, Pierre. Prefacio a *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* de Marc Bloch. **Argumentos**, n. 26, p. 59-90, 1997.
- VIARD, Paul. **Histoire de la dîme ecclésiastique principalement en France jusqu'au décret de Gratien**. Dijon: Jobard, 1909.
- VILLAR GARCÍA, Luis Miguel. **La Extremadura castellano-leonesa: guerreros, clérigos y campesinos (711-1252)**. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1986.
- WOOD, Susan. **The Proprietary Church in the Medieval West**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Nikolai G. Tchernichévski: contribuição à filosofia da história na Rússia do século XIX*

Nikolay G. Chernyshevsky: contribution to the philosophy of history in 19th-century Russia

Camilo José Teixeira Lima Domingues

camilodomingues@hotmail.com

Mestrando

Universidade Federal Fluminense

Rua Tenente Azevedo, 256 - Casa 12 - Aclimação

01528-020 - São Paulo - SP

Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar e sistematizar as contribuições do escritor e jornalista revolucionário russo Nikolai Gavrilovitch Tchernichévski (1828-1889) à filosofia da história. Para tanto, partir-se-á de três obras filosóficas do autor tomadas como referência: "O princípio antropológico na filosofia", "O caráter do conhecimento humano" e "As relações estéticas da arte com a realidade". A partir da primeira obra, será analisado o debate acerca dos postulados das assim chamadas ciências exatas e ciências morais, vigente à época (1860) e motivo de controvérsias e discussões filosóficas até os dias de hoje. Em "O caráter do conhecimento humano" serão analisados e discutidos o papel que o autor confere à história e a sua concepção de desenvolvimento histórico. O terceiro ensaio do autor servirá à discussão da história como representação. Ao final, evidencia-se a marcante influência da filosofia feuerbachiana na obra de Tchernichévski e é elaborado o esboço de uma possível filosofia da história tchernichevskiana.

107

Palavras-chave:

Filosofia da história; Materialismo histórico; Historiografia do século XIX.

Abstract

This article aims to systematize and analyze the contributions of the Russian revolutionary writer and journalist Nikolai Gavrilovich Chernyshevsky (1828-1889) to the philosophy of history. For this purpose, three philosophical works of the author will serve as references: "The anthropological principle in philosophy", "The character of human knowledge" and "The aesthetic relations between art and reality". The first of these works leads to an analysis of the discussion on the tenets of the so-called exact sciences and moral sciences, which were current at the time (1860) and are still the subject of philosophical controversies to the present day. On its turn, "The character of human knowledge" brings the discussion on the role attributed by the author to history and on his conception of historical development. And his third essay under analysis leads to the discussion on history as representation. At the end, the remarkable influence of Feuerbach's philosophy on his work is highlighted, and a sketch of a possible *Chernyshevskyan* philosophy of history is presented.

Keywords

Philosophy of history; Historical materialism; 19th century historiography.

Enviado em: 8/10/2013

Aprovado em: 26/12/2013

* Este artigo insere-se no projeto de pesquisa "Nikolai Gavrilovitch Tchernichévski e a intelligentsia russa: filosofia, arte e revolução na segunda metade do século XIX", desenvolvido no PPGH-UFF (nível de mestrado) e orientado pelo Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho, a quem agradeço a imensa disponibilidade e a atenciosa parceria. Agradeço também ao Prof. Dr. Mário Grynspan, pelo incentivo a partir do qual surgiu este artigo, ao colega Roger Anibal Lambert Silva pela leitura atenta e por seus comentários e a Yuri Martins de Oliveira por sua ajuda na transliteração russo-português. Por último, agradeço aos pareceristas, editores e revisores desta revista pelos comentários e pelas sugestões e correções pertinentes. Este artigo contou com financiamento da CAPES.

Este artigo pretende compilar, com base nos três ensaios filosóficos mais relevantes de Nikolai G. Tchernichévski, as concepções de história desse autor de forma sistemática, para o delineamento de uma *possível* filosofia da história tchernichevskiana. Em “O princípio antropológico na filosofia” será analisado o debate acerca dos postulados das assim chamadas ciências exatas e ciências morais, vigente à época (1860) e motivo de controvérsias e discussões filosóficas até os dias de hoje. Em “O caráter do conhecimento humano” serão discutidos o papel que o autor confere à história e a sua concepção de desenvolvimento histórico. A sua tese “As relações estéticas da arte com a realidade” servirá à discussão da história como representação.¹

O principal objetivo deste trabalho é trazer à luz as ideias e os trabalhos de um dos mais influentes pensadores russos de meados do século XIX. Tchernichévski pertenceu à geração russa dos anos 1860, responsável pela assimilação, contextualização e divulgação do debate contemporâneo europeu em torno da filosofia alemã (hegelianos e novos hegelianos) e das ideias socialistas francesas, bem como do liberalismo econômico clássico inglês. Sua obra literária e filosófica influenciaria toda a intelectualidade e juventude revolucionárias russas na segunda metade do século XIX.

Durante seus estudos de literatura, na Universidade de São Petersburgo, Tchernichévski conheceu os trabalhos dos principais expoentes da filosofia alemã do século XIX, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872). A partir de então, acumulou intensa crítica contra o idealismo filosófico, crítica que o acompanharia durante toda a sua vida, fosse em seus ensaios filosóficos, fosse em seus trabalhos políticos ou estéticos. No campo do pensamento histórico, Tchernichévski foi adepto do *humanismo* ou da *filosofia antropológica* feuerbachiana e travou um verdadeiro embate com a escola filosófica tradicional, à qual qualificava ironicamente de *ilusionista*.

É importante salientar que qualquer tentativa de sistematização teórica de um pensador russo membro da *intelligentsia* reformista ou revolucionária em meados do século XIX não pode deixar de considerar um aspecto: havia nos trabalhos daqueles pensadores a convicção de que as suas palavras tinham força material, de que não jaziam apenas nos papéis. O calor do tempo aproximava, mais que o comum, a filosofia e a política. Tchernichévski trouxe contribuições importantes para ambas, apesar de algumas limitações que são compreensíveis dada a conjuntura repressiva e limitante em que desenvolveu os seus trabalhos.

As ciências exatas e as ciências morais

No seu ensaio “O Princípio Antropológico na Filosofia” (1860), Tchernichévski comenta o trabalho de P. L. Lavrov² “Ensaio sobre os Problemas da Filosofia

¹ A análise proposta neste artigo será feita tendo como base as traduções dos referidos textos de Tchernichévski para o inglês publicadas em 1953 sob o título de *Selected Philosophical Essays*. Essa compilação foi editada pela extinta *Moscow Foreign Languages Publishing House*, editora estatal da ex-URSS responsável pela publicação de obras russas em línguas estrangeiras. Acreditamos que a utilização dessas traduções não acarretará prejuízo na interpretação das obras.

² Piótr Lávrovitch Lavrov (1823-1900), teórico e filósofo russo. Propagandista de ideias revolucionárias durante os anos 1860.

Prática”, publicado no mesmo ano. Faz desse trabalho a sua tentativa mais bem sistematizada de incorporar o pensamento feuerbachiano à sua filosofia materialista. O ensaio é dividido em duas partes. Na primeira delas, Tchernichévski tece considerações críticas ao ensaio de Lavrov – apesar de salientar a importância do autor como primeiro porta-voz russo do *antropologismo filosófico* – e aponta as contribuições e limitações dos autores citados por Lavrov em seu trabalho: Jules Simon,³ John Stuart Mill e Pierre-Joseph Proudhon. O fiel de sua balança crítica é o nível de correspondência dos trabalhos desses pensadores em relação ao assim chamado *pensamento progressista contemporâneo*, a saber, a filosofia materialista humanista de Ludwig Feuerbach, que, segundo ele, superaria até mesmo os trabalhos dos demais hegelianos de esquerda. Ainda lhe serve como critério de avaliação e legitimação da atividade desses pensadores a relevância social e política do tema abordado e a coerência entre teoria e prática, aspecto em que critica duramente Jules Simon e Mill.

À medida que dialoga com os autores elencados acima na primeira parte de seu ensaio, Tchernichévski começa a esboçar os primeiros traços do que seriam os seus princípios antropológicos na filosofia – sempre de acordo com o materialismo humanista feuerbachiano – e que serão mais bem desenvolvidos na segunda parte. Colocando inúmeros exemplos, com um claro objetivo didático e de popularização daquela que, segundo ele, seria a filosofia progressista e redentora, e seguindo estritamente os limites permitidos de sua escrita esópica, a fim de driblar a censura czarista, Tchernichévski elabora uma obra que, apesar de questionável em sua profundidade e assertividade filosófica, servirá como material de propaganda – e mesmo de agitação – para a preparação política dos jovens radicais russos da geração de 1860.

Nessa apresentação e defesa de suas concepções filosóficas materialistas, Tchernichévski não poderia passar ao largo da discussão da cientificidade das *ciências morais*, posto que na batalha por sua legitimação em meio às demais *ciências exatas*, estava em disputa algo mais que uma simples querela epistemológica. Em seu trabalho, ele reivindicava para as ciências morais a sua validade como verdade científica concreta e contestava a concepção segundo a qual estas seriam meras opiniões ou memórias desconectadas de uma lógica ou lei demonstrável, incapazes de postular os seus próprios axiomas e de traçar os caminhos necessários ao pensamento e desenvolvimento humanos. Demarcar o caráter científico das ditas ciências morais não lhe interessava apenas como uma contribuição à filosofia, mas – e, talvez, principalmente – como uma necessária racionalização da ação política – de acordo com os preceitos do materialismo filosófico e do então promissor socialismo francês –, como instrumento de crítica capaz de questionar e enfrentar as instituições políticas tradicionais.

Em suas considerações a respeito do caráter científico atribuível ou não às ciências morais em meados do século XIX, Tchernichévski traça a linha que então as separava das ciências exatas:

³ Jules François Simon (1814-1896), filósofo e político francês. Ocupou o cargo de primeiro-ministro francês entre 1876 e 1877.

A palavra “ciência” em inglês de forma alguma cobre todos os ramos do conhecimento que este termo abrange entre nós e entre as outras nações continentais. Por ciência, os ingleses entendem: matemática, astronomia, física, química, botânica, zoologia, geografia – aqueles ramos do conhecimento que chamamos de ciências exatas e aqueles intimamente ligados a eles. Mas eles não aplicam este termo à história, psicologia, filosofia moral, ou à metafísica (TCHERNICHÉVSKI 1953b, p. 88, tradução nossa).⁴

Segundo o autor, até então, havia uma diferença básica que justificava tal linha demarcatória. As ciências exatas proporcionariam resultados unívocos, aceitáveis amplamente tanto pela comunidade científica quanto pela sociedade em geral e, no limite, inquestionáveis, enquanto as ciências morais poderiam proporcionar apenas uma plêiade de opiniões diversas, em torno das quais não se poderiam articular os resultados das investigações dos diversos cientistas.

Sendo o caráter de cientificidade de qualquer área do conhecimento definido pela univocidade e aceitabilidade universal de seus resultados e pela presumibilidade destes a partir de leis deduzidas e exaustivamente comprovadas, as ciências morais estariam, por seu próprio objeto e pelas próprias características de seus resultados – mais argumentativos que científicos – alijadas do paradigma científico. Cabe lembrar que tal questão não foi submetida apenas a Tchernichévski ou a pensadores materialistas do século XIX que porventura pudessem concebê-las por interesses tanto filosóficos como políticos. A grande discussão sobre o caráter científico das ciências morais surge *pari passu* ao avanço das assim chamadas ciências exatas a partir das descobertas científicas e do advento e predomínio do empirismo em virtude da expansão do ensino científico e universitário desde o início do século XVI na Europa Ocidental. O avanço irresistível das ciências exatas abalou o lugar de destaque até então improfanável das ciências do pensamento.

110

A filosofia de Hegel foi determinante para o debate a respeito do caráter da história e das demais ciências morais em “O Princípio Antropológico na Filosofia”. A partir dos ensinamentos sobre a obra hegeliana obtidos pela mão de divulgadores russos e pelo estudo das obras dos hegelianos de esquerda, Tchernichévski vaticinará o fim da dicotomia entre as ciências exatas e as ciências morais em relação à sua cientificidade. Para o autor, a consolidação científica das ciências morais ocorria no instante mesmo da elaboração de sua obra e não se devia à descoberta e elaboração de novos e específicos métodos de investigação e de validação de resultados por parte dessas ciências, mas, antes, pela assimilação dos métodos e princípios científicos próprios das ciências exatas. A aquisição do postulado científico custaria às ciências morais a sua subsunção aos métodos próprios das ciências naturais: “Todos os pensadores progressistas entre aqueles que estão estudando as ciências morais começaram

⁴ No original: “The word ‘science’ in English does not by any means cover all the branches of knowledge that this term covers among us, and among the other continental nations. By science the English mean: mathematics, astronomy, physics, chemistry, botany, zoology, geography – those branches of knowledge that we call the ‘exact’ sciences, and those closely related to them in character. But they do not apply this term to history, psychology, moral philosophy, or to metaphysics”.

a tratar tais questões com a ajuda de métodos precisos similares àqueles pelos quais os problemas das ciências naturais são tratados” (TCHERNICHÉVSKI 1953b, p. 92, tradução nossa).⁵

Ao tomar de empréstimo das ciências exatas (ou ciências naturais) os seus métodos próprios e consagrados de investigação, as ciências morais adquiririam necessariamente, e de partida, dois princípios básicos daquelas, segundo Tchernichévski: o monismo (ou não dualismo) e o princípio da causalidade.

A geração de intelectuais e pensadores à qual pertenceu Tchernichévski vivenciou um avanço – e uma crença – sem paralelo em uma ciência natural particular, a química. Descobria-se que compostos químicos (átomos e moléculas) semelhantes estavam presentes nos mais diversos seres, fossem animados ou inanimados. Os novos adventos científicos – acabara de ser editada *A origem das espécies*, de Charles Darwin – foram acolhidos como verdadeira graça no seio do pensamento materialista: o ser era uno. Extinguia-se, portanto, ao menos cientificamente e filosoficamente, o dualismo religioso – a separação entre ser e espírito. Em uma aritmética rápida, os materialistas, que passaram à história como *mecanicistas* ou *deterministas* – entre os quais, para grande parte de crítica ocidental, insere-se com destaque Tchernichévski –, empenharam-se em tratar os fenômenos *químicos* e *morais* da vida a partir dos mesmos pressupostos e esquemas metodológicos.

Se um dos alicerces das ciências exatas é o princípio da causalidade, que garante a comprovação e a presumibilidade dos fatos, que, por sua vez, são o que conferem o título de *ciência* a essa ou aquela área do conhecimento; se os fenômenos da moral são apenas manifestações particulares de uma engrenagem físico-química universal e, dessa forma, em sua origem, remontam ao campo das ciências exatas; então, também se aplica às ciências morais o princípio da causalidade.

111

É definitivamente sabido, por exemplo, que todos os fenômenos no mundo moral originam-se um dos outros e de circunstâncias externas em conformidade com a lei de causalidade, e, nesta base, todas as hipóteses de que pode haver algum fenômeno que não surja de um fenômeno precedente ou de uma circunstância externa são consideradas falsas (TCHERNICHÉVSKI 1953b, p. 94, tradução nossa).⁶

Em “O princípio antropológico na filosofia”, Tchernichévski enumera diversos exemplos de aplicabilidade de seus postulados epistemológicos em diversas áreas das ciências morais, como a psicologia e a filosofia. Dedicar-se, em especial, em apresentar e explicar o método de *dedução negativa* – dentre todos os tomados de empréstimo das ciências exatas, aquele que mais serviço teria a prestar às ciências morais. As dificuldades inerentes dessas últimas em afirmar fatos e provas,

⁵ No original: “All the progressive thinkers among those who are studying the moral sciences have begun to work out these problems with the aid of precise methods similar to those by which the problems of the natural sciences are being worked out”.

⁶ No original: “It is definitely known, for example, that all the phenomena of the moral world originate from one another and from external circumstance in conformity with the law of causality, and on this basis all assumptions that there can be any phenomena that do not arise from preceding phenomena and from external circumstances are regarded as false”.

em reconstituí-los e em auferir resultados seriam satisfatoriamente contornadas pela maior facilidade em negá-los. Como Tchernichévski ironiza em sua obra, não seria necessário descer ao centro da Terra para se confirmar que não há inferno. As demais verdades científicas disponíveis ao cientista o tornariam capaz de presumir a inexistência do inferno com alto grau de confiabilidade. Assim se poderia proceder também no tratamento científico dos problemas morais.

Dessa forma, diante do problema epistemológico posto às ciências morais em relação ao seu caráter científico, Tchernichévski não vai em busca das particularidades e especificidades dessas últimas na tentativa de fundar uma nova epistemologia, paralela e tão válida quanto a das ciências exatas, porém com os seus procedimentos próprios. Em Tchernichévski, as ciências morais assumem os postulados e procedimentos das ciências exatas. As questões morais insolúveis dentro desse esquema estariam, segundo o autor, apenas no aguardo de novas descobertas e do promissor *passar do tempo* para serem solucionadas. A resolubilidade das questões científicas seria apenas uma variável – necessária – do tempo: “o homem não escapará da verdade, pois no presente estado das relações humanas ela está, ano após ano, se tornando uma necessidade maior e mais imperativa” (TCHERNICHÉVSKI 1953b, p. 135, tradução nossa).⁷

Em meados do século XIX, fosse na Europa Ocidental ou na Rússia, a profusão de pensadores materialistas das mais diversas correntes – monistas, empiriomonistas, machistas,⁸ deterministas, mecanicistas – não permitiu que Tchernichévski pecasse por originalidade. Como já foi salientado, foi a partir de sua interpretação da obra de Ludwig Feuerbach que o autor elaborou o ensaio em questão, na tentativa de apresentá-lo ao público russo e de propor o verdadeiro princípio antropológico na filosofia, a “*antropologia da revolução*” (GARCIA-VALVERDE; INGERFLOM 2009, p. 164) ou o “*materialismo revolucionário*” (RANDALL 1967, p. 74). Para além, no entanto, do componente ideológico do pensador em questão está o próprio problema epistemológico posto às ciências morais. Desde antes da tentativa de solução realizada por Tchernichévski e mesmo após esta e a de tantos outros, motivados pelos mais diversos e insondáveis desígnios, tal problema está posto e ainda continua colocado à ciência nos dias de hoje, sendo tema de muitos trabalhos e discussões.

O que nos interessa, por ora, é o caráter atribuído por Tchernichévski às ciências morais: estas desenvolvem seus trabalhos, exercem seus métodos e emitem seus resultados tais quais as ciências exatas. Também elas são tributárias dos princípios do monismo e da causalidade. As suas questões ainda insolúveis não se deviam a um suposto caráter peculiar às ciências morais, mas apenas ao estágio ainda incipiente de seu desenvolvimento. Os seus fatos, provas e resultados são tão irrefutáveis quanto aqueles comprovados pelas ciências exatas. Veremos, a seguir, como as considerações de Tchernichévski em torno da filosofia da ciência repercutirão no tema central deste artigo, a sua *possível* filosofia da história.

⁷ No original: “man will not escape truth, because in the present state of human affairs it is, year after year, becoming an ever greater and more imperative necessity”.

⁸ O termo refere-se aos adeptos de Ernst Mach (1838-1916), físico e filósofo positivista austríaco.

História e ciência

No seu ensaio “O caráter do conhecimento humano” (1885), Tchernichévski polemiza com as concepções filosóficas idealistas e materialistas, fazendo a defesa das últimas. Ironicamente, o autor qualifica a filosofia idealista (o neokantismo e o subjetivismo idealista) de *ilusionismo* e denuncia a influência que ela estaria exercendo à época sobre os naturalistas. Tchernichévski acredita que os próprios naturalistas, por seu empirismo e superficialidade teórico-filosófica, corriam o risco de serem *contaminados* por uma teoria subjetivista e, no limite, irracional e ilógica. Põe em questão o próprio caráter do conhecimento humano em termos de se ele seria acessível em sua essência ou apenas percebido distorcidamente pelos falíveis sentidos humanos.

Para Tchernichévski, a limitação e a falibilidade da cognição humana não interferem na essência concreta, material e prática do conhecimento. As novas e constantes descobertas científicas não anulariam a concretude do conhecimento já consagrado, nem seriam capazes de negá-lo em sua essência. Apenas agregariam novo conhecimento. Tal dinâmica, determinada pela própria natureza humana, conferiria um caráter *relativo* ao conhecimento humano, sem, no entanto, negar a sua validade ou a sua aproximação da *verdade*.

O nosso conhecimento é conhecimento humano. As faculdades cognitivas do homem são limitadas, assim como todas as suas faculdades. Nesse sentido, o caráter do nosso conhecimento é determinado pelo caráter de nossas forças cognitivas. [...] Em geral, a ampliação do nosso conhecimento é acompanhada por uma mudança em alguma parte do nosso estoque anterior de conhecimento. [...] Veremos que o caráter essencial do conhecimento factual permanece inalterado, não importa o quanto ele tenha se ampliado (TCHERNICHÉVSKI 1953c, p. 179, tradução nossa).⁹

113

Para os *ilusionistas*, no entanto, a relatividade do conhecimento humano denotaria a sua invalidade e incapacidade de aferir o objeto, a realidade, em sua essência. Com seu ensaio, Tchernichévski se contrapõe a essa concepção, sem abrir mão de extensa exemplificação e também de seu tom irônico característico.

Após citar, como exemplos, o desenvolvimento científico do conhecimento sobre a água, a aritmética e mesmo sobre atividades triviais (como a escrita de uma carta), Tchernichévski empreende a análise do conhecimento histórico, considerando a história uma ciência cuja “dose de inautenticidade é maior” e mostrando como até mesmo um conhecimento *tão frágil* tem uma essência que não pode ser negada.

Tome-se, por exemplo, uma das ciências na qual a dose de inautenticidade é maior, a saber, a história. “Os atenienses derrotaram os Persas em Maratona” é autêntico ou duvidoso? [...] Os detalhes de nossa informação sobre, digamos, a batalha de Maratona, podem e devem ser verificados e muitos deles que parecem ser bastante autênticos podem provar ser

⁹ No original: “Our knowledge is human knowledge. Man’s cognitive powers are limited, as are all his powers. In this sense of the term, the character of our knowledge is determined by the character of our cognitive powers. [...] In general, the widening of knowledge is accompanied by a change in some of our former stock of knowledge. [...] We will see that the essential character of factual knowledge remains unchanged, no matter how much it may have widened”.

duvidosos e inverídicos. Mas a essência de nosso conhecimento sobre a batalha de Maratona tem sido há muito verificada por todo homem instruído, verificada por sua leitura não apenas de histórias que se referem diretamente a essa batalha, mas por toda a sua leitura, por todas as suas conversas, por todo o seu conhecimento sobre o mundo civilizado, não apenas do passado, mas também, e principalmente, da vida presente do mundo civilizado, a vida na qual ele próprio está tomando parte. Se a batalha de Maratona não tivesse sido travada e se os atenienses não a tivessem vencido, toda a história da Grécia seria diferente, o curso inteiro da história subsequente do mundo civilizado teria sido diferente e nossa vida presente seria diferente (TCHERNICHÉVSKI 1953c, p. 183; 184, tradução nossa).¹⁰

Ao trazer a discussão sobre o caráter científico da história como mais um exemplo para sua exegese sobre o caráter concreto, essencial e material do conhecimento, Tchernichévski termina por delinear uma certa concepção de história. Para ele, como visto acima, o que define o caráter científico da história, apesar de ela poder conter erros e imprecisões (assim como qualquer outra ciência), é a sua validação prática ao longo do tempo entre os “homens instruídos”. Por um lado, os conhecimentos duvidosos e inverídicos da história não a invalidam por completo e, por outro, é principalmente a vida presente do mundo civilizado que a confirma.

Dessa maneira, é também o presente que legitima o conhecimento histórico. O atual estado das coisas, tal como é apreendido pelos estudos ou mesmo pelo senso comum, é o que confere o caráter de realidade à história. As percepções e necessidades do presente auxiliam na definição do passado:

114

Para um homem instruído, o resultado da batalha de Maratona é um dos mais óbvios fatores de nossa civilização. A esses importantes fatos associam-se outros cuja autenticidade repousa inabalavelmente na autenticidade dos primeiros. Mas o que encontramos em relação ao nosso conhecimento da história? Que ele indubitavelmente contém muita informação inautêntica e muitas opiniões erradas; mas ele contém conhecimento, cuja autenticidade é tão inabalável para um homem instruído que ele não pode sujeitá-la à dúvida sem renunciar à razão (TCHERNICHÉVSKI 1953c, p. 184, tradução nossa).¹¹

Ora, cabe se perguntar: uma vez definidas como medidas da autenticidade do conhecimento histórico a sua validade e possibilidade de constatação no

¹⁰ No original: “Take, for example, one of the sciences in which the admixture of the inauthentic is largest, viz., history. “The Athenians defeated the Persians at Marathon,” is this authentic or doubtful? [...] The details of our information about, say, the battle of Marathon, can and should be verified, and many of them which seem to be quite authentic may prove to be doubtful or untrue. But the essence of our knowledge about the battle of Marathon has long ago been verified by every educated man, verified by his reading not only of stories relating directly to this battle, but by all his reading, by all his conversations, by all his knowledge about the civilized world, not only of the past, but also, and mainly, of the present life of the civilized world, the life in which he himself is taking part. If the battle of Marathon had not been fought, and if the Athenians had not been victorious in it, the whole history of Greece would have been different, the entire course of the subsequent history of the civilized world would have been different, and our present-day life would be different”.

¹¹ No original: “For an educated man, the result of the battle of Marathon is one of the obvious factors of our civilization. With these important facts are associated others, the authenticity of which rests unshakably upon the authenticity of the former. But what do we find in relation of our knowledge of history? That it undoubtedly contains very much unauthentic information, and very many wrong opinions; but it contains knowledge, the authenticity of which is so unshakable for an educated man that he cannot subject it to doubt without renouncing reason”.

presente, qual seria a unidade de medida a se utilizar, ou seja, em qual critério confiar a avaliação de nosso conhecimento histórico? Na razão. Mas não em qualquer razão: unicamente naquela empírica, aferível à luz dos fatos concretos, como a que nos permite avaliar a mudança de temperatura da água, as operações da aritmética ou as batalhas militares que, acumuladas umas sobre as outras, originaram a atual civilização: "A razão testa tudo. Mas todo homem instruído possui considerável conhecimento já testado por sua razão de tal maneira que ele não o pode sujeitar à menor dúvida enquanto permanecer um homem de mente sã" (TCHERNICHÉVSKI 1953c, p. 184, tradução nossa).¹²

A razão, segundo Tchernichévski, não é, portanto, a mesma razão advogada pelo *ilusionismo*. A sua razão alcançaria a essência das coisas em si. A aterrissagem da razão, da ideia à matéria, pretendida por Tchernichévski, ao contrário do que pode deixar transparecer o seu ensaio ora em análise, não se dá em terreno puramente determinista ou mecânico. Se for tomado como referência para a elaboração de uma concepção de história de Tchernichévski um outro ensaio do autor, já analisado anteriormente, "O Princípio Antropológico na Filosofia", poder-se-á constatar sem dificuldades que o autor tateia uma filosofia mais bem elaborada e esboça os próprios rudimentos de uma certa dialética; para avaliar esse avanço, é necessário considerar o acesso limitado do autor à obra de Hegel e a sua ignorância dos trabalhos de Marx. Entrincheirado pela censura czarista, que cerceava não apenas a sua livre expressão, como também o acesso a obras proibidas e mesmo a citação expressa de autores perigosos à autocracia, Tchernichévski avançou consideravelmente dentro do seu permitido círculo de silêncio.

De maneira muito tímida, fez uma primeira tentativa de dar à sua razão um caráter dialético, mais dinâmico que aquele proporcionado pelo empirismo puro dos naturalistas. Isso fica evidente na sua crítica a Mill, em seu "O Princípio Antropológico na Filosofia". Diante dos debates sobre a extensão do sufrágio aos homens trabalhadores em 1860 na Inglaterra, Mill abandona a sua defesa teórica inicial do assunto e parte para uma posição política mais *cautelosa*, sugerindo que deveria ser feito um estudo para avaliar a eficácia da medida. Tchernichévski denuncia a sua vacilação, demonstrando que o desenvolvimento histórico da vida social não segue necessariamente uma linha racional:

Por que ele [Mill] agiu daquela maneira? Apenas devido ao seu fortíssimo desejo de que o desenvolvimento da vida social devesse seguir linhas absolutamente racionais. Isto não acontece [no entanto] em importantes situações seja na vida de um indivíduo, seja na vida de uma nação. Apenas coisas de pouca importância são feitas tão friamente, calmamente, deliberadamente e racionalmente. [...] Veja como o feudalismo foi abolido, ou como a Inquisição foi destruída, ou como a classe média conquistou seus direitos, ou, em geral, como todo grande mal foi abolido, ou como toda importante reforma foi introduzida. Mill compreende isto muito bem

¹² No original: "Reason tests everything. But every educated man possesses considerable knowledge already tested by his reason, and it has proved to be such as he cannot subject to the slightest doubt while he remains a man of sound mind".

como uma verdade científica, como um princípio geral do desenvolvimento histórico (TCHERNICHÉVSKI 1953b, p. 59; 61, tradução nossa).¹³

No entanto, a compreensão teórica de Mill não lhe permitiu se desvencilhar de seus interesses políticos, completa Tchernichévski. Por ora, mais importante que o caráter ideológico da posição do economista inglês, é constatar a compreensão histórica do nosso autor. Tchernichévski prossegue apresentando diversos exemplos nos quais as emoções e as paixões humanas podem interferir no desenrolar do desenvolvimento histórico, demonstrando que a história não está toda ela vinculada a um esquema racional. Ele não utiliza expressamente o termo "dialética", mas é claro que se aproxima desse conceito e defende tal concepção. A distância que mantém de uma filosofia mais bem elaborada, como a hegeliana, ou do refinamento materialista do conceito, tal como se encontra em Marx, não deve impedir de constatar a dialética, em seus rudimentos, em seu trabalho.

A história, como ciência moral produtora de conhecimento concreto, essencial e irrefutável segundo as evidências do presente, opera e tem à sua disposição, conforme Tchernichévski, a razão que lhe cabe, dialética.

História e representação

116

Em sua tese de admissão, "As relações estéticas da arte com a realidade" (1855), Tchernichévski também aborda alguns traços de sua concepção da história. A tese, como o próprio autor enfatiza no prefácio à terceira edição, de 1888, "é uma tentativa de aplicar as ideias de Feuerbach na solução dos problemas fundamentais da estética" (TCHERNICHÉVSKI 1953a, p. 416, tradução nossa).¹⁴ Salienta que "o autor não reclama para si [refere-se a si mesmo em terceira pessoa no prefácio] nada de novo" (TCHERNICHÉVSKI 1953a, p. 416, tradução nossa).¹⁵ Da mesma maneira como tratará, cinco anos mais tarde, em "O princípio antropológico na filosofia", de seu materialismo a partir das ideias de Feuerbach, em "As relações estéticas da arte com a realidade", trata da estética conforme as concepções do mesmo autor.

O seu ensaio se inicia com uma discussão sobre o belo e o sublime na obra de arte. O autor critica a arte tradicional, a arte pela arte, que, segundo ele, não teria interesse ou preocupação pela vida real. Para ele, "a realidade é superior ao ideal. Portanto, a vida real é superior à arte. Assim, conclui que o belo está não na arte, mas na vida real" (PAPERNO 1988, p. 160, tradução nossa).¹⁶ O autor propõe expandir o conteúdo da arte para além da expressão da beleza e do sublime, abrangendo a totalidade da vida real humana. Para tal,

¹³ No original: "Why did he do so? Simply because of his excessively strong desire that the development of social life should proceed on absolutely rational lines. This does not happen in important affairs either in the life of an individual or in the life of a nation. Only minor things are done quite coolly, calmly, deliberately and rationally. See how feudalism was abolished, or how the Inquisition was destroyed, or how the middle class won its right, or, in general, how any great evil was abolished, or how any important beneficial reform was introduced. Mill understands this very well as a scientific truth, as general principle of historical development".

¹⁴ No original: "is an attempt to apply Feuerbach's ideas to the solution of the fundamental problems of aesthetics".

¹⁵ No original: "The author made no claim whatever to saying anything new of his own".

¹⁶ No original: "Reality, Chernyshevsky proclaimed, is superior to the ideal. Therefore, real life is superior to art. From this, it follows that beauty is to be found not in art but in real life".

formula a sua teoria da reprodução da obra de arte, salientando, no entanto, como aparece em sua revisão à sua tese, também publicada em 1855, que a reprodução da vida não é o fim último do qual a obra de arte deve tratar com fidedignidade absoluta, mas apenas o seu método de criação.

Mas as palavras: “a arte é a reprodução dos fenômenos da natureza e da vida” definem apenas o método pelo qual são criados os trabalhos de arte. Ainda resta a questão sobre quais fenômenos a arte reproduz. Após definir o princípio formal da arte, é necessário, a fim de tornar o conceito completo, definir também o princípio real, ou conteúdo, da arte. Normalmente é dito que apenas a beleza e seus conceitos afins – o sublime e o ridículo – servem como conteúdo da arte. O autor é da opinião que esta concepção é muito estreita e afirma que a esfera da arte abrange tudo na vida e na natureza que é de interesse do homem (TCHERNICHÉVSKI 1953a, p. 402, tradução nossa).¹⁷

Ainda na revisão que escreveu do seu próprio trabalho, Tchernichévski defende-se contra as tentativas de assimilação de sua Estética como uma simples e mecânica teoria da imitação: “o objetivo da reprodução é assistir a imaginação e não iludir os sentidos como a imitação pretende, e não é um mero passatempo, como a imitação, mas trabalha com um objetivo real” (TCHERNICHÉVSKI 1953a, p. 401, tradução nossa).¹⁸

Partindo de seus pressupostos filosóficos e da sua teoria da reprodução, Tchernichévski descreve, então, o que seria o *objetivo* do trabalho do artista:

A função essencial da arte é reproduzir os fenômenos que interessam ao homem em sua vida real. [...] O poeta ou o artista não abdica de sua condição humana e não pode evitar, mesmo que deseje, pronunciar o seu julgamento em relação ao objeto de trabalho [a realidade]. Esse juízo é expresso em seu trabalho – o que é uma outra função da arte, terminando por se situar também entre as atividades morais do homem. [...] Neste caso [quando se dedica a fenômenos da vida real] o artista se torna um pensador, e os trabalhos de arte, embora circunscritos à esfera própria da arte, adquirem relevância científica (TCHERNICHÉVSKI 1953a, p. 374; 375, tradução nossa).¹⁹

117

O fato de o artista, sendo humano, em sua obra, emitir um juízo sobre o seu objeto, faz da arte uma atividade moral, “uma intermediária entre o homem e a realidade” (PAPERNO 1988, p. 164, tradução nossa).²⁰ Mais, quando

¹⁷ No original: “But the words: ‘art is the reproduction of the phenomena of nature and of life’ define only the method by which works of art are created. There still remains the question as to what phenomena art reproduces. After defining the formal principle of art it is necessary, in order to make the conception complete, to define also the real principle, or content, of art. Usually it is said that only beauty and its subsumed concepts – the sublime and the ridiculous – serve as the content of art. The author is of the opinion that this conception is too narrow, and he asserts that the sphere of art embraces everything in life and nature that is of interest to man”.

¹⁸ No original: “the object of reproduction is to assist the imagination and not to deceive the senses as imitation wants to do, and it is not a mere pastime, like imitation, but work with a real aim”.

¹⁹ No original: “The essential purpose of art is to reproduce what is of interest to man in real life. [...] The poet, or artist, being unable to cease to be a man, cannot, even if he wanted to, refrain from pronouncing judgement on the phenomena he depicts. This judgment is expressed in his work – this is another purpose of art, which places it among the moral activities of man. [...] In such a case, the artist becomes a thinker, and works of art, while remaining in the sphere of art, acquire a scientific significance”.

²⁰ No original: “an intermediary between man and reality”.

tem por objeto *questões da vida real*, o trabalho do artista não é apenas uma mera atividade, mas adquire relevância científica. Temos até aqui, portanto, que ciência (ciência moral), para o autor, define-se por seu método (semelhante ao das ciências exatas), pela utilização da razão (concreta, materialista) e, agora, pela emissão de juízo do cientista/artista sobre o objeto – sempre real – sobre o qual se debruça ou reproduz.

Tchernichévski eleva uma ponte entre a arte e a ciência (particularmente a ciência moral), possível apenas pela semelhança entre os seus objetos – a realidade – e o juízo que ambas articulam e emitem sobre eles.

Não é a ciência simplesmente uma abstração da vida, a sua representação em fórmulas? Tudo o que a ciência e a arte expressam é encontrado na vida real na sua mais plena e mais perfeita forma, com todos os seus vivos detalhes [...] Para os fenômenos da vida real tudo é verdade, nada é negligenciado, não sofrem daquela visão limitada e estreita comum a toda atividade humana. Como instrução ou aprendizagem, a vida é mais plena, verdadeira e inclusive mais artística que todos os trabalhos dos acadêmicos e poetas. No entanto, a vida, por si, não revela os seus fenômenos para nós; não lhe cabe postular axiomas. Isso é feito pelos trabalhos da ciência e da arte. [...] A ciência e a arte (poesia) são manuais para os iniciantes no estudo da vida (TCHERNICHÉVSKI 1953a, p. 375; 376, tradução nossa).²¹

118

A vida real seria, a um só tempo, o critério de partida, o método de abordagem e o juízo final. Estaria por sobre toda e qualquer atividade humana em verdade, plenitude e beleza. Isso permite defender Tchernichévski contra as acusações de que a sua teoria da reprodução se reduziria a uma mera imitação da realidade. Para ele, nada é como a própria vida, nenhuma atividade é capaz de abrangê-la em sua totalidade, nem de superá-la.

Ao aproximar a arte e a ciência em relação ao papel necessariamente limitado desempenhado por ambas ao reproduzirem a vida, Tchernichévski encontra, enfim, espaço para tratar da história:

A relação da arte com a vida é a mesma relação desta com a história; a única diferença em seu conteúdo é que a história, ao abordar a vida da humanidade, trata principalmente das verdades factuais, enquanto a arte nos brinda com estórias sobre homens nas quais a fidelidade à verdade factual cede espaço à verdade psicológica e moral. A primeira função da História é reproduzir a vida; a segunda, que não é desenvolvida por todos os historiadores, é explicá-la. Ao não realizarem a segunda função, os historiadores permanecem meros cronistas e seus trabalhos se prestam meramente como material ao verdadeiro historiador, ou como material de leitura que satisfaz a curiosidade. Por outro lado, ao levarem a cabo a sua segunda função, os historiadores tornam-se pensadores e, como consequência, seus trabalhos adquirem mérito científico. Exatamente o

²¹ No original: "Is not science simply the abstraction of life, the placing of life within a formula? Everything that is expressed by science and art is to be found in life, and to be found in its fullest and most perfect form, with all its living details [...] In the events of real life everything is true, nothing is overlooked, there is not that one-sided, narrow view from which all the works of man suffer. As instruction, as learning, life is fuller, truer and even more artistic than all the works of scholars and poets. But life does not think of explaining its phenomena to us, it is not concerned with deducing axioms. In the works of science and art this is done. [...] Science and art (poetry) are a Handbuch for those who are beginning to study life".

mesmo pode ser dito da arte. A história não existe para competir com a vida real; a história reconhece que as suas pinturas são pálidas, incompletas, mais ou menos distorcidas, ou de todo limitadas [se comparadas à vida histórica real]. A estética deve reconhecer que a arte também, e pelas mesmas razões, não pode nem mesmo pensar em se comparar com a realidade [como imitação perfeita], muito menos acreditar que a supera em beleza (TCHERNICHÉVSKI 1953a, p. 376; 377, tradução nossa).²²

A história, assim como a arte, tem como função reproduzir a vida. Tchernichévski percorre, ao analisar a história, o mesmo traçado exegético que descreveu ao analisar a arte: o artista emite juízo, o historiador emite juízo; a arte é uma atividade moral, a história é uma atividade moral; ao tratar da realidade, a arte adquire relevância científica, enquanto a história, como trata de fatos reais, é uma ciência moral. Ambas, no entanto, estão aquém da plenitude da vida.

A história, lembre-se, “uma das ciências na qual a dose de inautenticidade é maior”, é posta, não por acaso, ao lado da arte. Na polêmica contra os defensores da arte pela arte, o autor saca contra todos o argumento de que a arte jamais substituirá a vida, que tal intento não passaria de um idealismo subjetivista e, dadas as condições sociais em que tradicionalmente era produzida a obra de arte, elitista. A arte não deveria se constranger em ser inferior, até mesmo em beleza, à própria vida, à própria realidade. Deveria olhar para a história e aprender com ela. A história é uma ciência resignada com as suas “pinturas pálidas”, “incompletas”, “distorcidas ou de todo limitadas” da realidade.

119

Esboço de uma filosofia da história

Os fragmentos de sua concepção de história, ou mesmo de uma possível filosofia da história, trazidos à luz ou remontados por Tchernichévski a partir, principalmente, dos trabalhos de Feuerbach e presentes nos três ensaios analisados, permitem esboçar um sistema razoavelmente coerente para a sua compreensão histórica.

Segundo Tchernichévski, uma vez que, para o seu desenvolvimento, a história poderia – e deveria – lançar mão dos mesmos procedimentos utilizados pelas ciências exatas, ela é, portanto, uma ciência, uma ciência moral. As suas limitações, ou o seu ainda elevado grau de inautenticidade (em meados do século XIX) se deviam apenas à sua pouca maturidade em relação às ciências exatas, que já haviam se desenvolvido e se cunhado como tais há um longo tempo.

²² No original: “The relation of art to life is the same as that of history; the only difference in content is that history, while speaking of the life of mankind, is concerned mainly with the factual truth, whereas art gives us stories about the lives of men in which the place of factual truth is taken by faithfulness to psychological and moral truth. The first function of history is to reproduce life; the second, which is not performed by all historians, is to explain it. By failing to perform the second function, the historian remains a mere chronicler and his work serves merely as material for the genuine historian, or as reading matter to satisfy curiosity. When performing this second function, the historian becomes a thinker and, as a consequence, his work acquires scientific merit. Exactly the same must be said about art. History does not set out to compete with real historical life; it admits that the pictures it paints are pale, incomplete, more or less incorrect, or at all events, one-sided. Aesthetics must admit that art too, and for the same reasons, must not even think of comparing itself with reality, and still less of excelling it in beauty”.

Se, por um lado, o seu grau de inautenticidade não a alijaria do panteão científico, por outro, também não lhe retiraria a capacidade ainda assim restante de revelar um conhecimento concreto, verdadeiro e não aparente do real. A essencialidade do seu conhecimento seria verificada pelo acúmulo de fatos ao longo do tempo que são tidos como necessários para se alcançar o presente. O seu critério de verdade histórica é, em última instância, o presente. Obviamente, não qualquer presente, mas aquele no qual estão plantadas as raízes do futuro, segundo as concepções filosóficas, éticas e políticas defendidas por Tchernichévski.

À história, sendo uma ciência moral em meio a tantas outras, caberia uma função particular: reproduzir a vida de acordo com as verdades factuais e, mais, explicá-la segundo o juízo do historiador (Marx já havia ido mais adiante, em suas *teses sobre Feuerbach* [MARX 2007], em relação ao filósofo: transformá-la). Dessa maneira, a história daria conta, a um só tempo, do passado, do presente e do futuro.

Não é demais salientar, pela última vez, que para Tchernichévski a história poderia oferecer apenas “pinturas pálidas” ou “limitadas” da realidade. No entanto, tal caráter da história é a própria expressão tanto das limitações humanas do historiador (dos limites de sua cognição) e da dinâmica própria da relatividade do conhecimento humano (que se desenvolve sem negar por completo o conhecimento anterior e sem negar a existência de um conhecimento verdadeiro concreto), quanto, por último, do limite posto a toda atividade humana (como referido sobre a arte), que é a insuperabilidade da vida real.

120

O escrutínio do conhecimento histórico seria feito pela razão e por sua relevância social. A razão de que se mune o historiador, no entanto, não é aquela fria, teórica e incapaz de se sensibilizar com o valor das transformações políticas históricas. Não é como a razão de Mill, que não lhe permitiu defender o avanço político da expansão do sufrágio na Inglaterra em 1860. À razão proposta por Tchernichévski é permitido sofrer os abalos passionais, radicais e transformadores da história. Tal concepção, ao se aproximar de uma visão dialética, afasta o nosso autor, ainda que não por completo, de uma filosofia puramente mecânica e determinista.

Tem-se, dessa maneira, uma primeira tentativa de sistematização de uma possível filosofia da história tchernichevskiana, de acordo com as suas concepções expostas nos ensaios “O princípio antropológico na filosofia”, “O caráter do conhecimento humano” e “As relações estéticas da arte com a realidade”. Em sua filosofia da história há desde uma concepção própria de ciência e de método, passando pela legitimação, entre as ciências, da ciência moral (onde se localiza a história) até, por final, a apresentação dos rudimentos de uma razão dialética que deveria guiar o historiador em seu ofício. Inegavelmente, a história – como as demais ciências e a arte –, para Tchernichévski, aparecia como tendo um papel social a cumprir. Estava necessariamente vinculada à sua filosofia materialista e ao *interesse da vida e do homem*, o que não seria outra coisa, naquele momento, senão se colocar a serviço da emancipação geral da sociedade russa em relação à tutela czarista. Há um apelo prático visível em sua teoria, além da crítica a toda outra filosofia que assim não se comportasse.

Discussão

O desenvolvimento de toda a intelectualidade russa durante o século XIX se dá em franco intercâmbio com as ideias provenientes da Europa Ocidental. No entanto, a assimilação do ideário ocidental não se dava de maneira automática ou mecânica, de forma a impossibilitar a emergência das próprias questões russas e de seu pensamento original. A realidade russa pulsa nos trabalhos de Tchernichévski na mesma medida em que pulsam as filosofias hegeliana e pós-hegeliana (com destaque para Feuerbach), o socialismo das diversas correntes francesas e a economia dos liberais clássicos, em especial Adam Smith e John Stuart Mill.

Os acontecimentos e transformações históricas por que passava e em função dos quais era abalada a sociedade russa no século XIX envolveram e foram influenciados por sua intelectualidade. O lugar político que ocuparam muitos dos membros da *intelligentsia* fez com que os mais proeminentes deles ousassem elaborar soluções políticas para os dilemas de sua época e que os compreendessem teoricamente com a ajuda do pensamento *progressista* do Ocidente. Tchernichévski tentou erguer em sua obra uma síntese filosófica e política na qual estivessem presentes as contribuições do Ocidente e as mais que imprescindíveis contribuições da própria Rússia e dos seus pensadores.

As influências presentes em seus trabalhos de nomes como Hegel, Feuerbach, Fourier e Mill não devem valer à sua obra a característica de não original. Qual pensador do século XIX poderia prescindir de tais contribuições para as suas respectivas áreas? Resta saber se a interpretação dada por Tchernichévski aos trabalhos dos autores nos quais se apoia são válidas e se lhes acrescenta algo. Para a primeira pergunta, quanto à validade de sua interpretação, este artigo demonstrou que há nos ensaios analisados um grande esforço do autor de tratar questões filosóficas e estéticas de acordo com o pensamento feuerbachiano. Questionar-se o pensamento de Feuerbach excede nosso escopo no presente artigo. Em relação à segunda interrogação, sobre a originalidade de suas contribuições, este artigo apresentou as limitações que impediram ao autor a construção de um sistema filosófico mais bem elaborado e refinado, a saber, por um lado, a censura czarista a obras cruciais e mesmo a referências textuais de fontes perigosas ao regime, além da precocidade da prisão de Tchernichévski (o autor permaneceu preso dois terços de sua vida produtiva), e, por outro lado, o engajamento político particular de Tchernichévski, em função do qual concebia a simplificação e divulgação das *ideias revolucionárias* como uma tarefa tão relevante quanto a elaboração de um novo pensamento. Não é demais salientar que foi negado a Tchernichévski o direito de gozar plenamente de sua maturidade intelectual, o que impossibilita qualquer especulação sobre a sua real capacidade nesse sentido.

Está claro que Tchernichévski não se dedicou deliberadamente à elaboração de uma obra específica sobre a filosofia da história. As considerações que tece a respeito da história estão sempre esparsas ao longo do caminho de outros percursos que desenvolve. No entanto, isso não impede de reuni-las na sistematização aqui proposta. Como já foi salientado anteriormente, a filosofia

tchernichevskiana também não se destaca por seu refinamento ou por sua complexidade. O autor apenas esboça alguns sinais da concepção dialética, pouco valendo-se dela para conferir às suas concepções filosóficas uma visão mais bem elaborada. No entanto, é importante, sob pena de se resvalar em um posicionamento reducionista e anacrônico, levar em consideração e ponderar em que condições e com que objetivos foi realizada a obra de nosso autor, como feito anteriormente.

Por fim, a apresentação, sistematização e análise da obra filosófica de Tchernichévski revelam que o autor ocupa um lugar destacado na história do pensamento russo e que as suas contribuições no campo do pensamento histórico devem ser consideradas se se pretender, com maior riqueza, compreender como se desenvolveu a filosofia da história russa no século XIX e a singular assimilação e atualização das concepções científicas e filosóficas advindas da Europa Ocidental por parte de sua *intelligentsia*.

Referências bibliográficas

BERLIN, Isaiah. **Pensadores russos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

GARCIA-VALVERDE, Orlando; INGERFLOM, Claudio Sergio Nun. Lenin Rediscovered, or Lenin Redigued? **Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History**, v. 10, n. 1, p. 139-168, 2009.

122

GRIGORIAN, Mamikon Meerovitch. N. G. Chernyshevsky's world outlook. In: CHERNYSHEVSKY, Nikolai. **Selected Philosophical Essays**. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953, p. 5-46.

PAPERNO, Irina. **Chernyshevsky and the Age of Realism: A Study in the Semiotics of Behavior**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

POHORAL, Georgine Barbara. **The philosophical ideas of N. G. Chernyshevsky**. Dissertação (Mestrado em Artes). The Faculty of Graduate Studies – Department of Slavonic Studies, Univesity of British Columbia, 1980.

RANDALL, Francis B. **N.G. Chernyshevskii**. Nova York: Twayne Publishers Inc, 1967.

SCANLAN, James P. Nikolaj Chernyshevsky and the Philosophy of Realism in Nineteenth-Century Russian Aesthetics. **Studies in Soviet Thought**, v. 30, n. 1, p. 1-14, Springer, 1985.

TCHERNICHÉVSKI, Nikolai. The Aesthetical Relation of Art and Reality. In: _____. **Selected Philosophical Essays**. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953a, p. 281-381.

_____. The Anthropological Principle in Philosophy. In: _____. **Selected Philosophical Essays**. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953b, p. 49-135.

_____. The Character of Human Knowledge. In: _____. **Selected**

Philosophical Essays. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953c, p. 166-184.

WALICKI, Andrzej. **A History of Russian Thought from the Enlightenment to Marxism.** Stanford: Stanford University Press, 1979.

WOERHLIN, William F. **Chernyshevskii: the man and the journalist.** Cambridge: Harvard University Press, 1971.

O problema do pensamento outro em Alexandre Koyré e Lucien Febvre*

The problem of forms of thinking “other” than ours in Alexandre Koyré and Lucien Febvre

Marlon Salomon

marlonsalomon@gmail.com
Professor associado
Universidade Federal de Goiás
Campus Samambaia - Cx. Postal 131
74001-970 - Goiânia - GO
Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é reconstituir os termos de uma breve controvérsia ocorrida no final da década de 1940 entre Alexandre Koyré e Lucien Febvre em torno da interpretação da formação da ciência moderna e do nascimento da tecnologia na Europa do século XVII. Por meio da análise dessa controvérsia, podemos não apenas compreender o modo como se constituíram na França duas maneiras singulares de conceber a história das ciências, mas também e, sobretudo, mostrar como elas eram mobilizadas por um problema comum. Desde o início do século XX, as formas de pensamento que não eram as “nossas” não podiam mais ser compreendidas a partir de uma concepção evolucionista da razão. Era preciso, doravante, fundar essa compreensão em outra perspectiva. Não se podia mais tomar as formas do pensamento outro como formas proscritas, degredadas ou inatuais do pensamento. A história das mentalidades e a história do pensamento científico, por vias distintas, buscaram responder a esse problema.

124

Palavras-chave

Historiografia francesa; História da ciência; História das mentalidades.

Abstract

The aim of this paper is to reconstitute the terms of a short controversy that took place in the late 1940s between Alexandre Koyré and Lucien Febvre regarding the constitution of modern science and the birth of technology in seventeenth-century Europe. By analyzing this controversy, it is possible not only to recognize how two singular ways of understanding the history of science have emerged in France, but also, and above all, to show how they were mobilized by a common issue. Since the early twentieth century, ways of thinking that are different from “our own” could no longer be understood based on an evolutionary conception of reason. It became henceforth clear that ways of thinking “other” than ours could no longer be regarded as proscribed, banished or outdated forms of thought. By different routes, Febvre’s history of mentalities and Koyré’s history of scientific thought sought to solve this very same problem.

Keywords

French historiography; History of science; History of mentalities.

Recebido em: 22/11/2013

Aprovado em: 1/5/2014

* Os resultados deste artigo fazem parte de uma pesquisa de pós-doutoramento realizada na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, que contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de uma bolsa de Estágio Sênior. Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo sobre a concepção de história de Alexandre Koyré, que conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma bolsa de produtividade.

Em 1951, diante da Assembleia de Professores do *Collège de France*, Lucien Febvre intervinha a favor da criação de uma cátedra de "História do Pensamento Científico", para a qual propunha a nomeação de Alexandre Koyré. Não se tratava de um ensino puramente técnico da ciência, pois, no estudo da obra de grandes espíritos, tais como Copérnico, Kepler, Galileu e Newton, encontrava-se inscrita a própria possibilidade de compreensão do que a "civilização moderna do Ocidente" subentendia como o que a caracterizava e distinguia, desde o século XVI, de outras civilizações. Apenas alguns meses antes, Febvre se referia ao historiador e filósofo francês de origem russa como aquele "que melhor conhecia, então, na França, a história comparada da Ciência e da Técnica no tempo de Galileu e de seus sucessores" (FEBVRE 1950, p. 25). Mas não era apenas em razão de suas "ideias novas, vigorosas, originais e vivificantes", das quais a história das civilizações era devedora, que Febvre reclamava os votos de seus colegas. Era preciso preencher uma verdadeira lacuna institucional então existente na França, abrir o *Collège de France* ao ensino de pesquisas que não se praticavam alhures e impedir que se perdesse a ocasião de recrutar, em uma época em que eles se faziam raros, um "espírito original" (FEBVRE 1986, p. 134).

Graças aos documentos que Pietro Redondi fez publicar, conhecemos o fim dessa história e o malogro desse esforço que reuniu em torno de um projeto comum, naquele momento, Febvre e Koyré. Alguns anos mais tarde, esse projeto seria institucionalizado na VIª Seção da *École Pratique de Hautes Études* (EPHE), então presidida por outro eminente historiador, Fernand Braudel. De sua parte, Koyré sempre insistiu em apresentar Febvre, sobretudo nos Estados Unidos, como "o grande historiador [...] que tanto fez pela renovação dos estudos históricos na França" (KOYRÉ 1982b, p. 97).

No entanto, malgrado esse projeto comum e esse mútuo reconhecimento da importância de ambos os trabalhos, é interessante reconhecer uma breve controvérsia entre Febvre e Koyré, na segunda metade da década de 1940, a propósito da interpretação da formação da ciência moderna e do nascimento da tecnologia no mundo ocidental. Se, por meio da reconstituição dessa controvérsia, podemos dar relevo a duas concepções de história das ciências, a modos distintos de pensar a relação entre ciência e realidade, a maneiras diferentes de compreender o tempo histórico e a distinção entre os conceitos de mentalidade e pensamento, acreditamos que nela subjaz um problema que marcou um conjunto importante e diversificado de esforços, na primeira metade do século XX, aquele sobre como tratar, de um ponto de vista histórico e filosófico, as formas de pensamento que não são as "nossas", o problema do pensamento outro. Eis o que gostaríamos de analisar neste artigo.

Um programa

Lucien Febvre dedicou um capítulo importante de seu *O problema da descrença no século XVI. A religião de Rabelais* à história das técnicas e das ciências. Seu objetivo ali era tratar da possibilidade da constituição da ciência no século XVI. Seu interesse pela história das ciências e das técnicas não era, contudo, novo no início dos anos 40. Desde ao menos 1924, Febvre se dedicava

a escrever resenhas e críticas de livros publicados sobre esses domínios. Não se trata aqui de inventariar esse arquivo de textos, mas apenas de apontar o interesse dos *Annales* pela instituição de uma história das ciências e das técnicas. Paralelamente a um esforço de renovação metodológica, a um trabalho de ampliação dos domínios de investigação, tratava-se de exortar a instituição de uma nova disciplina e de definir-lhe um programa mínimo. A arquivologia desses textos certamente permitiria descrever a formação desse programa.

Se, para Febvre, não havia então uma história das ciências era porque, basicamente, aqueles que se dedicavam ao estudo da ciência no passado – filósofos e cientistas –, analisavam-na em um espaço ideal e sem relação com a época de sua produção e formação. Era preciso situá-la “em seu tempo”. Era preciso escrever uma “história histórica” das ciências e das técnicas – Febvre estendia essa mesma crítica ao modo como os filósofos tratavam os textos antigos da história da filosofia – situando-as em seu tempo, quer dizer, em relação a outros domínios do conhecimento, em relação a outras esferas de valor de uma época. A atividade técnica, ele escrevia em 1935,

não poderia ser isolada das outras atividades humanas. Fortemente enquadrada por todas elas, ela é comandada por suas ações, individual e coletiva. Quer se trate da religião, da arte ou da política – necessidades militares ou sociais dos grupos humanos constituídos [...]. Cada época tem sua técnica e esta técnica tem o estilo da época. Um estilo que mostra a que ponto tudo se encadeia e se interfere nos fatos humanos: como, se assim se preferir, a técnica sofre a influência do que se pode nomear a história geral – e, ao mesmo tempo, age sobre esta história (FEBVRE 1935, p. 532-533).

126

Eis, então, um argumento programático: é preciso situar a técnica e a ciência em sua época num quadro de relações que as articule com todas as outras atividades humanas de um período. Eis, então, o programa de uma história totalizante.

É exatamente esse programa que encontramos desenvolvido no capítulo III do Livro II de *Rabelais* intitulado “Os apoios da irreligião: as ciências?”. A tese por ele sustentada, ao longo do livro, é a de que Rabelais não poderia ser um descrente no século XVI. Essa era a tese de Abel Lefranc, apresentada na introdução de *Pantagruel*, publicada na edição crítica das *Obras*, de 1922. Segundo Lefranc, desde o início de sua carreira literária, Rabelais aderira ao racionalismo. Era, portanto, um “ateu militante”, um “crente da incredulidade”; um homem que, em pleno século XVI, dissimulava em sua literatura a defesa da emancipação religiosa. Portanto, um homem à frente de seu tempo, “um precursor dos ateus e dos libertinos do século XVIII” (FEBVRE 1970, p. 26-27). O problema de Febvre, apresentado em sua “Nota Liminar”, não será o de saber se Rabelais era ou não um descrente, mas se era ou não possível sê-lo nessa época (FEBVRE 1970, p. 29).

Para Febvre, a tese de Lefranc incorria no imperdoável pecado do anacronismo ao atribuir um fenômeno a um tempo que não preenchia as condições que tornariam possível a possibilidade de sua constituição. No século

XVI, a existência, em todas as suas dimensões (pessoal, coletiva, íntima, pública, privada, intelectual etc.), era ritmada pelo cristianismo. Não era possível, assim, nesse tempo, não ser crente. Um racionalista apenas poderia aí aparecer se se apoiasse em outras bases. Era preciso, assim, contar com sólidos apoios que permitissem a alguém sobre-erguer a cabeça a essa atmosfera e fundar em sólidas e válidas razões o livre pensamento. É justamente então que ele introduz o problema da ciência no século XVI.

Um quadro das condições de pensamento

A invenção da imprensa permitiu reunir e dispor facilmente de textos e manuscritos que se encontravam dispersos e fragmentados. Produziu uma nova base material para o estudo a partir da qual era possível construir sistemas, teorias ou, ao menos, interpretar e comentar o saber antigo. Essa nova base material explica, parcialmente, a modalidade de conhecimento sobre a natureza no século XVI: não se tratava de interpretar o saber antigo, mas de retocá-lo, complementá-lo. Eis o trabalho sobre as plantas, de Otto Brunfels, sobre os animais, de Gessner, sobre os minerais, de Pierre Belon; recenseamentos de toda "natureza viva"; organizações de inventários; catálogos que ganharam o mundo através da imprensa. Por outro lado, o que explica a própria forma infinita do inventário que então se impôs e que um Gessner arrolasse em sua compilação, lado a lado, seres reais e imaginários é que se tratava de um conhecimento "por ouvir dizer". Para que esse limiar fosse vencido, era preciso que houvesse controle empírico e verificação dos fatos. É o que explica certa ingenuidade desses inventários que registravam tudo: não se criticava ou se verificava o que se compilava. Para que houvesse verificação, era preciso dispor de ferramentas e instrumentos científicos. Mas, mesmo que houvesse instrumentos científicos, não havia linguagem que tornasse possível medir o que se observasse ou verificasse. Os métodos de cálculo não estavam unificados, e a notação matemática variava de um lugar para outro. Os símbolos não eram suficientes. Havia resistência ao cômodo emprego dos algarismos árabes. Desconhecia-se nossa aritmética regular e moderna. A álgebra era desconhecida. Não havia, portanto, linguagem matemática que pudesse traduzir, expressar ou mesmo tornar possível o emprego de instrumentos científicos – caso eles existissem. Ora, a ciência não poderia progredir sem uma língua que ela pressupõe. Havia, assim, uma carência de ordem liguageira e simbólica que bloqueava a formação da ciência.

Esses limites desenham, mesmo que parcialmente, o que Febvre denomina "quadro das condições de pensamento de um século" (FEBVRE 1970, p. 443). O que o quadro dessas condições – não do que se pensou, mas do que era possível ser pensado – aponta é que "nem o pensamento dos homens desse tempo podia ter força convincente – nem sua ciência força subjacente" (FEBVRE 1970, p. 444). Quer dizer, não apenas não poderia haver ruptura com a credulidade como Rabelais não poderia ser um proselitista precursor dos ateus do século das Luzes. A tese de Febvre destrona, desse modo, não apenas a concepção heroica e burckhardtiana de Renascimento e seus ídolos, mas os argumentos tradicionais sobre a existência de homens à frente de seu tempo. De toda

forma, não nos interessa aqui circunscrever sua análise à tese geral do livro sobre a impossibilidade da descrença no século XVI, mas sim considerar sua concepção de história das ciências. Duas questões parecem ser interessantes a esse respeito.

Nicolau Copérnico e a astronomia no século XVI

A primeira delas diz respeito ao estatuto que Febvre atribui à astronomia no século XVI. Evidentemente, ele não poderia deixar de considerar em sua análise as teorias astronômicas, particularmente, a teoria heliocêntrica. Em 1543, Nicolau Copérnico estabeleceu um novo sistema astronômico no qual afirmava a hipótese de uma Terra móvel girando em torno de um Sol estacionado no centro do cosmos. A interpretação da teoria heliocêntrica coloca o problema do valor das hipóteses em ciência e, principalmente, da relação das hipóteses científicas com a realidade que elas afirmam.

Essa é uma questão epistemológica fundamental no início do século XX – e que assumirá contornos distintos em diferentes contextos historiográficos. Os textos reunidos em *Combates pela história* (1995) mostram como, de um ponto de vista metodológico, afirmando a natureza teórica do conhecimento científico, e de um ponto de vista filosófico, pensando a ciência histórica em relação a essa nova compreensão de ciência, Febvre é bastante consciente das profundas transformações que marcam os diferentes domínios científicos naquele período (REDONDI 1983; GATTINARA 1998). Em 1941, ele escreve, por exemplo, que duas operações se encontram “na base de todo trabalho científico moderno [de sua época]: colocar problemas e formular hipóteses” (FEBVRE 1995, p. 22). A ciência – Febvre não está tratando apenas da história, mas, antes, relacionando-a com o que se passa em outros domínios –, a ciência não observa e registra, ela interpreta. Estamos distantes de uma concepção positivista, empirista e determinista de ciência.¹

Em 1908, Pierre Duhem definia o valor da noção de teoria em ciência. A astronomia, primeira teoria física matemática, nasce pela divisa “salvar as aparências”. Foi Platão quem estabeleceu o problema pela questão formulada aos matemáticos: “quais são os movimentos circulares, uniformes e perfeitamente regulares que convêm tomar por hipóteses, a fim de que se possa ‘salvar as aparências’ apresentadas pelos planetas?” (DUHEM 2003, p. 13). Mas Pierre Duhem também apresentava uma interpretação fenomenista da máxima platônica. Para ele, não se tratava de um esforço de pensamento que buscava produzir uma representação verdadeira dos movimentos dos corpos celestes. “As hipóteses dos astrônomos não sendo absolutamente realidades, mas somente ficções cujo objetivo é salvar as aparências, não seria surpresa o fato de que diferentes astrônomos tentem atingir este objetivo usando hipóteses diferentes” (DUHEM 2003, p. 35-36). “Somente ficções”, diz Duhem:

¹ Essa compreensão da natureza teórica do conhecimento científico sugere uma forte proximidade com a perspectiva de Alexandre Koyré, para quem a ciência é fundamentalmente elaboração teórica sistemática. Daí o interesse em acompanhar a interpretação febvriana sobre a ciência no século XVI, já que seus pronunciamentos teóricos sobre ela sugerem uma posição comum com seu contemporâneo.

as hipóteses são apenas expedientes, “artifícios matemáticos” (DUHEM 2003, p. 152) sem relação com a verdade e com o mundo; importa que elas salvem as aparências, isto é, que permitam, por meio de cálculos, prever a posição futura dos planetas. Dessa forma, Duhem interpretava o nascimento da ciência e, ao mesmo tempo, rejeitava uma noção de conhecimento totalmente fundada na experiência, conforme ao positivismo tradicional. Mas não era apenas isso, pois ele renovava uma concepção positivista de ciência assimilando-a a uma interpretação convencionalista e irrealista do conhecimento científico.

A interpretação de Febvre retoma a leitura de Duhem sobre a situação da astronomia no século XVI – a oposição entre “filósofos” e “matemáticos” etc. – e, ao mesmo tempo, permite inferir que o Nicolau Copérnico de Febvre é de segunda mão.² Contudo, se é um Copérnico de segunda mão que encontramos em sua pena, é original a explicação que Febvre fornece para o estado em que então se encontravam as teorias astronômicas. O que tinha feito Copérnico diante da oposição entre averroistas e discípulos de Ptolomeu?

Escolheu afastar uns e outros, e formular uma nova hipótese. “Impossível” talvez ao olhar do físico; mas não há hipótese impossível para o geômetra, desde que formulando-a, e apoiando-se nela, consegue guardar as aparências celestes e efetuar cálculos rigorosos [...] Com efeito, a hipótese parece confirmar todas as aparências, “salva todos fenômenos”. Processo julgado: pode ser adotada (FEBVRE 1970, p. 447).

Para Febvre, embora Copérnico se alinhasse ao lado dos realistas, ele falava como “astrônomo-geômetra”. E aqui tocamos no segundo ponto que gostaríamos de sublinhar de sua concepção de história das ciências. O próprio Duhem alinhava Copérnico ao lado dos realistas. Mas a despeito de Copérnico – e de Galileu e Kepler –, Duhem afirmava o caráter puramente convencional das hipóteses matemáticas e teorias físicas. Febvre, no entanto, ao situar o heliocentrismo entre outras hipóteses astronômicas, não partilha do convencionalismo duhemiano. Ele o inscreve no mesmo tipo de limites em que situava os inventários da natureza do século XVI.

Referindo-nos ao heliocentrismo ou à mobilidade da Terra, poderíamos falar da produção de uma nova verdade? Para Febvre, apenas se houvesse critérios que o permitissem. O que afirmava Copérnico não era nada mais do que um “ato de fé”. Faltava a demonstração de sua hipótese. Isso se explica pelos “tempos”: a carência material e instrumental era um limite intransponível. Febvre aplica a Copérnico e à astronomia do século XVI o argumento sobre a carência material que então limitava a formação da ciência. O tempo de Copérnico e de seus raciocínios não dispunha de materiais que tornassem possível a demonstração de suas hipóteses. Daí que salvar as aparências, i.e., formular uma hipótese geométrica sobre os movimentos dos planetas fosse possível, mas não demonstrá-la ou, como ele escreve, “agarrar-se à

² Pois, embora ele liste o *De Revolutionibus* na bibliografia final do livro, ele não o cita diretamente em momento algum. Damesa forma, é interessante observar que Febvre retoma Duhem (em não o texto de Koyré [1934] sobre Copérnico): com o autor de *Salvar as aparências*, ele partilha uma interpretação antirrevolucionária da história das ciências.

realidade" (FEBVRE 1970, p. 444). O heliocentrismo não poderia ser, assim, um acontecimento. "Eram precisas provas experimentais e decisivas. Era preciso que a observação estabelecesse, claramente, indiscutivelmente, a analogia da constituição dos planetas e da Terra; ora o telescópio ainda não nascera". E sem ele, Galileu não descobriria as manchas do Sol e não poderia, portanto, refutar o dogma da incorruptibilidade dos céus. A tese de Lucien Febvre é bastante clara: a existência, no século XVI, de diferentes sistemas do mundo, todos prováveis por inúmeros motivos, justifica-se por "razões de observação e de experiência". Isso explica por que, a partir de Galileu, a partir do momento em que é possível submeter essas diferentes hipóteses à verificação, encerra-se com esses diferentes sistemas e a teoria copernicana se impõe. Percebe-se que, para contornar o argumento convencionalista de Duhem, Febvre se funda em uma concepção bastante tradicional de verdade.

Daí o estatuto que Febvre atribui à ciência de então: "opiniões" (FEBVRE 1970, p. 444). Daí o problema do estatuto da verdade: "haverá verdade no domínio das ciências no dia em que, de duas opiniões que não são senão opiniões, se puder controlar que uma é verificada pelos fatos, a outra desmentida ou não confirmada por eles. Esse dia ainda não chegara no século XVI" (FEBVRE 1970, p. 463). Era preciso esperar pela ciência experimental. Somente uma hipótese "*verificada pelos fatos* traduz-se, finalmente, por *verdadeira*" (FEBVRE 1970, p. 463). É preciso, portanto, cautela ao se falar de ciência ou projetar nossa "concepção moderna de ciência sobre o saber dos Antigos". Ou melhor, é preciso evitar seu emprego: "A ciência: esse singular vem-nos aos lábios, sem esforço, em 1941. Ou ainda, se nos for preciso fazer esforço, é para nos impedir de o empregar, falando do tempo de Rabelais – porque é um anacronismo" (FEBVRE 1970, p. 464). Vemos como ele situa a teoria heliocêntrica no tempo da credulidade: ela se funda em crenças e em opiniões.

130

Evolução da lógica e o conceito de mentalidade

Há uma série de questões que poderíamos destacar sobre o modo como Febvre interpreta a astronomia no século XVI. Para o que nos interessa neste momento, seria interessante sublinhar a crítica à concepção positivista implícita em sua interpretação a partir do conceito de mentalidade. Trata-se de uma crítica à ideia de um aperfeiçoamento contínuo e progressivo do espírito humano por meio do qual as concepções mágicas e religiosas da natureza teriam sido substituídas por concepções baseadas na formulação de leis e fundadas na observação dos fenômenos (COMTE 1983, p. 3). Essa concepção positivista implicava a afirmação da impossibilidade de coexistência de racionalismo e credulidade, ou da "incompatibilidade" entre teologia e física. É nessa concepção que se apoiava a ideia de uma história das ciências como história da evolução da lógica. O que é importante: as formas do pensamento outro eram inscritas em uma grade evolutiva e linear de compreensão da razão, tomadas como etapas vencidas ou ultrapassadas de um progresso necessário.

É aí que a noção de mentalidade e seu emprego devem ser aqui considerados. É consabido que a noção de mentalidade é devida a Lucien

Lévy-Bruhl. Situando-se em um problema aberto por Comte, mas partindo do conceito durkeimiano de "representações sociais", o autor de *Funções mentais nas sociedades inferiores* esforçava-se por caracterizar, a partir de 1910, a singularidade da "mentalidade primitiva" (LÉVY-BRUHL 1928). Tratava-se de mostrar que o caráter essencialmente místico (no sentido de crença na existência de forças invisíveis, influências e ações imperceptíveis) era o traço que melhor a caracterizava. E, mais, que as representações coletivas e a forma como elas se ligavam entre si eram absolutamente distintas nos primitivos ou nas "sociedades inferiores". Lévy-Bruhl demarcava uma diferença não de grau, mas de natureza, uma variação entre o "nosso" pensamento e a mentalidade primitiva. Assim, do ponto de vista de sua orientação ou dos conteúdos de suas representações, a mentalidade primitiva era mística. Do ponto de vista do modo como essas representações se ligavam entre si, era pré-lógica. O prefixo "pré" aí não se refere à cronologia, a um estado historicamente datável e anterior ao aparecimento da lógica (GOLDMAN 1994). E o radical "lógica", no sentido peripatético, refere-se ao fato de que a mentalidade primitiva não se sujeita ao princípio de contradição: os Bororos afirmam, ao mesmo tempo, serem araras e homens. Assim, Lévy-Bruhl opunha uma mentalidade pré-lógica a um pensamento lógico e afirmava que a mentalidade primitiva obedecia a leis absolutamente distintas da nossa lógica. Ao mesmo tempo, ele colocava em questão a compreensão evolucionista, irreversível e ternária comtiana, segundo a qual o estado científico ou positivo, inaugurado no século XVII por Bacon, substituiria o estado metafísico, teológico ou religioso. Isso marca uma ruptura filosófica importante, pois implica considerar o pensamento que não é o "nosso" como alteridade independente de uma escala evolutiva.

131

Para Pietro Redondi, é essa oposição, retrabalhada por Charles Blondel no final dos anos 1920, que torna possível, na França da década de 1930, a história das mentalidades entendida como pesquisas "de psicologia histórica consagradas ao estudo da recorrência de mentalidades pré-lógicas mesmo em fases da civilização" (REDONDI 1983, p. 312-313). Podia-se supor, a partir de então, a existência de quadros de relações (entre representações coletivas e os meios de sua ligação) autônomos em um determinado período no interior de uma mesma cultura – sem precisar recorrer ao estudo de outras culturas. É o que explica, ao mesmo tempo, o interesse, então, pelo Renascimento. O hermetismo, a magia e o misticismo do século XVI transformavam o Renascimento naquilo que o historiador italiano define como "um laboratório privilegiado para a aplicação histórica da noção de mentalidade" (REDONDI 1983, p. 313). As práticas mágicas e a compreensão de natureza constituída pela ação de forças invisíveis poderiam ser pensadas a partir de outra lógica. Na ausência de utensilagem mental, de aparelhagem material e linguageira, a incredulidade tornava-se uma impossibilidade no século XVI, e a sua mentalidade permanecia, de resto, primitiva. No último capítulo de seu *Rabelais*, Febvre se mostrava chocado com a semelhança que o estudo dos "modos de pensar e sentir" do século XVI evocava da análise da "mentalidade primitiva" que Lévy-Bruhl "curiosamente recuperou para nós" (FEBVRE 1970, p. 483).

Em 1934, Koyré publicou uma introdução a uma tradução do “Primeiro Livro” do *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, de Nicolau Copérnico, no qual esboçava uma história do seu pensamento e expunha sua física. Em 1939, ele publicou seus *Estudos Galilaicos*, um livro constituído de três estudos sobre a história do pensamento galileano que já haviam sido publicados parcial ou inteiramente ao longo da segunda metade dos anos 30 e cujo objetivo era tratar do problema do nascimento da ciência moderna (sublinhe-se “do problema do nascimento”). A ciência moderna não decorreu de um desenvolvimento espontâneo da ciência ou da técnica medieval, de um acúmulo de experiência, de uma marcha progressiva, do aperfeiçoamento contínuo do espírito humano ou de uma evolução da lógica. Quando Koyré comentar, no final dos anos 40, as teses de Febvre sobre os limites e entraves à formação da ciência moderna no século XVI, seu combate contra o positivismo já havia sido lançado e uma concepção de história das ciências já havia sido avançada.

Nascimento da ciência experimental

Em 1948, Koyré publica dois artigos sobre o problema do nascimento da tecnologia: “Os filósofos e a máquina” (1991b) e “Do mundo do mais-ou-menos ao Universo da precisão” (1991a). No primeiro deles, trata-se de uma análise da tese psicosociológica sobre o maquinismo desenvolvida no livro de Pierre-Maxime Schul, *Machinisme et philosophie*, cuja segunda edição foi publicada em 1947. No segundo deles, que é um desdobramento do primeiro, é retomada a análise da questão sobre a não constituição da tecnologia na Grécia Antiga e busca-se oferecer um esboço das razões que explicam seu nascimento no século XVII. Nesse segundo artigo, Koyré analisa quatro obras editadas ou reeditadas entre 1945 e 1947: as de L. Munford, Willis L. Milham, L. Défossez e L. Febvre. O que está em jogo nesses artigos é pensar por que o surpreendente desenvolvimento teórico da ciência grega não conduziu à constituição da tecnologia no mundo antigo. Esse problema coloca imediatamente outro, aquele das relações entre ciência e técnica.

Em seus *Estudos galilaicos* (1992), Koyré não deu maior atenção ao problema da construção de instrumentos de precisão. Seu objetivo ali era analisar o nascimento da física matemática no início do século XVII. Era possível definir esse nascimento como uma revolução teórica, porque Galileu não acabou por destruir a física qualitativa antiga e medieval apresentando contra ela fatos da experiência ou evidências empíricas que a refutassem, mas opondo a ela outro sistema teórico. A revolução científica do século XVII não poderia assim ser caracterizada como uma revolução empírica, fundada na experiência e na correta observação dos fenômenos naturais, justamente porque ela buscou explicar o real a partir do ideal, substituir, na estrutura das ciências do real e na estrutura da natureza a que se dedicam essas ciências, a realidade empírica pelo mundo matemático e compreender o que “é” pelo que “não pode ser”. “Explicação do real a partir do impossível”(KOYRÉ 1992, p. 257). Daí que, para caracterizar como experimental a ciência moderna, era preciso distinguir os conceitos de experiência e experimentação, pois a física matemática não

poderia decorrer da experiência que ela iria condicionar. Por isso, a experiência, no sentido qualitativo, de experiência bruta, sensorial ou de observação do senso comum, apenas pôde desempenhar um papel de obstáculo ao nascimento da ciência moderna. A experimentação, “interrogação metódica da natureza”, ao contrário, pressupunha uma linguagem e uma gramática que permitissem compreender as respostas produzidas por essa interrogação. A experimentação dependeu da resolução de um problema que é fundamentalmente filosófico e não empírico: a transformação das matemáticas na linguagem da natureza. Daí a importância filosófica – e não empírica – de Galileu no seu nascimento.

É justamente por isso que Koyré não dá maior atenção à construção de instrumentos em sua análise, na medida em que eles não desempenharam um papel primordial na transformação da estrutura conceitual e teórica da física; ao contrário, sua construção se tornou possível em função dessa transformação. Vemos que sua hipótese, segundo a qual a constituição da tecnologia tem como condição de possibilidade a elaboração de uma física matemática, já se encontra virtualmente aqui. Provavelmente o novo interesse intelectual pelo estatuto da tecnologia, traduzido pelas publicações dedicadas ao tema, tenha feito Koyré retomar e desenvolver essa hipótese alguns anos mais tarde. É aqui que se pode situar seu interesse pelo livro de Febvre.

Epistemologia e ontologia

Ao término da II Guerra Mundial, o primeiro curso ministrado por Koyré, já de volta a Paris, intitulava-se “As origens da tecnologia”. No Anuário da EPHE, Koyré fixava a hipótese que resumia o seu curso em linha direta e complementar às análises desenvolvidas sobre a revolução científica do século XVII: “o nascimento da técnica científica oposta à técnica empírica do século XVI, assim como o nascimento do instrumento (instrumento de medida, instrumento ótico), encarnação da teoria no real que, somente ela, torna possível a constituição de um saber experimental e a redução do mundo ao *numerus, pondus, mensura*” (KOYRÉ 1986, p. 140).³ Vemos aqui já adiantada uma distinção entre dois tipos de técnica e a explicitação dos elementos de uma teoria do instrumento que se encontram no cerne da crítica feita por Koyré a Febvre em 1948.

Koyré concorda com o fato apontado por Febvre: até o século XVII, não havia instrumentos científicos ou de precisão, nem tampouco linguagem que pudesse traduzir ou expressar as mensurações, caso fosse possível realizá-las. No entanto, para Koyré, não são as mesmas razões que explicam esse estado.⁴ As condições de sua constituição são condições de pensamento, quer dizer, é a própria estrutura conceitual da ciência que permite compreendê-lo.

Se o nascimento da tecnologia dependeu da elaboração de uma física matemática, é preciso explicar por que os gregos não a elaboraram. Isso não

³ Em 1946, ele ministrou em Nova York, na *New School for Social Research*, um curso com o título de “Ciência e técnica no mundo moderno” (KOYRÉ 1998). O texto desse curso foi publicado por Paola Zambelli, que redigiu uma interessante introdução à sua publicação.

⁴ “Por isso, mesmo estando mais do que de acordo com L. Febvre sobre a *importância* de sua ausência, não estou inteiramente satisfeito com a explicação que ele lhe dá” (KOYRÉ 1991a, p. 278).

decorreu de nenhum tipo de carência ou insuficiência, mas de uma questão de pensamento ou pela “estrutura geral do ‘mundo do mais-ou-menos’” (KOYRÉ 1991a, p. 277). Uma noção de realidade física: a realidade que nos cerca é movediça, imprecisa, incerta. Ela não é matemática, precisa e exata. É um contrassenso, portanto, querer aplicar a ela os conceitos matemáticos. Há um abismo entre eles e a realidade física. Na natureza, “há sempre uma margem de imprecisão” (1991a, p. 272) e nela não existem figuras geométricas. Não há, desse modo, nada de estranho nesta atitude.

Para Koyré, o pensamento grego permaneceu fiel a essa atitude: exceto pela arte, “a matéria desse mundo não poderia encarnar seres matemáticos” (KOYRÉ 1991a, p. 272). No entanto, os gregos admitiram que os céus e o movimento dos corpos celestes se prestavam às leis da geometria. Elaboraram, assim, uma astronomia matemática, uma cinemática celeste, realizaram cálculos, mediram e observaram os céus. E não porque os céus se prestassem “naturalmente” a essas leis: essa elaboração se assenta ou pressupõe esse estatuto ontológico que se atribui à realidade celeste, quer dizer, isso só foi possível porque consideraram que a essência dos céus era diferente daquela da Terra. Daí uma cosmologia: um cosmos dividido em duas realidades ontologicamente distintas, os mundos supra e sublunar; daí, uma epistemologia: uma física qualitativa, dedicada ao mundo do mais-ou-menos, oposta a uma astronomia matemática, dedicada ao mundo da precisão. Koyré retoma e desenvolve, portanto, um argumento que, de um modo distinto, já havia desenvolvido nos *Estudos Galilaicos*.

134

Desse modo, Koyré conclui que sem a transformação dessa concepção ontológica era impossível elaborar-se uma tecnologia. “A ciência grega não constituiu uma tecnologia verdadeira porque não elaborou uma física”. E não o fez “porque aparentemente não procurou fazê-lo. E, sem dúvida, porque acreditou que isso não era factível” (KOYRÉ 1991a, p. 272). Foi essa concepção a que constituiu os limites ou formou um obstáculo para sua elaboração. Daí a importância das revoluções na história do pensamento, quer dizer, da destruição dessas concepções e da transformação de seus marcos. Daí também a importância que Koyré atribui, já em 1933, ao *De Revolutionibus*. Copérnico transformou a Terra em um astro como outro qualquer. Assim, ele não apenas a arrancava do centro do cosmos e a lançava nos céus, mas destruía a oposição entre mundo sub e supralunar, a oposição entre duas realidades ontologicamente distintas e que constituía o cosmos antigo e medieval. Foi essa destruição que levava a Terra aos céus ou ao mundo da precisão a que constituiu a condição que tornou possível a geometrização da natureza ou a constituição de uma nova atitude perante o mundo do mais-ou-menos no século XVII. Embora não dispusesse de instrumentos e meios de verificação de suas hipóteses, é o pensamento de Copérnico que tornou possível uma física matemática e, portanto, a tecnologia.

Assim, há uma inversão do argumento de Febvre. Não se pode dizer que a alquimia não se transformou em química no século XVI porque havia carência de instrumentos e de linguagem simbólica e porque o conhecimento teórico e o saber prático caminhavam separados nesse momento. Ela possuía um vocabulário próprio, formas de notação. Possuía certos utensílios. Acumulou

observações e realizou experiências. Se quisesse, poderia ter utilizado a balança do ourives ou a do joalheiro, relativamente precisa, que já existia no século XVI.

Nunca realizou uma experiência exata, e isso porque nunca tentou fazê-lo. As descrições das operações alquímicas nada têm em comum com as fórmulas de nossos laboratórios: são receitas de cozinha, tão imprecisas, tão aproximativas, tão qualitativas quanto essas. E não foi a impossibilidade material para executar as medidas o que deteve o alquimista; ele não se serve delas mesmo quando estão ao seu alcance (KOYRÉ 1991a, p. 278).

Por isso, “não é o termômetro que lhe falta, é a ideia de que o calor seja suscetível de uma medida exata” (KOYRÉ 1991a, p. 278). É exatamente esse o motivo pelo qual não se serve da balança.⁵

O impensável e o nascimento dos instrumentos científicos

Já em 1935, Koyré distinguia os conceitos de experiência e experimentação. No resumo do seu curso de 1945-1946, ele opunha técnica empírica e técnica científica. No segundo texto de 1948, ele distingue os conceitos de ferramenta (*outil*) e instrumento (*instrument*). Essa distinção permanecerá doravante em suas análises, certamente substituindo e precisando aquela oposição de 1945-1946 e inscrevendo-a naquela de 1935. O telescópio de Galileu é um instrumento científico em um sentido preciso; é um objeto construído a partir de uma teoria, a ótica, com uma finalidade teórica: “revelar aos nossos olhos coisas que são invisíveis a olho nu”. É um “instrumento ótico”, a encarnação da teoria, o devir-matéria da teoria e o devir-pensamento da matéria. “Permite ultrapassar os limites do observável, no sentido do que é dado à percepção sensível”. Por isso, é preciso distingui-lo do conceito de ferramenta, que é

alguma coisa que, assim como já o havia percebido o pensamento antigo, prolonga e reforça a ação dos nossos membros, de nossos órgãos do sentido; alguma coisa que pertence ao senso comum. E que jamais pode nos fazer ultrapassá-lo. Isso que é, no entanto, a função própria do instrumento, que não é um prolongamento do sentido, mas, na mais forte e na mais literal acepção do termo, encarnação do espírito, materialização do pensamento (KOYRÉ 1991a, p. 279).

Daí uma segunda inversão importante da ideia de ciência experimental: a construção de instrumentos não é feita com o objetivo de verificação dos fatos ou de comprovação da teoria; o objetivo da experimentação é “descobrir de que maneira essa queda se realiza” não no espaço puro da física, “mas *in rerum natura*” (KOYRÉ 1991a, p. 286) ou, como escreve Jorland (1981, p. 53), o “de indicar as vias pelas quais as matemáticas se encarnam efetivamente na natureza”. A verdade, portanto, não é uma simples consequência da verificação, pois a própria verificação pertence ao dispositivo experimental de produção da

⁵ Koyré desenvolve o mesmo argumento em relação ao cronômetro, mostrando como sua construção no século XVII esteve ligada à resolução de problemas teóricos. Vê-se a diferença em relação a Febvre, para quem a ciência nasceria naquele século ligada à resolução de problemas práticos.

verdade e que apenas se torna possível nos limites de uma nova configuração das relações entre o verdadeiro e o falso.

É assim que os instrumentos científicos não podem ser considerados como um resultado do aperfeiçoamento das ferramentas medievais e renascentistas. A técnica moderna é uma técnica de precisão. A revolução científica no século XVII e a construção de instrumentos implicam uma revolução técnica, pois as regras do ofício se transformam nas regras da precisão. Os objetivos teóricos da construção de instrumentos exigem profundas transformações na técnica. No caso da vidraçaria, por exemplo, é preciso construir lentes geométricas, dar a elas uma forma "exata e definida" (KOYRÉ 1991a, p. 280). É preciso construir "máquinas matemáticas" para talhá-las e produzi-las. Há uma transformação do pensamento técnico que marca o nascimento do pensamento tecnológico: "é na construção de instrumentos que se afirma o pensamento tecnológico". Para Koyré, não é uma carência nas condições industriais o que explica o estado da construção de lentes no Renascimento, pois as próprias condições industriais se transformam a partir das exigências teóricas.

136

Não há, assim, surpresa na constatação de que a construção de máquinas medievais e renascentistas era totalmente alheia aos cálculos. Elas eram concebidas e executadas segundo as regras do ofício, "a olho". Os livros que tratam delas fornecem sempre uma descrição aproximada de sua estrutura e funcionamento. Isso não quer dizer, para Koyré, que elas eram inferiores às máquinas modernas ou que esse pensamento técnico carecia de ferramentas. Elas pertenciam ao mundo do mais-ou-menos. O mesmo pode-se dizer de sua afirmação de que a esses homens faltou a ideia de que a temperatura ou o tempo fossem passíveis de uma medida exata. Ele não está apontando aí uma inferioridade, um atraso ou uma insuficiência. Ele não está apontando aí uma falta ou analisando se seria ou não possível a possibilidade da ciência. Ele está apontando um impensável. A precisão e a exatidão na realidade terrestre e, portanto, a tecnologia e o maquinismo são impensáveis nessa época. O instrumento de precisão é impensável no mundo da imprecisão.⁶ Daí a importância da análise do nascimento dos instrumentos científicos.

Por isso, para Koyré, aquilo que para Febvre aparece como carência material e linguageira traduz a própria forma do pensar científico antigo e medieval. É isso que permite explicar, igualmente, o desenvolvimento das matemáticas a partir do século XVII. E aqui se definem claramente duas maneiras distintas de relacionar a história intelectual ou do pensamento com a história dos objetos técnicos ou com a história da construção de instrumentos científicos. Para Koyré, e ao contrário de toda uma tradição historiográfica e filosófica, não é a invenção de um instrumento que explica a transformação de uma concepção de natureza ou de mundo, mas é uma nova concepção de natureza ou de mundo que torna possível e explica a produção de instrumentos. Da mesma maneira, formula-se uma exigência teórica em relação ao tratamento das formas do pensamento

⁶ Sobre a noção de impensável em Koyré, *vide* Jorland (1981, p. 69-70).

outro: não se deve buscar explicá-las a partir de uma carência em relação ao nosso pensamento. A diferença não traduz uma falta.

Idealismo

Na verdade, não se pode dizer que Koyré criticasse o “inventário das possibilidades do espírito científico no século XVI” de Febvre. Koyré retomou-o em sua análise do nascimento da tecnologia, redefiniu os argumentos sobre suas condições e o desenvolveu no quadro de sua própria interpretação. Foi assim que Febvre considerou, em 1950, essa análise em um ensaio publicado nos *Annales* dedicado a comentar esse texto de 1948. Imediatamente, Febvre rechaçava as conclusões de Koyré, afirmando que ele prolongava suas “constatações no sentido de um idealismo total” (FEBVRE 1950, p. 26). Para Febvre, a afirmação de que não fora o termômetro que faltou aos alquimistas do século XVI, mas o pensamento ou a ideia de que o calor fosse suscetível de uma medida exata, soava demasiadamente idealista. Mas o interessante era que Febvre não questionava sua análise sobre o nascimento da tecnologia, mas a dos efeitos desse acontecimento sobre a mentalidade da época. A resposta de Febvre e seus desdobramentos são interessantes porque evidenciam não simplesmente um desencontro ou uma irreconciliável divergência de interpretações, mas a constituição de dois modos de abordagem do passado das ciências e das formas de saber inatuais. Se Febvre e Koyré se encontravam, nos anos 30, de certa forma, teoricamente próximos em virtude do combate à dominante interpretação positivista – e mesmo às teses deterministas do materialismo histórico – e em um esforço de fundar novas abordagens da história das ciências, aqui se abria um forte ponto de desencontro – embora não possamos nos esquecer de que Koyré, em sua recensão, colocou-se mais próximo de Febvre do que de outras interpretações na medida em que se somou ao seu esforço de pensar a ciência e a tecnologia de uma perspectiva crítica aos determinismos econômicos e sociológicos. No núcleo desse desencontro, podemos identificar ao menos três problemas: a relação entre ciência e realidade; a compreensão do que constitui o tempo de que trata a história; e a diferença entre os conceitos de mentalidade e pensamento.

Febvre rechaça o argumento do autor dos *Estudos Galilaicos* propondo uma leitura do *Diário de Viagem* de Monconys, conselheiro do Rei, publicado em 1665. Monconys é curioso e interessado por invenções. Interessa-se por máquinas, pela observação de experiências. Visita cientistas em seus laboratórios. Em Florença, visita Torricelli. Não apenas adquire instrumentos de observação, mas conhece sua teoria. Não é um tolo. É um sábio que conhece os “últimos progressos da técnica científica” (FEBVRE 1950, p. 28). Monconys “se move em um universo povoado de lunetas, de telescópios, também de microscópios, e já de barômetros”. É “o contrário de um tolo, de um ignorante, de um crédulo. Mas...” (FEBVRE 1950, p. 28-29) ele vive ainda no mundo do mais-ou-menos, sobretudo no mundo em que reina soberano o “ouvir dizer”, em que não há crítica do fato. Monconys visita Loudun para observar as marcas que o demônio deixou sobre as possuídas. Anota e aconselha receitas de simpatias para curar

reumatismos, febres e feridas de cachorros picados por cobras. Simplesmente, acredita nelas. Já longe do século XVI, um homem cultivado, cercado por instrumentos. Monconys, um crédulo⁷

Duas questões podem ser destacadas a partir daí. Para confirmar a credulidade, Febvre desloca os seus contra-argumentos para o que em geral chamaríamos de história da medicina (as receitas em que acredita Monconys são ligadas às práticas de cura). Assim, circunscreve a “ciência experimental” à fisiologia do século XIX. Ora, isso quer dizer que, mesmo no século XVII, depois de Galileu e Descartes, os homens ainda não dispunham de critérios seguros para discriminar o possível e o impossível. Qual critério permitiria rechaçar a ação do demônio? Ou a ideia de que o emprego de pedras retiradas do corpo de serpentes e aplicadas sobre a ferida de um cachorro picado por uma cobra extrairia todo o veneno do animal? Febvre retoma o argumento desenvolvido em *Rabelais*: “não há como se assenhorear do real” (FEBVRE 1970, p. 30) e, portanto, estabelecer que certos fatos ou fenômenos são impossíveis. A soberania do “ouvir dizer” perdurará

até o dia em que, tendo os primeiros fisiologistas começado a construir, de Lavoisier a Claude Bernard, o edifício de uma ciência fundada na observação e experimentação, tornar-se-á possível reconstituir, partindo das primeiras aquisições, esta ciência que recua a cada dia as fronteiras da vida – e por meio de uma marcha prudente do conhecido em direção ao desconhecido, não digo, certamente, assenhorear-se do universo físico, mas lançar sobre ele redes sucessivas de pontos de apoio (FEBVRE 1950, p. 30).

138

Eis a noção de epistemologia em Febvre, na qual o instrumento tem primazia sobre a concepção de ciência e sobre a concepção de natureza; noção essa que destitui da análise epistemológica o problema metafísico e ontológico ou que, no limite, relega-o à condenação idealista. Febvre mantém a oposição tradicional, no exame histórico do passado, entre fenômenos de mentalidade e fatos de civilização material, quer dizer, entre história das ideias e história econômica, social ou material. Em seu esforço de pensar o modo como uma concepção de ciência se articula com uma concepção de mundo, é a destruição dessa clivagem o que está em jogo em Koyré.

História da ciência e história das ciências

De nossa parte, não acreditamos que essa discussão tenha se encerrado aí, pois Koyré, em ao menos duas ocasiões, buscou, se não se defender, ao menos se explicar em relação à imputação de idealismo. Suas colocações nos ajudam a compreender com clareza o que estava em jogo nessas diferentes maneiras de conceber a história. Em um texto de 1953 em que retoma o problema da

⁷ Dito de outro modo, credulidade e ciência moderna convivem tranquilamente em pleno século XVII. Febvre rechaça, por outras vias, o argumento positivista segundo o qual a ciência moderna teria substituído as concepções teológicas e metafísicas de natureza (Cf. REDONDI 1983, p. 319-320). Mas, em função do conceito de mentalidade, ele jamais poderia admitir nessa convivência a coexistência de temporalidades distintas em uma mesma época.

dificuldade material da experimentação nos primórdios da ciência moderna, Koyré faz, certamente, uma precisão em relação a esse argumento de Febvre – embora não haja qualquer referência a ele. Após reafirmar que a ciência moderna se constituiu substituindo o mundo do mais-ou-menos “por um Universo de medida e precisão”, ele esclarece que essa substituição implicou a exclusão desse Universo daquilo que não poderia “ser submetido à medida exata”. O argumento de Koyré só se aplica às ciências exatas – e, de fato, ele havia analisado os exemplos do termômetro, do cronômetro e do telescópio. Isso não significa uma impossibilidade de epistemologização das qualidades. As ciências ditas naturais não as rejeitam, mas seus conceitos não são matemáticos. É, portanto, em uma base conceitual diferente que elas podem ser interrogadas: “nem na botânica, nem na zoologia, nem mesmo na fisiologia e na biologia as medidas exatas tiveram um papel a desempenhar” (KOYRÉ 1982c, p. 294). Disso não se deve concluir que a qualidade ou o mundo natural de nossa percepção não possam se tornar objeto da ciência: “a qualidade pode ser ordenada, mas não medida” (KOYRÉ 1982c, p. 294). Isso explica por que não há história natural no século XVII, mas, ao mesmo tempo, o que a torna possível no século XVIII. Era preciso que se abandonasse a excessiva geometrização cartesiana da matéria para poder pensá-la de outro modo. E isso não acontecerá antes de Newton. Monconys pode ser um crédulo em meados do século XVII, mas a estrutura conceitual das ciências exatas (da física) e do Universo a que elas se dedicam exclui *a priori* todo e qualquer conceito qualitativo. Os conceitos não matemáticos podem se constituir no quadro de outras ciências.

Há, assim, uma heterogênesse das ciências. Mas aí já não estaríamos falando de ciências no plural? E já não estaríamos distinguindo fatos e conceitos em séries históricas diferentes que implicariam temporalidades distintas ou heterocronias em uma mesma época? O argumento programático de uma história das ciências e das técnicas de Febvre, sobre o qual falamos no início deste artigo, inscreve-se no quadro de uma história totalizante e pressupõe, portanto, um tempo histórico idêntico a si mesmo. Em função do conceito de mentalidade, esse princípio unificador das ideias de uma época, Febvre jamais poderia admitir nessa convivência a coexistência de temporalidades distintas em um mesmo período. Daí que, para ele, embora fosse preciso reconhecer na física matemática a gênese dos instrumentos de medida, era preciso ao mesmo tempo reconhecer que o seu aparecimento não alterava em nada a psicologia coletiva da época. Sob a distinção-indistinção entre uma história das ciências exatas e naturais talvez haja um desacordo sobre o próprio tempo da história da ciência ou das ciências. Desse modo, uma primeira conclusão à qual a análise desse debate nos permite chegar é a de que um dos elementos centrais em que se assenta o desacordo de fundo entre Koyré e Febvre diz respeito à concepção de tempo histórico com a qual lidam uma história das mentalidades e uma história do pensamento. É isso que explica em parte a diferença brutal entre duas interpretações contemporâneas de Copérnico.⁸

⁸ Não temos espaço para desenvolver aqui todos os termos do problema e suas implicações. Lembremos

Esse argumento nos conduz diretamente ao problema da heterogênesse do tempo. Para Febvre, não é possível situar a gênese do mundo moderno no século XVI. Uma afirmação de Koyré em "A contribuição científica da Renascença" não deixa de ser interessante nesse sentido: a evolução científica "se processa à margem do espírito renascente e à margem da Renascença propriamente dita ou do 'tudo é possível' que caracteriza a mentalidade da Renascença" (KOYRÉ 1982a, p. 49, grifos meus). Copérnico não está, certamente, à frente de seu tempo. É um humanista. Na época de estudante, ele se deixou "penetrar pela mentalidade 'renascente' e sofreu fortemente a inspiração neoplatônica e pitagórica que dominava a Itália" (KOYRÉ 1961, p. 22). Vemos como a mentalidade não é um princípio de unificação das ideias de uma época, como Koyré não aceita traduzir uma mentalidade por uma psicologia coletiva. A mentalidade renascente inspira Copérnico, mas, simultaneamente, o movimento de pensamento, no interior do qual é preciso situar (de Cusa a Kepler e a Galileu) a filiação das ideias que conduziram à destruição do cosmos fechado e à elaboração de uma nova ontologia, encontra-se à sua margem. Isso implica pensar que, em um mesmo tempo, há tempos à margem, linhas de evolução paralelas cujas espessuras singulares são postas em relevo pela serialização dos fatos e fenômenos – é precisamente a série astronomia que está aqui à borda. Por isso, a mentalidade não corresponde à forma do próprio tempo ao qual pertencem os homens de uma época. O tempo de uma natureza mágica não é o mesmo tempo da realidade da astronomia matemática. Mas é nesse tempo que é preciso situar a constituição da teoria heliocêntrica. Nesse tempo paralelo, à margem das ideias renascentes. E, como aponta Koyré, "não é menos verdadeiro o fato de que a destruição da síntese aristotélica constitui a base preliminar e necessária dessa evolução" (KOYRÉ 1982a, p. 49). A destruição da síntese aristotélica conduz a uma bifurcação ou a uma multifurcação no próprio tempo, à constituição de linhas paralelas de evolução. Daí que a monogênese do tempo conduza a análise de Febvre à impossibilidade de situar no século XVI o nascimento do mundo moderno. Como ele insiste ao longo de *Rabelais*, será preciso ultrapassar esse tempo ou aguardar por outro tempo. Daí que a heterogênesse do tempo conduza a análise de Koyré a situar em Copérnico e no século XVI a própria condição que torna possível não apenas o mundo, mas a própria ciência moderna – mesmo que Copérnico não seja ainda copernicano.

O pensamento como diferença

Certamente, para Febvre, essa história do pensamento só poderia ser caracterizada como idealista e Monconys permanecia irremediavelmente um crédulo. A revolução descrita por Koyré, para Febvre, não afetava em nada a crença ou mentalidade dos homens em pleno século XVII. Sua psicologia

apenas que a objeção principal de Febvre girava em torno da discriminação do possível e do impossível. No *Rabelais*, ele havia insistido nessa questão: faltou aos homens do século XVI o sentido do impossível. Por isso, tudo era demonstrável, tudo era possível. Esse argumento implicava, para Koyré, um problema ontológico e não se explicava pelos traços de uma mentalidade pré-lógica. Após destruir a síntese aristotélica, a Renascença foi conduzida a uma ontologia mágica. Pretendemos desenvolver a análise desse problema em outro artigo.

permanecia, então, a mesma. Querer se dedicar, portanto, aos seus textos e pensamento, seria se prolongar no idealismo, o que Febvre reprovava nos filósofos desde os anos 1930. Koyré, todavia, não falava de uma revolução que afetava a psicologia coletiva, mas a estrutura ou a forma do pensamento científico. O que está, portanto, em jogo nessas diferentes compreensões de Febvre e Koyré é uma questão de fundo: a divergência sobre os pressupostos de uma história das mentalidades e uma história do pensamento. Segundo Pietro Redondi,

desde 1926, em uma resenha de um livro de Louis Rougier, Koyré tomava distância de uma noção de 'mentalidade' em nome da 'identidade formal do pensamento'. Utensilagem mental, psiquismos e mentalidades eram categorias relevando de um relativismo histórico no qual Koyré não podia dissolver a permanência do pensamento em seus domínios intelectuais diferentes (REDONDI 1983, p. 327).

Na resenha à que se refere Redondi, Koyré opõe à noção de mentalidade a noção meyeroniana de pensamento. Isso não quer dizer que ele descarte totalmente aquela noção. Sem dúvida, há "atitudes mentais" variáveis: individuais, profissionais e sociais. Há uma atitude mental religiosa e irreligiosa, calculista ou imprecisa. Mas Rougier (1925) dissolvia a noção de pensamento na de mentalidade e o definia como "conjunto de crenças e de superstições em curso em uma época" (KOYRÉ 1926, p. 466). Assim, a mentalidade escolástica não seria nada além de um "paralogismo".

Uma nota de seu artigo sobre Paracelso, aparentemente deslocada e que poderia surpreender um leitor desavisado, permite-nos pensar o problema. Ela é particularmente interessante porque ressoa o debate sobre o prélogismo. Ei-la: "Para evitar todo mal-entendido, não admitimos absolutamente a variabilidade das formas de pensamento, nem a evolução da lógica" (KOYRÉ 1971, p. 78). Não se pode querer ver aqui qualquer manifesto em favor da fixidade da razão. Vimos mais acima como Koyré rechaça a compreensão de uma evolução da lógica, de uma história do pensamento como evolução da razão de suas formas primitivas a sua forma atual, de inspiração positivista. Se não se pode falar em evolução da lógica, não se pode tampouco evocar, para explicar a diferença das formas ou estruturas de pensamento, um critério antievolucionista, o da variabilidade das formas. Quer dizer, a diferença das formas de pensamento não se explicaria por uma filiação evolutiva, mas por uma variabilidade sem filiação. Esse é justamente o caminho a que conduzia o conceito de mentalidade: poderia se opor uma mentalidade lógica a uma mentalidade pré-lógica; um antievolucionismo seria substituído por um variacionismo.

É justamente nesse cruzamento que se encontravam Febvre e Koyré por volta de 1930 – e foi nele que as histórias do pensamento e das mentalidades se constituíram –: as formas (*para nós*) confusas do pensamento e as concepções mágicas do Renascimento não podiam mais ser interpretadas sob a grade evolucionista ou comtiana. Mas não apenas Febvre e Koyré. A geração do entreguerras se viu diante de novas concepções que colocavam em xeque noções importantes oriundas do século XIX. Não devemos esquecer que o final

do século XIX e o início do século XX foi a época que assistiu à emergência da psicanálise, da linguística e, de maneira geral, das ciências humanas. Essas “contraciências”, como as definiu um arqueólogo desse movediço terreno intelectual, descentravam o sujeito em relação à sua consciência e vontade. Uma zona obscura e até então desconhecida do sujeito – cujas potencialidades o surrealismo procuraria explorar desde o início dos anos 20 – era posta em relevo. Sob sua forma trágica, não esqueçamos, a loucura voltava a assombrar a razão nessa época.

O primitivo de Lévy-Bruhl (com sua concepção mágica ou mística do mundo) era uma figura importante dessa cena intelectual. Ele era absolutamente distinto daquele das teorias evolucionistas ou daquele concebido pelos antropólogos britânicos. Ao evidenciar uma forma de pensamento outra, absolutamente distinta daquela que até então se considerava sua forma exclusiva, seu advento punha em xeque os fundamentos da razão categórica. O conhecimento seguro do mundo não podia mais se assentar nas simples evidências da realidade concreta a partir do princípio de identidade e não contradição. Um conhecimento homogêneo e global de uma realidade unitária era posto em questão. Com essa “descoberta” do pensamento outro, uma concepção essencialista e evolutiva da razão, bem como os princípios filosóficos e antropológicos em que se assentava sua interpretação se transformam em problema. O pressuposto teórico do qual partia o trabalho de Louis Rougier assentava-se na interpretação de Lévy-Bruhl e supunha uma refutação da “crença na identidade de um *espírito humano* perfeitamente semelhante a si mesmo, do ponto de vista da lógica, em todos os tempos e em todos os países” (ROUGIER 1924, p. 208).⁹

142

É essa forma de variabilidade que Koyré não pode admitir no conceito de mentalidade. E isso por, ao menos, dois motivos. Primeiramente, porque, no intuito de considerar a diferença das formas de pensamento por meio da ideia de uma variabilidade sem filiação, forjava-se uma explicação totalmente desistoricizada. Não é, portanto, apenas a dissolução da permanência no relativismo o que Koyré não pode admitir no conceito de mentalidade, mas o rechaço da *historicidade do pensamento*. Mentalidade é um conceito desprovido de historicidade. Sua aplicação na história estabelece uma identificação no tempo (mentalidade escolástica, mentalidade do século XVI), uma variação. Mas não há historicidade nessa variação. Que é apenas uma variação de nosso pensamento. É preciso identificar uma forma de pensamento outra não como uma variação, mas como uma diferença, em sua própria historicidade. A credulidade sem limites e o “tudo é possível” que caracterizam a Renascença não se devem ao caráter primitivo e pré-lógico de sua mentalidade, mas à ontologia mágica que os torna possível. Por isso, Koyré se esforça em apontar a historicidade dessas noções: elas nascem nos escombros da síntese aristotélica e da ontologia medieval.

Em segundo lugar, se Koyré critica o emprego do conceito de mentalidade de Rougier, é porque ele rechaça a ideia de variabilidade. O *pensamento outro* deve ser tratado como uma diferença e não como uma variação. Ele distingue,

⁹ Como se reconhece, essa é uma afirmação textualmente retirada do próprio Lévy-Bruhl (1928, p. 7).

portanto, o conceito de mentalidade do conceito de pensamento. O século XVI não se caracteriza por uma forma pré-lógica de pensamento porque nessa época se acreditava na astrologia, na alquimia, na magia, nos gnomos e no lobisomem. Isso era, então, "razoável e racional" (KOYRÉ 1971, p. 79). Há, portanto, uma forma de raciocínio, embora ela seja absolutamente diferente da nossa. Essa é a dificuldade própria de uma história do pensamento.

O que há de mais difícil – e mais necessário – quando se estuda um pensamento que não é o nosso, é – como o mostrou admiravelmente um grande historiador – menos aprender o que não se sabe e o que sabia o pensador em questão, que esquecer o que nós sabemos ou acreditamos saber. Às vezes, acrescentemos, é necessário não apenas esquecer verdades que se tornaram partes integrantes do nosso pensamento, mas mesmo adotar certos modos, certas categorias de raciocínio ou ao menos certos princípios metafísicos que, para pessoas de uma época passada eram tão válidos e formavam bases tão seguras de raciocínio e de pesquisa quanto são para nós os princípios da física matemática. Seria preciso assim admitir o princípio de equivalência da parte com o todo, princípio cuja importância, para o pensamento primitivo, foi estabelecida por Lévy-Bruhl, e para o pensamento metafísico, por Hegel (KOYRÉ 1971, p. 77).

O fato de Koyré evocar, numa passagem programática e metodológica, o nome de Lévy-Bruhl não deve nos chocar. Na década de 1920, Koyré esteve bastante interessado em acompanhar a publicação e os debates sobre seu trabalho, certamente, na esteira de suas implicações para a teoria de Meyerson. Mas não apenas por isso, pois se tratou de um dos grandes acontecimentos filosóficos do entreguerras. Desde ao menos 1923, o prélogismo era objeto de profundas críticas e discussões. Em 1930, Koyré (1930) publicou uma resenha de *L'âme primitive*, na qual não apenas apresentava ao público de língua alemã suas teses fundamentais como respondia às objeções que a elas se dirigiam havia alguns anos. Essa passagem acima citada nos mostra que o autor de *La mythologie primitive* desempenhou um papel importante no trabalho do filósofo francês de origem russa em ao menos dois aspectos: o conjunto de noções primitivas estabelecidas por Lévy-Bruhl, quer dizer, de concepções místicas e mágicas indissociáveis de uma determinada compreensão da natureza, permitia-lhe pensar de uma nova maneira a filosofia de um Jacob Boehme, dos mestres do teósofo teutônico e do próprio Renascimento; sob a unidade puramente formal do pensamento humano, era possível reconhecer formas de pensamento diferentes daquelas às que estávamos habituados: entre a escolástica medieval e a filosofia matemática da natureza, eis aí a ontologia mágica renascentista. Não devemos, portanto, esquecer que essa citação acima é extraída de um texto sobre Paracelso, no qual seu autor procurava definir os limites de um modo de pensar que não era nem aristotélico e nem tampouco galileano. A noção de pensamento mágico, com a qual se poderiam definir os contornos precisos do pensamento renascentista, forjava-se por meio de sua leitura. Em segundo lugar, na medida em que o programa explicitado nessa citação traduzia uma exigência do pensamento de Lévy-Bruhl, aquela de não projetar as formas de nosso raciocínio ou de nossas crenças sobre aquelas que

não são as nossas. Vemos que em Lévy-Bruhl se encontrava, no entreguerras, uma chave para se compreender pensamentos e crenças diferentes dos nossos e constatamos por que as histórias do pensamento e das mentalidades podiam aí se encontrar, mas, ao mesmo tempo, por que não podiam prolongar esse encontro: Koyré não podia concordar com a concepção de incomensurabilidade por meio da qual Lévy-Bruhl radicalmente opunha as mentalidades lógica e pré-lógica.¹⁰ Partindo dessa hipótese e aplicando-a à história da filosofia medieval, Rougier era levado a esvaziar de sentido a noção de pensamento. Anos mais tarde, quando Koyré comentaria o trabalho do autor do *Rabelais*, sua posição em relação a esse conceito já estava definida.¹¹

Tratava-se, portanto, de distinguir mentalidade e pensamento e evitar a dissolução desse conceito naquela noção. Daí justamente sua crítica de 1926 à noção de mentalidade em nome da identidade formal do pensamento: o fato de os homens do passado terem pensado coisas tão estranhas e diferentemente de nós não significa dizer que eles não pensaram. A escolástica não é uma “aberração estranha da inteligência humana” (KOYRÉ 1926, p. 467). Há um *pensamento escolástico*: “um conjunto de esforços filosóficos, de pensamentos profundos, de análises sutis e precisas, de psicologia instruída, de metafísicas coerentes, tão dignas de estudo quanto as filosofias antigas” (KOYRÉ 1926, p. 467). Há, portanto, um pensamento, um esforço de inteligência, de explicação do real, de compreensão do mundo. E embora um escolástico e um homem moderno entendam de maneira profundamente diferente o que constitui a realidade, a verdade e o mundo, ambos se esforçam em compreendê-los. É o que torna efetivamente possível uma *história do pensamento*: reconstituir estruturas conceituais e formas de pensamento em sua própria singularidade e

144

¹⁰ Para Paola Zambelli (1995), a noção de mentalidade desempenhou um papel metodológico fundamental no trabalho de Koyré. Ela formaria, ao lado da descrição fenomenológica, a base da metodologia koyreana. Todavia, a importância de Lévy-Bruhl para o trabalho do autor dos *Estudos Galilaicos* não se restringiria a esse aspecto metodológico. Segundo a historiadora italiana, todo o devir intelectual de Koyré teria sido marcado, desde sua fixação em Paris, por volta de 1912-1913, pelas pesquisas sociológicas de Lévy-Bruhl, que teria influenciado inclusive a escolha do tema de sua tese nos anos 1920. Na esteira de Yehuda Elkana (1987), que o transformou em um sociólogo “do conhecimento da alta cultura”, Zambelli esforça-se por inscrevê-lo na tradição da escola sociológica francesa e em seus estudos das representações coletivas. Para ela, isso evidencia-se no modo como ele estudou “os pressupostos metacientíficos expressos na linguagem científica”. Logo no início de *Fonctions mentales*, conforme ela sublinha, o exemplo que Lévy-Bruhl dava de representações coletivas era exatamente a linguagem. A partir daí, ela procura estabelecer toda uma série de relações (mesmo pessoais) que demonstrariam o modo como o pensamento de Koyré foi “influenciado” por Lévy-Bruhl. Surpreendentemente, ela desconsidera a importância teórica e metodológica de Émile Meyerson no trabalho de Koyré. Foi, no entanto, nele que Koyré encontrou o interesse filosófico pelo estudo histórico de teorias nas quais não acreditamos mais. Ao mesmo tempo, ela desconsidera que nessa passagem Koyré cita um “grande historiador” – Paul Tannery, segundo Redondi (1986, p. XII e ss.) – de quem teria tomado o preceito de analisar o pensamento no passado a partir de suas próprias categorias. Isso mostra a complexidade da noção de “influência”. Finalmente, seria preciso desenvolver o argumento segundo o qual o pensamento científico, para Koyré, é uma representação social. Esse argumento não conduziria à afirmação que de seria possível entender o pensamento de um Galileu por meio das representações sociais da Florença de seu tempo? Dito isso, não se trata de questionar a importância de Lévy-Bruhl no trabalho de Koyré – sobre a qual a historiadora italiana lançou luzes importantes, embora, a nosso ver, superestimando-a – nem tampouco de refutar a importância da constituição das ciências humanas e particularmente da sociologia no modo como a história (e não apenas a das ciências) seria escrita no entreguerras. Em um artigo anterior, Paola Zambelli (1987) havia insistido na existência de uma diferença metodológica entre o Koyré dos anos 50 e aquele dos seus anos de formação. Essa distinção e a própria ideia de um Koyré “late bloomer” desaparecem nesse artigo de 1995.

¹¹ Podemos acreditar que Lévy-Bruhl estivesse de acordo com essa crítica, pois ela foi publicada na *Revue Philosophique*, que ele então dirigia – e que publicou um grande número de resenhas de Koyré no entreguerras. De qualquer forma, não devemos esquecer que apenas no final de sua vida ele renunciou à hipótese de uma distinção radical entre duas formas de mentalidade. A resenha de Koyré é importante, pois nela ele fazia o casamento entre esquemas explicativos bastante diferentes, o de Lévy-Bruhl e o de Meyerson.

como diferença. Isso explica que a interpretação de Koyré das análises de Lévy-Bruhl seja bastante distinta daquela de Rougier. Um primitivo, tanto quanto um escolástico, *pensa*. Mas daí também o distanciamento de Koyré das pesquisas de psicologia coletiva.

Essas conclusões também nos permitem especular sobre se essa distinção entre mentalidade e pensamento não é o que torna possível à própria antropologia, na medida em que se afasta do prélogismo, pensar no *pensamento selvagem*, no pensamento em seu estado selvagem. Mas não apenas à antropologia, pois, nesta mesma época, alguns anos antes da publicação do livro de Claude Lévi-Strauss, na esteira da afirmação koyreana da existência e da necessária distinção que caracteriza a singularidade do “pensamento técnico e do pensamento científico”, era preciso, reivindicava Pierre Francastel (1956, p. 108) para as artes, “acrescer aquela que conduz ao reconhecimento de um pensamento plástico”. O problema, então, que caberia desenvolver em outra pesquisa seria o de analisar se esse esforço koyreano de compreender o pensamento outro em sua diferença e singularidade não constitui a condição de possibilidade de todas as pesquisas que, na França, a partir do final dos anos 50 e início dos anos 60, buscaram reconhecer na ciência, na arte, na literatura, no cinema, etc., atividades criadoras e produtoras de pensamento. Não é, portanto, a simples permanência do pensamento que é preciso destacar, mas a multiplicação do “pensa-se”, mas sempre de modos diferentes que é preciso reconhecer.

Referências bibliográficas

- COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva**. Traduzido por José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Culturas, 1983 [1830-1842].
- DUHEM, Pierre. **Sauver les apparences**: sur la notion de Théorie physique. Paris: Vrin, 2003 [1908].
- ELKANA, Yehuda. Alexandre Koyré: between the history of ideas and sociology of disembodied knowledge. Special Issue: Science: The Renaissance of a History. Proceedings of the International Conference Alexandre Koyré. **History and Technology**, v. 4, n. 1-4, p. 115-148, 1987.
- FEBVRE, Lucien. De l’*à peu près* à la précision en passant pour l’*ouï-dire*. **Annales ESC**, v. 5, n. 1, p. 25-31, 1950.
- _____. **O problema da descrença no século XVI**: a religião de Rabelais. Traduzido por Rui Nunes. Lisboa: Início, 1970 [1942].
- _____. Rapport de Lucien Febvre à l’Assemblée des Professeurs du Collège de France sur la création d’une chaire d’Histoire de la pensée scientifique. In: KOYRÉ, Alexandre. **De la mystique à la science**: cours, conférences et documents – 1922-1962. Editados por Pietro Redondi. Paris: EHESS, 1986.
- _____. Réflexions sur l’histoire des techniques. **Annales ESC**, v. 7, n. 36, p. 531-535, 1935.

- _____. Vivre l'histoire: propôs d'initiation. In:_____. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1995.
- FRANCASTEL, Pierre. **Art et technique aux XIXe et XXe siècles**. Paris: Gallimard, 1956.
- GATTINARA, Enrico Castelli. Epistémologie, histoire et histoire des sciences dans les années 1930. **Revue de Synthèse**, n. 1, p. 9-36, 1998.
- GOLDMANN, Marcio. **Razão e diferença: afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Lévy-Bruhl**. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Grypho, 1994.
- JORLAND, G. **La science dans la philosophie: les recherches épistémologiques d'Alexandre Koyré**. Paris: Gallimard, 1981.
- KOYRÉ, A contribuição científica da Renascença. In:_____. **Estudos de história do pensamento científico**. Traduzido por Márcio Ramalho. Rio de Janeiro, Forense; Brasília: EdUnB, 1982a.
- _____. Introduction. In: COPERNIC, Nicolas. **Des Révolutions des Orbes Célestes**. Traduction, avec introduction et notes par A. Koyré. Paris: Félix Alcan, 1934.
- _____. [Resenha de] Die Seele der Primitiven. **Deutsche Literaturzeitung**, v. 48, n. 48, p. 2294-3000, 1930.
- _____. **De la mystique à la science: cours, conférences et documents – 1922-1962**. Editados por Pietro Redondi. Paris: EHESS, 1986.
- _____. Do mundo do "mais-ou-menos" ao universo da precisão. In:_____. **Estudos de História do Pensamento Filosófico**. Rio de Janeiro: Forense, 1991a.
- _____. **Études d'histoire de la pensée philosophique**. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. **Estudos galilaicos**. Traduzido por N. da Fonseca. Lisboa: Dom Quixote, 1992 [1939].
- _____. Histoire de la philosophie. **Revue philosophique de la France et de l'étranger**, n. 51, p. 462-469, 1926.
- _____. **La Révolution Astronomique**. Paris: Hermann, 1961.
- _____. Leonardo Da Vinci 500 anos depois. In:_____. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro, Forense; Brasília: EdUnB, 1982b.
- _____. Os filósofos e a máquina. In:_____. **Estudos de história do pensamento filosófico**. Traduzido por Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1991b.
- _____. Paracelso. In:_____. **Mystiques, spirituels, alchimistes du XVIe siècle allemand**. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. Present trends of French philosophical thought. **Journal of the History**

of Ideas, v. 59, n. 3, p. 521-548, 1998. (Editado e publicado por P. Zambelli).

_____. Uma experiência de medida. In: _____. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro, Forense; Brasília: EdUnB, 1982c.

LÉVY-BRUHL, Lucien. **Les fonctions mentales des les sociétés inférieures**. 9ª edição. Paris: Félix Alcan, 1928 [1910].

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. Traduzido por Mônica Costa Netto. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

REDONDI, Pietro. Préface. In: KOYRÉ, Alexandre. **De la mystique à la Science: cours, conférences et documents (1922-1962)**. Paris: EHESS, 1986.

_____. Science moderne et histoire des mentalités. La rencontre de Lucien Febvre, Robert Lenoble et Alexandre Koyré. **Revue de Synthèse**, n. 111-112, p. 309-332, 1983.

ROUGIER, Louis. La mentalité scolastique. **Revue philosophique de la France et de l'étranger**, n. 97, p. 208-232, 1924.

_____. **La scolastique et le thomisme**. Paris: Gauthier-Villars, 1925.

ZAMBELLI, Paola. Alexandre Koyré *versus* Lucien Lévy-Bruhl: from collective representations to paradigms of scientific thought. **Science in Context**, v. 8, n. 3, p. 531-555, 1995.

_____. Hermétisme, mystique, empirisme. Special Issue: Science: The Renaissance of a History. Proceedings of the International Conference Alexandre Koyré. **History and Technology**, v. 4, n. 1-4, p. 465-483, 1987.

A Europa e a Ásia: histórias e historiografias comparadas

Europe and Asia: compared histories and historiographies

Diogo Ramada Curto

dcur@fcsh.unl.pt
Professor
Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C
1069-061 - Lisboa
Portugal

Nuno Domingos

nmrdomingos@gmail.com
Investigador
Universidade de Lisboa
Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 9
1600-189 - Lisboa
Portugal

Miguel Bandeira Jerónimo

mbjeronimo@ics.ul.pt
Investigador e Professor
Universidade de Lisboa
Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 9
1600-189 - Lisboa
Portugal

148

Resumo

Basendo-se na interpretação dos principais debates suscitados pela obra seminal de Kenneth Pomeranz *A grande divergência*, recentemente traduzida para o português, este artigo procura reconstituir as dinâmicas historiográficas que nas últimas décadas têm discutido comparativamente o desenvolvimento da Europa e da Ásia. Neste artigo, procura-se, por um lado, realçar a relevância de um conjunto de estudos na reformulação da história das sociedades asiáticas desde a Idade Moderna, entre as quais se destaca o trabalho de Pomeranz. Por outro lado, este artigo identifica e analisa criticamente os principais temas e problemas que decorrem desse movimento historiográfico.

Palavras-chave

História Global; Capitalismo; Historiografia.

Abstract

Based on a critical assessment of the fundamental debates ignited by Kenneth Pomeranz' seminal work *The great divergence* – a work that was recently translated into Portuguese –, this article presents a reconstitution of the historiographical contributions of the recent decades that have comparatively evaluated the development of Europe and Asia. On the one hand, the article highlights a group of works that offer new insights and interpretations on the history of Asian societies since the modern age, from which Pomeranz' work stands out. On the other hand, the article identifies and critically engages with the fundamental analytical and historical issues in connection with this important historiographical movement.

Keywords

Global History; Capitalism; Historiography.

Recebido em: 18/2/2014

Aprovado em: 14/4/2014

Este texto visa oferecer uma análise crítica de uma das mais importantes obras das últimas décadas no domínio das ciências sociais e das humanidades, *A grande divergência*, de Kenneth Pomeranz, recentemente traduzida para a língua portuguesa (POMERANZ 2013).¹ A sua repercussão nas formas de fazer história extravasou o domínio estrito da academia e foi posta ao serviço de *presentismos* vários, possuindo um inegável relevo para a compreensão das dinâmicas políticas, económicas e socioculturais contemporâneas. A expressão “grande divergência”, utilizada por Samuel Huntington para descrever, genericamente, o processo de afirmação da hegemonia global ocidental, como resultado da industrialização e da emergência de economias de mercado no longuíssimo século XVIII, adquiriu um novo sentido, mais rigoroso e menos linear e simplista, menos politizado mas igualmente politizável, mais global e comparativo e menos paroquial, sem, contudo, deixar de atentar para o local. As narrativas da ascensão e da queda do Ocidente foram completamente transfiguradas, ainda que muitos não tenham dado por isso e outros persistam deliberadamente em ignorar o efeito dessa transfiguração não só nos debates sobre o passado, mas também a propósito dos que dizem respeito ao presente e ao futuro (FERGUSON 2011). Mais de uma década depois da sua aparição, o livro continua a influenciar os debates historiográficos sobre os mais variados temas e problemas. É essa influência a que procuramos reconstituir e analisar neste artigo, em torno de dois grandes eixos.

Numa primeira parte, procuramos situar a obra de Pomeranz de um ponto de vista epistemológico, metodológico e analítico, sublinhando os principais aspetos da sua proposta de análise histórica e situando-a nos principais debates historiográficos nos quais ela se insere. Nos planos epistemológico e metodológico, destacamos o modo como gerou reflexões acerca do método comparativo, especialmente sobre a quantidade de casos utilizados e a profundidade da comparação, bem como acerca do problema dos ciclos, dos padrões ou das relações causais na disciplina histórica.² No plano analítico, sublinhamos o modo como suscitou debates acerca da imperiosa articulação entre análises ecológicas e demográficas e a economia política, mas, sobretudo, a propósito da necessidade de se questionarem os modelos explicativos que adoptam o Estado-nação ou os agregados civilizacionais como unidades analíticas de base (problemática que será retomada na última secção deste artigo).³

¹ Pomeranz já assinara um dos mais importantes livros da sinologia (POMERANZ 1993). Para a tradução para o português, veja-se Pomeranz 2013. Para outros trabalhos de Pomeranz relacionados com este tema, veja-se Pomeranz 2001, p. 322-362; 2002, p. 425-446; 2006, p. 241-276; 2009, p. 32-51; 335-373; 2012, p. 293-310). Sobre a origem da expressão, veja-se Frank 2001, p. 180-182.

² Para uma discussão sobre a quantidade de casos a comparar e o grau de aprofundamento da comparação, veja-se, entre outros, Ragin 1987, *maxime* p. 34-52.

³ Vries (2001, p. 407-446) e Huang (2002, p. 501-538). O fórum intitulado “Asia and Europe in the World Economy” na *American Historical Review* de abril de 2002, com textos de Manning (p. 419-424), Wong (p. 447-469), Ludden (p. 470-480) e Pomeranz (p. 425-446) constitui um excelente exemplo do impacto imediato da obra de Pomeranz. Para uma reapreciação crítica da obra, passada uma década, veja-se o conjunto de contribuições, pela mão de renomados pares, em *Assessing Kenneth Pomeranz’s The Great Divergence: A Forum. Historically Speaking*, v. 12, n. 4, p. 10-25, 2011. Esta publicação resultou de um encontro patrocinado pela Economic History Association na American Historical Association, em Boston, em 2011, no qual participaram Philip Hoffman, Peter Coclanis, Jan de Vries, R. Bin Wong e Kenneth Pomeranz. Veja-se, ainda, O’Brien (2010), *Review of Ten Years of Debate on the Origins of the Great Divergence* (review 1008), Disponível em: <http://www.history.ac.uk/reviews/review/1008>. Acessado em: 4 jun. 2013.

Numa segunda parte, procuramos refletir sobre alguns dos principais problemas e também sobre alguns dos possíveis legados da obra em apreço. Apesar da recepção entusiástica que tem merecido, a proposta comparativa de Pomeranz tem sido questionada e inserida num campo mais vasto de problemas e de discussões. Ao recusar partir das unidades utilizadas habitualmente para medir o desenvolvimento, quase sempre de índole nacional, aspecto sublinhado nos próprios títulos dos clássicos que constroem um cânone de referências e questões fundamentais – desde *A riqueza das nações*, de Adam Smith, até *A riqueza e a pobreza das nações*, de David Landes –, Pomeranz criou uma linha de comparação inovadora. Tal tipo de abordagem evita a reificação das nações ou dos continentes como unidades de análise histórica, e, assim, os seus cidadãos deixam de ser tomados pelo seu virtuosismo ou pela sua responsabilidade na decadência nacional. Essas vantagens já se haviam afirmado no campo das ciências sociais por intermédio do conceito de “configuração social” de Norbert Elias (2006), da noção braudeliana de “economia-mundo” (BRAUDEL 1979-1993), das subsequentes teorias do “sistema-mundo” (WALLERSTEIN 1974; FRANK 1979), ou, no contexto dos trabalhos sobre o império português, do conceito de “complexo histórico-geográfico”, proposto por Magalhães Godinho (GODINHO 1961, p. 130-135). No entanto, nunca será demais reparar que em muitos círculos tais propostas conceptuais vieram a perder terreno, em benefício das narrativas de uma história nacional associada a quadros de investigação dominados pela razão política das “relações internacionais”. Mais: em historiografias tradicionais, parece registar-se um apego ainda maior a uma certa história política, interessada em captar a ação dos indivíduos providenciais ou das elites da nação, tomando como base a produção oficial de informação inerente ao crescimento dos Estados. Trata-se, assim, de um modo de impor uma visão nacional do mundo assente na organização de arquivos oficiais, mas também na força de uma razão estatística (DESROSIÈRES 1993). Aliás, esta última afirma-se decisiva para medir os índices diretamente relacionados com o desenvolvimento, tais como a evolução dos instrumentos de análise económica, das dívidas, das taxas, dos orçamentos, da produção, da exportação, da importação, e outros *indicadores*. Enfim, será importante questionar se algumas investigações, ao partirem do problema do desenvolvimento, cuja formulação se encontra muito dependente da informação produzida à escala nacional, não acabam por ficar reféns da lógica inerente à produção de tal informação.

A “grande divergência”: princípios, método, perspectiva

Como procuramos sublinhar a respeito do trabalho, igualmente notável, de Jack Goldstone (CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO 2010, p. XIII-XXXI), a compreensão da obra de Kenneth Pomeranz requer que a situemos em relação a outras propostas acerca da construção do mundo moderno e de explicação da emergência de hegemonias globais que a pontuaram. Pomeranz inscreve-se num movimento de reapreciação crítica da historiografia, mas também das fontes históricas, relativo à afirmação da Europa como espaço central da modernidade capitalista. As obras de William H. McNeill (1991), Joseph Needham (1969),

Eric L. Jones (1981) e David Landes (1998) são referências fundamentais em relação às quais a obra de Pomeranz deve ser apreciada. O mesmo sucede com as tradições da história mundial, iniciada com Oswald Spengler (1934) e Arnold Toynbee (1957), das teorias da modernização, promovidas por Walter Rostow (1960), Cyril E. Black (1966) ou Daniel Lerner (1958), das economias-mundo de Fernand Braudel (1979-1993) e dos sistemas-mundo, de Immanuel Wallerstein (1974) e Andre Gunder Frank (1979; FRANK; GILLS 1993), entre outros. Todas essas escolas de pensamento são centrais para a compreensão de *A grande divergência*. Alinhando-se com figuras como as de Marshall Hodgson (1993), James Blaut (1993), Sanjay Subrahmanyam, que também analisou criticamente as limitações do método comparativo (SUBRAHMANYAM 1997), Gunder Frank (1998), Jack Goody (2004; 2010), Patrick O'Brien (1982; 1997), Roy Bin Wong (2000; ROSENTHAL; WONG 2011), Angus Maddison (2001), Robert B. Marks (2002), John M. Hobson (2004; 2012), Peer Vries (2003; 2008) e, mais recentemente, Eric Mielants (2007) e Prasannan Parthasarathi (2011), Pomeranz participa duma já longa lista de críticos do eurocentrismo triunfalista, do omnipresente orientalismo e do *excepcionalismo* europeu ou ocidental. Ao predomínio destes, tem-se oposto a provincialização da Europa e do Ocidente (HOBSON 2004; CHAKRABARTY 2000).

Os principais processos políticos, sociais, económicos e culturais que foram sendo, durante décadas, identificados como característicos da modernidade europeia têm sido analisados de um ponto de vista crítico, sendo igualmente submetidos ao crivo rigoroso da comparação. A emergência de estruturas políticas centralizadas e burocratizadas, cuja atuação e legitimidade são condicionadas e garantidas por mecanismos representativos e constitucionais, cuja existência e territorialização são sustentadas tanto pela criação e aperfeiçoamento de mecanismos fiscais como pela profissionalização de organizações militarizadas com um grau crescente de capacidade bélica; a consolidação de instrumentos jurídicos e legais de consagração e proteção de direitos sociais e de direitos de propriedade; o dinamismo expansionista, assente na competição sistemática, de circuitos comerciais, de modelos económicos, modos de produção e de troca; a explosão demográfica associada a processos de expansão territorial e ao desenvolvimento de impérios coloniais, bem como à solidificação de mercados nacionais; a transformação das estruturas de estratificação social e da mobilidade, ascendente e descendente, de grupos e classes; o estabelecimento de padrões específicos de urbanização; o desenvolvimento de uma cultura impressa e o alargamento de uma esfera e opinião públicas; a articulação crescente entre a produção de conhecimento científico, a sua apropriação tecnológica e a correspondente disseminação institucional; a inovação constante na agricultura e no comércio; a disseminação do racionalismo e a correspondente *secularização* das sociedades; o desenvolvimento do individualismo; enfim, todos estes processos históricos foram (e têm sido) tradicionalmente identificados como fundamentais para a compreensão da trajetória *específica* da Europa.

De facto, para a maior parte dos investigadores que trabalham no Ocidente, foi na Europa que a modernização capitalista se manifestou e consolidou, não no

Oriente Médio ou no mundo islâmico, nem na China ou na Índia. Foi na Europa e no Ocidente que se deu a articulação entre um processo de transformação tecnológica dos meios de produção e de troca e o desenvolvimento de um mercantilismo de tipo imperial que conduziu a níveis de desenvolvimento económico e a formas de organização política, cultural e social sem paralelo de um ponto de vista global. É precisamente contra essa perspectiva que vários especialistas da sociologia e da história económica, da sociologia e da antropologia histórica e das relações internacionais (de cunho histórico) se têm insurgido. Ao mesmo tempo, eles questionam o modo como as outras regiões do globo – a sua história, os seus padrões de desenvolvimento político, económico, social e cultural – têm sido analisados pela historiografia, nomeadamente no que diz respeito aos factores que as teriam conduzido a uma posição de atraso, de privação relativa, de subordinação ou de dependência relativamente à Europa e ao Ocidente.

152

De acordo com o paradigma posto em causa, sem nunca esquecer — é importante repetir — a diversidade de abordagens e explicações que caracterizam a ortodoxia explicativa e comparativa sobre a ascensão do Ocidente e a afirmação da Europa como espaço político, económico e sociocultural de liderança global desde o início da época moderna, o resto do mundo estava marcado por uma série de características que constituíram obstáculos ao desenvolvimento e à modernização capitalista, como já argumentara, aliás, Max Weber. A persistência de configurações políticas autocráticas de tipo imperial, pautadas pela dinâmica da sucessão dinástica e confinadas à corte imperial, cujo financiamento dependia em muito da extração fiscal e do trabalho escravizado; a recorrente subordinação da esfera económica à coordenação centralizada do Estado, com a existência de grandes mercados oficiais ou de monopólios estatais; a debilidade da proteção jurídico-legal e a correspondente precariedade dos direitos sociais e dos direitos de propriedade, sempre vulneráveis à arbitrariedade do poder imperial e dos seus oficiais; o confinamento da produção manufacturada na órbita da esfera doméstica camponesa, o que impedia a comercialização da agricultura, a emergência de economias de escala e a formação de economias nacionais; a existência de processos de urbanização que não correspondiam a direitos cívicos ou de cidadania ou ao estabelecimento de um espaço público; a rigidez das estruturas sociais e da estratificação social, marcada pela reprodução de comunidades definidas segundo o seu estatuto ou pelas castas; a existência de formas institucionais de controlo cultural, educativo e religioso que impediam a inovação e se mostravam contrárias às manifestações heterodoxas; todos esses processos foram identificados como factores explicativos dos bloqueios desenvolvimentistas e modernizadores das sociedades orientais, numa simetria inversamente perfeita com as causas da ascensão europeia e ocidental, reproduzindo um outro tipo de binarismos e dicotomias, como os que opõem tradição e modernidade ou Ocidente e Oriente⁴.

⁴ Para uma síntese clara do problema do eurocentrismo, veja-se Curto; Domingos; Jerónimo (2013, p. I-XI). Veja-se ainda o clássico de Wickham (1985, p. 166-196) e Bryant (2006, p. 403-444, *maxime* p. 408, 419). Para o binarismo, veja-se o clássico de Bendix (1967, p. 292-346); Gran (1996); Lieberman (1999); Goody

De acordo com o revisionismo historiográfico do qual Pomeranz faz parte, nem as diferenças entre o Oriente Médio, a Ásia e a Europa (ou melhor, as suas regiões mais desenvolvidas, como a região do delta do rio Iangtsé, na China, ou o planalto de Kantô no Japão) foram significativas até o dealbar do século XIX. Nem do ponto de vista dos índices das condições materiais de existência ou níveis de vida, da produtividade económica, do dinamismo comercial e da efervescência urbana tal sucedeu. E nem a ascendência europeia à hegemonia global, propulsionada pela revolução industrial, resultou de um conjunto de condições e processos políticos, económicos, sociais e culturais determinados, só compreensíveis com recurso a uma perspectiva de longa duração.⁵

O *florescimento* europeu não resultou de nenhum processo evolutivo, cumulável e até expectável. Como Jack Goldstone afirmou com clareza, “quaisquer que fossem as diferenças institucionais e culturais, na verdade não havia nenhuma divergência importante no que diz respeito às condições materiais de existência na Europa e nas sociedades asiáticas avançadas até muito tarde, *circa* 1800” (GOLDSTONE 2008, p. 119-120). A modernização europeia e o papel do capitalismo nesse processo não seriam o resultado da existência de um dinamismo interno propiciado por factores institucionais e culturais específicos, mas uma consequência fortuita, uma coincidência com um potencial transformador a uma escala global, assente na abundância de carvão inglês e nos recursos extraídos e nos lucros obtidos com as expansões imperiais e os empreendimentos coloniais nas Américas, como argumenta Pomeranz em *The Great Divergence*. Se, antes de 1500, a Europa se encontrava atrasada do ponto de vista da riqueza, da tecnologia e da ciência, em 1700, continuava a revelar baixos níveis de produtividade agrícola e uma incapacidade evidente de manufacturar algodão, seda e porcelanas como sucedia na Índia ou na China. Para terminar esta súpula da argumentação de Pomeranz, Goldstone e Bin Wong, importa referir que até 1800 a Europa apresentava níveis persistentes de declínio das condições materiais de existência.⁶

Correndo o risco de simplificação excessiva, ao *milagre europeu* opôs-se o milagre euroasiático, precisamente o título de um dos últimos livros de Jack Goody, no qual é explorado o modelo da alternância de polos de modernidade e modernização no interior da Eurásia (GOODY 1996).⁷ A famosa “questão de Needham” passou a ser acompanhada pela “questão da grande divergência”, agora supostamente extirpada dos vícios eurocêntricos e informada pelos preceitos de uma nova história global (NEEDHAM 1969).⁸ O estudo das

(1996); Kanth (2009). Vejam-se, ainda, os artigos, directamente associados aos problemas aqui abordados, de Duchesne (2001, p. 428-463) e de Pomeranz (2002, p. 539-590).

⁵ Sobre a próspera região chinesa, veja-se Brenner; Isett (2002, p. 609-662).

⁶ Veja-se, ainda, sobre a importância do carvão, a análise crítica de Vries (2001, p. 407-446). Veja-se, ainda, Wong (2000, p. 9-70), Parte I, intitulada “Economic history and the problem of development”, e Pomeranz (2013, p. 57-121).

⁷ Este livro constituía uma resposta à conferência que deu origem a *Europe and the Rise of Capitalism*, de Baechler, Hall e Mann (1988).

⁸ Para um exemplo da formulação de Needham, veja-se o seu “Science and Society in East and West”, em Needham (1969, p. 190-217). Para um texto fulcral e crítico de um dos seus colaboradores, veja-se Sivin (1982, p. 45-66). Veja-se, ainda, o informativo artigo de O’Brien (2009, p. 7-29). Para a *nova* história global, veja-se, entre outros, Mazlish (2006).

similitudes institucionais e de comportamento económico entre regiões – sobretudo entre a Europa e a Ásia, no período que precedeu a industrialização, a uma escala global e comparativa – passou a ser privilegiado em detrimento da construção de narrativas de oposição civilizacional. A definição de geografias e de correspondentes trajetórias de desenvolvimento histórico claramente distintas foi abertamente questionada. Como sustentou Hodgson, a análise histórica de outras sociedades impediu que fosse defensável argumentar a favor da existência de “características pré-modernas seminais” exclusivas do mundo ocidental que poderiam explicar o “advento da Modernidade” e as divergências que esta promoveu (HODGSON 1993, p. 86).

Até o “grande mestre” Max Weber, que procurara definir o Ocidente e a sua trajetória histórica como o produto de uma combinação “única” entre “racionalidade e ativismo”, precisava ser reapreciado criticamente. As revoluções científica e tecnológica e o multifacetado processo de racionalização das sociedades ocidentais – as decorrentes da formação de uma economia de mercado de tipo capitalista, da constituição de um estado burocrático, da emergência e disseminação de uma cultura desencantada, assim como de estilos de vida e mundividências individualistas – precisavam de ser de novo ponderados, nas suas causas e nas suas consequências.⁹

Onde Landes identificara “pré-condições”, de natureza weberiana, para sustentar a sua afirmação de que a “Europa (o Ocidente)” fora o “principal motor do desenvolvimento e da modernidade” (LANDES 1998, p. XXI), Hodgson e outros encontraram vários aspectos comuns no que diz respeito aos contextos e às condições institucionais políticas, económicas e socioculturais de cada região; no dizer de Pomeranz, um “mundo de semelhanças surpreendentes” ao longo da Eurásia (POMERANZ 2013).¹⁰ Onde muitos viram obstáculos sociais ao desenvolvimento (por exemplo, a persistência de configurações políticas autocráticas de tipo imperial, a prevalência de mercados oficiais e monopólios estatais ou a precariedade dos direitos individuais e de propriedade), outros, mais recentemente e com a incorporação crescente da produção historiográfica local e regional, reconheceram condições históricas semelhantes (WICKHAM 1985, p. 166-196; BRYANT 2006, p. 403-444). Onde uns viram trajetórias e linhagens, ou seja, causalidades articuladas, combinações expectáveis entre condições e consequências, outros sublinharam as eflorescências múltiplas e contingentes, como Goldstone, os paralelismos e similaridades inesperadas, com impactos diversos, como Pomeranz, ou, ainda, as múltiplas modernidades, como Shmuel Eisenstadt (GOLDSTONE 2002, p. 323-389; EISENSTADT 2000, p. 1-29; 2007; SACHSENMAIER; RIEDEL, 2002). Onde uns viram blocos geográficos e culturais distintos, outros viram estranhos paralelos entre áreas no interior da Eurásia que desafiavam princípios de identificação por mera

154

⁹ Para uma súpula dos argumentos de Weber, veja-se Schluchter (1981). Para uma crítica da leitura de Weber, veja-se Elvin (1984, p. 379-391). Para uma defesa da atualidade de Max Weber no debate da grande divergência, veja-se a obra de Duchesne (2005; 2006).

¹⁰ Esta é uma das mais famosas e reproduzidas frases deste livro de Kenneth Pomeranz. Veja-se a *Parte I* de *A Grande Divergência*, intitulada precisamente “Um Mundo de Semelhanças Surpreendentes”.

proximidade física (LIEBERMAN 2003; 2009). A ubiquidade das “características seminais” na Eurásia e a precedência, nalgum dos casos, dessas características no seu extremo asiático põem em causa as interpretações com origens em Adam Smith, Karl Marx e Max Weber.

Como sublinhamos a propósito do pensamento de Goldstone, a crítica aos principais processos políticos, sociais, económicos e culturais que supostamente causaram a “grande divergência” tem dominado a produção historiográfica das últimas décadas. A invocação desses processos para explicar a modernidade como europeia – da emergência de estruturas burocráticas centralizadas, assentes na legitimidade do uso da violência e em mecanismos representativos vários, até o desenvolvimento de uma cultura impressa e o alargamento de uma opinião pública, sem esquecer a articulação crescente entre a produção de conhecimento científico e a sua utilização tecnológica e correspondente disseminação institucional – passou a ser objecto constante de um questionamento crítico. O mesmo sucedeu com a postulada articulação única entre a transformação tecnológica e a emergência global de um mercantilismo de tipo imperial, capaz de alcançar níveis de realização económica únicos e formas de organização política, cultural e social particulares (CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO 2010, p. XXI-XXVIII). Origens e condições comuns, coincidências fortuitas com impactos contingentes – para Pomeranz o que conta é sobretudo a abundância de carvão em Inglaterra e os lucros auferidos com as expansões imperiais e os empreendimentos coloniais nas Américas – permitiriam compreender melhor a grande divergência, a modernização ocidental e o capitalismo industrial do que a ênfase em propriedades únicas, factores e dinamismos institucionais políticos, económicos e culturais específicos, identidades civilizacionais, ou espíritos capitalistas. No caso de Pomeranz, o determinismo dos recursos e dos dados ambientais parece sobrepor-se a qualquer outro tipo de relação causal, embora se deva ressaltar que não se chega a alcançar o tipo de determinismo ecológico radical defendido por Jared Diamond (1997; 2005).¹¹

Apesar das inúmeras críticas de que foram alvo, as propostas de Pomeranz marcaram de modo decisivo os debates que extravasaram os terrenos da história económica da Eurásia. Não podendo aqui recuperar, com a profundidade merecida, as riquíssimas discussões suscitadas pela obra de Pomeranz, devemos no entanto referir o conhecido debate da involução que animou especialistas como Philip Huang (2002, p. 501-528), o próprio Pomeranz, Robert Brenner (o autor que agitou também o famoso debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo), Christopher Isett (BRENNER; ISETT 2002, p. 609-662),¹² James Lee, Cameron Campbell, e Wang Feng (LEE; CAMPBELL; FENG 2002, p. 591-607), alguns deles com importantíssimas obras que precederam a de Pomeranz. Tal debate da involução – expressão cujo sentido é devedor de

¹¹ Para uma apreciação crítica, veja-se Blaut (1999, p. 391-408; 2000, p. 149-172).

¹² Para a tese de Brenner, veja-se Brenner (1976, p. 30-74; 1977, p. 25-92; 1982, p. 16-113). Para a contextualização e debate sobre o problema, veja-se Aston; Philpin (1987). Para a questão da transição do feudalismo para o capitalismo, onde a tese de Brenner se inscreve, veja-se o repositório dos argumentos iniciais (incluindo Maurice Dobb, Eric Hobsbawm, Paul Sweezy, entre outros) em Hilton (1976). Para uma apropriação crítica contemporânea centrada precisamente no caso da China, veja-se Hung (2009, p. 569-588).

Clifford Geertz, que a aplicou para explicar por que é que a agricultura em Java não se transformou em virtude de estímulos económicos externos e pressões demográficas internas – da China imperial tardia em relação à Inglaterra foi suscitado pela obra de Philip Huang. Huang afirmou que a economia rural chinesa era claramente involutiva, ou seja, incapaz de promover transformações desenvolvimentistas que pudessem acompanhar a existência de uma economia marcadamente comercial. Para lá de questões conceptuais e analíticas que também mereceriam um amplo debate no presente em função das condições políticas, sociais e económicas contemporâneas, o debate da involução também provocou reflexões várias sobre o lugar da causalidade e sobre o problema da prova nas ciências sociais e humanas. Igualmente importante foi o impacto que as teses de Huang tiveram, contra as quais a obra de Pomeranz se insurge. Huang argumentou que uma crise malthusiana, uma crise de produtividade e de produção e um decréscimo dos níveis de vida afectavam o Delta do Iangtsé no início da época moderna, tornando-o claramente um exemplo de uma trajetória involutiva. Ora, Pomeranz veio defender precisamente uma interpretação contrária ao sentido de uma tal argumentação (HUANG 1990; ALLEN 2002; LITTLE 2008, p. 235-261; 1963).

A “grande divergência”: problemas e legados

156

Como notamos no início deste texto, assumindo unidades de comparação histórica construídas a partir da problematização das modalidades de desenvolvimento, o trabalho de Pomeranz constitui-se como exemplo de como é possível rejeitar uma história reificadora da escala “nacional” e das suas entidades políticas. Mas, simultaneamente, o foco na questão do desenvolvimento como motivo da estruturante do método comparativo levanta um conjunto de questões.

A grande divergência foi justamente saudada pela utilização de fontes não europeias, nomeadamente de autores chineses que trabalharam em escalas regionais. Esse domínio bibliográfico deixou mesmo os mais cépticos em relação à obra com compreensíveis reservas, perante o seu desconhecimento dessas fontes, que representavam, desde a Ásia, um mundo distinto daquele traçado pelos olhares da ciência produzida nos centros académicos ocidentais (KINDLEBERGER 2002, p. 459).¹³ Da recepção crítica da obra depreende-se, porém, que a utilização inovadora dessas fontes para problematizar a questão do desenvolvimento não consegue romper com os termos de uma discussão que se impôs num determinado subcampo das ciências sociais, marcado por uma oposição matricial entre unidades políticas ou civilizacionais. Nesse âmbito, mais do que impor uma reclassificação dos termos comparativos, os casos apresentados na obra são tomados como se de uma amostra clínica de um mundo maior se tratasse. Eric Jones, por exemplo, critica a tendência de Pomeranz “para decidir qualquer questão que se coloque a favor da China”. Na sua recensão à obra, invoca a ação dos “europeus” e dos “chineses”, corpo de

¹³ O autor, extremamente crítico de Pomeranz, salvaguarda a sua capacidade de mobilização de conhecimentos sobre a China.

indivíduos, comum e homogêneo, independentemente da sua origem geográfica ou social.¹⁴ E, embora Pomeranz argumente que o Delta do Iangtsé não se confunde com a China, nem a Inglaterra com o resto da Europa, ele próprio acaba por voltar à representação do mundo criada pelas nomeações comuns: a “Europa” e a “China”.

Contra a tendência para a simplificação do debate, proveniente de um militantismo etnocêntrico pouco fecundo para a análise, é essencial insistir em que o livro de Pomeranz permite pensar a existência de uma humanidade comum, fundamentalmente separada por razões de índole material, tal como se fosse possível assumir que os indivíduos, independentemente da sua origem, têm uma ação semelhante se viverem em condições parecidas e usufruírem das mesmas oportunidades. No entanto, importa pensar se o autor não terá levado esse tipo de universalismo ético longe demais, marginalizando na sua análise pressupostos culturais, que devem ser invocados fora de premissas essencialistas, mas no contexto de uma sedimentação de determinadas condições existenciais que dão origem a formas de organização social distintas, diferenciando populações que se encontram necessariamente estratificadas. A incorporação dessa desigualdade, mas também de uma diversidade de experiências e tradições – políticas, religiosas, económicas –, desafia essa concepção de universalismo, sobretudo quando o que está em causa é a definição do caminho mais eficaz para o desenvolvimento. Encontramos indícios desse mesmo universalismo noutras concepções do desenvolvimento, em particular nas que remetem para as teorias da modernização (COOPER 1997, p. 64-92).

A possibilidade de todos, independentemente da sua origem nacional, regional, étnica ou de classe, poderem ser agentes da modernização não deixa de reforçar uma interrogação geral sobre a própria ideia de desenvolvimento: como definir desenvolvimento económico sustentável, produtividade ou níveis de vida e de pobreza? Conotada positivamente, a modernização, seja na China ou na Europa, cria uma narrativa épica que pode ocultar o processo histórico que envolve tal dinâmica. Uma outra representação do mundo emerge, por exemplo, na proposta de uma análise económica incrustada, como a defendida em *A grande transformação* de Karl Polanyi (2001). O desenvolvimento, neste contexto, assume uma forma distinta, necessariamente mais complexa. Esta visão incrustada é mais compreensiva na interpretação das sociedades subdesenvolvidas, condenadas pelo desenvolvimentismo ao estigma do atraso; isso acontece, por exemplo, nos contextos de forte transformação económica, com as resistências suscitadas pela defesa dos direitos à terra, senhoriais ou comunais, que atenuavam a mercadorização dos solos e que ajudavam a regular um outro tipo de trocas, independentemente de essas resistências se encontrarem implicadas em relações de poder também muito desiguais e em arranjos institucionais conservadores. Outras perspectivas, como as que se baseavam na teoria dos sistemas-mundo, ou aquelas propostas realizadas

¹⁴ Outros autores, como o economista Gregory Clark, contrariam Pomeranz, assegurando que “As origens da superioridade ocidental têm de ser internas ao Ocidente.” A expressão não exprime apenas uma posição num debate, mas a reificação dos termos desse debate (CLARK 2001, p. 102).

desde as margens do mundo desenvolvido, como as teorias da dependência ou os chamados estudos subalternos, questionaram as causas e os efeitos desse desenvolvimento e o modo como reproduzia estruturas de poder (CARDOSO; FALETTO 1979; SUBALTERN STUDIES 1982-1999).

A obra de Kenneth Pomeranz (como, aliás, a de Jack Goldstone) é passível de ser criticada pelo modo como concebe o desenvolvimento. Pensando esse processo fora das unidades de comparação comuns, evitando reificar entidades políticas e étnicas, o autor aceita uma definição de desenvolvimento que parte fundamentalmente de critérios economicistas. E, apesar de nesse quadro apresentar um modelo próprio, que, como já foi notado, se baseia na existência de condições ecológicas para o desenvolvimento, a realidade é que essas condições apenas permitem o florescimento de outras condições preexistentes e que apontam para o crescimento dos mercados e da divisão social do trabalho. Tudo isso adota um sentido neoclássico, na própria senda de Adam Smith e do que ficou conhecido como “crescimento smithiano” ou “dinâmica smithiana” (ARRIGHI 2005, p. 339-352; O'BRIEN 2013). No Delta do Iangtsé ou na Inglaterra industrial, existiram condições semelhantes que permitiram o desenvolvimento, desde a existência de mercados e instituições ajustados ao ideal neoclássico até a estrutura do consumo de inúmeros bens, passando por um conjunto de dados demográficos e ecológicos (POMERANZ 2013, p. 126). E a sua decadência só não foi comum porque as regiões europeias mais desenvolvidas tiveram acesso a recursos minerais extensos, bem como aos territórios do Novo Mundo, que lhes permitiram aliviar a pressão demográfica sobre os recursos de produção europeus, em especial a terra, desenvolver novas técnicas agrícolas, criar espaços de produção para alimentar a procura na Europa e encontrar novos mercados de consumo para os produtos europeus. Todos esses factores explicam a grande divergência.¹⁵

158

No livro em apreço, a noção de desenvolvimento, vinculada a um universalismo ético que concede aos indivíduos uma “capacidade produtiva”, não parece estar associada a direitos políticos, sociais ou mesmo económicos; nem a uma qualquer noção de cidadania; nem à ação do Estado como promotor de serviços e do bem comum; nem à capacidade social de integrar a diferença, seja em relação às minorias ou às mulheres; nem no que respeita à possibilidade de acesso à educação, à produção cultural ou científica. A necessidade da descoberta de “factores essenciais” – que apontam para causalidades próprias situadas num campo historiográfico específico – pode redundar num estreitamento da análise. Mesmo no âmbito da sua definição de desenvolvimento, primeiramente económica, assiste-se a uma marginalização analítica dos processos que envolveram a incrustação social dessa economia e que permitiram dar maior importância a outros processos, num contexto configuracional, no sentido de Elias, mais do que propriamente descartá-los.

¹⁵ Estas razões sobrepujam-se a outras, como enuncia Pomeranz: “Em retrospectiva, se a Europa apostou no cavalo certo, os factores determinantes para a sua escolha parecem criticamente ligados a condições (principalmente geográficas) fortuitas e especificamente inglesas. A ciência, a tecnologia e as inclinações filosóficas europeias não parecem, por si só, uma explicação adequada, e as alegadas diferenças nas instituições económicas e nos preços dos factores afiguram-se bastante irrelevantes” (POMERANZ 2013, p. 121).

Na sequência das críticas suscitadas pela obra, é secundarizada a influência dos mecanismos coercivos (embora se possa sempre contrapor que são eles os que estão presentes na noção de acumulação baseada na noção de “armed trade”). A mesma ausência se notará em relação à importância dos movimentos sociais e do trabalho e ao significado do conflito interno, por via da desigualdade económica, na formulação de políticas que em grande medida excedem o espaço nacional, como o incremento do nacionalismo imperial como resposta às fracturas sociais internas. Noutro sentido, os factores salientados por Pomeranz para explicar a grande divergência parecem enunciar um processo carente de uma “agencialidade” transformadora; isto é, se todos os indivíduos são capazes de produzir, não é em sequência da sua ação que a história avança (embora, também aqui se possa dizer que a iniciativa individual não está ausente). Em *A grande divergência*, maior importância parece ser concedida ao efeito do acesso a recursos, do acaso e da sorte. Sendo pouco interessante considerar essa agencialidade “europeia”, como se de um dom se tratasse, interessa ainda assim perceber como se criaram condições que fomentaram determinadas transformações, como, por exemplo, a da “racionalização do trabalho”, a procura educativa, a competição científica, ou as condições que conduziram à exploração mais “racional” dos recursos e dos “acazos”.

Não é verdade, porém, que a obra de Pomeranz marginalize totalmente a “ação humana”. O autor concede-lhe relevância no quadro da atividade de instituições políticas e económicas. Nesse sentido, as críticas que salientam o determinismo geográfico presente na sua análise ao desenvolvimento, ou as que destacam a sobrevalorização da ideia de “sorte” parecem limitadas. Há uma importante dimensão interpretativa que faz regressar a intenção política e estatal ao centro da explicação, embora parte da recepção à obra acabe por relativizá-la perante a ênfase colocada na questão dos recursos e do modo como eles moldaram os mercados. Essa dimensão é a da coerção e da força militar. Refere o autor:

159

[...] a economia *política* do princípio da Europa moderna – em particular, a constante e dispendiosa competição militar – poderá ter tido uma influência maior do que o talento empresarial ou a curiosidade acerca dos produtos exóticos na singularidade da expansão comercial ultramarina da Europa. Além do mais [...], a competição militar na Europa deu o seu maior contributo *positivo* para o crescimento económico europeu não pelo modo como as actividades bélicas, a burocratização, etc., afectaram o ambiente económico da Europa (por exemplo, ao promoverem a mudança tecnológica ou a concessão de novos direitos patrimoniais por governantes ávidos de dinheiro) mas pelo alargamento desta competição para fora da Europa. Aliás, os dividendos foram maiores onde a coerção mais pesou: na emergente economia atlântica (POMERANZ 2013, p. 326-327).

Mais à frente no livro, o autor aponta:

projectada para fora da Europa, a competição militar pagou efectivamente dividendos. Em primeiro lugar, o quadro da competição inter-estatal desviou uma grande parte do impacto para o ultramar. Além do mais, acelerou e

moldou o desenvolvimento do Novo Mundo de formas que contribuíram muito mais para resolver os estrangulamentos da Europa em termos de recursos do que teria feito a simples abertura dessas regiões despovoadas à emigração e ao comércio livres (POMERANZ 2013, p. 335).

A importância da coerção como elemento que permite a entidades políticas e grandes atores económicos, grande parte das vezes em articulação próxima, vantagem no acesso a recursos e a mercados faz retornar a política ao livro de Pomeranz. Simultaneamente torna-o mais relevante para os debates geopolíticos contemporâneos, nos quais a relação entre coerção e recursos se mantém essencial, como o mapa dos conflitos internacionais hoje existentes parece confirmar. Assim, o autor aproxima-se, no que ao papel da coerção diz respeito, das teorias dos "sistemas-mundo".¹⁶ Apresentando essa vantagem europeia a partir de uma perspectiva nova, Pomeranz reconhece a necessidade de conceber o desenvolvimento económico a partir de uma perspectiva global, na qual a conquista de mercados e o acesso a recursos são inseparáveis do uso da força. Sem a conquista colonial, o padrão de desenvolvimento europeu acabaria por seguir um caminho de estagnação económica, como sucedeu com a China.

Em jeito de conclusão

160

Ao propormos aqui uma análise de *A grande divergência*, trabalho seminal de Kenneth Pomeranz, procuramos destacar um conjunto de elementos que consideramos relevantes, na verdade indispensáveis, para os debates historiográficos contemporâneos, bem como para o universo mais amplo das ciências sociais e humanas. A utilização criativa e inovadora da teoria, de raiz interdisciplinar, e da metodologia de pesquisa empírica, com o acesso a fontes até desconhecidas ou marginalizadas, permitiu ao autor discutir um conjunto de assunções históricas sobre o desenvolvimento comparado da China e da Europa. De um ponto de vista analítico, o recurso ao método comparativo revela-se bastante fértil. A breve incursão nesses debates, constantemente atualizados por novas investigações, permite revelar o carácter inovador e sofisticado da obra de Pomeranz. Ela mostra-nos a partir de uma perspectiva única as bases de constituição de uma *modernização oriental*, obrigando todo um campo de investigação a questionar os seus pressupostos, as suas cronologias e os seus conhecimentos adquiridos.

Mas este artigo serve também para pensar de que modo a defesa de princípios de inventividade e de crítica conceptual, tão presentes na obra de Pomeranz, deve-se impor como método de análise da própria obra do autor. Nesse sentido, interessou-nos interrogar criticamente, por exemplo, os usos do conceito de desenvolvimento e o modo como ele foi concebido no quadro do trabalho em questão. A historicização crítica desse conceito, tão central num

¹⁶ No entanto, sobre a interpretação dos usos dados às vantagens proporcionadas pela coerção, Pomeranz, em relação aos teóricos do sistema-mundo, introduziu uma interpretação inovadora, nomeadamente salientando a centralidade da questão da terra em relação ao trabalho e ao capital. Tal foi inclusive reconhecido num raro momento de autocritica académica (FRANK 2001, p. 181).

conjunto de pesquisas sobre os processos de globalização, demonstrou ser um bom princípio para uma pesquisa mais profunda da proposta do autor.

Referências bibliográficas

- ALLEN, Robert C. **Involution, revolution, or what?** Agricultural productivity, income, and Chinese economic development. Oxford: Department of Economics, Nuffield College, September 2002. Mimeografado.
- ARRIGHI, Giovanni. Estados, mercados y capitalismo, Oriente y Occidente. **Anuário Ásia-Pacífico**, n. 1, p. 339-352, 2005.
- ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). **The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BAECHLER, Jean; HALL, John A.; MANN, Michael (orgs.). **Europe and the Rise of Capitalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- BLACK, Cyril E. **The Dynamics of Modernization: a Study in Comparative History**. New York: Harper & Row, 1966.
- BLAUT, James M. Environmentalism and Eurocentrism. **The Geographical Review**, v. 89, n. 3, p. 391-408, 1999.
- _____. **Eight Eurocentric Historians**. New York: Guilford, 2000.
- _____. **The Colonizer's Model of the World**. New York: Guilford, 1993.
- BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos XV-XVIII)**. Lisboa: Teorema, 1979-1993 [1967-1979]
- BRENNER, Robert. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe. **Past and Present**, v. 70, p. 30-74, 1976.
- _____. The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism. **New Left Review**, v. 1, n. 104, p. 25-92, 1977.
- _____. The Agrarian Roots of European Capitalism. **Past and Present**, v. 97, p. 16-113, 1982.
- _____; ISETT, Christopher. England's Divergence from China's Yangzi Delta: Property Relations, Microeconomics, and Patterns of Development. **Journal of Asian Studies**, v. 61, n. 2, p. 609-662, 2002.
- BRYANT, Joseph M. The West and the Rest Revisited: Debating Capitalist Origins, European Colonialism, and the Advent of Modernity. **Canadian Journal of Sociology**, v. 31, n. 4, p. 403-444, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependency and Development in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1979.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CLARK, Gregory. The Great Divergence: Europe, China, and the Making of the Modern World Economy by Kenneth Pomeranz. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 32, n. 1, p. 101-102, 2001.

COOPER, Frederick. Modernizing Bureaucrats, Backwards Africans and the Development Concept. In: COOPER, Frederick; PACKARD, Randall M. (orgs.). **International Development and the Social Sciences: essays on the History and Politics of Knowledge**. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 64-92.

CURTO, Diogo Ramada; DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel Bandeira. Jack Goldstone: da Sociologia Histórica das Revoluções à História Global da Europa. In: GOLDSTONE, Jack. **História Global da Ascensão do Ocidente (1500-1850)**. Trad. de Manuela Parada Ramos. Lisboa: Edições 70, 2010, p. XIII-XXXI. (História & Sociedade)

_____; _____. A Europa e a China: comparações, historiografia e ciências sociais. In: POMERANZ, Kenneth. **A grande divergência: a China, a Europa e a formação da economia mundial moderna**. Lisboa: Edições 70, 2013, p. I-XXX. (História & Sociedade).

DESROSIÈRES, Alain. **La Politique des grands nombres: histoire de la raison statistique**. Paris: La Découverte, 1993.

DIAMOND, Jared. **Guns, Germs and Steel: a short history of everybody for the last 13,000 years**. London: W. W. Norton, 1997.

162

_____. **Collapse: how Societies Choose to Fail or Succeed**. London: Allen Lane, 2005.

DUCHESNE, Ricardo. Max Weber is the Measure of the West: A Further Argument on Vries and Goldstone. **World History Connected**, v. 4, n.1, 2006.

_____. Peer Vries, the Great Divergence, and the California School: Who's In and Who's Out? **World History Connected**, v. 2, n. 2, 2005.

EISENSTADT, S. E. **Múltiplas Modernidades: ensaios**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

_____. Multiple Modernities. **Daedalus**, vol. 129, n. 1, p. 1-29, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas**. Lisboa: Dom Quixote, 2006 [1939].

ELVIN, Mark. Why China Failed to Create an Endogenous Industrial Capitalism: A Critique of Max Weber's Explanation. **Theory and Society**, v. 33, n. 3, p. 379-391, 1984.

FERGUSON, Niall. **Civilisation: the West and the Rest**. London: Allen Lane, 2011.

FRANK, Andre Gunder. **Dependent Accumulation and Underdevelopment**. New York: Monthly Review Press, 1979.

- _____.; GILLS, Barry K. (eds.). **The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?** New York: Routledge, 1993.
- _____. **ReOrient: Global Economy in the Asian Age.** Berkeley: University of California Press, 1998.
- _____. Review of The Great Divergence, **Journal of Asian Studies**, v. 60, n. 1, p. 180-182, 2001.
- GERTZ, Clifford. **Agricultural Involution: the Process of Ecological Change in Indonesia.** Berkeley: University of California Press, 1963.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Complexo histórico-geográfico. In: SERRÃO, Joel (ed.). **Dicionário de História de Portugal.** Porto: Livraria Figueirinhas, 1961, p. 130-135. (v. II)
- GOLDSTONE, Jack. Efflorescences and Economic Growth in World History: Rethinking the 'Rise of the West' and the Industrial Revolution. **Journal of World History**, n. 2, p. 323-389, 2002.
- _____. **História Global da Ascensão do Ocidente (1500-1850).** Trad. de Manuela Parada Ramos. Lisboa: Edições 70, 2010. (História & Sociedade)
- GOODY, Jack. **Capitalism and Modernity: the Great Debate.** Cambridge: Polity Press, 2004.
- _____. **The Eurasian Miracle.** Cambridge: Polity, 2010.
- _____. **The East in the West.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HILTON, Rodney (ed.), **The Transition from Feudalism to Capitalism.** London: New Left Books, 1976.
- HOBSON, John M. **The Eastern Origins of Western Civilisation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. **The Eurocentric Conception of World Politics: Western International Theory, 1760-2010.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- HODGSON, Marshall G. S. **Rethinking World History: Essays on Europe, Islam, and World History.** New York: Cambridge University Press, 1993.
- HUANG, Philip C. Development or Involution in Eighteenth-Century Britain and China? A Review of Kenneth Pomerantz's the Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy. **Journal of Asian Studies**, v. 61, n. 2, p. 501-528, 2002.
- _____. **The Peasant Family and Rural Development in the Yangzi Delta, 1350-1988.** Stanford: Stanford University Press, 1990.
- HUNG, Ho-Fung. Agricultural Revolution and Elite Reproduction in Qing China: The Transition to Capitalism Debate Revisited. **American Sociological Review**, v. 73, n. 4, p. 569-588, 2009.
- JONES, Eric L. **The European Miracle: Environments, Economies and**

Geopolitics in the History of Europe and Asia. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

KINDLEBERGER, Charles. Kenneth Pomeranz, The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy. **Economic Development and Cultural Change**, v. 50, n. 2, p. 458-460, 2002.

LANDES, David. **The Wealth and Poverty of Nations**. London: Little, Brown, 1998.

LEE, James; CAMPBELL, Cameron; FENG, Wang. Positive Check or Chinese Checks? **Journal of Asian Studies**, v. 61, n. 2, p. 591-607, 2002.

LERNER, Daniel. **The Passing of Traditional Society**. Glencoe, Ill.: Free Press, 1958.

LIEBERMAN, Victor. **Strange parallels**: Southeast Asia in global context, c 800-1830. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (vol. I – Integration on the Mainland).

_____.; **Strange parallels**: Southeast Asia in global context, c 800-1830. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. (vol. II – Mainland Mirrors: Europe, Japan, China, South Asia, and the Islands.)

_____. Transcending East-West Dichotomies: State and Culture Formation in Six Ostensibly Disparate Areas. In: _____ (ed.). **Beyond Binary Histories**: Re-imagining Eurasia to c. 1830. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999, p. 19-102.

164

LITTLE, Daniel. Eurasian Historical Comparisons Conceptual Issues in Comparative Historical Inquiry. **Social Science History**, v. 32, n. 2, p. 235-261, 2008.

_____. The Involution Debate: New Perspectives on China's Rural Economic History. Disponível em: <http://www-personal.umd.umich.edu/~delittle/new%20perspectives%20short%20journal%20version.htm>. Acessado em: 1 jul. 2014.

LUDDEN, David. Modern Inequality and Early Modernity: A Comment for the AHR on Articles by R. Bin Wong and Kenneth Pomeranz. **American Historical Review**, v. 107, n. 2, p. 470-480, 2002.

MADDISON, Angus. **The World Economy**: A Millennial Perspective. Paris: OECD, 2001.

MANNING, Patrick. Asia and Europe in the World Economy: Introduction. **American Historical Review**, v. 107, n. 2, p. 419-424, 2002.

MARKS, Robert B. **The Origins of the Modern World**: A Global and Ecological Narrative. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2002.

MAZLISH, Bruce. **The New Global History**. New York: Routledge, 2006.

MCNEILL, William H. **The Rise of the West**: A History of the Human Community.

- Chicago: University of Chicago Press, 1991 [1963].
- MIELANTS, Eric H. **The Origins of Capitalism and the 'Rise of the West'**. Philadelphia: Temple University Press, 2007.
- NEEDHAM, Joseph. **The Grand Titration: Science and Society in East and West**. London: George Allen & Unwin Ltd, 1969.
- O'BRIEN, Patrick. The Needham Question Updated: A Historiographical Survey and Elaboration. **History of Technology**, v. 29, p. 7-29, 2009.
- _____. European Economic Development: The Contribution of the Periphery. **Economic History Review**, v. 35, n. 1, p. 1-18, 1982.
- _____. Intercontinental Trade and the Development of the Third World Since the Industrial Revolution. **Journal of World History**, v. 8, n.1, p. 75-134, 1997.
- _____. Review of Ten Years of Debate on the Origins of the Great Divergence (review 1008), 2010. Disponível em: <http://www.history.ac.uk/reviews/review/1008>. Acessado em: 4 jun. 2013.
- PARTHASARATHI, Prasannan. **Why Europe Grew Rich and Asia Did Not: Global Economic Divergence, 1600-1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- POLANYI, Karl, **A Grande Transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2012 [1944]. (História & Sociedade)
- POMERANZ, Kenneth. Le machinisme induit-il une discontinuité historique ? Industrialisation, modernité précoce et formes du changement économique dans l'histoire globale. In: BEAUJARD, P. ; BERGER, L. ; NOREL, P. (eds.) **Histoire globale, mondialisations, capitalism**. Paris: La Découverte, 2009, p. 335-373.
- _____. Without Coal? Colonies? Calculus? Europe, China and the Industrial Revolution. In: LEBOW, Ned; PARKER, Geoffrey; TETLOCK, Philip (eds.) **Unmaking the West: "What-If" scenarios that Rewrite World History**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006, p. 241-276.
- _____. **The Making of a Hinterland: State, Society and Economy in Inland North China, 1853-1937**. Berkeley: University of California Press, 1993.
- _____. Is there an East Asian Development Path? Long-Term Comparisons, Constraints, and Continuities. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 44, n. 3, p. 322-362, 2001.
- _____. Political Economy and Ecology on the Eve of Industrialization: Europe, China, and the Global Conjuncture. **American Historical Review**, v. 107, n. 2, p. 425-446, 2002.
- _____. Putting Modernity in its Place(s): Reflections on Jack Goody's The Theft of History. **Theory, Culture, and Society**, v. 26, n. 7/8, p. 32-51, 2009.

_____. Repenser le changement économique de longue durée: la Chine, l'Europe, et l'histoire comparée. In: DAUMAS, Jean Claude (ed.) **L'histoire économique en mouvement: entre héritages et renouvellements**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2012, p. 293-310.

_____. **A grande divergência**. Lisboa: Edições 70, 2013. (História & Sociedade)

_____. **La force de l'empire: révolution industrielle et écologie, ou pourquoi l'Angleterre a fait mieux que la Chine**. Paris: Ere, coll. Chercheurs d'ère, 2009.

RAGIN, Charles. **The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Berkeley: University of California Press, 1987.

ROSENTHAL, Jean-Laurent; WONG, R. Bin. **Before and Beyond Divergence: The Politics of Economic Change in China and Europe**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

ROSTOW, Walter W. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SACHSENMAIER, Dominic; RIEDEL, Jens (eds.). **Reflections on Multiple Modernities: European, Chinese and Other Interpretations**. Leiden: Brill, 2002.

166 SCHLUCHTER, Wolfgang. **The rise of Western rationalism: Max Weber's developmental history**. Berkeley: University of California Press, 1981.

SIVIN, Nathan. Why the Scientific Revolution did not take place in China – or didn't it? **Chinese Science**, v. 5, p. 45-66, 1982.

SPENGLER, Oswald. **The Decline of the West**. New York: Knopf, 1934. (2 v.)

SUBALTERN STUDIES. **Writings on South Asian History and Society**. Oxford: Oxford University Press, 1982-1999.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). **Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurasia to C. 1830**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997, p. 289-315.

TOYNBEE, Arnold J. **The Decline of the West; A Study of History**. New York & London: Oxford University Press, 1957.

VRIES, Peer. Are Coal and Colonies Really Crucial? Kenneth Pomeranz and the Great Divergence. **Journal of World History**, v. 12, n. 2, p. 407-446, 2001.

_____. **A World of Surprising Differences: State and Economy in Early Modern Western Europe and China**. Leiden: Brill, 2008.

_____. **Via Peking back to Manchester: Britain, the Industrial Revolution, and China**. Leiden: Leiden University/CNWS Publications, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**. New York: Academic Press, 1974.

WICKHAM, Chris. The Uniqueness of the East. **Journal of Peasant Studies**, v. 12, n. 1, p. 166-196, 1985.

WONG, R. Bin. **China Transformed**: Historical change and the limits of the European experience. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

_____. The Search for European Differences and Domination in the Early Modern World: A View from Asia. **American Historical Review**, v. 107, n. 2, p. 447-469, 2002.

El revival de la historia social en la primera década del siglo XXI: ¿retorno o reconfiguración?

The revival of Social History in the first decade of the 21st century: return or reconfiguration?

Beatriz I. Moreyra

beamoreyra@fibertel.com.ar

Investigador Principal

Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti" - Unidad Asociada al Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Calle Miguel C. del Corro, 308

5000 - Córdoba

Argentina

Resumen

Esta contribución tiene como objetivo reflexionar sobre el status de la historia social en la primera década del siglo XXI, después del fuerte impacto de las corrientes revisionistas de las últimas décadas del siglo XX en la construcción del conocimiento histórico, que produjeron una devaluación de la importancia y alcance del adjetivo "social" desde el punto de vista teórico, empírico e inclusive político. Estas reflexiones se enmarcan en un contexto caracterizado por las profundas transformaciones que han experimentado las sociedades contemporáneas y a las que la disciplina histórica ha respondido con nuevos enfoques, renovados presupuestos metodológicos y dudas epistemológicas. Esta empresa implica una redefinición y revitalización del concepto de lo social, reconfiguración disciplinar que involucró, entre otros, los siguientes aspectos: un renovado deslizamiento hacia lo social como categoría analítica central, la tendencia hacia aproximaciones transnacionales y la politización de los procesos sociales.

168

Palabras clave

Historia social; Historiografía; Historia cultural.

Abstract

The purpose of this contribution is to reflect on the status of Social History in the first decade of the 21st century. In the late 20th century, revisionist theories had a strong influence on the construction of historical knowledge, resulting in a depreciation of the *social factor* in the theoretical, empirical and even political aspects of such construction. These reflections appear in a context marked by the profound changes experienced by the contemporary societies, and in that regard, the historical discipline provided new approaches, renewed methodological assumptions and epistemological questions to such changes. The social aspects of the discipline have been redefined and strengthened, and this reconfiguration places social factors as a key analytical category, while it tends to approach the social processes from a transnational perspective and to politicize them.

Keywords

Social history; Historiography; Cultural history.

Recibido el: 19/2/2014

Aprobado el: 31/3/2014

Esta contribución tiene como objetivo reflexionar sobre el status de la historia social en la primera década del siglo XXI, después del fuerte impacto de las corrientes revisionistas de las últimas décadas del siglo XX en la construcción del conocimiento histórico. Estas reflexiones se enmarcan en un contexto caracterizado por las profundas transformaciones que han experimentado las sociedades contemporáneas y a las que la disciplina histórica ha respondido con nuevos enfoques, renovados presupuestos metodológicos y dudas epistemológicas. La revolución cultural de 1968 y, posteriormente, la caída del muro de Berlín y el desmantelamiento del imperio soviético causaron grandes impactos sobre los órdenes políticos, económicos, sociales y culturales y la historiografía de la última década del siglo XX y la primera del XXI no fueron inmunes a esos reordenamientos (IGGERS 2010, p. 112). En efecto, la historiografía social ha vivido una profunda conmoción como consecuencia del agotamiento de las formas de historiar dominantes y la eclosión de diferentes candidatos a ocupar dicha hegemonía. A pesar de ello, en la primera década del presente siglo, la disciplina ha encarado por fin una deriva de recomposición tras más de una larga década de crisis, si bien no ha surgido en el horizonte una alternativa suficientemente compartida como para convertirse en un nuevo programa hegemónico de alcance global.

En ese sentido, quisiera hacer unas precisiones sobre el alcance de estas reflexiones. En un clima permeado por un policentrismo temático y metodológico, lo que se ofrece es una mirada y no *la* mirada sobre los problemas inherentes a la construcción del conocimiento sociohistórico, abordaje que, como lo expresa Michel de Certeau, se refiere siempre a la combinación de un lugar social, prácticas científicas y una escritura. Por lo tanto, en este recorrido historiográfico, he optado por visitar algunos lugares sacrificando otros, de modo que habrá ausencias dentro y fuera del recorte seleccionado.

169

El eclipse de la historia sociocientífica y el impacto del giro cultural en la historiografía social

En la segunda mitad del siglo XX, es dable distinguir dos etapas en los debates teórico-metodológicos más contemporáneos en el campo de la historia social. Los años 60 y 70 del siglo pasado significaron para los estudios sociohistóricos el predominio de las concepciones fuertes de la causalidad, la determinación y de la totalidad social y la prioridad analítica del contexto social. En esa perspectiva, la denominada historia sociocientífica se propuso aplicar el paradigma estructuralista, abiertamente reconocido o implícito en la práctica, al estudio de las sociedades antiguas o contemporáneas; la tarea del historiador era identificar las estructuras y las relaciones que operaban, independientemente de las percepciones e intenciones de los individuos, para gobernar los mecanismos económicos, organizar relaciones sociales y engendrar formas de discurso. Esas arquitecturas integradoras garantizaban la posibilidad de una inteligibilidad global de lo social porque el contexto social operaba como fundamento causal de lo subjetivo y, por lo tanto, las acciones humanas no eran meros actos de voluntad, sino efectos de las condiciones sociales de existencia. Desde ese

punto de vista, los sujetos eran siempre sujetos sociales y era en sus atributos y posiciones sociales que debía buscarse la explicación de su conciencia, de su identidad y de sus prácticas.

Ejemplos claros de esa historia estructural fueron los trabajos de William Sewell y de Joan Scott, autores que paradójicamente se convirtieron en los años 80 y 90 en la punta de lanza de los revisionismos. Sewell, en su obra *Marsella, estructura y movilidad*, ofrecía una versión socioestructural de la industrialización urbana entre los años 20 y 70 del siglo XIX en la que el autor utilizaba sofisticados métodos cuantitativos para resaltar las cambiantes jerarquías ocupacionales, modelos de inmigración y perspectivas de movilidad social. Esa investigación buscaba situar la emergencia y desarrollo de la conciencia obrera dentro de una explicación estructural de todos los procesos subyacentes, cuyas consecuencias se consideran determinantes.

Pero, a partir de los años 70, los historiadores ya no procedían del mismo modo; su dependencia de las estructuras preexistentes para explicar la historia fue deslegitimada. Es decir, la antigua creencia de que las acciones de la gente se explicaban mejor por su situación social, por sus identidades sociológicas, por su pertenencia a categorías sociales objetivas, en términos socioestructurales o simplemente materialistas, pasó a ser muy cuestionada. El recurso cada vez menor al viejo materialismo explicativo abrió un espacio de fructífera indeterminación, en la que otros tipos de pensamiento podían crecer (ELEY 2010, p. 159).

170

En ese clima intelectual, una perspectiva antiestructural con fuerte impacto cultural e implicancias culturalistas se hizo sentir en muchas esferas de la vida y condujo a un deslizamiento generacional y paradigmático. En efecto, la historia social posbraudeliana experimentó el impacto del giro cultural que produjo una reorientación de la investigación sociohistórica hacia el estudio de los dispositivos culturales, simbólicos y mentales y cuya perspectiva analítica se centraba en la interpretación de las significaciones históricas. Así cobró auge en esas décadas un movimiento de recuperación del análisis cultural como perspectiva de estudio capaz de intervenir de un modo significativo en algunos de los campos de discusión centrales dentro de las ciencias sociales. El resquebrajamiento del amplio proyecto consensual de la historia social y de la causalidad social se hizo sentir en historiadores que, formados en la perspectiva estructural, como Scott, Sewell y Stedman Jones, entre otros, evidenciaron lo problemática que resultaba la soberanía de lo social. Para los años 80, Stedman Jones se había apartado claramente de su compromiso con el análisis de la historia social de lo político y había demostrado la imposibilidad de explicar la política tal como lo hacían los sociólogos, que interpretaban que el cartismo derivaba de las relaciones de clase y de los cambios sociales de la economía. Otro caso paradigmático fue el de las reflexiones de Joan Scott y su compromiso con la primacía analítica del lenguaje, que lo llevó a privilegiar de manera estrecha el texto concreto y las formas de subjetividad que ese mismo texto se suponía que contenía. En esa línea argumental, ella centró su interés decidida y persistentemente en el proceso de construcción de las subjetividades propiamente dichas. Además,

afirmaba que lo más importante era cómo las subjetividades de la posición de clase llegaban a construirse lingüística y culturalmente. También ese viraje se percibió en Alemania, donde emergieron, como un reto a la historia social de la Escuela de Bielefeld, de enfoque macro y estructural, los trabajos de Hans Medick y Alf Lüdtke, entre otros. Así, en 1976, Lutz Niethammer junto a Brüggemeir realizaron un extraordinario estudio sobre la vivienda de la clase obrera, que traspasaba la vida social del partido y el sindicato, normalmente asociados a la formación de la conciencia obrera, y en el que sostuvieron que, para entender las formas características de esa conciencia, era necesario explorar los escenarios informales de la cotidianeidad de los trabajadores (LÜDTKE 1995).

Así, la historia devino más importante como una fuente de identidad colectiva que como un medio para dar cuenta de la variabilidad de la experiencia histórica.

Límites y costos explicativos del giro cultural

Esa revalorización del papel de la cultura y del lenguaje fue tan útil como engañosa.

La incorporación de esos virajes en la práctica historiográfica ha sido, sin dudas, decisiva. Además, el peligro subyacente a todo revisionismo es el de convertirse en una nueva ortodoxia. A la historiografía emergente de dichos cambios se le cuestiona la fragmentación del objeto de conocimiento en una amalgama de novedades de moda, el desarme teórico y político y la práctica de sobreargumentar la historia de la gente común con el consiguiente riesgo de opacar la consideración más amplia de la estructura y el poder social, relegando la síntesis interpretativa.

En el caso concreto de Scott, su libro sobre las feministas francesas, *Solo paradojas para ofrecer*, no es representativo de la versión más ambiciosa del programa que parecían sugerir sus críticas epistemológicas, porque en esa obra solo se evidencia cómo los sujetos políticos se producen en el plano discursivo más familiar y no se explican, en su evaluación crítica del pensamiento y las carreras de varias feministas francesas, los importantes contextos sociales más amplios en los que se dio la producción de esos sujetos políticos. Es decir, Scott dejaba de lado las cuestiones relacionadas con el capitalismo, el Estado, el lugar de la coerción en la vida política, la reproducción estructurada de mayor desigualdad social y económica y la capacidad que tienen las poblaciones concretas para la acción colectiva.

Críticas semejantes podemos encontrar en Stedman Jones. Su argumento con respecto a que es necesario prestar atención a los lenguajes de los actores políticos reales es convincente porque devuelve la voz y la acción a los movimientos políticos en términos de su propia formación discursiva y de sus prácticas lingüísticas, pero le falta conectar la clase entendida discursivamente con la clase como componente de las relaciones estructurales de Inglaterra en los años cuarenta del siglo XIX.

Para Núñez-Seixas, en su balance sobre la historia social, las dos décadas de predominio del enfoque cultural de los fenómenos sociales han brindado como aporte el análisis de los imaginarios y las mentalidades y la aprehensión

de las identidades colectivas y su evolución, pero también han creado nuevos problemas, como el de la sustitución de la explicación estructural por "un relativismo poco explicativo" que conlleva el olvido de las estructuras y el predominio de las percepciones; la atribución de un papel autónomo a la cultura y a los imaginarios; el desconocimiento de los factores independientes de la voluntad de los individuos que limitan e incluso "determinan" su acción; la pérdida de protagonismo de los sujetos colectivos; y el regreso al "individualismo metodológico más esquemático" (NÚÑEZ-SEIXAS 2008, p. 180-181).

Pero es interesante mencionar que hubo dos actitudes diferenciadas por parte de los historiadores sociales frente al giro culturalista. Por un lado, la de aquellos que, si bien insisten en la necesidad de pensar la esfera de la subjetividad desde nuevos parámetros e introducen importantes matices respecto a la teoría de la sociedad con la que trabajaban, no anidan una vocación rupturista con relación a las prácticas precedentes; más bien adoptan una prolongación crítica que hace bascular el modelo de conocimiento hacia la esfera del sujeto con el fin de establecer un equilibrio o mediación entre ambas instancias ignorado por el "imperio del objeto" (ESTRELLA GONZÁLEZ 2005, p. 147-179), prevaleciente en la historia sociocientífica. Es decir, la mayoría de los historiadores socioculturales nunca abandonó la creencia en la realidad objetiva del mundo social. Por el contrario, una segunda actitud fue abiertamente rupturista. En esa perspectiva, el entusiasmo por los enfoques interpretativos y, sobretodo, el desplazamiento del foco de la investigación desde el fenómeno social al discurso llevaron a borrar las diferencias entre el giro cultural y el giro lingüístico. En efecto, desde la década de los 90 del siglo XX somos testigos de cómo en diferentes ámbitos intelectuales y científicos eclosionan propuestas que comienzan a cuestionar los principios de la epistemología representacionista. Su irrupción en el campo historiográfico contribuiría decisivamente al agotamiento de los paradigmas de la historia social y sociocultural.

172

En efecto, la creciente atención al lenguaje y a las estructuras discursivas cuestionó el modelo causal de la vieja historia social y buscó sustituirlo por modelos discursivos de cultura que proclamaban, con la ayuda de la lingüística saussuriana, la naturaleza culturalmente construida de la sociedad y de la experiencia individual. Ese reduccionismo culturalista, por la vía de la ortodoxia textual, sostenía que el discurso "producía" al sujeto, que éste no constituía un agente dotado de libertad y conciencia, sino que era más bien una posición creada por el discurso, perspectiva que se exterioriza en la idea de *muerte* o *desaparición del sujeto* de Foucault. En otras palabras, ontologizaba lo cultural (MOREYRA 2011).

En síntesis, las propuestas de los pensadores de la posmodernidad constituyeron una respuesta radical a las debilidades de la ciencia social clásica con su mirada exclusivamente estructural de las realidades sociales y sostenían que estas deberían ser sustituidas por constructos retóricos que narrasen la vida y la significasen sin que fuera necesario ir más allá.

Más allá del culturalismo: la reconfiguración de la historia social en la primera década del siglo XXI

A partir de 1990, hubo un claro distanciamiento de las formas extremas de culturalismo, del primado del lenguaje imperante en las décadas de los años 70 y 80 y del subsecuente radicalismo del relativismo epistemológico. Es decir, la influencia del culturalismo extremo, en el contexto de un mundo modificado por la caída del muro de Berlín y los reordenamientos del mundo soviético, comenzó a batirse en retirada en la teoría de las ciencias sociales y en la de la historiografía (BONNELL; HUNT 1999; SPIEGEL 2005).

El cuestionamiento al relativismo radical emerge aun en la producción historiográfica de los mismos simpatizantes del giro cultural. En el caso de la historiadora feminista Joan Scott, si bien ella defendía la relativización de todo saber, es autora de algunas investigaciones sobre la historia social de la mujer en Francia en la primera mitad del siglo XIX y sobre su papel en la política que contradicen el relativismo epistemológico (IGGERS 2010, p. 112). Es decir, aunque la influencia del giro cultural haya sido profunda entre los historiadores sociales, ellos han rechazado la eliminación de lo social que las formas más radicales de culturalismo o posestructuralismo llevaron a cabo (BONNELL; HUNT 1999, p. 12). Lo cierto es que veinticinco años después de la adopción del giro lingüístico, hay una creciente insatisfacción con respecto a esa aproximación sistemática de la operación lingüística en el dominio de los emprendimientos humanos de cualquier tipo; es decir, pocos están dispuestos a adherir ortodoxamente al supuesto epistemológico de que el lenguaje no sólo modela la realidad histórica, sino que la constituye, o de que la creación de significados es impersonal y opera a espaldas de los usuarios del lenguaje. Además, no obstante la importancia reservada a lo cultural, asistimos hoy a una revitalización de lo social que es también una redefinición ontológica y metodológica. Cobra fuerza el supuesto de que la reconstrucción de las acciones y percepciones es indispensable en la construcción del conocimiento histórico pero que dicha reconstrucción no suprime el análisis de las estructuras y procesos que condicionan esas acciones y percepciones.

Por otra parte, los historiadores sociales advierten que la perspectiva sociocultural, en su esfuerzo por concentrarse en los márgenes de la sociedad como una manera para *deconstruir* el centro, ha reducido la importancia de éste. Es decir, las conexiones se han vuelto poco claras en vez de volverse decisivas por medio del detalle histórico eficaz. Por otra parte, el giro culturalista en algunas producciones de historia social lleva con frecuencia a privilegiar partes excéntricas de las evidencias, examinadas cuidadosa e intensivamente, pero no se advierte el mismo énfasis en mostrar cómo el desempeño cultural está conectado a la sociedad (FASS 2003, p. 43). La decepción con respecto a algunos aspectos del giro cultural ha producido un nuevo viraje, no en dirección hacia prácticas precedentes, sino hacia una reconfiguración de la categoría de lo social que, como lo expresan Bonnell y Hunt, requiere ser investigada en el sentido de cómo es vivida y reconstruida por medio de las prácticas concretas (FASS 2003, p. 14).

Esta empresa implicó una redefinición y revitalización del concepto de lo social, reconfiguración disciplinar que involucró, entre otros, los siguientes aspectos: un renovado deslizamiento hacia lo social como categoría analítica central, la tendencia hacia aproximaciones transnacionales y la politización de los procesos sociales.

La recuperación de lo social

En el primer aspecto mencionado, la revalorización de la capacidad explicativa del contexto cobra vigencia porque, sin la apelación a las reconstrucciones de los contextos históricos, el caso individual culturalmente resonante no puede hacerse históricamente significativo. Toda percepción, toda construcción de significado, ocurre dentro de contextos históricamente contingentes y sociológicamente situados, producidos por agentes que actúan como actores intencionales y resignificantes semánticos de los sistemas de signos y discursos históricamente construidos. Es decir, si bien la crítica posmoderna contra las pretensiones universalizadoras y totalizadoras del racionalismo, contra la pasión globalizante de la ciencia moderna, es ciertamente válida, también es igualmente cierto que se ha comenzado a poner distancia crítica con respecto a la diferenciación extrema que postulan algunos pensadores posmodernistas y que impide percibir el mundo por encima de los límites de sus fenómenos recurrentes y poner éstos en relación unos con otros. Los cambios metodológicos delineados representaron avances considerables en una visión más abarcadora y compleja de lo social y en el debilitamiento del enfoque simplificador, pero no produjeron una salida integradora, sino que, presentándose como alternativas opuestas a las perspectivas precedentes, significaron un desplazamiento progresivo hacia estudios micro y locales, el énfasis en los particularismos, la acentuación de la fragmentación, la atomización del conocimiento, la deslegitimación de universales y la entronización de un relativismo cultural, localista y de actores focales que deja afuera la preocupación por la noción de totalidad y los fines más globales del conocimiento social (ESPINA PRIETO 2005, p. 91-92).

174

Contemporáneamente, existe un posicionamiento más alentador que considera que lo que está en crisis no es la posibilidad de construir un conocimiento sobre lo social, sino una forma específica de construir ese conocimiento cuando se toma conciencia de que lo cultural deja de ser incluyente para volverse excluyente de lo social; de allí la apelación a integrar esa dimensión en la totalidad social, volviendo a prestar más atención a los métodos de las ciencias sociales que constituyen herramientas insustituibles para un análisis realista de los aspectos globales y de las especificidades locales.

Enfrentados a la creciente "balcanización" de la disciplina y de las reconstrucciones históricas, se rescata la importancia de *la capacidad explicativa del contexto*. En otras palabras, la reformulación de lo social en cuestión implica la necesidad de ponderar el poder condicionante y explicativo de las realidades sociales no discursivas que imponen límites. En términos teórico-metodológicos, ello implica la necesidad de no excluir la causación social en la explicación de las realidades sociales. En esta línea argumental, Sewell expresa que:

[...] el método fundamental para comprender lo social es interpretativo. Es decir, debe explicar las realizaciones humanas mediante la reconstrucción de los códigos semióticos que las hicieron posibles. Pero este enfoque interpretativo debe ser ampliado para abarcar a los "entornos construidos" que son el efecto de esas realizaciones, es decir, a la construcción social y a la historia de las matrices materiales de la interacción humana. Redefinido de este modo, lo social continuaría dentro del amplio marco epistemológico establecido por el giro lingüístico, pero permitiría a los historiadores abordar, de una manera novedosa, una serie de problemas relevantes que preocupan a la vieja historia social, pero que han sido dejados de lado por los autores adheridos al giro lingüístico (SEWELL 2006, p. 71-72).

Esta apelación a los *entornos construidos* de Sewell aúna una explicación de cómo el mundo social es construido en el curso de la acción humana significativa y una explicación de la forma en que esa construcción cristaliza en instituciones y en formas materiales de existencia humana. En ese sentido, Keith Michael Baker señala que la defensa que Sewell hace de esa perspectiva en su libro *Logics of History. Social Theory and Social Transformation* (SEWELL 2005) ha tenido "la virtud de redefinir los términos de un debate, cuyos rendimientos venían siendo decrecientes, al mismo tiempo que ha construido un amplio marco teórico que ofrece para el futuro un espacio fructífero de cohabitación y de fecunda discusión" (BAKER 2006, p. 110).

Ese giro social que revaloriza el contexto, involucra también un giro hacia la revalorización de lo material, después de la fuerte desmaterialización de la realidad que produjo la aproximación exclusivamente textualista de los estudios culturales. En efecto, el énfasis creciente sobre el papel del lenguaje ha provocado un excesivo debilitamiento del contenido social de la historia y un olvido de las transformaciones en la estructura material de la vida social. De allí que actualmente se plantee recuperar algunas de las virtudes de la historia social (SEWELL 2006, p. 52).

En ese sentido, para Biernacki, la producción de significado se localiza en la intersección del lenguaje y la práctica material, tendencia, por otra parte, dominante en la historiografía social de la última década. Los recientes trabajos dedicados a la cultura material y sobre las prácticas culturales representan importantes esfuerzos destinados a repensar los constituyentes de la cultura y cómo la cultura se articula con el contexto social sin que ello signifique un retorno a la concepción de que la lógica económica o política determina la organización cultural. En ese sentido, los objetos y procesos materiales son portadores tanto de conocimiento como de relaciones sociales y, por consiguiente, de cultura (JOYCE 2006, p. 83).

El regreso hacia lo material y lo social es evidente en los recientes trabajos de Sewell, notablemente en un ensayo acerca de Geertz donde él recupera la materialidad de la ubicación de la simbolización por parte del antropólogo en la evolución de la mente humana:

Si Geertz tiene razón como yo realmente creo, los sistemas semióticos no son espirituales ni fantasmales ni imaginarios; ellos son también

parte de la vida de nuestras especies como la respiración, la digestión o la reproducción. Esto sugiere que los materialistas deberían dejar de preocuparse y amar la simbolización (SUNY 2002 p. 31).

La rematerialización de la cultura implica indagar cómo la cultura adopta formas concretas y cómo ellas poseen códigos culturales más explícitos. De allí que la principal empresa intelectual y cognitiva involucrada en los primeros años del siglo XXI sea precisamente volver a reconstruir lo social, que implica la no aceptación de que el pasado pueda entenderse solamente como un contexto de percepciones, experiencias, discursos, acciones y significados, sin que se tenga en cuenta el contexto social en el cual se conforman.

Esos cambios en los aspectos ontológicos y epistemológicos implican desde el punto de vista teórico-metodológico la resignificación de las categorías de causalidad, cambio, agencia humana, subjetividad y experiencia, así como una interpretación revisada de la categoría central de discurso que enfatice menos los aspectos estructurales de las explicaciones lingüísticas y más sus usos pragmáticos (SPIEGEL 2005). El nuevo giro social adopta un concepto más amplio y matizado de la categoría discurso: tomando en consideración fenómenos complejos como las instituciones, los sucesos políticos y las actividades económicas, conciben el discurso como un campo de prácticas que exceden lo lingüístico. Las prácticas discursivas también implican patrones físicos, actividades mentales rutinarias, formas de comprensión, motivaciones y, por encima de todo, objetos que están conectados unos con otros. Ese nuevo giro hacia lo social, si bien rechaza la ortodoxia culturalista en su versión textualista, incorpora la causalidad cultural en la explicación de los fenómenos y procesos sociales, aunque modifica su alcance. En otras palabras, se rechaza la autonomía de los factores culturales.

176

En ese sentido, una expresión clara del nuevo viraje hacia lo social ha sido la reacción en la pasada década contra el concepto de cultura como un sistema de símbolos y significados y el consiguiente deslizamiento hacia una concepción de la cultura como una esfera de actividad práctica integrada por acciones intencionales, relaciones de poder, conflictos, contradicción y cambios.

Desde esa perspectiva, la cultura emerge menos como una estructura sistemática y más como un repertorio de competencias, una caja de herramientas, un régimen de racionalidad práctica o una serie de estrategias que guían la acción. En ese régimen, los símbolos y los signos son utilizados para identificar aquellos aspectos de la experiencia de los actores que son significativos, esto es, experiencialmente reales. También desde esta óptica, la investigación sociohistórica toma la práctica como el punto de partida del análisis social, dado que la práctica aparece como el espacio en el que se produce la intersección significativa entre la construcción discursiva y la iniciativa individual. Así, la pregunta teórica central no es si la cultura debe ser conceptualizada como práctica o como sistema de símbolos y significados, sino cómo conceptualizar la articulación entre el sistema y la práctica. Se trata de una nueva concepción de los procesos sociales y cognitivos, que conceptualiza que éstos no son proyecciones de las esferas subjetivas u objetivas ni el resultado de la actualización de códigos semióticos, sino efectos de *situaciones de orden práctico*.

La naturaleza de dichos procesos responde a situaciones activas en las que se dan una serie de interacciones entre los individuos y entre éstos y su medio; interacciones en las que los individuos —dotados de unos determinados recursos económicos, sociales y cognitivos— eligen entre diferentes cursos de acción a partir de los cuales construyen espacios de objetividad y subjetividad. El conocimiento deja de entenderse como una representación de lo real y deviene una *construcción* cuyas reglas se definen en el curso de prácticas intersubjetivas.

De acuerdo a esa perspectiva —que algunos autores denominan giro práctico—, el mundo social está primero y sobre todas las cosas poblado de diversas prácticas sociales llevadas a cabo por los agentes. De esa manera, la teoría de las prácticas evita que la teoría cultural se deslice por el sendero del culturalismo o el idealismo (SPIEGEL 2005, p. 258). Además, se insiste en que la normatividad que regula la producción de conocimientos no es, exclusivamente, efecto retórico de las formas y contenidos de la matriz discursiva, sino el resultado de situaciones prácticas de orden discursivo y no discursivo. En síntesis, la teoría de las prácticas, al poner el acento en la naturaleza históricamente constituida y siempre contingente de las estructuras, retrotrae a la clásica preocupación de la historiografía por los procesos, los agentes, el cambio y la transformación y a la consiguiente demanda de una investigación empíricamente fundada acerca de las particularidades sociales y culturales.

Ese énfasis en las prácticas como concepto articulador de las diferentes expresiones revisionistas está dando lugar, a su vez, a deslizamientos en la configuración interdisciplinaria, con un viraje desde una influencia decisiva de la antropología simbólica al influjo de una sociología y una teoría social que concibe a las sociedades como formaciones flexibles de prácticas que conectan a los humanos y a los no humanos en formas particulares de relación con el mundo; una sociología que está más atenta al carácter mutable, provisional y práctico de lo que acontece en el mundo social y a las explicaciones postuladas; una sociología que comprende la agencia como una relación históricamente cambiante entre un juego de recursos y otro de coerciones.

Si bien la teoría de las prácticas no ha logrado elaborar sistemáticamente el núcleo duro de esa aproximación a lo social, al menos ha generado un espacio de encuentro que permite aglutinar una serie de tendencias revisionistas no solo del campo de la historia, sino también de las ciencias sociales preocupadas por definir y resignificar el *locus de lo social*. Como ha sucedido a lo largo de los debates epistemológicos y metodológicos sobre la construcción del conocimiento social e histórico en particular, se ha avanzado por “senderos seguros” en la crítica a las insuficiencias explicativas de los modelos de comprensión histórica, pero más tímidamente en la configuración consistente de una nueva forma de abordaje. Jacques Revel comparte esa diagnosis y de alguna manera la considera como un antídoto contra una nueva ortodoxia:

El paisaje que ofrece hoy la historiografía francesa —y en este caso no es la única— es más bien el de una serie de obras a partir de las cuales pueden bosquejarse recomposiciones de amplitud variable. Hemos aprendido a vivir en esta contingencia y hasta encontrar en ella recursos heurísticos y críticos (REVEL 2005, p. 16).

Una historia social transnacional, una *historia croisée*

A partir de 1990, y como consecuencia de la puesta en consideración de la capacidad explicativa de los contextos, la historia social retoma la perspectiva del horizonte de la totalidad como una forma de superar la extrema fragmentación disciplinar y el particularismo. Esta recuperada concepción de la totalidad no alude a la adopción de un *a priori* unificador y homogéneo, sino al resultado de las articulaciones del todo con las partes, que se construye históricamente. En ese contexto, se desarrolla una tendencia hacia aproximaciones transnacionales que abogan por un cambio desde lo microhistórico hacia lo comparativo, llamando inclusive a superar el marco nacional como unidad de análisis. En efecto, la característica central de esta práctica historiográfica es el deseo de trascender los marcos nacionales como categoría de análisis y evitar el etnocentrismo.

De allí deriva cierto interés por la denominada historia global que no es ajeno al impacto del proceso de globalización que promueve novedosas formas de interpenetración que trascienden las dimensiones estatales y nacionales, modifican las coordenadas espacio-temporales habituales por la multiplicación de ámbitos en los que se dan las relaciones sociales y por la pertenencia compartida de todos los colectivos a un mismo horizonte espacio-temporal. Pero más allá de la globalización, las ciencias sociales están volviendo a recuperar la importancia de las grandes historias, comprendiendo que la alternativa a la gran narración de la modernización no se encuentra en las migajas parceladas, como en su momento creyeron los posmodernistas, sino en el estudio de las interacciones múltiples, más allá de las dimensiones estatales (VENGOA 2009, p. 302-304). Por otra parte, es importante destacar que lo global no se limita al objeto de estudio, sino a la intención de ir más allá de la fragmentación historiográfica y de los compartimentos disciplinarios. En ese sentido, la peculiaridad de la historia transnacional es que, en relación con la historia global y la historia mundial, el término "transnacional" alude a un sentido de movimiento e interpenetración. Esta forma de hacer historia permite posibilidades analíticas más amplias para comprender los complejos contactos, las redes y los actores (AHR 2006, p. 1444-1445). La idea central de esta perspectiva es su preocupación por los movimientos, flujos y circulaciones y no por un tema específico. Su unidad de análisis es el *espacio de los flujos*, perspectiva que implica no que los procesos históricos son construidos en diferentes espacios, sino que ellos son producto del movimiento entre lugares, sitios y regiones.

En ese sentido, el historiador alemán Jürgen Kocka afirma que las metáforas programáticas se expresan en "historias conectadas", "historias enredadas", "historia cruzada", "historia entrelazada", para designar enfoques que tratan de ser transnacionales (KOCKA 2003, p. 27). Hay una apelación creciente en la historia social contemporánea a reconstruir las interrelaciones, las circulaciones, las influencias mutuas, las interconexiones y los cruces de fronteras, preocupaciones exteriorizadas en las investigaciones sociales sobre los itinerarios, las migraciones, el crecimiento económico y las crisis de las ciudades, la cultura popular, los movimientos sociales, las redes y las dinámicas de recepción, apropiación y cambios resultantes de las interrelaciones. Hasta ahora

parece más fácil aplicar ese enfoque al estudio histórico de las percepciones e influencias mutuas, las culturas y las ideas, que a las estructuras y los procesos sociales. Sin embargo, las recientes experiencias de internacionalización y la búsqueda creciente de enfoques transnacionales en el pensamiento, la investigación y la literatura histórica han hecho que los historiadores sociales comenzaran a enfrentarse a nuevos desafíos y oportunidades. Por una variedad de razones y en una variedad de maneras, los historiadores están reconsiderando sus marcos geográficos, obteniendo resultados que dan una nueva importancia a la comparación y a la habilidad para pensar en términos de conexiones globales o al menos interregionales. Es la llamada *historia croisée*, una historia relacional que se interroga sobre los vínculos entre diferentes formaciones constituidas históricamente. A partir de la idea de circulación, la historia transnacional ha provisto de una estrategia para superar el esquema binario de dominación y resistencia, ha multiplicado los focos de investigación desde el Estado a una variedad de actores transnacionales —individuos, comunidades, migrantes, organizaciones y grupos internos vinculados con homónimos externos— y no ha generado nuevas narraciones maestras ni interpretaciones teleológicas. En ese sentido, Sven Beckert afirma que la historia transnacional es “*un modo de ver*” que permite variadas preferencias, diferentes preguntas, tomando como punto de partida la interconexión y que, si bien no desconoce la importancia de los estados y otras formas estatales, pone el énfasis en las redes, procesos, creencias e instituciones que trascienden los espacios definidos políticamente. A partir de esta perspectiva, es posible dar nuevas interpretaciones a viejos y transitados temas. Además, ella ha adoptado diferentes aproximaciones y abraza una diversidad metodológica de acuerdo a la clase de interrogantes formulados. Sin embargo, todavía estamos lejos de que su práctica se convierta en un protocolo de experiencia generalizable.

179

La politización de la historia social

La historia social de los años 60 del siglo XX reificó la prioridad de lo social como la causa determinante de las identificaciones y subjetividades políticas. La práctica de la política, las instituciones y el lenguaje fueron reducidos al status de mera formalidad, a un reconocimiento o representación secundarios o a un reflejo de la identidad social que estaba dada. Las posiciones epistemológicas que tuvieron gran influencia en la formación académica profesional separaron lo social de lo político, minimizando el campo de lo político y generando toda una construcción de lo social, entendido como una esfera incontaminada donde los sujetos construían su propia historicidad (GIL PUJOL 1983, p. 65). Además, la escisión entre lo político y lo social diluyó lo político en lo estatal e hizo que la política se circunscribiera al estudio de los dominios exclusivos del funcionamiento del Estado y sus intermediarios o a los intercambios que el Estado mismo entablaba con aquello que era la “sociedad”.

Pero, desde fines de la década de los años 70, los historiadores comenzaron a percibir las insuficiencias explicativas de aquellos trabajos que, deliberadamente o no, habían soslayado los factores políticos. Se impuso la

necesidad de volver la atención a las dimensiones sociopolíticas del pasado, de reposicionar lo político que había sido excluido por el enfoque socioculturalista. Un sector cada vez más numeroso de la profesión postulaba la necesidad del *retorno de lo político* a la historia.

Entre los años 80 y los 90, la superación de la escisión entre lo social y lo político fue impulsada por el peso cada vez más grande adquirido por la dilatada esfera política en las sociedades contemporáneas, el acrecentamiento del campo de intervención de los Estados y, fundamentalmente, por la creciente politización de las situaciones en otros tiempos apolíticas. A ello se sumó la pérdida de influencia de los modelos marxistas y el hundimiento de todas las escatologías revolucionarias con fundamentos mecanicistas. Esa politización de los aspectos sociales se relacionó estrechamente con la renovación de la historia política, que buscaba ahora explorar la profundidad social de la política para encontrar manifestaciones de ella donde previamente se pensaba que no existían. En efecto, uno de los signos identitarios más importantes de esa nueva perspectiva fue la redefinición del concepto de hecho político, entendido ahora como un campo englobador y polimorfo abierto a todas las orillas de gestión de lo real y de las relaciones de poder. Se pondera que la política no se agota en el estudio de los aparatos del Estado. Por el contrario, estudiar históricamente la política implica preguntarse por sus bases sociales, por las luchas en torno a la definición del orden social y por el lugar que cada uno de los actores intenta darse en él. Lo político como fenómeno inseparable de lo social responde a aquello que justamente provocó las más severas críticas que recibiera la vieja historia: el pretender reducir el fenómeno político a individualidades descollantes, élites o pequeños grupos sin tener suficientemente en cuenta el entorno social en el cual se desarrolla y actúa el poder. Es decir, cobra fuerza la concepción de lo político como el lugar de gestión de la sociedad global al insistirse en el carácter creador de la decisión política en el seno de todas las demás actividades. Si no se reivindica la hegemonía de la política ni se pretende que todo sea político, sí se sostiene que lo político es el punto de encuentro de la mayor parte de las actividades sociales.

180

En ese sentido, Foucault, se interesó por la política no solo en términos de acumulación de poder económico o monopolización de la violencia estatal, sino también por las manifestaciones informales del ejercicio del poder detectadas en las diferentes relaciones sociales.

La recuperación de la política por los historiadores económicos y sociales tiene una identidad propia. El objeto ha sido replanteado y la *política*, redefinida, teniendo un significado mucho más amplio que el que se le adjudicaba tradicionalmente: es identificada directamente con el poder y con los hechos y circunstancias afines a él. Así, el objeto ha sido renovado, diversificado y relegitimado; más que hablar de *la política* corresponde aludir a *lo político*. De esa forma, se abre un amplio panorama para la investigación, porque los fenómenos políticos desbordan la estrechez de perspectivas de la historia convencional, en las cuales el problema político quedaba circunscrito prácticamente a las relaciones formales de poder. Por otra parte, lo político es visualizado como

un proceso más que como una serie de eventos, prestándose atención a las permanencias y no solo a los cambios, en períodos de tiempo más bien largos. Ello condujo a un nuevo tipo de politización de los espacios antes considerados no políticos: el trabajo, el barrio, la subcultura, la familia, el hogar pasaron a verse como espacios donde el poder se organiza, se ejerce y se contesta. Eso significó también retomar la acepción de lo social desde abajo, como movimientos y actores sociales que construyen sus identidades desde lugares sociales que para nada son naturales. Esa repolitización de la historia social llevó a introducir nuevamente las categorías de hegemonía, resistencia, conflictos, negociación y acomodación de diversos poderes en disputa en las distintas localizaciones sociales (HERING TORRES; PÉREZ BENAVIDES 2012, p. 329).

Desde finales de los años 70 y principios de los 80 han existido dos caminos fundamentales para esa politización de la vida social. Uno era el abierto por la teoría del Estado, que supuso apreciar la implicación del Estado en la sociedad de forma ampliada, ensanchando los límites del gobierno para abarcar esferas de la administración social, de la salud pública, de la ley, de la escolarización, de la práctica religiosa, de la organización de la vida privada, de la sexualidad, de la diferencia entre lo público y lo privado. El segundo camino se ha recorrido a lo largo de varios tipos de culturalismo. Y es aquí donde la recepción de Foucault facilitó aún más la percepción de lugares más visibles del poder en un sentido más desmenuzado y cotidiano.

El poder y, por consiguiente, el significado político se organiza dentro y a través de todos los tipos de instituciones sociales y transacciones informales, así como a través de lugares más visibles y obvios de toma de decisiones. Por lo tanto, el poder ya no es propiedad del Estado, sino que puede encontrarse en la más pequeña e íntima de las relaciones humanas (ELEY; NIELD 2010, p. 172-175). Y, en este aspecto, es importante resaltar que la cultura no es apolítica. Las expresiones y prácticas culturales son también mecanismos de reproducción de las relaciones de poder imperante; es decir, la cultura es vista como una red de significaciones en las que se dirimen o refuerzan relaciones de poder. En ese sentido, las fiestas, los rituales, las conmemoraciones con sus productos y artefactos culturales —poesías, discursos, cánticos y otras formas literarias—, las actividades editoriales, los momentos de esparcimiento y los espacios de sociabilidad y de lectura constituyen herramientas culturales de profundas implicancias políticas e ideológicas.

Ese reconocimiento estimula el interés por la microhistoria, por las historias locales y cotidianas ocultas, porque es allí donde se puede acceder de forma realista y manejable a la dinámica de dichas relaciones y de su interconexión profana.

Por otra parte, la crítica feminista ha sido crucial a la hora de ampliar la categoría de lo político, al alejarse de la política en el anticuado sentido institucional y estatal y acercarse a otros lugares y situaciones en las que ocurre la contestación (la familia, la salud, la comida, la reproducción) y a otras temáticas de la historia social.

En síntesis, la historia social y la historia económica ya no son el estudio de una larga duración despolitizada, sino que, por el contrario, se reconoce

la necesidad de analizar el rol del Estado, de las distintas instituciones y las relaciones de poder más informales y cotidianas en su calidad de actores cruciales en la conformación y evolución de las estructuras y coyunturas económicas y sociales, mediante sus políticas sectoriales y sus relaciones con los grupos sociales. Los historiadores sociales se acercaron a *lo político* con una nueva mirada, considerándolo no como un subcontinente desconectado de la historia social, sino como un lugar de gestión de la sociedad global. Sin reducir lo social o los movimientos sociales a sus manifestaciones y representaciones políticas, la política y lo político pueden ser el campo por excelencia en el que los sujetos colectivos, que solo han tenido existencia sociológica, devengan sujetos históricos en búsqueda de identidad y autonomía. Eso es posible porque la política no es solo ni principalmente el terreno contaminado por las influencias de la elite y del Estado; la política es por antonomasia un campo privilegiado de decantación y defensa de los intereses de las clases y grupos sociales. Desde esa perspectiva, sin constituirse en la columna vertebral de la historia, la política se transforma en un núcleo enriquecedor de la historia social.

A modo de conclusión

182

En la primera década del siglo XXI asistimos a una reconfiguración del *locus* de lo social que no implica desandar el recorrido del giro cultural en el estudio de los fenómenos sociales, sino, más fructíferamente, considerar la cultura como una categoría de la vida social distinta pero relacionada con la economía, la sociedad y la política. La cultura no es simplemente derivada de otras esferas, como lo podrían plantear los enfoques más objetivos, ni tampoco es reducible a causas materiales u otras no culturales, ni el problema de los significados se limita a los procesos estrictamente culturales o lingüísticos. Más fructíferamente, se puede considerar la cultura como un sistema de símbolos que poseen una coherencia real pero delgada que continuamente se pone en riesgo en la práctica y, por lo tanto, está sujeta a transformaciones (RECKWITZ 2002, p. 22). La cultura, como la sociedad, es un campo de juego con sus límites y sus armonías internas menos aparentes, en el cual actores y grupos compiten por posición y poder, concretamente, por el control de los significados. La cultura no es un objeto para ser descrito, ni es un cuerpo unificado de símbolos y significados homogéneo y atemporal. La cultura es, por el contrario, diversa, temporal y emergente.

Este nuevo giro social que busca la salvaguarda de la identidad de la historia social rechaza la autonomización de lo cultural y afirma que la cultura es profundamente comprometida con la historización. La comprensión viene con la contextualización cultural, espacial y temporal.

Los historiadores del siglo XXI se perfilan como receptivos al nuevo cambio cultural sin abrazar, sin embargo, los argumentos relativistas o antipositivistas más extremos de los antropólogos o críticos literarios (BRANTLINGER 2002, p. 15). Es decir, para evitar el peligro de la autonomización de la cultura y una falsa *romantización del pasado*, las interpretaciones culturales no deben ser divorciadas de lo que la gente realiza y de lo que le es impuesto por la

fuerza. Los estudios históricos culturales deben siempre incluir un análisis de las circunstancias de vida, trabajo y autoridad bajo las cuales las personas actúan y elaboran sus interpretaciones.

Cuando se afirma que lo cultural es indisociable de lo social nos referimos a los intentos de eliminación de lo social que es insinuado por las formas más radicales de culturalismo y posestructuralismo, del mismo modo que cuando aludimos a un nuevo giro social no buscamos regresar a los paradigmas objetivos sino afirmar que todas las culturas poseen una dimensión material y que todo lo material realizado por los seres humanos tiene una dimensión cultural.

Lo que propicia esta reconfiguración de la historia social es la superación de los dualismos que predominaban en las ciencias sociales e históricas en particular; las dicotomías que han contrapuesto los factores objetivos, materiales, estructurales o institucionales a los subjetivos, culturales, simbólicos y emocionales. Si la categoría *sentido y significado* ha tomado una nueva dirección, lo ha hecho como un sentido producido, el cual es generado por medio del juego recíproco pero, al mismo tiempo, asimétrico de las relaciones sociales. La asignación de significados y la propia interpretación cultural es necesaria y posible solamente dentro del proceso social en el que son constituidos sobre la base de la clase, con contradicciones y en cada evento complejo y multifacético. De ello se desprende no solo que los significados son producidos socialmente, sino que, de la misma manera, las relaciones sociales y económicas son producidas en la esfera cultural de significado. Como lo afirma Raymond Williams, la cultura es producto y producción de un modo de vida determinado (CEVASCO 2003).

Lo que la mayoría de los historiadores sociales de la primera década del siglo XXI están lejos de defender es un modelo de conocimiento histórico como representación del pasado por medio de una relación de inmediatez con el discurso del documento o por la primacía exclusiva y excluyente de las estructuras objetivas. Esas negaciones no implican reconocer la autonomía de los espacios discursivos en la construcción de lo social, porque ellos son socialmente producidos. Como lo expresan Bonnell y Hunt, la estrategia de análisis es doble. En primer lugar, el mundo es experimentado por medio de las representaciones con que lo abordamos. En segundo lugar, esas categorías de representación no poseen realidad empírica por sí mismas independientemente de su compromiso con el mundo social. De allí que la dimensión cultural de la vida nunca pueda ser autónoma, esto es, divorciada empíricamente del mundo de las fuerzas y prácticas sociales (BONNELL; HUNT 1999, p. 25).

Por otra parte, ese compromiso con el poder condicionante del contexto llevó a los historiadores sociales a enfatizar dos aspectos de la referida reconfiguración de su campo. En primera instancia, se enfatizó el aspecto relativo a los contactos y flujos como un desafío fundamental para situar sus temas de una manera diferente en un marco de mayor referencia. En ese sentido, la introducción de la dimensión transnacional significa que ese marco ampliado no debe ser simplemente asumido con un carácter inerte sino efectivamente examinado y relacionado con una problemática particular, para discernir en qué medida el fenómeno estudiado es también producto de los contactos, flujos e

interacciones. En segundo lugar, la historia social en vías de reconfiguración en lo que va del siglo XXI es fundamentalmente política, porque supera la ingenua naturalización del mundo social y rescata la dimensión política como un medio en el cual se reproducen, se negocian y se resisten las relaciones de poder. Es decir, en el contexto actual de la llamada "crisis de los grandes relatos" y de la arremetida de las posiciones que tienden a borrar las fronteras de la disciplina de la historia, haciendo de ella una mera técnica literaria o un género puramente ensayístico, es importante afirmar que si la historia tiene un sentido que es posible desentrañar, lo político y la política son elementos vitales para que la historiografía social contribuya a hacer más inteligible el devenir de las sociedades humanas.

Como lo expresan Bonnell y Hunt, los estudiosos del campo sociohistórico no adoptan una comprensión estrictamente científica de la historia social, pero insisten en las analogías fructíferas con la ciencia; esto es, para ellos, el problema de investigación debe ser cuidadosamente especificado, las evidencias, cuidadosamente interrelacionadas y las comparaciones se deben emplear para garantizar la generalización (BONNELL; HUNT 1999). Para ello, es necesario un pluralismo de estrategias de investigación no formuladas por una imaginación poética, como lo afirmaban algunos posmodernistas, sino que las estrategias deben ser conducidas por normas de investigación racional y ser sometidas a validación (IGGERS 2010, p. 122).

184

Los postulados programáticos están explicitados, las demandas interpretativas, debatidas; subiste, sin embargo, la brecha entre el discurso y la práctica histórica real de un enfoque sugerente para la indagación histórica.

Referencias bibliográficas

- AHR. Conversation: On Transnational History. **American Historical Review**, v. 111, n. 5, p. 1140-1469, 2006.
- BAKER, Keith Michael. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. **Ayer: Revista de Historia Contemporánea**, n. 62, p. 89-110, 2006.
- BONNELL, Victoria E.; HUNT, Lynn (eds.). **Beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture**. Los Angeles: University of California Press, 1999.
- BRANTLINGER, Patrick. A Response to Beyond the Cultural Turn. **The American Historical Review**, v. 107, n. 107, p. 1500-1512, 2002.
- CEVASCO, María Elisa. **Para leer a Raymond Williams**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- ELEY, Geoff; NIELD, Keith. **El futuro de la clase en la historia: ¿Qué queda de lo social?** Valencia: Universitat de València, 2010.
- ESPINA PRIETO, Mayra. Complejidad y pensamiento social. **Complexus: Revista sobre Complejidad, Ciencia y Estética**, v. 1, n. 2, p. 1-38, 2005.

- ESTRELLA GONZÁLEZ, Alejandro. Del representacionismo al giro práctico: una reconstrucción del campo historiográfico desde la década de los 90. **Pasado y Memoria**: Revista de Historia Contemporánea, n. 4, p. 147-179, 2005.
- FASS, Paula S. Cultural History/Social History: some reflections on a Continuing Dialogue. **Journal of Social History**, v. 37, n. 1, p. 39-46, 2003.
- GIL PUJOL, Xavier. Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política. **Pedralbes**: Revista d`historia moderna, n. 3, p. 61-88, 1983.
- HERING TORRES. Max S.; PÉREZ BENAVIDES, Amada C. (eds.). **Historia cultural, desde Colombia**. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2012.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. **História da historiografia**, n. 4, p. 105-124, 2010.
- JOYCE, Patrick. Materialidad e historia Social. **Ayer**: Revista de Historia Contemporánea, n. 62, p. 73-87, 2006.
- KOCKA, Jürgen. Looses, Gains and Opportunities: Social History Today, **Journal of Social History**, v. 37, n. 1, p. 21-28, 2003.
- LÜDTKE, Alf. **The history of everyday life**: reconstructing historical experiences and ways of life. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- MOREYRA, Beatriz Inés. La historia social en los albores del siglo XXI: innovaciones e identidad. In: GIRBAL-BLACHA, Noemí; MOREYRA, Beatriz Inés. **Producción de conocimiento y transferencia en las Ciencias Sociales**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.
- NÚÑEZ-SEIXAS, Xosé Manuel. La historia social ante el dominio de la historia cultural: algunas reflexiones. **Historia Social**, n. 60, p. 180-181, 2008.
- RECKWITZ, Andreas. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, p. 243-263, 2002.
- REVEL, Jacques. **Un momento historiográfico**: trece ensayos de Historia social. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2005.
- SEWELL Jr., William H. Por una reformulación de lo social. **Ayer**: Revista de Historia Contemporánea, n. 62, p. 51-72, 2006.
- _____. **Logics of history**: social theory and social transformation. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- SPIEGEL, Gabrielle M. (ed.). Practicing History. In: **New directions in historical writing after the linguist turn**, New York: Routledge, 2005.
- _____. La historia de la Práctica: nuevas tendencias en Historia tras el giro lingüístico. **Ayer**: Revista de Historia Contemporánea, Madrid, n. 62, p. 40, 2006.

SUNY, Ronald Grigor. Back and Beyond: Reversing the Cultural Turn? **American Historical Review**, v. 107, n. 5, p. 1476-1499, diciembre 2002.

VENGOA, Hugo F. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente. **Historia Crítica**, Bogotá, Edición Especial, p. 300-319, 2009.

Resenhas

review essays

La historia de la historia: o una aproximación general a los modos de historiar

The history of history: or a general approach to the ways of making history

AURELL, Jaume; BALMACEDA, Catalina; BURKE, Peter; SOZA, Felipe. *Comprender el pasado: una historia de la escritura y el pensamiento histórico*. Madrid: Akal, 2013, 496 p.

Martha Rodríguez

mrod@fibertel.com.ar

Docente - Investigadora

Universidad de Buenos Aires

Ladislao Martínez 238 PB - Martínez

1640 - Buenos Aires

Argentina

Palabras clave

Escritura de la historia; Historiografía; Historiadores.

188

Keywords

Historical writing; Historiography; Historians.

Recebido em: 11/12/2013

Aprovado em: 18/2/2014

Escribir una historia de la historiografía que dé cuenta de los esfuerzos realizados durante siglos para escribir la historia es un desafío tan interesante como complejo. Su campo temático y cronológico potencial es tan vasto que toda opción que se escoja implica necesariamente un recorte significativo.

A la amplitud de las fronteras del "territorio del historiador", como lo llamó Emmanuel Le Roy Ladurie, se adicionan las dificultades para delimitar el objeto de estudio (LE ROY LADURIE 1973). ¿Qué incluir dentro de una historia de la historiografía? ¿Todas las obras y autores que explícita o implícitamente esbozaron una imagen del pasado? En ese caso, la dilatación del campo a describir tornaría impensable la empresa, sin contar con que no siempre es sencillo clasificar obras y autores. Por el contrario, entonces, ¿debemos restringirla a la producción escrita de los historiadores profesionales? Esta segunda opción obligaría a prescindir de interesantes formulaciones interpretativas sobre el pasado, sin contar con que mantener ese criterio allende el siglo XIX es por lo menos problemático.

Ciertamente otras prevenciones podrían ser señaladas. ¿Deberíamos enfatizar ideas o aludir a la forma de construcción de los relatos históricos, a aquello que De Certeau con agudeza definió como la operación histórica que practican los que escriben sobre el pasado (DE CERTEAU 1999)?

¿Qué profundidad temporal darle al objeto? ¿Convendría optar por reconstruir los desarrollos de la historia como actividad intelectual desde la antigua Grecia o, por el contrario, enfatizar lo que – desde diferentes perspectivas – Momigliano o Koselleck denominaron historiografía moderna, haciendo hincapié en las grandes transformaciones que se registraron en ella en los últimos dos siglos (MOMIGLIANO 1992; KOSELLECK 2004)? ¿Sería mejor narrar las raíces de la historiografía y su gradual diferenciación respecto de otros relatos como el mito, la literatura, la tradición oral o el género biográfico, o bien comenzar el recorrido en el momento en que la historia se consolidó como una disciplina, apoyada en la fijación de un canon historiográfico que apelaba a criterios de orden heurístico para validar el conocimiento y a esquemas interpretativos para otorgar sentido a la narración del pasado?

Ninguna de esas opciones generó – ni genera – consenso sin fisuras y ellas mismas se fueron transformando y redefiniendo a lo largo del tiempo en función de climas de época, marcos nacionales e intereses sociales y personales. En cualquier caso, diseñar tan heterogéneo y amplio itinerario enfrenta a quienes intenten embarcarse en esta empresa con dificultades desde el mismo punto de partida.

Frecuentemente, una opción para eludir esos escollos ha sido inclinarse por las aproximaciones acotadas a un/unos autor/es, período/s, tradición/es nacional/es o perspectiva/s. Va de suyo que esa operación declina la aspiración a un cuadro de conjunto de los modos en que los historiadores han ejercido su tarea a lo largo del tiempo. Desde luego, esas prevenciones no fueron obstáculo para que se ensayaran abarcadoras y ambiciosas historias de la historiografía. Por citar solo algunas de la última centuria, en 1916 veía la luz la famosa obra de Benedetto Croce (1916) *Teoria e Storia della Storiografia*; varias décadas más tarde, Charles Carbonell (1981) publicaba *L`Historiographie* y Guy Bourd

y Hervé Martin (1983), *Les écoles historiques*. Más recientemente Daniel Woolf escribió *A Global Encyclopedia of Historical Writing* (1998), John Burrow (2007) compuso su *History of Histories*, George Iggers (2008) *A global history of modern historiography* y, apenas un año atrás, la universidad de Oxford terminó de editar los cinco tomos de su emprendimiento colectivo *The Oxford History of Historical Writing* (2011/2012)

La reciente publicación de *Comprender el pasado: una historia de la escritura y el pensamiento histórico* se suma a esas iniciativas. La obra es el resultado del trabajo de cuatro historiadores: Jaume Aurrell, profesor de Teoría de la Historia de la Universidad de Navarra; Peter Burke, profesor del Emmanuel College de la Universidad de Cambridge; Catalina Balmaceda y Felipe Soza, profesores de la Universidad Católica de Chile. Cada uno de ellos proviene de experiencias formativas, tradiciones intelectuales, adscripciones generacionales y contextos nacionales diversos, pero confluyen en una empresa colectiva destinada a reseñar las principales tendencias historiográficas.

El objeto del libro es, pues, describir las prácticas historiográficas que organizaron el trabajo de quienes se dedicaron a escribir sobre el pasado en el largo arco temporal que va de la Antigüedad clásica hasta nuestros días. Y, aunque el eje que articula el texto es el análisis del pensamiento histórico occidental, los autores se imponen el esfuerzo de ampliar el estudio a tradiciones mucho menos conocidas – si no desconocidas – en el mundo occidental, como la china o la islámica. Ese mismo espíritu anima el espacio dedicado al análisis de la historiografía latinoamericana, aun con las dificultades que esa denominación supone para dar cuenta de los modos tan diversos de concebir y escribir la historia que ese ámbito encierra. ¿Existe realmente una historiografía latinoamericana? ¿O las características de los casos más estudiados como el mexicano, el brasileño o el argentino operan por generalización como ejemplos de mundos académicos más vastos y heterogéneos?

190

Si, como sostiene Roger Chartier, las formas de lo impreso, los objetos a través de los cuales les llegan los textos a los lectores, guían y constriñen las lecturas, la elección del formato de manual realizada por los autores es uno de los aciertos de este libro (CHARTIER 1993). A lo largo de sus casi quinientas páginas, invita a asomarse a las variadas formas de representar el pasado desde el mundo clásico, planea sobre las principales tendencias, tradiciones y escuelas historiográficas situándolas en sus contextos históricos, sociales, culturales y políticos y, trata, en fin, de presentar los trazos generales de la historiografía. El interés pedagógico y de divulgación de la obra guía su organización. Diseñada en nueve capítulos que siguen un criterio cronológico, “La Antigüedad clásica: Grecia y Roma”; “La Antigüedad tardía: la historiografía cristiana y bizantina”; “La historiografía medieval: siglos IX y XV”; “Del Renacimiento a la Ilustración”; “Más allá de Occidente: islam y China”; “El siglo de la historia: historicismo, romanticismo, positivismo”; “De entresiglos a la década de los setenta: la reacción frente al positivismo”; “Las tendencias recientes: del giro lingüístico a las historias alternativas”; y “La historiografía latinoamericana”, cada uno combina la presentación de las tendencias generales con las referencias a los

historiadores más representativos de cada época, su biografía y fragmentos de algunas de sus obras. Una selección de obras históricas y una amplia bibliografía completan el libro, que consigue convertirse en una suerte de mapa a gran escala, en una aproximación panorámica a la historiografía occidental.

Como lo señalan los autores en el epílogo, "...considerar el pasado como un todo se convierte en algo cada vez más complejo..."; lo mismo ocurre con la historiografía. Sin embargo, hacer el esfuerzo no solo nos permite a nosotros, los historiadores, tomar mayor conciencia de la gramática y de las prácticas que regulan nuestra profesión: ¿acaso cada una de las reconstrucciones del pasado no encierra y expresa un horizonte de expectativas? Si es así, una reflexión en torno a las formas en las que el pasado fue y es interpretado también puede decir mucho a las sociedades presentes embarcadas en la construcción de futuros.

Referencias bibliográficas

- AAVV. **The Oxford History of Historical Writing**. Oxford: Oxford University Press, 2011/2012. (5 v.)
- BOURDÈ, Guy; HERVÈ, Martin. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1983.
- BURROW, John. **History of Histories**. Londres: Penguin, 2007.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **L` Historiographie**. Paris: Puf, 1981.
- CHARTIER, Roger. **Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna**. Madrid: Alianza, 1993.
- CROCE, Benedetto. **Teoria e Storia della Storiografia**. Nápoles, 1916
- DE CERTAU, Michel. **La escritura de la Historia**. México: Universidad Iberoamericana, 1999.
- IGGERS, Georg; WANG, Q. Edward. **A global history of modern historiography**. London: Longman, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. Madrid: Trotta, 2004.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Le territoire de l'historien**. Paris: Gallimard, 1973.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **The classical foundations of Modern Historiography**. California: University of California Press, 1992.
- WOOLF, Daniel. **A Global Encyclopedia of Historical Writing**. New York: Garland Pub., 1998. (2 v.)

Os Annales e nós

The Annales and us

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, 296 p.

Lidiane S. Rodrigues

lidianesrgues@gmail.com

Pós-Doutoranda – Bolsista Fapesp

École des Hautes Études en Sciences Sociales

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária

05508-010 São Paulo - SP

Brasil

Palavras-chave

Annales; Historiografia; Universidade de São Paulo.

Keywords: Annales School

Annales; Historiography; Universidade de São Paulo.

192

Recebido em: 9/11/2013

Aprovado em: 4/3/2014

O livro de Diogo da Silva Roiz e Jonas Rafael dos Santos, *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*, é parte do momento de efervescência que atravessa a área de estudos a que se liga. A história da historiografia tem suscitado interesse, adensado sua produção, diversificado seus eixos analíticos por meio da interdisciplinaridade e da abertura de seu leque temático: eis o cenário em que é publicado o livro.

Com a obra, os autores ambicionam tratar de uma dimensão relevante para a caracterização e compreensão da historiografia brasileira, particularmente aquela produzida no século XX no interior do sistema universitário: leituras e apropriações da produção da chamada "Escola dos *Annales*". O livro é composto por sete capítulos, um epílogo e um apêndice – além da apresentação de Helenice Rodrigues da Silva e do posfácio de Karina Anhenzini. Os autores contemplam volumosa bibliografia, além de valer-se de onze quadros e treze tabelas que sumarizam informações institucionais e dados quantitativos. Indiscutivelmente, trata-se de um levantamento laborioso.

No primeiro capítulo, "A invenção de uma tradição: 'A Escola dos *Annales*'", os autores situam historicamente os *Annales*, destacando a ambição do grupo em se opor à "escola metódica", "dita positivista" (ROIZ; SANTOS 2013, p. 38). Apresentam também algumas dificuldades envolvidas no emprego do termo "escola" e assinalam uma possível aproximação entre os *Annales* e o marxismo a partir da ideia de "busca da totalidade". No segundo capítulo, "A interpretação da 'História total' no pensamento de Fernand Paul Braudel entre 1949 e 1958", os autores apresentam a biografia desse historiador e seu interesse em dialogar com as ciências sociais. Elencam os alunos e professores brasileiros com que ele estabeleceu contato entre 1935-1937, quando era docente na recém-criada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Passando em revista algumas declarações e "histórias dos *Annales*", os autores indagam-se a respeito de disputas pelo poder no interior do grupo ligadas à sucessão geracional. No capítulo seguinte, "Limites e possibilidades de pesquisa entre a 'História das Mentalidades' e a 'Nova História Cultural'", essas duas modalidades historiográficas são situadas uma em relação à outra e ambas em relação ao marxismo e à História Política e Econômica a partir da perspectiva de seus praticantes. Já no quarto capítulo, "A recepção da 'Escola dos *Annales*' na Europa e nas Américas: algumas reflexões" encontra-se um bom balanço da bibliografia a respeito da história do grupo dos *Annales*. São contemplados os trabalhos que com mais frequência entram em tela quando se trata desse assunto, o que implica a realização de um levantamento exaustivo. Ousaria, porém, sugerir que há uma lacuna: a ausência de Gerard Noiriel, cuja perspectiva analítica a propósito dos padrões de carreira dos historiadores franceses poderia enriquecer a discussão (NOIRIEL 1990). No capítulo seguinte, "Os *Annales* no Brasil: institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia", encontra-se uma paciente descrição do currículo, das reformas curriculares, da organização do curso, das teses e orientações do curso em questão. As informações são extraídas dos *Anuários* que

a instituição produzia em seus primeiros anos, da *Revista de História*, fundada por Eurípedes Simões de Paula em 1950 e de inventários de teses e dissertações defendidas. No sexto capítulo, denominado “Historiadores brasileiros e franceses: uma hipótese para a recepção da Escola dos *Annales* no Brasil”, os autores apostam na centralidade das missões francesas de fundação da Universidade de São Paulo (nos setores de História e Geografia) para o entendimento da influência dos *Annales* na historiografia brasileira. Retomam – posto que já apresentado em capítulos anteriores – o histórico da instituição paulista e da *Revista dos Annales* – e procuram realizar esse propósito expondo a trajetória de um dos primeiros catedráticos brasileiros (Eurípedes Simões de Paula, 1910-1977), examinando (o número de) os autores estrangeiros presentes na *Revista de História* e apresentando os nomes dos catedráticos e de suas respectivas áreas. O último capítulo, “Da França para o Brasil: leituras e apropriações do Marxismo e da ‘Nova História Cultural’ num departamento de História”, é dedicado à apresentação da trajetória de 15 professores do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp), do *campus* de Franca, procurando situá-los, como intelectuais “herdeiros do marxismo” e “estudiosos da cultura” que se vincularam à “nova história cultural” (ROIZ; SANTOS 2013, p. 203). Diante de um capítulo tão laborioso e paciente, que apresenta teses, memoriais, entrevistas, orientações, o ímpeto de fazer qualquer sugestão padeceria de constrangimento. No entanto, a entrevista realizada com Ivan Aparecido Manoel e transcrita no “Apêndice”, sugere que os autores se mantiveram rentes à narrativa dos próprios professores, às suas categorias (auto)classificatórias, sem indagar interesses de ordem material e simbólica em operação na sua formulação. Por fim, quanto ao epílogo, o título, “Como os historiadores escrevem a(s) sua(s) história(s)”, instiga a sugerir que seja enganoso. Talvez fosse o caso de intitulá-lo “como não escrevem a(s) sua(s) história(s)”, não para diminuir ou desmerecer o trabalho, mas ao contrário. Os autores ponderam de modo maduro e corajoso – coisa rara, diga-se de passagem – o que não foi possível fazer, assinalam falhas e fazem sugestões para possíveis desenvolvimentos. Assim, acreditam ser necessário aprofundar mais a pesquisa a respeito da “tradição inventada” (ideia do primeiro capítulo); reclamam por mais estudos que sistematizem a produção da pós-graduação em História, a fim de dar suporte às análises; e assinalam que não se deve generalizar para o restante do país o que foi apresentado para o cenário paulista (ROIZ; SANTOS 2013, p. 238-239).

Na qualidade de pesquisadora interessada em pelo menos dois filões que pontilham os artigos – a saber, história da historiografia e circulação internacional das ideias –, teço sugestões com o objetivo de somar meus esforços aos dos autores, adotando como direção uma observação de Christophe Charle: a história social das disciplinas universitárias deve “não apenas reconstituir a relação entre as instituições, os homens e as obras, mas igualmente compreender as condições favoráveis ou desfavoráveis à inovação” (CHARLE 2003, p. 33).

O volume considerável de documentos e bibliografia reunido pelos autores é acionado no livro em pelo menos dois planos: o da organização institucional (currículos, disciplinas, regimentos) e o biográfico (trajetórias dos historiadores).

Isso se evidencia, em particular, nos capítulos segundo e sexto, em que eles tentam articular tais dimensões para os casos de Fernand Braudel e Eurípedes Simões de Paula, respectivamente.

Assente que o regramento institucional em que os agentes se movimentam é decisivo para as possibilidades de sua produção, é imperativo se atentar para os artifícios que eles desenvolvem para contorná-lo. Isso porque o “estudo do controle das universidades pelo Estado, da descentralização universitária, ou do recrutamento dos administradores e dos professores”, que se apoiasse primordialmente em “textos de regulamentação, seria tão enganoso quanto a pesquisa dos comportamentos religiosos que quisesse inferir dos textos canônicos a prática real dos crentes” (BOURDIEU 1979, p. 82). Sendo essa prática o que interessa à história da historiografia, alguém poderia perguntar inocentemente: em que isso incide na produção propriamente intelectual? Ora, essa é a jogada mais central dentre as estratégias da produção simbólica.

Os autores dedicam bastante atenção à dimensão legislativa da vida universitária, e isso é necessário, porém não em detrimento da vivência social articulada à análise das “obras” (teses, resenhas, textos programáticos). A paciente descrição da *network* de Eurípedes Simões de Paula – Eduardo D’Oliveira França, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Moacyr Campos (ROIZ; SANTOS 2013, p. 176-177) – não requereria investigar quem eram eles, quando jovens, quando se aproximaram e como chegaram a estabelecer os laços de solidariedade profissional em meio a rivalidades intelectuais? Indagar sobre tais nexos teria conduzido os autores a explorar um pouco mais a sociabilidade desses primeiros catedráticos da FFCL-USP, bem como o regime de importação de práticas intelectuais oriundas das Faculdades de Direito, pelas quais todos eles passaram. O fato de a FFCL-USP se apresentar como rival das escolas “tradicionais” (Medicina, Direito, Engenharia) instiga a hipótese de que ou essa é uma invenção construída *a posteriori*, ou o setor de História tem alguma singularidade em relação às demais disciplinas que compunham o novo constructo.¹ Por outro lado, também seria o caso de inquirir a respeito das motivações e rendimentos das investidas, sobretudo de Eurípedes, em alocar-se em posições de poder institucional: direção da FFCL-USP, representação da Congregação da Faculdade no Conselho Universitário (CO), entre outras. Ainda que os textos oficiais de estabelecimento da instituição afirmem e reafirmem que um de seus propósitos consistia em formar professores, sabe-se que a profissionalização da docência foi um processo lento, repleto de disputas, e que os primeiros formados da FFCL-USP não tinham posto certo, seja no ensino público, seja no privado.² A leitura atenta do que Eurípedes escreveu sugere fortemente que uma de suas preocupações consistia em trabalhar para construir as condições de trabalho para os alunos que formava – fossem eles ocupar postos na Educação Básica ou Superior. Para dar apenas um exemplo: na aula inaugural de 15 de março de 1949, ele reclamava de verbas, de instalações e do mercado profissional que os

¹ Esta observação e as que seguem baseiam-se no capítulo 3 da minha tese de doutorado (RODRIGUES 2012).

² Uma história detalhada do processo a que me refiro encontra-se em MARCÍLIO 2005.

gressos não encontravam à época, receando perder talentos (PAULA 1953, p. 157 e ss.). Dito de outro modo: o padrão de relação entre ensino universitário de História e os demais níveis de ensino não correspondia ao atual. Isto é, estava destituído de dinâmica própria e auto propulsora, visto que o sistema educacional estava em processo de formação, sendo, portanto, mais dependente da ação dos agentes em posições estratégicas. É quase o oposto o que se constata nos dias atuais, quando a dinâmica sistêmica tendencialmente absorve a todos – mesmo estando em posições de poder institucional. Trata-se de uma evidência banal, mas ela nem sempre conduz a análise.³ Ademais, embora seja um assunto para investigar, é possível interrogar: a direção institucional de suas investidas não teve incidência em sua produção intelectual? Exemplos de outros contextos assinalam as (im)possibilidades, assim como a dinâmica temporal envolvida no acúmulo simultâneo ou sucessivo dos poderes especificamente intelectuais e daqueles especificamente institucionais (BOURDIEU 1984, p. 138 e ss.).⁴ Como explicar a imensa produção de textos para a *Revista de História* *pari passu* à exígua produção de pesquisa à luz das dificuldades em relação à documentação na área de História Antiga (que o historiador procurava sanar com suas viagens ao exterior)? O retrato que Eduardo D’Oliveira França desenha de Eurípedes – com quem travou amizade na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e com quem lutou na Revolução Constitucionalista de 1932 –, então recém-falecido, afirmando que sua “vida (foi) gasta para atapetar a vida dos outros” (FRANÇA 1977) ganha um sentido dramático e ambíguo. Ele parece desvalorizá-lo intelectualmente para melhor enaltecê-lo institucionalmente.

196

A transferência culturais na historiografia brasileira é livro indiscutivelmente incontornável para quem se interessa pela recepção dos *Annales* no Brasil. Do mesmo modo, é imprescindível para a inteligibilidade dessas trocas culturais que o pesquisador entrelace os vestígios concernentes ao período em que Fernand Braudel lecionou na FFCL-USP (1935-1937). Ora, lê-los cautelosamente pode suscitar novos nexos entre evidências antigas. Teria sido nesse período e por meio de suas aulas e palestras que o programa (total ou parcial, a investigar) dos *Annales* foi incorporado por seus ouvintes? Nessa direção, seria o caso de se ler com atenção o trecho de uma entrevista dada pelo historiador na ocasião da comemoração dos cinquenta anos da fundação da Universidade de São Paulo:

a política estava sempre presente. Quando terminavam as aulas, políticos, representantes do governador, lá chegavam e procuravam discutir com o Júlio de Mesquita Filho quem estava lá [...] não escondiam uma certa preocupação de ver que estávamos formando intelectuais novos recrutados num nível relativamente modesto (BRAUDEL 1984).

Se for possível o paralelo de duas relações: professores e alunos / pintores e clientela, o cenário fica repleto de conflitos. A declaração sugere que as elites

³ Uma proposta oposta a esta reconstitui os liames da hierarquia do sistema de ensino para conferir inteligibilidade às condições e obstáculos da produção inovadora dos *antiquisants* franceses. A leitura dá o que pensar a respeito de nossa experiência (BENTHIEN 2011, p. 61 e ss.).

⁴ Recém-traduzido por Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle para a língua portuguesa sob o título *Homo academicus* e publicado pela editora da UFSC em 2011.

contratantes impuseram algum freio às aulas, às inovações – eram elas afinal que financiavam missionários franceses e aulas de História. É difícil supor a existência da autonomia do “campo científico” nesse cenário.

As indagações sugeridas pressupõem, com efeito, outro *modus operandi* de manejar a bibliografia de referência. O leitor atento nota que há, no modo como a interpelam, se não um esforço para conciliar divergências em detrimento de expor discordâncias, decerto uma tendência para não apostar nelas. E, nesse regime de interlocução, uma referência se liga à outra e a documentação as confirma. A vantagem é indiscutível: os autores não despendem energias com controvérsias irrelevantes ou falsos problemas. Deixam, no entanto, de formular algumas que valeria a pena desenvolver. Por exemplo, para aludir a Lucien Febvre e seu *Rabelais*: “Se ‘Braudel já fosse Braudel’, ao chegar ao Brasil, seria possível a tal ‘inovação’ dos *Annales*, em São Paulo, na década de 1930?”.

Em suma, talvez por essa relação apaziguada com a bibliografia e contida em relação ao próprio escopo, os autores atijam a reflexão sobre o assunto e deixam, contudo, seus leitores inquietos. Por um lado, esse comedimento, em tempos como os atuais, em que o alvoroço por destaque fácil seduz inteligências, é de se apreciar. Por outro lado, esquivam-se de controvérsias. O resenhista fica assim numa posição difícil e tentado a indagar, mais diretamente: “farta bibliografia, farta documentação. Mas a presença dos *historiadores* franceses das missões em tela garantiu a presença da historiografia dos *Annales*? Em São Paulo? No Brasil?”. O assunto está longe de ser esgotado.

197

Referências bibliográficas

- BENTHIEN, Rafael Faraco. **Interdisciplinaridades**: latinistas, helenistas e sociólogos em revista (França, 1898-1920). Tese (Doutorado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.
- _____. A comparabilidade dos sistemas de ensino. In: DURAND, J. C. **Educação e hegemonia de classe**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BRAUDEL, Fernand. Entrevista. **Jornal da Tarde**, 1984.
- CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. Homenagem da Congregação à Memória do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula. **Separata**. São Paulo: FFLCH-USP, 1977.
- FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)**. São Cristóvão, UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Fernand Braudel, 2005.

- NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. **Genèses**, n. 1, p. 58-85, 1990.
- PAULA, Eurípedes Simões. A História e seu ensino na Faculdade (15/03/1949). **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP**. 1939-1949. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário: mestres, discípulos e um seminário**. Tese (Doutorado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael. **As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- PEIXOTO, Fernanda. **Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

As ciências da história no século XIX

The sciences of history in the 19th century

MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010, 492 p.

Eduardo Wright Cardoso

edowc@yahoo.com.br

Doutorando - Bolsista CAPES

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rua das Laranjeiras, 336/901 - bloco A - Laranjeiras

22240-003 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Palavras-chave

História da historiografia; História científica; Genealogia.

Keywords

History of historiography; Scientific history; Genealogy.

199

Recebido em: 16/3/2014

Aprovado em: 9/5/2014

Os estudos de história da historiografia têm recebido diferentes aportes e têm tido vários desdobramentos em anos recentes. Assim, foram criadas não apenas disciplinas específicas, mas igualmente se multiplicaram as linhas de pesquisa e os eventos relacionados à área. Uma variação desse mesmo impulso é a publicação de obras que procuram explicitar os caminhos percorridos pelo ofício histórico. Nessa perspectiva, um breve levantamento, a partir do ano de 2010, permite identificar as iniciativas de Estevão de Rezende Martins (2010), Jurandir Malerba (2010), bem como as de Fernando Novais e Rogério Forastieri (2011), cujos livros possibilitam ao leitor brasileiro um contato mais estreito com textos e intervenções relacionados à trajetória moderna do ofício histórico.¹ As iniciativas amalharam boa repercussão, na medida em que tanto o projeto de Malerba (2013b) quanto o empreendimento de Novais e Forastieri (2013) ganharam um segundo e complementar volume.²

No primeiro momento do projeto de Malerba, objeto desta *resenha resumo*, o mote principal que serviu de critério para a reunião dos textos é, conforme sugere o subtítulo, "O caminho da ciência no longo século XIX". O organizador reconhece, todavia, que a "ciência" não pressupõe uma convergência de concepções, mas, ao contrário, expõe a multiplicidade de perspectivas referentes à escrita da história (MALERBA 2010, p. 8). Aliás, o caráter múltiplo da obra precisa ser ressaltado: o longo século XIX perfaz, de fato, um largo espaço de tempo – os textos cobrem um período que se inicia em 1765 e se encerra em 1930 –, e a obra contempla artigos publicados originalmente em variados idiomas – sobretudo francês, mas também alemão e inglês.

200

É necessário, portanto, apresentar esse volume que, no dizer de Malerba, foi "feito por historiadores" (MALERBA 2010, p. 7). A cada historiador brasileiro coube, assim, a elaboração de um pequeno texto introdutório – ora com caráter de biografia intelectual, ora centrado principalmente na vida do autor selecionado – que busca situar a intervenção desses "grandes mestres que deixaram um legado monumental para o pensamento moderno" (MALERBA 2010, p. 7). Seguirei, pois, semelhante estrutura: nesta breve descrição procuro indicar o mestre, o excerto selecionado de sua obra e o historiador encarregado de sua contextualização.

A coleção de textos se inicia com a tradução do verbete *História* escrito por Voltaire e incluído na *Encyclopédie*. A opção é justificada pelo organizador: "Voltaire anuncia, em alguma medida, as preocupações básicas da história científica pela qual se lutaria 50 anos depois: a explicação dos acontecimentos históricos, o rigor na pesquisa documental, a busca da verdade" (MALERBA 2010, p. 12). Daniela Kern elabora as introduções concernentes a Voltaire e Pierre Daunou; o segundo mestre contemplado na genealogia da história científica. De Daunou, é reproduzida a conferência professada na abertura do curso de história do *Collège de France* em 1819. No texto, percebe-se que uma de suas preocupações principais refere-se à exposição dos fatos:

¹ Para um detalhamento das obras, Cf. as resenhas, publicadas em *História da historiografia*, sobre as coletâneas de Martins e de Novais e Forastieri: BENTIVOGLIO 2012; MALERBA 2013a.

² Enquanto as obras organizadas por Novais e Forastieri versam sobre a *Nova história* e seus legados, o segundo volume de *Lições de história* aborda principalmente questões relativas ao historicismo e sua crise.

O historiador capaz de nos instruir é aquele que possui a arte de conservar dos fatos que expõe o interesse que possuíam quando eram espetáculos, e que lhes devolve mesmo de modo tão pleno essa característica que assistimos, com efeito, a todas as cenas que nos retrança (DAUNOU 2010, p. 84).

Coube a Lilia Moritz Schwarcz recuperar dois breves excertos de Jules Michelet, a saber: o "Prefácio de 1868" e "Do método e do espírito deste livro". A seleção se legitima, sugere a comentarista, porque os trechos abordam não somente questões metodológicas, mas também indicam os argumentos principais da obra micheletiana: o povo, a crença popular e a tradição oral (SCHWARCZ 2010, p. 95-96). Nas palavras do próprio historiador: "Essa é a primeira missão da história: redescobrir por meio das pesquisas conscienciosas os grandes fatos da tradição nacional" (MICHELET 2010, p. 107).

Teresa Malatian apresenta François-René Auguste de Chateaubriand, que participa da coletânea com o seu "Prefácio" ao *Études historiques*, de 1843. Após identificar e apontar as virtudes e malefícios de diferentes sistemas e escolas de escrita da história, Chateaubriand conclui que apenas um critério deve regular a historiografia: "cada historiador a escreve segundo seu próprio gênio; um a conta bem, outro a pinta melhor; este aqui é sentencioso, aquele outro, indiferente ou patético, incrédulo ou religioso: toda matéria é boa, desde que verdadeira" (CHATEAUBRIAND 2010, p. 129).

As diversas posições francesas são, então, substituídas pelas reflexões prussianas sobre o desenvolvimento da ciência histórica. Inicialmente, Leopold von Ranke ganha voz a partir, especificamente, de seu texto "Sobre o caráter da ciência histórica". Julio Benvoglio procura demonstrar a inviabilidade da caracterização de Ranke como um historiador positivista (BENTIVOGLIO 2010, p. 137). Como se percebe a partir do próprio texto rankeano, a história é concebida, simultaneamente, como ciência e arte e se aproxima, por um lado, da filosofia e, por outro, da poesia (RANKE 2010, p. 141).

Contemporâneo de Ranke, Georg Gervinus, por sua vez, foi o responsável pela criação da expressão *teoria da história* (*Historik*) que, segundo sua concepção, deveria ser abordada como um campo autônomo dos estudos históricos (BENTIVOGLIO 2010, p. 156). Um dos interesses principais de Gervinus diz respeito ao estabelecimento da identidade alemã. Benvoglio argumenta:

Gervinus acreditava que a educação e a cultura deveriam ser responsáveis pela formação de uma identidade nacional comum alemã, e não as armas. Seus estudos sobre a história ou a literatura podem ser vistos como narrativas sobre a construção dessa identidade nacional alemã (BENTIVOGLIO 2010, p. 163).

O texto contemplado é o "Prefácio" à obra *Einleitung in die Geschichte des Neunzehnten Jahrhunderts*, datada de 1853.

Marx participa da coletânea, mas apenas de forma indireta. Nenhum escrito seu foi selecionado para ilustrar os caminhos da historiografia durante o século XIX, porque sua produção já circula em língua portuguesa (MALERBA 2010, p.

11). Leandro Konder, em texto analítico, procura apontar que o autor de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* apregoava uma “genuína história social”, isto é, defendia que a história poderia servir como base para a modificação da sociedade. Nas palavras do comentarista: “Na perspectiva de Marx, de fato, a história tem sido o processo de modificações nas condições de trabalho dos seres humanos. E para os seres humanos fazerem as mudanças que consideram necessárias, eles precisam *pensar e agir historicamente*” (KONDER 2010, p. 177).

Após as concepções de história de língua alemã, os britânicos adquirem espaço na coletânea de Malerba. O próprio organizador introduz o texto de Thomas Carlyle ressaltando o valor concedido pelo autor ao conteúdo emocional e intuitivo na escrita da história (MALERBA 2010, p. 194). O artigo selecionado – intitulado *Sobre a história*, de 1830 – destaca o conhecimento histórico como intrínseco ao pensamento humano, ao mesmo tempo em que aponta as diferenças entre a ocorrência dos eventos e a percepção do homem acerca deles (CARLYLE 2010, p. 202).

A incursão pelas concepções de história em língua inglesa prossegue com Thomas Babington Macaulay, apresentado por Sérgio Campos Gonçalves. De acordo com o texto selecionado, *História* (1828), cabe ao historiador tornar sua narrativa envolvente e pitoresca (MACAULAY 2010, p. 217). Nesse sentido, inúmeras aproximações entre o ofício histórico, a pintura e o drama são elaboradas. As semelhanças não ocorrem apenas na composição dos discursos, mas nos limites das narrativas: “Nenhuma pintura, então, e nenhuma história podem nos oferecer a verdade completa: mas as melhores pinturas e as melhores histórias são aquelas que exibem tais partes da verdade como produto realizado mais próximo do todo” (MACAULAY 2010, p. 224).

202

Lord Acton encerra o incurso de língua inglesa pela ciência da história na coletânea. Seu texto se deriva da aula “Do estudo da história”, proferida em 1895, e contém um acentuado cunho moral. Como sintetiza Malerba, comentarista da intervenção de Acton, cabe ao historiador avaliar e julgar o conteúdo moral do passado, pois, enquanto os eventos se alteram, a moralidade permanece imutável (MALERBA 2010, p. 259).

Retorna-se então ao debate francês a partir de Louis Bourdeau. De acordo com Marco Antônio Lopes, o historiador francês seria um representante do que se denominou *história positiva* (LOPES 2010, p. 289). O texto selecionado, de 1888, intitula-se “Lei geral da história do progresso” e, como o título antecipa, procura sustentar o progresso como um fato característico da evolução humana.

A noção de uma história científica também é cara a Fustel de Coulanges. Segundo o autor, para concretizar essa cientificidade, o conhecimento histórico deveria apoiar-se no documento. Temístocles Cezar recorda que, além disso, Fustel de Coulanges advogava o apagamento do historiador e de seu tempo da narrativa historiográfica: somente assim a história poderia se tornar uma ciência pura (CEZAR 2010, p. 316). A coletânea traz dois breves textos do historiador francês: a sua aula inaugural do curso de História da Faculdade de Estrasburgo, de 1862, e o artigo “Regras de uma história imparcial”. Neste, o historiador francês pontifica: “O estudo da história deve ter ao menos esta vantagem de

nos acostumar a distinguir nos fatos e na marcha das sociedades aquilo que é aparente daquilo que é real, aquilo que é ilusão dos contemporâneos daquilo que é verdadeiro” (FUSTEL DE COULANGES 2010, p. 322).

Gabriel Monod, embora criticado por Fustel de Coulanges, também defendia uma história científica e objetiva. A receita poderia ser encontrada na adoção de uma metodologia específica. Conforme resume Teresa Malatian: “Um método baseado na concepção da história como ciência positiva, conhecimento fundamentado em documentos a serem criticamente analisados, para que do crivo da crítica surgisse a verdade sob a forma de fato histórico” (MALATIAN 2010, p. 326). O texto selecionado denomina-se “Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI” e inaugura a *Revue historique*. Monod, no encerramento de seu manifesto, aponta, então, o escopo do trabalho histórico: “É assim que a história, sem se propor *outro objetivo e outra finalidade que o proveito que se tira da verdade*, trabalha de maneira secreta e segura para a grandeza da pátria e, ao mesmo tempo, para o progresso do gênero humano” (MONOD 2010, p. 352).

Tereza Kirschner apresenta Ernest Lavisse, autor que aderiu às prerrogativas sugeridas por Monod. Embora não tenha escrito textos de caráter metodológico, Lavisse defendia a profissionalização da história de modo a marcar a distinção entre os historiadores e os demais ofícios (KIRSCHNER 2010, p. 355-356). Em seu texto “Do determinismo histórico e geográfico”, de 1879, Lavisse procura destacar tanto as diferenças evolutivas entre variados espaços quanto a importância do meio para esses desenvolvimentos diversos.

Inspirados no manifesto de Monod, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos almejavam institucionalizar a disciplina histórica na França. Em 1898, ambos publicaram a obra *Introdução aos estudos históricos*, concebida como o manual da *escola metódica*. Esse “movimento”, contudo, passou a ser alvo de críticas, após a virada do século, seja de historiadores, como Paul Lacombe, seja de sociólogos, como François Simiand. Helenice Rodrigues Silva traz, então, dois textos, sendo um deles “O método histórico aplicado às ciências sociais”, escrito em parceria com Langlois, no qual se explicita o caráter indireto do conhecimento histórico. Para os autores: “é preciso, inicialmente, aplicar o método histórico às ciências sociais para interpretar os documentos de que necessitamos, para todos os casos em que o conhecimento só pode ser indireto”; e, em seguida, arrematam “– e, na prática, quase todos os fatos das ciências sociais são coletados pelo método indireto” (SEIGNOBOS; LANGLOIS 2010, p. 391).

Paul Lacombe, crítico da dita *escola metódica*, procura, de acordo com Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, distinguir e afastar a história da sociologia, da arte e da literatura, e aproximá-la, antes, da psicologia (CORDEIRO JÚNIOR 2010, p. 396-397). No texto “O domínio da história ciência e seus limites”, de 1930, Lacombe tenciona desvelar as relações entre o particular e o geral na história. Nas suas palavras: “Os atores históricos agem em parte como os representantes de certo meio, é certo; digo mais, eles agem também como homens universais; mas afirmar que nada de particular, de próprio neles, não passa do papel que desempenham é ir contra a evidência” (LACOMBE 2010, p. 410).

Henri Berr também se destacou pela fundação de um periódico, a *Revue de synthèse historique*. José Carlos Reis informa que Berr foi também um dos pais inspiradores dos *Annales*. Contudo, Marc Bloch e Lucien Febvre o criticaram pela sua ênfase demasiada nas questões teóricas (REIS 2010, p. 415). Um de seus temas diletos, a noção de síntese, aparece no extrato selecionado para a coletânea: *Erudição, filosofia da história e síntese* (1911). O comentarista busca resumir a relação entre estes elementos: “O lugar da síntese histórica é entre dois mundos: o da análise erudita e o da especulação *a priori*. A filosofia da história não pode ser eliminada sem ser substituída e será substituída pela síntese histórica científica” (REIS 2010, p. 419).

O trajeto pelo percurso da cientifização da história se encerra, enfim, com Ernst Troeltsch. De formação teológica, Troeltsch elabora um caminho relativamente comum nesse período ao se aproximar dos estudos históricos, assegura Sérgio da Mata (MATA 2010, p. 436). No texto *A crise atual da história*, de 1922, o historiador alemão sugere que os obstáculos do ofício não se encontram nos métodos e recursos empregados, mas nas questões que o regem, nos seus fundamentos. Cito-o: “a crise reside nos elementos e nas implicações filosóficas da pesquisa histórica, naquilo que se pode chamar sua interação com e seu significado para a visão de mundo, embora a relação seja plenamente recíproca [...]” (TROELTSCH 2010, p. 454).

A seleção dos dezoito mestres – com ênfase em textos de língua francesa – pressupõe a constituição de uma determinada genealogia em relação à temática da história como ciência. Seria possível conceber a coletânea, assim, como reveladora e, ao mesmo tempo, como participante de uma específica *memória disciplinar*. Conforme sugere Temístocles Cezar, ao comentar a posição de destaque geralmente atribuída a Wilhelm von Humboldt nessa trajetória, “Não há nesse início decididamente arbitrário, de genealogia rumo à ciência, vias expressas e destinos inexoráveis.” (CEZAR 2010, p. 315). Assim, é certo que a constituição científica da história contempla muitos desses textos e autores. Contudo, é necessário destacar que esse caminho não é linear – como reconheceu o próprio organizador do volume – e também não parece convergente. A recuperação das diferentes concepções acerca do ofício, expressas nos excertos acima, demonstra, pois, que a ciência histórica, durante o período abarcado, não foi capaz de constituir-se de modo homogêneo. Pelo contrário, é possível sugerir, a partir da variedade de métodos e abordagens, a variabilidade da ciência da história, isto é, a existência, antes, de ciências da história.

Por fim, é válido evocar as contribuições da obra que se propõem a refletir sobre o ofício para, justamente, indagar sobre a própria seleção dos autores e também sobre as ausências – inevitáveis por certo – nesse caminho. Afinal, a amplitude de autores e suas contribuições por vezes escapa ao critério definidor da coletânea na medida em que alguns textos não tratam diretamente dos pressupostos e das implicações da história como ciência. Coube então a François Dosse a difícil tarefa de sintetizar essa longa e, por vezes, intrincada trajetória da história ao longo do século XIX. Sua abordagem, todavia, exclui muitas das intervenções contidas na própria coletânea e procura valorizar principalmente

o desenvolvimento francês da disciplina. É certo que a síntese não se faz sem exclusão. No entanto, o texto de Dosse, ao desconsiderar muitos dos autores do volume, acaba por se distanciar da própria obra que procura introduzir.

A despeito disso, a obra de Malerba, com sua destacada reunião de especialistas, é uma contribuição fundamental para os estudos da história da historiografia. Ao inserir *Lições de história* na mesma tradição de livros como os de Patrick Gardiner (*Theories of history*) e Fritz Stern (*The varieties of history*) (MALERBA 2010, p. 10), o organizador, enfim, colabora para a divulgação de diferentes concepções de história e para a ampliação da bibliografia disponível sobre um período fundamental da afirmação do ofício histórico como disciplina acadêmica.

Referências bibliográficas

BENTIVOGLIO, Julio. Entre a história e o cânone: a ciência histórica oitocentista e seus textos fundadores. **História da historiografia**, n. 8, p. 175-186, 2012.

_____. Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 133-141.

_____. Gervinus. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 155-164.

CARLYLE, Thomas. Sobre a história. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 196-209.

CEZAR, Temístocles. Fustel de Coulanges. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 307-317.

CHATEAUBRIAND. Prefácio (Études Historiques). In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 119-131.

CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. Paul Lacombe. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 393-399.

DAUNOU, Pierre. Discurso de abertura [...]. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 72-89.

FUSTEL DE COULANGES. Regras de uma história imparcial. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 318-322.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. Ernest Lavisse. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de

Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 353-361.

KONDER, Leandro. A história em Marx. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 173-189.

LACOMBE, Paul. O domínio da história ciência e seus limites. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 399-412.

LOPES, Marcos Antônio. Louis Bourdeau. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 287-297.

MACAULAY, Thomas Babington. Historia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 216-247.

MALATIAN, Teresa. Gabriel Monod. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 323-332.

MALERBA, Jurandir (org.). Prefácio. In: _____. **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 7-14.

_____. Thomas Carlyle. In: _____. **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 191-196.

_____. Lord Acton. In: _____. **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 249-260.

_____. A velha Nova História. **História da historiografia**, n. 11, p. 279-286, 2013a.

_____. (org.). **Lições de história**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2013b.

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MATA, Sérgio da. Ernst Troeltsch. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 433-448.

MICHELET, Jules. Do método e do espírito deste livro. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 100-112.

MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 332-352.

NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério (orgs.). **Nova história em perspectiva**. Volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____; _____ (orgs.). **Nova história em perspectiva**. Volume 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

RANKE, Leopold von. Sobre o caráter da ciência histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 141-154.

REIS, José Carlos. Henri Berr. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 413-423.

SEIGNOBOS, Charles; LANGLOIS, Charles-Victor. O método histórico aplicado às ciências sócias. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 382-391.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Jules Michelet. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 91-98.

TROELTSCH, Ernst. A crise atual da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 448-457.

Reflexões sobre a história em um tempo de crise

Reflections on history in a time of crisis

MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2013, 539 p.

Géssica Góes Guimarães Gaio

gessicagg@yahoo.com.br

Doutora

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Avenida Doutor Mário Guimarães, 1118/ 1310 - Centro

26255-230 - Nova Iguaçu - RJ

Brasil

Palavras-chave

Historicismo; Historiografia moderna; Ciências humanas.

Keywords

Historicism, Modern historiography; Human sciences.

208

Recebido em: 2/2/2014

Aprovado em: 8/4/2014

Em *Lições de história* o leitor encontrará bem mais do que uma cartilha sobre a disciplina: estará em suas mãos uma seleção de textos voltada para o público especializado (sobretudo graduandos e pós-graduandos em História ou demais ciências sociais) e cuja importância no cenário editorial brasileiro é inquestionável. Trata-se de um livro audacioso, que em suas mais de quinhentas páginas oferece traduções de textos, em sua maioria inéditos em língua portuguesa, precedidos por apresentações críticas elaboradas por destacados representantes dos estudos de Teoria da História e de História da Historiografia nas universidades e centros de pesquisa do Brasil.

Este volume figura como uma continuação do projeto anterior: *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*, publicado em 2010, também sob a organização de Jurandir Malerba – professor da PUCRS e primeiro ocupante da Cátedra Sérgio Buarque de Holanda de Estudos Brasileiros, na Freie Universität, em Berlim. Todavia, se na primeira empreitada interessava ao debate a constituição do caráter científico da história e sua institucionalização, notadamente a partir dos trabalhos de pensadores do Velho Mundo, tais como Voltaire, Jules Michelet, Leopold von Ranke, Thomas Macaulay, Fustel de Coulanges, Charles Seignobos, entre outros, a publicação aqui apresentada tem como ponto de partida a querela acerca das proximidades e afastamentos entre as “ciências naturais” e as “ciências humanas” na passagem do Oitocentos para o Novecentos. Para tal, são apresentados artigos, trechos de livros e fragmentos de dezessete intelectuais – entre eles se destacam em maior número os alemães – para os quais o estatuto científico da história é, no mínimo, alvo de reflexão.

Os textos e autores reunidos têm em comum a preocupação com as possibilidades e as consequências de se pensar a história como uma ciência, preocupação motivada pela crítica à razão (sobretudo a sua matriz iluminista), que, no limite do século XIX, se instalara como um mal-estar sobre historiadores e filósofos. O paradigma científico advindo da física e da matemática exigiria do observador objetividade e neutralidade na análise de seu tema de pesquisa. A imposição de ajustar-se a tais critérios de cientificidade levou alguns historiadores do século XIX a afirmarem a plena possibilidade de a história realizar uma investigação comprometida com a verdade e comprovada pelas fontes históricas. No último quartel desse século, no entanto, muitos pensadores apontavam para o valor da dúvida e conferiram notoriedade às discussões em torno do papel da subjetividade no estudo do passado.

Compartilhando esse cenário de incertezas, os intelectuais aqui reunidos empenharam-se em refletir sobre a especificidade do conhecimento produzido a partir da investigação dos tempos pretéritos. Se, por um lado, a história não apresentava os atributos de uma ciência da natureza, em outra medida seus partidários estavam certos de que o conhecimento adquirido pela averiguação e ponderação sobre os acontecimentos do passado tinha uma função central para o amadurecimento dos indivíduos e das sociedades. Sendo assim, os historiadores e filósofos aceitavam os limites impostos à pesquisa historiográfica, que incluíam a impossibilidade de estabelecer leis que explicassem o desenvolvimento da história. Em resposta, afirmavam que, embora historicamente condicionado, o conhecimento sobre o passado também possuía sua legitimidade.

Compõem o quadro de interesse desse debate os seguintes questionamentos: qual seria o objeto de estudo da história e de que maneira a história se diferencia das ciências naturais; como deveríamos lidar com a subjetividade do historiador e como a pesquisa historiográfica poderia ser validada? Mas, provavelmente, o cerne dessa reflexão consista no “problema da historicidade”, como sugeriu Allan Megill na eficiente e elucidativa *Introdução* aos textos e comentários. A percepção de que a relação entre o homem e o tempo é intrínseca à própria experiência da história, isto é, a concepção do homem como um ser *no tempo e do tempo*, instala uma crise no seio da historiografia, pois a tentativa de escrever a história *como ela realmente aconteceu* estava definitivamente ameaçada pela concepção de que o historiador enxerga o passado a partir de um ponto de vista.

Na esteira desse processo, a “grande narrativa” ou, em outras palavras, a concepção de uma história universal capaz de contemplar o devir de toda a humanidade, sofreu insistente descrédito em favor de uma história que privilegiasse não somente os grandes homens e feitos gloriosos, mas que lançasse luz sobre o cotidiano e as formas de pensar daqueles que viveram no passado. Portanto, a dúvida sobre o avanço da razão, preconizada pelos românticos no início do século XIX, encontrou no seio da discussão acerca da natureza da história o *locus* por excelência para a defesa da subjetividade. O historiador assumia assim o seu enraizamento histórico e, ao se apropriar de sua própria historicidade, conferia maior superfície ao passado estudado. O reconhecimento da subjetividade tornou o historiador mais sensível à sua tarefa e possibilitou que instrumentos cognitivos como a compreensão e a imaginação se tornassem o cerne da produção historiográfica.

210

O diálogo proposto por esta seleção se iniciou temporalmente com *Fado e história* de Nietzsche, publicado em 1862, e se estendeu até os primeiros anos da Segunda Guerra com o texto *Como e por que trabalha um historiador*, de Marc Bloch. E, se os textos aqui traduzidos mantêm um tema em comum – acerca da cientificidade da história e do papel do historiador na escrita sobre o passado –, a variedade de interpretações e as soluções propostas confirmam a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre esse debate.

Seguindo a proposta de análise da *Introdução* de Allan Megill, podemos perceber que nos textos de autoria de Wilhelm Dilthey, Karl Lamprecht, Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert, Max Weber e Friedrich Meinecke a questão sobre o método e a concepção da antinomia entre as ciências naturais e as ciências humanas ocupam o centro das preocupações. A caracterização das ciências naturais como as ciências do “geral” e das ciências humanas como as ciências do “singular” não contempla as exigências teóricas desses intelectuais. Elejo como exemplo a exposição de Rickert em *As quatro formas do “geral” em história*.

Segundo Rickert, a história “[...] expõe a especificidade e a individualidade de uma dada coletividade histórica em um dado local e numa dada época e jamais procura constituir um sistema de conceitos gerais no qual isso está contido para todas as épocas e lugares” (RICKERT 2013, p. 195).

Embora as assertivas da historiografia não possuam caráter genérico capaz de produzir leis, como as da química, por exemplo, o intelectual alemão

afirmou que, ainda assim, o conhecimento historiográfico poderia ser considerado científico, pois se relacionaria com quatro formas do “geral” responsáveis por conferir inteligibilidade ao objeto de estudo da história.

Sendo assim, e de acordo com Rickert, o estudo da individualidade se relacionaria com aquilo que é comum a um grupo de pessoas e deve levar em conta: os elementos anteriores ao estudo, como a linguagem; a seleção dos fatos estudados a partir de uma relevância que não deve ser idiossincrática, porém a expressão de um sentido para uma coletividade; que o próprio objeto histórico se encontraria inserido em um contexto no qual sua individualidade e o “mundo” se tocam; e, por fim, a elaboração de conceitos gerais, capazes de conferir sentido a uma realidade histórica estudada – tais como o de tipos ideais, de Max Weber.

A afirmação da cientificidade da história se fundamentava na certeza que Rickert divulgava como uma advertência:

[...] é particularmente estranha a crença em um único método científico universal precisamente entre os historiadores, o quais devem conhecer a diversidade do agir humano. O espírito humano é demasiado complexo, e igualmente complexa é sua atividade científica (RICKERT 2013, p. 199).

Ainda segundo Megill, em Jacob Burckhardt, Friedrich Nietzsche, Georg Simmel, Benedetto Croce e Robin George Collingwood destaca-se a crítica à grande narrativa. Em *Fado e história*, um Nietzsche de apenas 17 anos compreende o universalismo e a causalidade da grande narrativa como um fado que se opõe à vontade e à liberdade de ação do homem. Já nesse texto de juventude, o filósofo alemão invocava o debate sobre a moral e a responsabilidade ao relacionar essa lei da causalidade histórica a um achatamento da ação no mundo, pois “se esse fosse o único princípio, então o homem é uma bola de brinquedo de obscuras forças atuantes, irresponsável por seus erros, completamente livre de diferenciações morais, um elo necessário em uma cadeia” (NIETZSCHE 2013, p. 110). Podemos perceber aqui um diálogo com a tradição do idealismo alemão, de matriz nitidamente kantiana, e da qual Nietzsche se aproximou posteriormente, provavelmente a partir da leitura dos textos filosóficos de Schiller, sobretudo acerca da tragédia.

Por fim, um terceiro grupo seria formado pelos textos dos norte-americanos Charles Beard, Carl Becker e James Harvey Robinson e os franceses Marc Bloch, Lucien Febvre e Henri Berr, para os quais o historiador assume a dianteira da produção do conhecimento histórico. Assim como nos contam Edgard de Decca e Mauro de Decca, para Carl Becker, por exemplo, os fatos do passado somente seriam dotados de sentido a partir da experiência do presente e dos interesses em jogo no ato de inquirir os tempos pretéritos. Em outras palavras, na compreensão de Becker, o historiador busca no passado aquilo que importa a seu tempo.

Carl Becker – que figura como um representante da Nova História nos Estados Unidos ao lado de Beard e Robinson, todos sob a influência de F. J. Turner –, em uma de suas principais obras, *The heavenly cities of the eighteenth-century philosophers*, afirmara que, ao consolidar uma ideia da Idade Média

como uma “idade de trevas”, os filósofos ilustrados puderam construir a utopia do progresso que marcou seu tempo. Becker então concluiu que o domínio sobre o passado poderia ampliar as possibilidades de alcançar o futuro desejado.

O relativismo radical de sua análise se fundamentava na concepção de que a história é sempre reescrita e reinterpretada a partir dos novos projetos que o presente vislumbra. E o próprio historiador norte-americano recorreu a Benedetto Croce para enfatizar que *toda história é contemporânea*. Seu desejo de ampliar o debate acerca dos métodos da pesquisa historiográfica o motivou a proferir na American Historical Association, na qualidade de seu presidente, a palestra inaugural de 1931 intitulada *O homem comum é seu próprio historiador*, um discurso provocador sobre as possibilidades da narrativa sobre o passado, traduzido neste volume.

Esse cenário histórico que Jacob Burckhardt considerou como um momento de crise foi profundamente marcado pelo que muitos historiadores denominam a “crise do historicismo”. Contudo, nessa denominação já reside um desafio: o significado da palavra “historicismo” está longe de encontrar um terreno pacífico. Mesmo em *Lições de história* encontramos diferentes conotações atribuídas ao termo, pois, se Oswaldo Giacoia Junior, no comentário ao texto de Nietzsche, fala de uma “versão como positivismo”, na qual o historicismo “considera a história como celeiro de fatos e processos a ser ordenados em relações de causa e efeito” (GIACOIA JUNIOR 2013, p. 80); por sua vez, Luiz Sérgio Duarte da Silva aponta Karl Lamprecht como um *historicista* por verificar em seu pensamento um afastamento em relação à tradição rankeana e prussiana, entendida como baluarte da história política e descritiva. Dessa maneira, se para Oswaldo Giacoia Junior a crise à qual se refere consiste na frustração da história teleológica, para Luiz Sérgio Duarte da Silva, “o problema fundamental do historicismo é o relativismo” (SILVA 2013, p. 133), que, na primeira década do século XX, colocava em xeque a neutralidade do historiador e a veracidade da pesquisa histórica.

Ora, acabamos de apontar duas “crises” deveras distintas. No primeiro caso, a tensão aponta para a superação do “historicismo” e a ruptura com uma historiografia de viés político que pleiteava a capacidade de desvendar os meandros do processo histórico. Já a segunda abordagem propõe um diálogo com essa tradição historicista, que não supõe superada, mas sim em constante transformação. Quando afirma que “o estado normal do historicismo é a crise” (SILVA 2013, p. 136), Luiz Sérgio Duarte da Silva nos permite pensar que talvez a assertiva que melhor traduziria a atitude historicista não seria “tudo é relativo”, e sim “tudo é histórico”. Mas de qualquer forma, parafraseando o subtítulo, nos deparamos com dois aspectos do mesmo cenário, quais sejam: os embates em torno da *história científica* e o fortalecimento da *crítica da razão metódica no limiar do século XX*.

Referências bibliográficas

BEISER, Frederick C. (ed.). **The early political writings of the German romantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

- GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Nietzsche e a crítica do historicismo. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2013.
- IGGERS, Georg. **The German Conception of History**. Estados Unidos: Wesleyan University Press, 1988.
- KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2013.
- MAN, Paul de. **The Rhetoric of Romanticism**. New York: Columbia University Press, 1984.
- MEINECKE, Friedrich. **El Historicismo y su Génesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia ou Helenismo e Pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- REILL, Peter Hans. **The German Enlightenment and the Rise of Historicism**. Los Angeles: University of California Press, 1975.
- RICKERT, Heinrich. As quatro formas do "geral" em história. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2013.
- SCHILLER, Friedrich. **Cartas sobre a educação estética da humanidade**. São Paulo: Editora Herder, 1963.
- _____. **Teoria da Tragédia**. São Paulo: Editora Herder, 1964.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. Lamprecht: o historicismo em crise. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

História social de intelectuais de vanguarda

Social history of avant-garde intellectuals

MICELI, Sergio. *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, 240 p.

Bruno de Macedo Zorek

bruno.zorek@gmail.com

Doutorando

Universidade Estadual de Campinas

Rua Canadá, 1000

82510-290 - Curitiba - PR

Brasil

Palavras-chave

História intelectual; Modernismos; Literatura.

Keywords

Intellectual history; Modernisms; Literature.

214

Recebido em: 19/8/2013

Aprovado em: 4/11/2013

Vanguardas em retrocesso, o mais recente livro de um dos herdeiros de Pierre Bourdieu, o sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP) Sergio Miceli, é composto por uma série de reflexões sobre intelectuais argentinos e brasileiros. O principal objetivo do autor é revelar as conexões existentes entre os feitos estéticos e acadêmicos de seus personagens e os condicionantes sociais a que estavam sujeitos. Sua estratégia, desta vez, é comparar trajetórias estruturalmente semelhantes e contemporâneas entre si de intelectuais dos dois países em questão. Miceli parte do princípio de que é necessário problematizar a típica representação “sacralizada” dos indivíduos que investiga. Figuras como Jorge Luis Borges e Mário de Andrade, lideranças dos movimentos de que fizeram parte e alçados à condição de modelos de intelectuais, são geralmente celebrados por suas qualidades quase a-históricas de escritores puros, que estariam acima dos condicionantes sociais comuns a todos – sobretudo Borges. O gênio desses indivíduos teria lhes permitido superar sua historicidade e desvincular suas obras das condições em que foram produzidas, como se fossem objetos nascidos única e exclusivamente da vontade criadora – obras universais, livres de quaisquer constrangimentos. Pelo menos, o apagamento dos vínculos sociais nas obras dos autores consagrados é um esforço comum de certa crítica literária que produz, na prática, um novo tipo de hagiografia. Em oposição a essa leitura, Miceli demonstra o quão imbricados são os trabalhos desses intelectuais à sociedade da qual fizeram parte. Além disso, o sociólogo desconstrói aqueles argumentos estetizantes que sacralizam a vida e o trabalho desses personagens. Para tanto, o autor entrelaça as inovações artísticas do modernismo brasileiro e das vanguardas argentinas às histórias de vida de seus membros, indicando como a posição familiar no espaço social, a situação patrimonial, a educação, a vinculação a grupos dirigentes, as redes de sociabilidade, as relações amorosas etc. estão completamente imiscuídas nas obras. As conclusões dessa análise explicam a provocação do título escolhido: Miceli convincentemente argumenta que as vanguardas literárias examinadas eram a voz artística de suas respectivas elites oligárquicas em decadência. Mesmo que não completamente cientes do que faziam, esses intelectuais eram caudatários, no campo cultural, dos interesses de grupos politicamente conservadores – sob a fachada da renovação estética se processavam práticas políticas regressivas. De fato, a própria condição de vanguarda artística, nesses casos, só pode ser entendida no contexto de reação das elites oligárquicas a seu próprio declínio, fruto das mudanças radicais pelas quais o Brasil e a Argentina passavam.

O livro é dividido em sete capítulos: no primeiro, Miceli faz uma leitura minuciosa da formação dos campos literários do Brasil e da Argentina nas décadas de 1920 e 1930; os dois seguintes são dedicados a Jorge Luis Borges – os pontos altos do livro; o quarto tem como personagem analisado a Mário de Andrade; o quinto é sobre Tarsila do Amaral e Ricardo Güiraldes; o sexto compara as trajetórias de Lasar Segall e Xul Solar; e o último, enfim, destoando do recorte artístico mantido até então, trata de Florestan Fernandes e de Gino Germani. Além disso, o volume é apresentado por um prólogo em que o sociólogo explicita as condições em que realizou a pesquisa. Foram dez anos de estudos, iniciados no invejável acervo de obras latino-americanas da biblioteca da Universidade de

Stanford, nos Estados Unidos. O acesso privilegiado a essa bibliografia viabilizou a leitura de grande parte das produções das vanguardas argentinas. A coleta dos dados continuou na própria Argentina, em alguma medida facilitada pelos contatos frequentes com professores do país vizinho, sobretudo com os do chamado “grupo de Quilmes”, liderados por Carlos Altamirano e bastante interessados nos estudos de história dos intelectuais. Os materiais sobre os brasileiros, evidentemente, não careceram do esforço internacional para serem coligidos.

No prólogo, Miceli procura construir uma unidade para os capítulos. Esse esforço é necessário tendo em vista que nenhum dos artigos foi escrito originalmente para o livro – todos são versões de trabalhos apresentados em outras ocasiões. Sua reunião em um único volume está baseada na semelhança entre o tipo de objeto, intelectuais, e a perspectiva de análise, comparação de trajetórias. Todavia, o título, apesar de inspirado, não consegue abarcar todas as discussões do livro. *Vanguardas em retrocesso* e mesmo o subtítulo, Ensaio de história social e intelectual do modernismo latino-americano, soam estranhos quando se pensa nos chamados inventores sul-americanos da sociologia “científica”, analisados no último capítulo. Apesar de representarem um tipo de vanguarda – por conta de suas inovações nas pesquisas sociológicas –, nem Florestan Fernandes, nem Gino Germani podem ser associados a interesses políticos regressistas. Da mesma forma, o adjetivo “modernista” não se encaixa com precisão na descrição desses intelectuais.

216

O primeiro capítulo estabelece as características estruturais dos campos de produção intelectual do Brasil e da Argentina. Diferentemente dos países centrais do capitalismo, nas primeiras décadas do século XX, os países periféricos não contavam com uma efetiva autonomização das figuras do “intelectual” e do “artista” em relação às demandas do campo político. Miceli insiste no fato de que a produção intelectual nesses países só pôde florescer graças ao apadrinhamento dos escritores por membros das elites. No Brasil, foram os próceres partidários os principais mediadores entre os poderes político e econômico e a produção cultural. Já na Argentina, foram os grandes empresários da imprensa portenha os mecenas mais comuns dos intelectuais. Essa relação de simbiose entre as vanguardas artísticas e as elites dirigentes fez com que, em um só movimento, experimentos estéticos renovadores sintetizassem posicionamentos políticos conservadores. É nesse sentido que Miceli enxerga no nacionalismo das vanguardas uma importante chave para a leitura de seus comprometimentos políticos. As “escolhas” do *criollismo* argentino e do barroco brasileiro como solos férteis para os experimentos estéticos novidadeiros construíam um passado mitificado e buscavam em uma cultura popular autóctone os cenários para a positivação dos valores tradicionais então ameaçados. As obras desses intelectuais se opunham à presença imigrante e à recomposição das elites dirigentes – de fato, processos incontornáveis, que destruíam a ordem estabelecida naquele momento. Tanto foi assim que essas vanguardas não resistiram às transformações políticas que afetaram o Brasil e a Argentina a partir de 1930. O rearranjo das forças políticas implicou uma nova configuração dos campos (ou protocampos) intelectuais, mostrando como a dependência desses últimos em relação às primeiras era ainda muito forte.

Nos três capítulos seguintes, Miceli analisa os dois principais nomes de ambas as vanguardas consideradas: Jorge Luis Borges e Mário de Andrade. Ambos possuem peculiaridades em suas trajetórias que os diferenciam dos demais intelectuais de sua geração. Os dois tiveram uma educação diferenciada. Borges, em função das viagens médicas do pai pela Europa, dominou diversas línguas estrangeiras, o que lhe permitiu conhecer diferentes estilos literários e transitar por eles com significativa facilidade. Mário foi o único escritor modernista da primeira geração que não cursou Direito na Faculdade do Largo de São Francisco. Sua passagem pelo curso de Contabilidade e o diploma do Conservatório Dramático e Musical foram os trunfos que lhe forneciam um capital cultural distinto. Tanto um quanto o outro nasceram em famílias com uma situação patrimonial comprometida e viveram dramas familiares marcantes ainda muito jovens: a cegueira do pai de Borges, a perda do irmão caçula de Mário. Isso significou para ambos a antecipação de experiências da vida adulta e lhes imprimiu uma espécie de sentimento de urgência, dada a situação periclitante que se desenhava em seus respectivos clãs domésticos. Além disso, Mário e Borges viram negados para si os modelos masculinos tradicionais das elites, pois suas famílias não lhes davam condições de assumir uma carreira política, a condição de proprietário ou o papel de chefe de família. O celibato, "opção" adotada por ambos, foi a estratégia possível para, em alguma medida, fugir das vicissitudes que o "destino" lhes impunha.

Essas características de suas trajetórias os colocavam em posições únicas em relação aos seus pares. Eles combinavam uma situação material precária, que lhes deixava pouquíssimas alternativas de carreira, com um capital cultural considerável e diferenciado, que os privilegiava frente à concorrência. Assim, a aposta de todas as suas fichas na carreira intelectual parecia a ambos a melhor, se não a única, escolha a ser feita. Somavam-se a isso, no caso de Borges, as redes de sociabilidade em que estava envolvido, principalmente por conta dos amigos da família. Borges havia estado em contato com vários escritores da geração de seu pai, o que lhe abriu as portas para a carreira intelectual. Mário de Andrade, ao contrário, beneficiou-se mais das transformações que se processavam em São Paulo e que criavam novas oportunidades a todo momento do que de contatos herdados. Na verdade, não possuía praticamente nenhum capital familiar que lhe facilitasse a inserção no universo intelectual. Por isso, sua posição foi construída quase em oposição aos estilos intelectuais dominantes, fazendo de Mário um tipo único de intelectual; ao passo que Borges seguiu os estilos tradicionais de intelectuais portenhos. Mas ambos, no final das contas, construíram suas posições de destaque em meio a vanguardas que representavam elites decadentes. Por isso, nas palavras de Miceli: "Borges e Mário são os heróis lendários da crise do poder oligárquico, os derradeiros porta-vozes de um mundo em desmonte, nutridos por um estilo de vida e de pensamento golpeado de morte" (MICELI 2012, p. 122).

O capítulo dedicado à dupla Tarsila do Amaral e Ricardo Güiraldes e o seguinte, cujos personagens são Lasar Segall e Xul Solar, são comparações de artistas que ocuparam posições estruturalmente semelhantes nos campos

artísticos brasileiro e argentino. Güiraldes e Tarsila eram membros da última geração de intelectuais e artistas latino-americanos que não precisavam de sua atividade para garantir sua reprodução social. Ambos eram filhos da nata das elites dirigentes locais e herdeiros de fortunas significativas. Em situação muito diferente estavam Lasar Segall e Xul Solar, pintores que amadureceram na Europa e, somente depois de artisticamente formados, adotaram os países periféricos como seus. Os dois sofreram duras hostilidades contra seu estabelecimento no Velho Mundo e, quando vieram para o Novo, precisaram adaptar seus estilos aos gostos do mercado local. Tarsila e Güiraldes tiveram uma formação marcada pela sociabilidade tranquila das elites agrárias sul-americanas e por viagens privilegiadas pela Europa, onde tomaram contato com o mundo artístico de Paris. Em função da segurança material de que desfrutavam, não se preocuparam em firmar um caminho artístico consistente desde cedo. Foi somente depois de seus casamentos que ambos se afirmaram nas vanguardas. A fase mais criativa e importante de Tarsila coincide com sua relação com Oswald de Andrade, enquanto Güiraldes se torna um escritor sistemático graças ao apoio de sua esposa, Adelina del Carril. Foi pela combinação de capitais que os dois se tornaram nomes importantes nos cenários artísticos. Já Xul Solar e Lasar Segall se estabeleceram nas cenas argentina e brasileira em função das transformações das elites dirigentes, que passaram a incorporar elementos imigrantes em seus quadros. O porte artístico consolidado de ambos, por conta dos anos de treinamento técnico e estético na Europa, transformava-os em personagens interessantes para os novos membros das elites, que procuravam cooptá-los com vistas à construção de seu capital simbólico. Em contrapartida, os pintores adaptavam seus estilos aos das vanguardas locais, aproximando, assim, os gostos ainda em processo de estabelecimento das novas elites dos gostos estabelecidos das elites tradicionais.

218

No sétimo e último capítulo do livro, Miceli compara as trajetórias de Florestan Fernandes e de Gino Germani, os inventores da "sociologia científica" respectivamente no Brasil e na Argentina. Ambos são apresentados como desprovidos dos capitais econômicos e sociais mais apreciados nos campos intelectuais dos países em que viviam. Nos ambientes letrados em questão, duas das habilidades que caracterizavam os intelectuais mais respeitados eram a erudição literária e o domínio de uma escrita esteticamente trabalhada. A sociologia daquele momento era uma disciplina secundária, de pouco interesse para os grupos intelectualmente dominantes, que viam o ensaio como o gênero de maior prestígio. Entretanto, a expansão universitária e financiamentos de instituições estrangeiras acabaram criando espaço para o desenvolvimento de um tipo de pesquisa, de molde cientificista e monográfico, paralelo aos interesses dominantes nos respectivos campos intelectuais. Florestan Fernandes e Gino Germani apostaram suas fichas nessa carreira alternativa, a única que poderia consagrá-los, dado que eram proibidas para eles, por conta das condições sociais de suas origens, as carreiras intelectuais tradicionais. Nesse sentido, a história da Sociologia como disciplina é indissociável da história de seus "inventores", da mesma forma que os feitos artísticos só podem ser entendidos em conjunção

com a história de vida dos próprios artistas. O princípio por trás dos estudos de Sergio Miceli é o de que não há sublimação da história: toda e qualquer ação social – intelectual, artística ou outra – precisa ser localizada no contexto de sua produção, sem o qual seu entendimento se torna inviável, quando não politicamente insidioso.

A degeneração interna da democracia

The internal degeneration of democracy

TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 216 p.

Isabela Soraia Backx Sanabria

isabela_backx@yahoo.com.br
Doutoranda
Universidade Estadual de Campinas
Rua Bela Vista, 23/01 - Vila Areal
13333-020 - Indaiatuba - SP
Brasil

Palavras-chave

Ética; Explicação histórica; Humanismo.

Keywords

Ethics; Historical explanation; Humanism.

220

Recebido em: 2/10/2013

Aprovado em: 26/12/2013

[...] num primeiro momento eu tinha acreditado que a liberdade era um dos valores fundamentais da democracia; agora percebo que certo uso da liberdade pode representar um perigo para a democracia (TODOROV 2012, p. 12).

Para o linguista Tzvetan Todorov, autor da citação acima, o regime democrático é marcado atualmente por um paradoxo: a liberdade irrestrita dos indivíduos ameaça a continuidade da democracia, caracterizada pela defesa dessa mesma liberdade. Nesse sentido, o ultraliberalismo constitui um dos atuais inimigos ao regime, pois muitas vezes alega defender valores nem sempre democráticos. Isso poderia significar que, ao contrário do ocorrido em grande parte do século XX, quando o totalitarismo era seu principal inimigo, as ameaças que hoje pesam sobre a democracia não vêm de fora, mas são cultivadas em seu interior.

Na obra *Os inimigos íntimos da democracia*, Todorov desenvolve esse argumento adotando uma perspectiva histórica, procurando demonstrar como os diversos elementos de uma democracia podem chocar-se entre si. Para o autor, quando um desses elementos é absolutizado e rompe o equilíbrio com os outros, emancipa-se de suas responsabilidades e se transforma em uma ameaça da qual podem resultar o populismo, o ultraliberalismo e o messianismo político. Esses seriam alguns dos inimigos íntimos da democracia, perigos que são produzidos por elementos que constituem o próprio regime. Nesse sentido, seria possível afirmar que “[...] o primeiro adversário da democracia é a simplificação que reduz o plural ao único, abrindo assim o caminho para o descomedimento” (TODOROV 2012, p. 19).

221

A obra em questão é o último livro publicado no Brasil por Todorov. O autor búlgaro, formado em Linguística e radicado na França desde 1963, possui uma extensa produção intelectual que passa pelos estudos em linguística e teoria literária na década de 1970, com obras como *Poética da prosa* (1971) e *Os gêneros do discurso* (1978). A partir dos anos 80, volta-se para análises sobre as trocas culturais e o conceito de alteridade, produzindo trabalhos como *A conquista da América: a questão do outro* (1982). Seu primeiro estudo profundo sobre o totalitarismo vem com a publicação de *Em face do extremo* (1995), no qual utiliza sua própria experiência para refletir sobre o funcionamento dos regimes totalitários e seus agentes. O tema é retomado no livro aqui analisado, quando Todorov aproxima o totalitarismo e o ultraliberalismo, ambos marcados pelo descomedimento e a falta de equilíbrio entre o poder do Estado e a liberdade dos cidadãos.

A obra *Os inimigos íntimos da democracia* é dividida em sete capítulos, nos quais o autor aborda um largo período de tempo – compreendido entre o século V e o XXI –, pontuando momentos entendidos por ele como fundamentais para a compreensão de como os elementos povo, liberdade e progresso podem desdobrar-se em ameaças internas à democracia. Para isso, dialoga com autores franceses como o jurista Alain Supiot, o filósofo Jean-Pierre Le Goff e principalmente o também filósofo François Flahault, do qual utiliza diversos conceitos e reflexões (TODOROV 2012, p. 20).

Curiosamente, o livro não possui prefácio ou introdução, sendo iniciado já com a apresentação do primeiro capítulo, intitulado “O mal-estar na democracia”. Nele, o autor revela que a preocupação em estudar as diversas facetas da liberdade provém de sua experiência pessoal: o autor passou os primeiros vinte e quatro anos de sua vida em um regime totalitário, a Bulgária comunista. Ele afirma que, naquela época, a liberdade de expressão era o que mais lhe fazia falta (TODOROV 2012, p. 10).

No entanto, passados quarenta e oito anos, o vocábulo “liberdade” apresenta um problema totalmente distinto para o autor. Ele se ressentia não mais de sua ausência, mas de sua utilização indiscriminada, até mesmo para iniciativas que nem sempre acolhem seu assentimento, como em partidos políticos considerados por ele populistas e xenófobos, exemplificados pelo Partido do Povo Dinamarquês, dirigido por Pia Kjaersgaard, e o suíço União Democrática do Centro, comandado por Christoph Blocher. Sendo assim, questiona-se Todorov:

[...] Haveria aí um indício de que, hoje, as ameaças que pesam sobre ela [a democracia] não vêm do exterior, da parte daqueles que se apresentam como seus inimigos, mas sobretudo de dentro, de ideologias, movimentos ou gestos que alegam defender os valores democráticos? Ou de que os valores em questão nem sempre são bons? (TODOROV 2012, p. 12).

222

Para Todorov, o principal inimigo enfrentado atualmente pela democracia seria o descomedimento produzido dentro dela mesma. Ele gera forças difíceis de serem neutralizadas, pois o fato de serem produzidas dentro do regime permite-lhes travestir-se de legítimas pela invocação do espírito democrático. Tal espírito seria composto de um complexo arranjo no qual o progresso, o povo e a liberdade dialogam entre si.

Apesar de ser um conceito suspeito hoje em dia, o progresso seria inerente ao projeto democrático na medida em que este último implica uma crença no aperfeiçoamento da sociedade por meio da vontade coletiva. O povo, por sua vez, é compreendido por Todorov como o grupo de indivíduos que nasceram sob o mesmo solo e daqueles que foram englobados pelos primeiros. Para eles é que as democracias modernas ditas liberais regulam a vida em sociedade de modo a limitar a vontade do indivíduo frente à comunidade e a interferência desta na vida privada dos seus cidadãos. A complexa relação entre esses conceitos produziria aquilo que o autor compreende como regime democrático, em cujo seio estaria a ideia de que “[...] todos os cidadãos são iguais em direitos, todos os habitantes são iguais em dignidade” (TODOROV 2012, p. 16).

Dessa maneira, apesar de não apresentar uma introdução ao livro, Todorov utiliza o primeiro capítulo para introduzir o problema que será desenvolvido em toda a obra, explanar conceitos, justificar a escolha do tema e fazer alguns agradecimentos. Nesse sentido, o artifício de apresentar esta parte como o primeiro capítulo do livro e não separá-la do todo, chamando-a de introdução, poderia ser entendido como uma estratégia adotada pelo autor. Ao recusar a separação entre sua própria história – suas experiências, os motivos que o levaram a escrever, os autores utilizados – e o conteúdo do livro propriamente

dito, Todorov deixa a entender que não tem interesse em tentar separar sua subjetividade da obra intelectual que vem criando.

No capítulo seguinte, o autor dirige-se ao século V para fazer uma análise histórica da influência que a controvérsia teológica entre Pelágio e Agostinho exerceu sobre os chamados messianismos políticos. Para o primeiro, o principal fundamento do cristianismo seria o de possibilitar ao homem a tomada do próprio destino nas mãos. Ao defender que a vontade dos homens, assim como a de Deus, era infinita, acreditava que eles possuíam a capacidade de ultrapassar qualquer tipo de limite, podendo até mesmo se tornar deuses e senhores de seus destinos. Nesse sentido, a principal exigência do cristianismo não deveria ser a de submissão à Igreja, mas a de autocontrole e força de vontade, que levariam à autonomia do indivíduo. O homem seria responsável por sua própria salvação.

Agostinho opunha-se ferrenhamente a essas ideias. Para ele, o homem não era dono de suas vontades e nem das forças que o dirigiam, de modo que não poderia confiar em sua própria força e exigir dela sua salvação. Esta se daria somente através da obediência aos preceitos da Igreja.

Na época, o debate é vencido por Agostinho e as ideias de Pelágio são declaradas heréticas. No entanto, essas últimas foram resgatas, principalmente a partir da Renascença, por pensadores como Erasmo de Roterdã e Montaigne, os quais se empenharam em defender as capacidades humanas – razão pela qual ficaram conhecidos como humanistas –, e também por iluministas como Montesquieu e Rousseau. Estes, baseados na ideia de autonomia, sustentavam a responsabilidade do indivíduo não só pela sua salvação, mas também pelo aperfeiçoamento da sociedade. Tal reflexão levou a uma inversão de valores que radicalizou o pensamento pelagiano a partir do século XVIII, quando as apreensões com os indivíduos passaram a ser substituídas pela preocupação com a coletividade, levando posteriormente a que os debates eruditos fossem substituídos por ações políticas.

Apoiados nessa lógica, os revolucionários franceses passaram a entender que a luta pela progressão infinita da humanidade deveria ser ilimitada, mesmo que se desse pelas armas. “Como se trata do Bem supremo, todos os caminhos seguidos para atingi-lo são bons [...], e tem-se o direito de destruir os que se opõem a essa intenção” (TODOROV 2012, p. 42).

No terceiro capítulo da obra, intitulado “O messianismo político”, Todorov analisa essa radicalização do pensamento de Pelágio, demonstrando como fundamentaria a ideia de que a vontade humana, desde que comum, poderia trazer a salvação a toda a humanidade. É em tal pensamento que o messianismo político estrutura suas bases; ele postula que é por meio dos movimentos sociais que os homens conseguirão instaurar um paraíso na Terra. Trata-se de um projeto que busca a salvação temporal por meio da Revolução e do terror, afastando-se da religião mas mantendo alguns traços dela, como a fé cega nos dogmas revolucionários, o fervor nas ações e a adoração dos combatentes caídos como mártires e até mesmo santos.

Tal raciocínio vai fundamentar, num primeiro momento, as guerras revolucionárias e coloniais. O projeto de levar um “Bem” maior a todos os

povos da Terra será utilizado primeiramente pela França e a Inglaterra para construir seus impérios e, posteriormente, embasará também os discursos sobre a superioridade racial dos europeus.

A fase seguinte desse projeto messiânico será caracterizada pela crença de que uma grande e última revolução transformaria para sempre a sociedade. Para Todorov, esse é o momento em que surge o projeto comunista, definido como um messianismo político devido a seu desejo pelo aperfeiçoamento de todos os aspectos da vida de um povo, desde as instituições aos seres humanos, não hesitando em recorrer às armas para isso.

Por último, a derradeira fase do messianismo político seria a de imposição de regimes democráticos e de direitos humanos a outros países, como ocorreu na Guerra do Afeganistão, do Iraque e da Líbia. Os três conflitos foram permeados pela ideia de que, se em tais regiões ocorriam violações aos direitos humanos, os outros países do globo tinham o direito e o dever de intervir, mesmo que à força. No entanto, Todorov sustenta que tais guerras, justificadas pelo governo dos Estados Unidos como uma defesa pela autodeterminação dos povos e dos direitos humanos, haveriam sido, na verdade, uma maneira de reafirmar o poderio militar americano e conquistar benefícios econômicos. Dessa maneira, procura demonstrar como o messianismo político age em nome de um Bem maior, mas acaba voltando-se para interesses particulares.

No quarto capítulo da obra desenvolve-se a análise de outro inimigo gerado internamente pela democracia: a tirania dos indivíduos. Segundo o autor, há hoje em dia uma inversão dos valores totalitários. Enquanto esses valores se baseavam na hipertrofia do individual em nome do coletivo, atualmente ocorre uma valorização do indivíduo que, muitas vezes, leva ao apagamento da coletividade. Tal inversão seria uma resposta dos pensadores neoliberais aos regimes totalitários, mas, ao recusar qualquer interferência do Estado na economia, os neoliberais acabam assumindo traços do regime que tanto condenam.

Todorov levanta contundentes críticas a esse modelo ultraliberal. Para ele, se o Estado não limita a ação dos indivíduos, estes adquirem um poder sempre crescente que será exercido sobre outras pessoas. Nesse caso, dar liberdade a todos não é garantir sua igualdade, visto que o indivíduo com mais poder – seja ele financeiro, de expressão ou de qualquer outro tipo – irá estabelecer uma relação de superioridade com os outros e sobre eles.

Os efeitos trazidos pelo neoliberalismo são o objeto de análise do quinto capítulo. Entre eles estaria o uso imoderado das novas tecnologias visando somente ao lucro – sem preocupar-se com as consequências sobre os seres humanos – e o papel significativo da liberdade de expressão. Esta última não poderia funcionar como o fundamento comum dos valores democráticos, mas deveria sofrer restrições relativas aos outros valores que são aderidos a ela numa sociedade. Tal proposição pode parecer, num primeiro momento, um ataque direto do autor à liberdade de expressão. Apesar disso, Todorov apresenta uma justificativa fundamentada para esse posicionamento: a total liberdade de expressão fornece aos indivíduos o direito de exprimir qualquer pensamento, até mesmo os de cunho racista, discriminatório ou pejorativo.

Sendo assim, o autor defende a imposição de limites à liberdade dos indivíduos, da mesma maneira que foram impostos limites à liberdade do Estado. Este, por sua vez, deveria ser gerido de maneira equilibrada e eficaz, de modo a poder conter não somente as ações de grupos terroristas, mas também as de indivíduos hiperpoderosos que controlam as mídias e certos setores da economia.

Os últimos inimigos da democracia identificados pelo autor são o populismo e a xenofobia, tratados no penúltimo capítulo. O populismo teria como base a prática da *demagogia*, entendida por Todorov como o processo de identificação das preocupações do maior número de pessoas e a proposição de soluções fáceis, mas impossíveis, para saná-las. Um dos efeitos mais nefastos desse tipo de discurso seria a marginalização daquela parte da sociedade que possui culturas e necessidades diferentes das da maioria.

Quanto à xenofobia, esta teria lugar marcado atualmente na sociedade europeia. Apoiados em discursos populistas, diversos partidos têm rejeitado o multiculturalismo – a coexistência de várias culturas dentro de uma mesma sociedade – em prol da preservação de uma suposta cultura nacional, voltando-se principalmente contra os estrangeiros e identificando-os como a origem de diversos problemas.

Tanto o populismo como a xenofobia estariam profundamente ligados à crise de identidade que perpassa atualmente a sociedade europeia. Para Todorov, o sentimento de um abalo da identidade tradicional estaria ligado às mudanças trazidas pela globalização e o crescimento do individualismo. No entanto, tais elementos são impalpáveis, ao passo que a grande quantidade de estrangeiros imigrantes, sintoma dessa globalização, não o é. Aproveitando-se disso, passaram a surgir na Europa diversos discursos populistas que projetaram nos imigrantes – sobretudo nos muçulmanos – o grande inimigo.

A obra é encerrada no capítulo sete, com um debate sobre o possível futuro da democracia. Tal regime estaria sendo corroído internamente por seus inimigos íntimos, não estando mais à altura de suas promessas. Essa constatação é, para o autor, uma grande preocupação, já que revela que o inimigo se encontra dentro de nós mesmos. Em suas próprias palavras,

[...] A democracia está doente de seu descomedimento: a liberdade torna-se tirania, o povo se transforma em massa manipulável, o desejo de promover o progresso se converte em espírito de cruzada. A economia, o Estado e o direito deixam de ser meios destinados ao florescimento de todos e participam agora de um processo de desumanização (TODOROV 2012, p. 197).

A solução proposta pelo autor é a tomada da ação, a construção de resistências contra esses inimigos que podem acabar por esvaziar a democracia de sua substância. Nesse sentido, a ação refere-se à imposição de restrições à ultraliberdade: “[...] a liberdade absoluta dos indivíduos não é um objetivo desejável; é próprio das sociedades humanas constituírem-se a partir de proibições e de regras que organizam a vida comum” (TODOROV 2012, p. 195).

Para finalizar, é importante frisar que o livro *Os inimigos íntimos da democracia* é característico da produção intelectualmente engajada produzida

por Tzvetan Todorov. No subtítulo “Viver melhor juntos”, o autor aponta uma série de elementos e atitudes a serem adotadas para que autóctones e estrangeiros possam conviver melhor. Entre elas estaria o respeito aos costumes e às leis, além da criação de uma memória em comum.

Dessa maneira, a obra parece não se restringir a uma análise teórica, mas apresenta também certo tipo de metodologia, um conjunto de práticas que poderiam auxiliar na instauração de uma democracia justa e que de fato abarcasse a todos. Apesar de tal objetivo ser negado pelo autor, ele mostra ser um intelectual engajado, um estudioso que procura por meio de seu trabalho modificar o mundo a sua volta, sem a pretensão de esconder sua própria história ou subjetividade.

O livro apresenta uma importante análise sobre os regimes democráticos modernos, auxiliando-nos a identificar e compreender certos problemas que por vezes parecem-nos naturais a uma democracia. Ao traçar os paradoxos existentes dentro desse regime, o autor nos ajuda a compreender que uma democracia liberal não é o lugar em que “tudo vale”, mas sim em que todos têm lugar.

A obra torna-se uma referência para a compreensão de certas engrenagens que fazem funcionar os Estados-nação, mas também nos auxilia de maneira admirável a entender o momento político vivido atualmente no Brasil, marcado por manifestações e reivindicações diversas que têm em comum a insatisfação da população com um Estado democrático que não atende às suas expectativas e necessidades básicas.

226

Referências bibliográficas

TODOROV, Tzvetan. **Poética da prosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

_____. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução de Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Ana Carolina Huguenin Pereira (UERJ)
Ana Teresa Acatauassú Venâncio (Fiocruz)
Andrea Doré (UFPR)
Andréa Slemian (UNIFESP)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Arthur Lima de Avila (UFRGS)
Betânia Figueiredo (UFMG)
Carlos Silva Jr. (UFBA)
Clóvis Mendes Gruner (UFPR)
Cristiana Facchinetti (Fiocruz)
Cybele Crossetti de Almeida (UFRGS)
Daniel Faria (UnB)
Daniel Pinha Silva (PUC-Rio)
Douglas Attila Marcelino (UFMG)
Fabio Lopes (UFRRJ)
Federico Lorenz (Universidad de Buenos Aires)
Fernando Devoto (Universidad de Buenos Aires)
Giselle Martins Venancio (UFF)
Guillermo Zermeño Padilla (El Colegio de México)
João Paulo G. Pimenta (USP)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Luciana Boeira (UFRGS)
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)
Marcos Antônio Lopes (UEL)
Maria Rezende Mota (UFRJ)
Maria Silvia Leoni (Universidad Nacional del Nordeste)
Martín Baña (Universidad Nacional de General San Martín)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Miriam Coser (UNIRIO)
Naiara Ribeiro Damas (UFJF)
Nora Pagano (Universidad de Buenos Aires)
Patrícia Souza de Faria (UFRRJ)
Paulo Butti de Lima (Università di Pisa)
Renata Torres Schittino (UFF)
Renato Amado Peixoto (UFRN)
Selma Alves Pantoja (UnB)
Sérgio Campos Gonçalves (UNESP-Franca)
Silvia Petersen (UFRGS)
Tereza Kirschner (UnB)
Viviane Trindade Borges (UDESC)

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

232

Livro

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

Capítulo de livro

CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: _____. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

Coletânea

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

Artigos em periódico

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set. 2013.

Artigo publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: **SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I**, 2007, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

233

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: <http://www.historiadahistoriografia.com.br>.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.